

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Educação

Sonhos diurnos em meio aos destroços do presente: o movimento Tarifa Zero e a luta pelo direito ao transporte em Belo Horizonte

Belo Horizonte

2017

Igor Thiago Moreira Oliveira

Sonhos diurnos em meio aos destroços do presente: o movimento Tarifa Zero e a luta pelo direito ao transporte em Belo Horizonte.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, cultura, movimentos sociais e ações coletivas.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Magela Pereira Leão.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Geraldo Magela Pereira Leão (Orientador – FAE/UFMG)

Profa. Dra. Kimi Aparecida Tomisaki (FE/USP)

Prof. Dr. Luís Antonio Groppo (UNIFAL)

Prof. Dr. Rogério Cunha de Campos (FAE/UFMG)

Prof. Dr. Geraldo Márcio Alves dos Santos (FAE/UFMG)

AGRADECIMENTOS

O trabalho solitário e artesanal da escrita torna-se menos duro quando contamos com o apoio de quem nos cerca e quando encontramos interlocutores interessados em nossa caminhada. Gostaria de fazer alguns agradecimentos para quem esteve presente comigo nessa trajetória e para quem, mesmo sem a presença física, esteve igualmente presente.

Agradeço a meus pais pelo forte apoio, compreensão e carinho. Agradeço a minha amada companheira de vida, Cláudia Orduz, pela paciência, diálogo, apoio, amor e carinho nas horas em que mais precisei. Você, Claudia, faz parte especial da realização desse trabalho! Ao meu querido filho João, que, sem entender a razão que levava seu pai preferir passar horas a fio em frente ao computador ao invés de brincar, tentou ser compreensivo quando seu pai dizia estar trabalhando. Agradeço a toda minha numerosa família e em especial ao meu pai e minha mãe pelo apoio incondicional.

Ao professor Geraldo Leão, pela paciência, ensinamentos e dedicação. As qualidades que possam existir nesse trabalho possuem influência direta de seus ensinamentos. Para um aprendiz de pesquisador como eu, é uma honra tê-lo como mestre, como orientador de caminhos possíveis. Também agradeço aos professores Rogério Cunha de Campos e Paulo Carrano pelos comentários e sugestões no exame de qualificação.

À equipe do Observatório da Juventude, colegas e professores, fica também um agradecimento especial. Aos demais professores da Faculdade de Educação, por fazerem dessa unidade da UFMG um lugar onde se pode cultivar uma perspectiva crítica de leitura do mundo. Aos funcionários dessa faculdade, pelo préstimo, atenção e igual dedicação.

À Capes, pela garantia da bolsa que me permitiu realizar esse trabalho com maior qualidade e tranquilidade.

E, finalmente, agradeço a todos os participantes do movimento Tarifa Zero. Tive imenso prazer em conviver e aprender com vocês. Espero que esse trabalho sirva de alguma forma para a reflexão sobre o Tarifa Zero! Considero todos, em graus distintos, como co-autores dessa tese.

RESUMO

Esta tese busca descrever e compreender a luta pelo direito ao transporte a partir de 2013 protagonizada pelo movimento Tarifa Zero na cidade de Belo Horizonte. O movimento Tarifa Zero possui sua história diretamente relacionada aos grandes protestos que marcaram a sociedade brasileira durante a realização da Copa das Confederações em junho de 2013. A investigação sobre os sentidos da ação do movimento Tarifa Zero partiu de um contexto mais amplo: o da intersecção entre a luta por direitos sociais, o campo de experiências políticas e o horizonte de expectativas de futuro construídos pela sociedade brasileira ao longo de sua história democrática recente. A análise procurou então, dar ênfase aos processos constitutivos e características da referida movimentação com o objetivo de perceber o que a mesma tem a nos dizer a respeito das movimentações sociais protagonizadas por jovens na contemporaneidade e o que tem a nos dizer sobre as transformações da sociedade brasileira contemporânea. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma etnografia engajada, a copesquisa militante (CAVA, 2013; ROGGERO, 2013). Tal perspectiva teórico-metodológica ensejou uma aproximação entre pesquisador e os sujeitos da investigação que permitiu compreender e perceber os dilemas, obstáculos, riscos e potências da ação política dos jovens participantes do movimento. Em um momento histórico marcado por expectativas incertas e negativas sobre o futuro, no Brasil e no mundo, a pesquisa traz elementos para diálogo a respeito das possibilidades e limites da ação política contemporânea protagonizada por jovens ativistas urbanos.

Palavras-chave: jovens ativistas, participação política, pesquisa militante, direito ao transporte, tarifa zero.

ABSTRACT

This thesis seeks to describe and understand the struggle for the right to transport from 2013 onwards, carried out by the Tarifa Zero movement in the city of Belo Horizonte. The Tarifa Zero movement has its history directly related to the great protests that marked the Brazilian society during the holding of the Confederations Cup in June 2013. The investigation on the meanings of the action of the Tarifa Zero movement started from a wider context: that of the intersection between the struggle for social rights, the field of political experiences and the horizon of future expectations built by Brazilian society throughout its recent democratic history. The analysis then sought to emphasize the constitutive processes and characteristics of this movement in order to understand what it has to say about the social movements carried out by young people in the contemporary world and what they have to say about the changes in society Brazilian contemporary art. The research was developed from an engaged ethnography, the militant copesquisa (CAVA, 2013; ROGGERO, 2013). This theoretical-methodological perspective brought about an approximation between researcher and the subjects of the investigation that allowed to understand and to perceive the dilemmas, obstacles, risks and powers of the political action of the young participants of the movement. In a historical moment marked by uncertain and negative expectations about the future, in Brazil and in the world, the research brings elements for dialogue about the possibilities and limits of contemporary political action carried out by young urban activists.

Keywords: young activists, political participation, militant research, right to transport, zero tariff.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1	Sistematização das manifestações de rua do Tarifa Zero BH (jul/2013 a jan/2016).....	206
Tabela 2	Sistematização das ações institucionais do Tarifa Zero BH ((jul/2013 a jan/2016).....	221
Figura 1	Sessão da Assembleia Popular horizontal ocorrida sob o viaduto Santa Tereza, em meio aos grandes protestos de junho de 2013.....	84
Figura 2	APH, Grupos Temáticos e formas de organização.....	85
Figura 3	Foto da entrada da Escola Municipal Edson Pisani, no Aglomerado da Serra.....	106
Figura 4	Mapa com o trajeto Busona BH – Contagem. Fonte: Página de Facebook do Tarifa Zero.....	142
Figura 5	Caracterização frontal da Busona sem Catracas Centro – Contagem.....	143
Figura 6	Caracterização frontal da Busona sem Catracas Centro – Contagem.....	144
Figura 7	Cartaz Tarifa Zero é mais justo.....	168
Figura 8	Cartaz Tarifa Zero é mais saudável.....	168
Figura 9	Cartaz Tarifa Zero é mais econômico.....	169
Figura 10	Cartaz Tarifa Zero é mais rápido.....	170
Figura 11	Cartaz Tarifa Zero é mais seguro.....	170
Figura 12	Cartaz Tarifa Zero é mais riqueza.....	171
Figura 13	Cartaz do lançamento da campanha pela implementação da tarifa zero na cidade de São Paulo.....	186
Figura 14	Belo Horizonte 26 de junho de 2013.....	187
Figura 15	Cartazes da campanha não eleitoral do coletivo editorial Piseagrama, em 2012 colados no centro de Belo Horizonte.....	189
Figura 16	Logo da campanha do projeto de lei de iniciativa popular por tarifa zero.....	192
Figura 17	Marcas do Tarifa Zero pela cidade. Colagem em ponto de ônibus.....	193
Figura 18	Marcas do Tarifa Zero pela cidade. Stêncil da logo do movimento na parte lateral de uma banca de revistas localizada no centro de Belo Horizonte.....	194
Figura 19	Marcas do Tarifa Zero pela cidade. Stêncil na passarela da estação de Metrô Santa Efigênia, em Belo Horizonte.....	195

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGP	Ação Global do Povos
ANEL	Assembleia Nacional dos Estudantes Livres
APH	Assembleia Popular Horizontal
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CAAP	Centro Acadêmico Afonso Pena
CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CEFLAN	Central de Flagrantes
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNT	Confederação Nacional dos Transportes
CMA	Coletivo Margarida Alves
COMPUR	Conselho Municipal de Política Urbana
COMURB	Conselho Municipal de Mobilidade Urbana
COPAC	Comitê Popular dos Atingidos pela Copa
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CRTT	Comissão Regional de Transporte e Trânsito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTA	Frente Terra e Autonomia
GLBTT	Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais
GT's	Grupos de trabalho

IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LER-QI	Liga Estratégica Revolucionária
MEPR	Movimento Estudantil Popular Revolucionário
MLB	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSU	Movimentos Sociais Urbanos
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
NMS	Novos Movimentos Sociais
NTU	Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OUC	Operação Urbana Consorciada
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SETRA-BH	Sindicato das Empresas de transporte de passageiros de Belo

Horizonte

SINDREDE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Belo Horizonte
SIPS	Sistema de Indicadores de Percepção social sobre Mobilidade Urbana
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único da Saúde
TCO	Termo Circunstanciado de ocorrências
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TZ	Tarifa Zero
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

Introdução	
15	

PARTE I	A “dança” das expectativas na história recente da democracia brasileira: de onde parte o tarifa zero?.....21
1	O futuro em aberto e expectativas crescentes: notas sobre a experiência política, movimentos e lutas sociais no período da redemocratização do Brasil.....22
1.1	Entre “invisibilidades” e novos “ingredientes”: notas sobre a participação dos jovens no período de redemocratização da sociedade brasileira.....33
2	A quebra das expectativas ou o alinhamento do Brasil com a Marcha neoliberal global.....38
2.1	Alguns apontamentos sobre a participação política dos jovens nos anos 90
3	A espiral acelerada do tempo no século XXI: o retorno da esperança ou a farsa da história?.....40
3.1	Sobre a estrutura econômica em que se assentou a “euforia nacional” ou as bases onde se reerguem a esperança.....41
3.2	Pacto nacional: engenharia da “pacificação” e da “participação”?..... 46
3.3	Sobre a contestação social no Brasil durante o período do lulismo.....52
3.4	Junho de 2013 ou de como a realidade brasileira pareceu mudar radicalmente.....60
4	O que aconteceu com a esperança? Ou a tragédia se repetiu como farsa?.....71
PARTE II	Tarifa Zero: primeira aproximação e caminhos da pesquisa.....78
1	No meio do caminho tinha um grande protesto, um grande protesto atravessou o caminho.....79
1.1	Notas sobre democracia direta nas ruas: entre conflitos, impasses e tensões.....87
1.2	Da Assembleia Popular Horizontal ao Tarifa Zero.....94
2	Trajeto junto ao Tarifa Zero: questões metodológicas.....102
2.1	Baldeação 1: O contato inicial, subindo a serra com o Tarifa Zero.....97
2.1	Sobre a experiência etnográfica.....113
2.2	Uma etnografia engajada: Copesquisa militante.....118
2.3	Sobre as entrevistas.....123
2.4	Tarifa Zero e internet como fonte de pesquisa.....125
PARTE III	Sobre os sujeitos do TarifaZero.....128
	Baldeação 2: um diálogo com um militante sobre o ativismo contemporâneo.....129
1	Escolarização, formação política e qualificação para a ação política.....133
2	A relação entre a dimensão do trabalho e o ativismo.....137
3	Sobre as experiências de participação dos ativistas do Tarifa Zero.....140
	Baldeação 3: “Busona sem catracas” entre Belo Horizonte e Contagem.....142

PARTE IV	Tarifa Zero: expectativas de transformação em meio aos destroços do Presente.....	160
1	“Deslocamento é lugar”: tarifa zero como perspectiva de transformação da vida na <i>urbe</i>	160
1.1	A história recente da proposta de tarifa zero no transporte público.....	176
	Baldeação 4: um encontro entre Lúcio Gregori e o Tarifa Zero em BH.....	175
2	O campo de ações do movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte.....	196
2.1	Nas ruas contra o aumento da tarifa: desafios e obstáculos.....	203
2.2	Tarifa Zero e institucionalidade: tentativas de uma “política hacker” em meio aos limites da participação institucional.....	219
	Considerações Finais.....	226
	Referências.....	234
	Anexos	254

INTRODUÇÃO

Seguir os rastros, pistas e trilhas dos movimentos sociais, ações coletivas e iniciativas contestatórias pode ser entendido como uma possibilidade interessante para se analisar as dinâmicas, conflitos, dissensos, transformações, recusas e adaptações nas coletividades humanas - este é o caminho que sigo como pesquisador. Esta afirmativa pode ser ainda mais reforçada se pensarmos na velocidade e no ritmo das transformações e mutações vivenciadas nas sociedades contemporâneas. Ou seja, ao aceitarmos o diagnóstico do nosso tempo onde sentimos e experimentamos um mundo acelerado, complexo, diverso, múltiplo, instável, incerto e mutante, podemos pensar na imagem dos movimentos sociais e ações coletivas como grandes faróis que nos indicam, de maneira mais clara em alguns momentos e de maneira mais turva em outros, possíveis direções de onde vem e para onde vão o curso das transformações sociais contemporâneas.

Tomar os movimentos sociais e ações coletivas protagonizadas por jovens como medida para o entendimento das ações contestatórias e compreensão do conjunto de expectativas políticas no mundo contemporâneo é, portanto, o sentido e a motivação que me orienta a pesquisá-los.

No curso do mestrado em Educação¹ realizei um estudo de caso sobre uma movimentação protagonizada por jovens na cidade de Belo Horizonte, oriunda da formação de uma rede ativista onde pude perceber um conjunto amplo de características das formas de ser da contestação social contemporânea: formas de organização horizontais e em rede, conformação de redes de solidariedade, predomínio da ação direta, carnavalização do protesto e

¹ “Em dezembro de 2009, o então prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, assinou um polêmico decreto proibindo eventos de qualquer natureza na Praça da Estação. Localizada na região central da cidade, a Praça da Estação é um espaço público de referência onde se realizam manifestações políticas, culturais e populares em Belo Horizonte. Organizado e mobilizado em rede através de uma lista de discussão e um blog na Internet — ambos intitulados como Praça Livre - o Movimento Praia da Estação surge, então, como uma iniciativa coletiva de questionamento do decreto baixado pelo prefeito, bem como ocupação política/cultural da praça da Estação. Vestidos com trajes de banho e portando pranchas de surf, esteiras, guarda-sol, caixas de isopor, bronzeadores, numa cidade não-banhada pelo mar, os jovens trouxeram à cena pública o debate sobre o uso e apropriação dos espaços públicos da cidade e sobre os próprios rumos do desenvolvimento da urbe, ao mesmo tempo em que ensejaram novas formas de ação coletiva e participação social no cenário urbano OLIVEIRA (2012).

mobilização de recursos simbólicos, emergência das individualidades e/ou das subjetividades individuais no interior das movimentações e ações coletivas, utilização intensa das novas tecnologias da comunicação e informação, simbiose entre a ação política nas ruas e na internet, composição social interna heterogênea, simbiose entre as dimensões do afeto, desejo, razão e necessidade, dentre outras características. E ainda, percebemos que a questão urbana, os rumos do desenvolvimento urbano e os problemas vivenciados na cidade eram uma das motivações centrais que mobilizavam a participação dos jovens naquele contexto contestatório.²

Naquele estudo relacionei a emergência de novos padrões da contestação social urbana protagonizadas por jovens, com o imaginário político rebelde que surgiu a partir dos eventos históricos ocorridos em fins do século XX e início do século XXI, especificamente o levante Zapatista de Chiapas, em 1994,

² Uma questão a ser observada no dissenso contemporâneo no Brasil em torno da problemática urbana é que ele indica relações de simbiose entre demandas pós-materiais tais quais foram elaboradas pelos teóricos dos Novos Movimento Sociais – NMS – em fins dos anos 70 e década de 80 (HABERMAS, 1984; MELUCCI, 1980; TOURAINE, 1989) – qualidade de vida, disputas simbólicas, identitárias e culturais, disputas pelo controle das informações e discursos, autonomia dos atores na criação das formas de dissenso, etc. - com demandas materiais – transporte de qualidade e luta pela humanização da mobilidade urbana, luta contra a especulação imobiliária e por moradia, luta pela manutenção de espaços públicos, lutas em torno da democratização dos meios de comunicação. Posso arriscar diz que essa possível simbiose entre demandas pós-materiais e materiais no interior dos coletivos, movimentos, ações coletivas e iniciativas de contestação contemporâneas no Brasil relacionam-se com a própria formação social brasileira, complexa, e contraditória, cuja singularidade Chico de Oliveira analisou em *Crítica da razão dualista/O ornitorrinco* (2003). Ou seja, seguindo as pistas desse autor, combinam-se, no Brasil, de maneira funcional o “progresso” e o “atraso”, o “moderno” e o “arcaico”, as “benesses tecnológicas” de ponta e a vida “sem limites” do capital e a total falta de estrutura material para uma vida que se chame no mínimo de digna. É a imagem, por exemplo, de uma cidade como São Paulo, onde convivem simultaneamente em “harmonia” uma das maiores frotas de helicópteros para transporte urbano do mundo e moradias sem saneamento básico. A simbiose de pós-materialismo e materialismo nos movimentos urbanos hoje parece, então, expressar as ambiguidades brasileiras: complexas formas de vida que convivem de um lado com os caminhos velozes do progresso, riqueza e desenvolvimento, o que nos dá a sensação (ilusória) de vivermos mais próximo das condições dos países do norte, e de outro lado o “tráfego” na penúria do cotidiano urbano, das carências materiais básicas, do sofrimento originado pela exploração e opressão nas metrópoles brasileiras que tanto marcam nossa história e a história das cidades latino-americanas. Em outras palavras, é como se no contemporâneo temporalidades distintas se amalgamassem: de um lado temos a permanência de histórias demandas urbanas, materiais, por equipamentos públicos, por infra-estrutura, que foram a marca do conjunto de movimentos sociais surgidos em fins dos anos 70 e início dos anos 80 no período da redemocratização (GOHN, 1979, 1985, 1995; SADER, 1988; MOISÉS, 1978, 1985; SOMARRIBA, VALADARES, AFONSO, 1984). De outro, demandas urbanas consideradas como pós-materialistas. Os dados empíricos permitirão dialogar e explorar essas questões de maneira mais profunda.

os Fóruns Sociais Mundiais e os protestos de rua anticapitalistas e antiglobalização, dentre outros. Entendo que esses eventos marcaram de maneira indelével as novas configurações da contestação social na contemporaneidade e, especialmente, as ações coletivas juvenis urbanas.

Essas características da contestação social protagonizada por jovens na capital mineira eram também encontradas em outras pesquisas e estudos, e indicavam a emergência de sujeitos que protagonizavam, em diversas cidades brasileiras, coletivos, iniciativas, movimentos ações contestatórias, grande parte das vezes não tão visíveis (CAIRES, 2010; CEDENO, 2006; CHRISPINIANO, 2002; FREIRE FILHO, 2007; LIBERATO, 2006; SOUSA, 2004), e que, em meu entender, compuseram uma das antessalas da marcante onda de protestos em junho de 2013.

Um olhar crítico sobre minha dissertação de mestrado alertou-me para o cuidado e a atenção em não repetir dois equívocos nesta tese. O primeiro deles está em superestimar as possíveis novidades trazidas pelos movimentos contemporâneos. O fato é que, para além de superestimar a novidade naquele trabalho, não me aprofundi historicamente para demonstrar que o que há de suposto novo nas movimentações sociais contemporâneas, veio sendo gestada nos labirintos tortuosos da história desde pelo menos os eventos contestatórios de 68 e que, fundamentalmente, a novidade nunca foi pura, ela conviveu e convive com o velho, com as formas consideradas clássicas de participação e militância conforme outros estudos sobre a participação política juvenil contemporânea demonstram (BRENNER, 2011).

E, ainda, o conjunto de ações coletivas e movimentos sociais ocorridos recentemente no Brasil, protagonizados ou não por jovens, especialmente os protestos de junho de 2013 e seus desdobramentos, demonstraram que formas clássicas e contemporâneas combinam-se e produzem, também, simbioses dentro dos movimentos sociais e ações coletivas borrando possíveis nítidas fronteiras entre velho e novo.

O segundo equívoco que cometi no mestrado e que procuro evitar com este trabalho de doutorado está relacionado com a supervalorização das qualidades do movimento objeto de pesquisa. Percebo, com maior criticidade

hoje que, apesar de procurar apontar limites e problemas das novas formas de contestação em minha pesquisa anterior, fui tomado por um entusiasmo que continha alguns exageros. Ainda que considere acertada minha percepção, naquele momento, de que nos grandes centros urbanos havia uma potência contestatória protagonizada pelas novas gerações, algo que os acontecimentos posteriores, como os grandes protestos de junho de 2013 vieram, de alguma forma, demonstrar, avalio que minha análise mostrou-se desequilibrada por ressaltar mais as qualidades do que os limites das novas movimentações. É sempre importante termos em mente, ativistas e pesquisadores, alertas como o indicado pelo filósofo Slavoj Žižek quando visitou o acampamento de manifestantes do movimento Occupy Wall Street³ na Liberty Plaza, em Nova Iorque:

Não se apaixonem por si mesmos, nem pelo momento agradável que estamos tendo aqui. Carnavais custam muito pouco – o verdadeiro teste de seu valor é o que permanece no dia seguinte, ou a maneira como nossa vida normal e cotidiana será modificada. Apaixone-se pelo trabalho duro e paciente – somos o início, não o fim. Nossa mensagem básica é: o tabu já foi rompido, não vivemos no melhor mundo possível, temos a permissão e a obrigação de pensar em alternativas. Há um longo caminho pela frente, e em pouco tempo teremos de enfrentar

³Duas mil pessoas ocuparam de fato Wall Street no dia 17 de setembro. (...) a sua mensagem era clara: “Somos os 99% da população que não toleram mais a ganância e a corrupção do 1% restante”, diziam. Ali estava uma maioria de jovens a protestar contra a especulação praticamente incontrolável de Wall Street, que provocou a crise financeira mundial.” Ver mais em GOODMAN (2011). Disponível em: <http://goo.gl/MbmYRs> - acesso 05/05/2015. O ocupação no ano de 2011 durou até a chegada do poderoso inverno no final daquele ano. O movimento estadunidense fez parte de um novo ciclo de lutas que emergiu no início da segunda década dos 2000. Questionando o modelo capitalista que provocou a crise econômica nos países desenvolvidos, questionando os governos ditatoriais no mundo árabe ou questionando o modelo educacional como aconteceu no Chile, principalmente os jovens, colocaram com toda a força o dissenso nas ruas. O ano de 2011 foi um marco nas movimentações em todo o mundo: a chamada “Primavera Árabe” que aconteceu em países do norte da África e Oriente Médio como Egito, Tunísia, Líbia e Síria; os Indignados ou 15-M acampados em praças e ruas em diversas cidades da Espanha; o já referido Occupy Wall Street; A revolta dos Pinguins chilenos, uma revolta dos estudantes por uma educação pública e gratuita no Chile são exemplos de lutas desse ciclo. No Brasil houveram “ecos” desses acontecimentos influenciando a realização de acampadas, nomeadas aqui como “ocupas”, em grandes cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte. No caso específico da capital mineira, houve uma “OcupaBH” na Praça da Assembleia no ano de 2011 que durou “extraordinários” 140 dias! “Finalmente, no dia 15 de outubro de 2011, nas redes sociais da internet, surgiu um chamado para que o movimento se espalhasse pelo mundo e esse chamado chegou ao Brasil. Algumas de nossas cidades, na sequência da manifestação do dia 15, decidiram ainda por estabelecer acampadas por tempo indeterminado: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Curitiba, entre outras. Em Belo Horizonte, a Praça da Assembleia foi o local escolhido para um acampamento que durou 140 dias e ficou conhecido como OcupaBH.” Ver em *Blog do Ocupa BH*. Disponível em: <https://ocupabh.wordpress.com/about/> - acesso em 07/04/2015. Alguns integrantes do movimento Tarifa Zero tiveram sua primeira experiência militante mais intensa na “OcupaBH”. Certamente que esses experimentos também entram no conjunto de fenômenos do dissenso que compõe as “antessalas dos grandes protestos de junho”.

questões realmente difíceis – questões não sobre aquilo que não queremos, mas sobre aquilo que QUEREMOS. Qual organização social pode substituir o capitalismo vigente? De quais tipos de líderes nós precisamos? As alternativas do século XX obviamente não servem.⁴

Longe de querer desqualificar ou desmerecer o movimento dos acampados, o filósofo esloveno parecia tocar em questões e desafios da ordem do dia: e após o acampamento, o que fazer? Que fazer com o próprio acampamento, que direção tomar? Ou seja chamava, com cautela, a atenção para que os ativistas não se apaixonassem com o presente vivido e sim que vivenciassem aquela experiência como algo que apontasse para alternativas de futuro. São conselhos importantes para que analisemos os movimentos de maneira que as paixões do “presenteísmo” não nos absorva e faça com que percamos uma mirada histórica mais profunda e ampliada dos próprios sentidos que os movimentos produzem.

Pois bem, o objeto de estudo que aqui apresento é o movimento Tarifa Zero (TZ) de Belo Horizonte, surgido em meio aos grandes protestos do ano de 2013, que colocou na agenda pública da cidade a luta pelo direito social ao transporte. O objetivo deste estudo é o de compreender quem são os sujeitos que participam do movimento, bem como compreender o significado, as expectativas e os limites que suas ações anunciam e produzem e a relação destas questões com contexto da sociedade brasileira contemporânea. Ao mergulhar no interior do movimento Tarifa Zero, procurei estabelecer diálogo com as seguintes questões: quem são os sujeitos que participam do movimento tarifa zero? Quais são os significados da luta pelo direito social ao transporte? O que essa experiência de luta pode nos informar sobre os obstáculos e desafios que o atual contexto da democracia no Brasil coloca para os movimentos sociais? Quais utopias o movimento alimenta? Que horizontes de futuro podem ser percebidos a partir da ação do movimento?

Este trabalho está organizado em quatro partes. A PARTE I, A “dança” das expectativas na história recente da democracia brasileira, é dedicada a uma análise panorâmica das expectativas sociais de transformação ensejadas em

⁴Ver texto completo no *Blog* da Boitempo. Disponível em: <http://goo.gl/UAIZSF> - acesso em 08/05/2015

nossa recente história democrática. O objetivo é de compreendermos de onde parte o movimento Tarifa Zero, ou seja, compreendermos o repertório de expectativas que delinearão a sociedade brasileira recente.

Na PARTE II, intitulada Tarifa Zero, primeira aproximação e caminhos da pesquisa, há uma descrição analítica dos caminhos da investigação e o diálogo com a perspectiva metodológica que sustentou a mesma, o campo da etnografia e da copesquisa militante. A PARTE III traz uma discussão sobre os sujeitos do movimento Tarifa Zero, com o enfoque na compreensão da relação entre a atuação no movimento e as seguintes questões: processos de escolarização, formação política, trabalho e experiências anteriores de engajamento. Por fim, a PARTE IV intitulada, Tarifa Zero: expectativas de transformação em meio aos destroços do presente, procuro compreender os sentidos da luta pelo direito social ao transporte, a história recente da pauta da gratuidade universal dos transportes e as ações do movimento Tarifa Zero.

E por último, uma rápida explicação sobre um termo que aparece nas quatro PARTES do trabalho. Utilizei a metáfora *Baldeação* para indicar os relatos etnográficos. Quando o leitor se deparar com o termo saiba que será “lançado” para o interior do Tarifa Zero através de alguns momentos que vivenciei no campo de pesquisa.

PARTE I

**A “DANÇA” DAS EXPECTATIVAS NA HISTÓRIA RECENTE DA
DEMOCRACIA BRASILEIRA: DE ONDE PARTE O TARIFA ZERO?**

1. O futuro em aberto e expectativas crescentes: notas sobre a experiência política, movimentos e lutas sociais no período da redemocratização do Brasil.

O período de redemocratização da sociedade brasileira constituiu um cenário onde emergiu um conjunto expressivo de experiências e lutas sociais protagonizadas pelas camadas populares. Neste período o Brasil vivenciou o crescimento de uma diversidade de lutas sindicais, movimentos sociais, ações coletivas e expressões políticas dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os tempos eram então de elaboração de novas modalidades de expressão política das classes populares, tempos do surgimento, fortalecimento e visibilidade de formas associativas autônomas de base local: associações comunitárias e associações de bairro, vilas e favelas; “novo sindicalismo” e oposição às estruturas burocráticas sindicais; movimentos reivindicativos de mães e mulheres por escolas e creches; movimentos de luta por melhorias urbanas e conquista de direitos sociais; movimento negro; teologia da libertação e pastorais nas igrejas e movimento ambientalista, dentre outros.

Uma parte dessas experiências sociais de maior visibilidade e força no período foi conceituada como Movimentos Sociais Urbanos – MSU – ou Novos Movimentos Sociais – NMS.⁵ De maneira geral estes movimentos organizavam-se de forma associativa e autônoma, tendo como referência os locais de moradia e de trabalho e se concentravam nas seguintes questões:

- questões de talhe reivindicativo de identidades específicas como gênero e etnia;

⁵ Identificamos que na literatura brasileira sobre os movimentos sociais que o conceito MSU foi mais utilizado quando os autores analisavam movimentos sociais dentro de um quadro de análise estrutural mais geral sobre as contradições urbanas, reprodução e condições de vida da classe trabalhadora nas cidades e metrópoles. Já o conceito NMS foi mais utilizado quando o objeto de análise eram os recém surgidos movimentos ambientalista, feminista e negro, dentre outros que não se encaixavam diretamente no quadro estrutural das contradições urbanas e se voltavam para questões identitárias, simbólicas e culturais. Como referências de teóricos do conceito MSU temos: BORJA (1975), CASTELLS (1980, 1983), LOJKINE (1979,1985, 1997). Já como referências teóricas para novos movimentos sociais temos: HABERMAS (1981, 1984), MELUCCI (1980), TOURAINE (1989). Produzidas na realidade europeia e sendo muito utilizadas no Brasil e América Latina no período, como apontam as revisões de literatura desta área (HABER, 1996; DAVIS, 1999), as teorias destes autores passaram por adaptações e reinterpretções que garantissem um diálogo com a realidade latino americana.

- demanda por melhoria e construção de estrutura urbana - moradia, transporte, saneamento, estrutura viária - e serviços urbanos públicos de consumo coletivo - serviços de saúde, educação, coleta de lixo e transporte público, dentre outros.

Uma vasta e rica literatura dedicou-se a pesquisar e interpretar esses expressivos experimentos políticos autônomos e emancipatórios das camadas populares e não seria possível aqui analisar e focar com mais calma e profundidade toda esta produção acadêmica e militante.⁶

Além da riqueza analítica e das diferenças entre as abordagens e enfoques presentes nessa literatura há um aspecto comum a ser ressaltado: em graus distintos, pode-se perceber que os autores e autoras indicam que a emergência dos novos atores em cena na vida nacional abriu, através de suas experiências e ações, um conjunto de expectativas distintas para a sociedade brasileira. As lutas populares e dos trabalhadores nas periferias urbanas, carregavam o sentido da emancipação, das transformações sociais, das possibilidades de se viver uma vida digna, da construção de uma sociedade justa e democrática: em suma, carregavam o sentimento da esperança, de um futuro em aberto. Luta democrática, transformações sociais e justiça social constituíam um mesmo sentido interpretativo:

Neste contexto, estudar as periferias urbanas era também estudar a cena política brasileira. Não se podia ignorar o papel dos movimentos sociais que tinham nelas seus celeiros. Antropólogos, sociólogos e cientistas políticos se interessaram por estes territórios da cidade, e as análises mesmo de suas dimensões mais cotidianas incluíram, inevitavelmente, um olhar sobre a política. Instituíam-se neste contexto, tanto na disputa política quanto na análise, um nexos normativo bastante forte entre as noções de democracia e de justiça social, com foco privilegiado nas periferias urbanas, que permaneceu durante as décadas seguintes como um pressuposto, quase naturalizado, de grande parte das análises sobre a democratização brasileira. A construção da democracia, centro de elaboração do projeto político em pauta nas esquerdas do país, deveria produzir “inclusão social” destas periferias, rumo à igualdade (FELTRAN, 2008, p. 39).

⁶ Alguns exemplos são: BRANDÃO, 1981; CARDOSO, 1983; CAMPOS, 1989; GOHN, 1979, 1985, 1995; KONDER, 1986; JACOBI, 1982; MOISÉS, 1978, 1985; NUNES, 1989; SHERER-WARREN, 1987; SADER, 1988; SINGER, 1980; SOMABIRRA, VALADARES, AFONSO, 1984; TELLES, 1981; VIGEVANI, 1989.

Selecionei três pequenos fragmentos que exemplificam, de certa forma, o espírito do tempo experimentado tanto por aqueles que se colocavam em movimento quanto por aqueles que procuravam analisar o que ocorria.

O primeiro deles é um trecho da apresentação do livro, *Cidade, povo e poder*, de 1985, feita por Paulo José Krischke (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC):

Mas existem outras dimensões políticas desses movimentos, talvez ainda mais importantes: por um lado, mesmo os movimentos massivos e espontâneos de protesto evidenciam às vezes a emergência na prática de novos sujeitos históricos coletivos, potencialmente autônomos frente aos métodos usuais de cooptação, integração e repressão por parte do Estado. Por outro lado, os movimentos mais estáveis e organizados manifestam frequentemente uma tendência ainda mais inovadora e promissora: tais experiências são tentativas de autogestão das bases, que apontam sem dúvida, ainda que insuficientemente, e às vezes de modo esporádico e limitado – para os caminhos de autoregulação da sociedade, desvendando portanto, pistas e ensaios concretos de um novo padrão de civilização e convivência social (MOISÉS *et al.*, 1985, p, 10).

O trecho acima é um forte exemplo do tom analítico adotado sobre os movimentos sociais das décadas de 70 e 80 e das expectativas de futuro que os mesmos fomentavam. Segundo as palavras do autor, os movimentos indicavam uma tendência “inovadora” e “promissora” que carregava os sentidos de autonomia frente às instituições e ao Estado, aprofundamento democrático (autoregulação), sociabilidade fundada na solidariedade de classe, constituição de um espaço público além do sistema de representação política, combate às injustiças sociais e de transformações sociais que pavimentassem o caminho da construção de um outro padrão civilizacional no Brasil.

Já Vera da Silva Telles, em um artigo intitulado, *Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70*, que compõe o livro, *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul* (1987), escreve sobre os sentidos atribuídos às “novas formas de participação” delineadas pela emergência dos movimentos populares naquele período:

[...] as novas formas de participação foram vistas como elementos portadores do futuro. Foi nelas que muitos autores se apoiaram para pensar os movimentos populares como agentes de uma transformação sentida como necessária. Para alguns, como condição para uma revitalização democrática da sociedade e das instituições ou, então, para a construção de uma ‘nova hegemonia’ capaz de instaurar uma ‘democratização substantiva’ da sociedade. Outros autores ainda viram nisso tudo elementos prefigurados de uma nova sociedade a ser

construída e regida pelos princípios da democracia de base e da participação igualitária entre todos (SCHERER-WARREN, KRISCHKE, 1987, p. 59).

A autora faz um balanço das interpretações dos movimentos populares que indicam o espírito do tempo experimentado no período que antecedia o fim da ditadura civil-militar e a transição para uma sociedade democrática. Novamente temos aqui a ideia dos movimentos sociais como “portadores do futuro”, “mensageiros”, “construtores” e “guardiães” de expectativas promissoras e emancipatórias para a sociedade brasileira.

E Eder Sader, nas conclusões do clássico livro, Quando novos personagens entraram em cena, de 1988, reforça essas positivas expectativas:

Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político constituído. Expressaram a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas de vida social. Mas foram mais do que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles uma promessa de uma radical renovação da vida política [...]

Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros (SADER, 1988, p.313).

Em Sader temos também a ideia de que os movimentos sociais apontavam para questões que transbordavam as lutas locais e específicas: eles indicavam o sentido das transformações sociais e carregavam uma promessa de uma radical renovação da vida política.

No entanto, para o mesmo autor, o desenrolar da história indicou outros caminhos. A interpretação e análise política de Sader frente aos acontecimentos do período o fez relativizar a positividade das expectativas então depositadas. E não era qualquer espécie de interpretação. O autor, fundador do Partido dos Trabalhadores – PT –, era um intérprete coparticipante das lutas sociais e da agitação política daqueles anos. Pensando a partir desta posição engajada e comprometida com transformações sociais profundas na sociedade brasileira, ele percebeu que:

Hoje, quando a transição política do país se consuma o que era promessa tornou-se história. As questões postas se resolveram de

algum modo. Difusas aspirações de justiça social e de democracia, presentes na sociedade, foram recolhidas e elaboradas de outro modo pela Aliança Democrática que constituiu a chamada “Nova República”. Já a partir de 1982, com o estabelecimento dos primeiros governos estaduais do PMDB, um aparelho de Estado transformado começou a abrir-se para reconhecer a legitimidade das organizações populares e incorporá-las em sua própria dinâmica. Não cabe aqui a análise desse novo regime e das contradições que ele implica, entre a preservação de um sistema autoritário e a liberalização havida; entre a proclamação de objetivos de justiça social e a hegemonia do grande capital, que acarreta uma política de sacrifícios para os trabalhadores. Basta dizer que, de um modo ou de outro, este projeto foi vitorioso, nas batalhas políticas decisivas entre 1982 e 1984. Sua narrativa já constitui uma outra história [...]

O que nos interessa aqui é que, nesse sentido, o projeto político implícito nos movimentos sociais do fim da década de 70 sofreu uma derrota. E é por isso mesmo que hoje suas promessas são vistas frequentemente como ilusões, mistificações, erros de avaliação [...]. Nesse sentido, se bem que não tenhamos mais as ilusões que tínhamos há 8 anos, não podemos cancelar o fato de que efetivamente aqueles movimentos eram portadores daquelas promessas e tiveram aqueles significados enquanto possibilidades postas numa situação aberta (SADER, 1988, p. 314 -315).

Para Sader o “processo de redemocratização” modificou o projeto político emancipatório e autônomo das classes populares, bloqueando a potência das expectativas e promessas de transformação que os mesmos anunciavam. Ao incorporar e elaborar, em outros termos, as aspirações de justiça social e democracia trazidas pelos movimentos sociais a “Nova República” os submeteu à “hegemonia do grande capital” (SADER, 1988, p 315).

É nesse sentido que o sociólogo e militante paulista utiliza o termo derrota para sinalizar que as promessas contidas nas lutas sociais foram capturadas por um arranjo conciliatório que manteve de pé as estruturas econômicas e políticas de exploração. Ainda assim, Sader termina o livro com algum otimismo, dizendo que as formas de expressão dos movimentos sociais dos fins da década de 70 “passaram a constituir um elemento da vida política do país. Suas promessas,

inscritas numa memória coletiva, podem ser reatualizadas”⁷ (SADER, 1988, p.315). Ou seja, mesmo reconhecendo a derrota de um possível projeto de transformação escrito na experiência das lutas sociais, Sader aponta para uma potência da virtualidade temporal desta mesma experiência: um *ethos* que se inscreve na vida e no imaginário coletivos e que perdura no tempo.

Entre as expectativas positivas trazidas pela novidade política dos movimentos sociais da década de 70 e 80 e as desilusões experimentadas no processo de redemocratização, o saldo ainda pareceu ter sido de perspectivas de futuro e de possibilidades de transformação social.

Ou seja, ainda que, do ponto de vista da análise rigorosa e crítica de Sader, a história indicou que os desdobramentos daquelas lutas inscreviam-se para além do “sequestro da energia” dos movimentos realizado pela “Nova República”. É que em meio às contradições do processo de redemocratização emergiram, do campo de experiências políticas dos trabalhadores, um partido político de base popular que encarnava os anseios mais profundos de justiça, transformação social e democracia (o Partido dos Trabalhadores), uma central sindical atuante e influente, oriunda de grandes lutas e greves (a Central Única dos Trabalhadores - CUT), um movimento social que se tornaria referência de luta pela reforma agrária e de um outro projeto de desenvolvimento para o Brasil (o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), bem como um

⁷ A leitura de Éder Sader traz a possibilidade e inspiração de um estudo comparativo. Há semelhanças e continuidades importantes entre os movimentos sociais daquele período e os movimentos contemporâneos que merecem ser investigadas de maneira mais profunda. Obviamente que os tempos históricos são distintos, que as tramas sociais são outras, que os sujeitos não são os mesmos, que os imaginários políticos se alteraram, que as formas de comunicação se transformaram, que as formas de organização assumiram outras qualidades, que a democracia brasileira vive outro momento e novos desafios. Mas, não deixa de ser intrigante lermos trechos como esse: “os movimentos sociais não substituem os partidos nem podem cancelar as formas de representação política. Mas estes já não cobrem todo o espaço da política e perdem sua substância na medida em que não dão conta dessa nova realidade. [...] Eles expressam tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas de vida social” (SADER, 1988, p.313). Se substituirmos o termo movimentos sociais pelos termos protestos ou manifestações, o sentido da análise de Sader não caberia para analisarmos os acontecimentos de junho de 2013? E ainda, ao reforçarem a ideia da autonomia, democracia direta e autoregulação como características dos movimentos sociais dos anos 80, Sader e os autores daquele período não diziam de características semelhantes às que encontramos nos movimentos sociais, coletivos e iniciativas de contestação social contemporâneos? Que teias, costuras e fios podem compor continuidades históricas e rupturas aos estudarmos os movimentos sociais na nossa história recente?

conjunto de lutas e pressões organizadas que efetivaram a conquista de uma série de novos direitos na constituição brasileira de 1988.⁸

Em um breve comentário sobre esse período da história brasileira, o filósofo paulista Paulo Arantes (2015) nos traz uma instigante questão:⁹ o autor coloca a hipótese de que houve uma espécie de “dissincronia” entre nosso tempo histórico e o tempo histórico do mundo. Enquanto, de um lado, o socialismo real entrava em ruínas e com ele todo um campo de expectativas e de outro, o mundo europeu vivenciava a crise do chamado Estado de Bem-Estar Social e a emergência do neoliberalismo, no Brasil vivíamos a euforia da abertura de expectativas pavimentadas pelo caminho das lutas sociais e da transição democrática. Ou seja, enquanto o mundo experimentava um conjunto de expectativas decrescentes, que o filósofo Juergen Habermas traduziu como o período do “esgotamento das energias utópicas”¹⁰, no Brasil a sociedade experimentava sua reinvenção após um longo período de ditadura civil-militar.

Em outras palavras, enquanto as sociedades do capitalismo central experimentavam o fechamento dos horizontes de futuro, a sociedade brasileira vivenciava as possibilidades abertas do novo, um horizonte de expectativas crescentes, um futuro democrático baseado na ideia de justiça social. Ou seja, naqueles anos marcados pela esperança no Brasil, a expressão esgotamento das energias utópicas, não fazia sentido. Democracia, participação, direitos sociais, igualdade e justiça significavam o contrário de um mundo que via as perspectivas de emancipação ou segurança e estabilidade ruírem frente ao credo neoliberal que ganhava força no contexto global.

⁸ A socióloga Maria Inez Gomes, em um artigo intitulado, Participação: controle social ou cooptação?, publicado no jornal Folha de São Paulo em 29/06/2011 confirma a relação direta entre as lutas e movimentos sociais dos anos 80 e as conquistas populares na constituição de 1988: “o processo constituinte, o amplo movimento de ‘Participação popular na Constituinte’, que elaborou emendas populares à Constituição e coletou subscrições em todo o país, marca este momento de inflexão e uma nova fase dos movimentos sociais. Momento em que as experiências da ‘fase’ anterior, predominantemente reivindicativa, de ação direta ou ‘de rua’, são sistematizadas e traduzidas em propostas políticas mais elaboradas e elevadas. Cf.: <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/936517-participacao-controle-social-ou-cooptacao.shtml> - acesso em 25/08/2015.

⁹ Extraímos aqui um pequeno trecho da fala de Paulo Arantes intitulada. Crise e esgotamento. que integrou a II Feira de Opinião Antropofágica em São Paulo no ano de 2015. Cf. TV Boitempo: Disponível em: <https://youtu.be/-np5Rz4qPNA>. Acesso em: 23/11/2015.

¹⁰ Em setembro de 1987 a revista, Novos Tempos, do CEBRAP publicou o artigo traduzido de Habermas intitulado A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas.

Em um debate sobre a ascensão conservadora na sociedade brasileira, realizado no mês de agosto de 2012 na Universidade de São Paulo,¹¹ Singer parte de um raciocínio semelhante ao falar sobre o que ocorreu no Brasil em fins da década de 70 e ao longo dos anos 80. Segundo ele, estranhamente, enquanto o que chamamos de neoliberalismo iniciava sua consolidação no mundo capitalista desenvolvido, o Brasil vivia uma espécie de hegemonia cultural de esquerda que colocava o país, em certa medida, na contramão dos rumos políticos, culturais e econômicos globais.

Segundo a hipótese do autor, no âmbito da cultura havia uma “predominância das ideias de esquerda” que se prolongou até o início dos anos 90. Esse fato teria propiciado uma vivência “retardatária” do fenômeno neoliberal no Brasil. Ou seja, a existência de uma “hegemonia de esquerda” no plano cultural na década de 80 significou um “freio” ao neoliberalismo que já triunfava nos países do capitalismo central (SINGER, 2012).

1.1 Entre invisibilidades e novos ingredientes: notas sobre a participação dos jovens no período de redemocratização da sociedade brasileira

Conforme já sabemos temos, então, no período da redemocratização do Brasil: luta pela abertura política, pela democracia e por justiça social; expectativas crescentes e sentimento de futuro aberto para os sonhos de transformação social. E os jovens? Onde estavam os jovens?

As duas principais referências de estudos que assumem a categoria juventude como centro de suas análises datam de décadas anteriores. Destaca-se o pioneirismo de Ianni (1968) com um texto publicado no livro, *Sociologia da Juventude v.1*, intitulado *O jovem radical*, e Forrachi em dois de seus principais estudos, *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, de 1965 e *A Juventude na Sociedade Moderna*, de 1972.

Ao que parece não há uma produção acadêmica específica que registre e analise a participação dos jovens nos Novos Movimentos Urbanos ou Novos Movimentos Sociais naquele período recente da história brasileira.

¹¹ Debate “A Ascensão Conservadora” - Marilena Chauí, André Singer e Vladimir Safatle. Agosto de 2012 – Disponível em: https://youtu.be/2DsAn_98zuY. Acesso em 23/11/2014.

A despeito da intensa movimentação social e política no período de redemocratização brasileira, o tema jovens e participação política, curiosamente, não foi objeto de interesse acadêmico, ao menos na área da educação, entre 1980 e 1984. É o que constata o pesquisador Paulo Carrano na publicação, *Juventude e escolarização (1980-1998) - Série Estado do Conhecimento nº 7*, publicado em 2002.¹² Já a partir de 1985 aparecem trabalhos, onde o objeto é o jovem estudante,¹³ sobre a participação política dos mesmos na área da educação focando, principalmente, a análise na participação no movimento estudantil, secundarista e universitário, durante o período da ditadura civil-militar,

Para esta pesquisa não foi realizado um levantamento exaustivo sobre trabalhos em outras áreas do conhecimento com o tema da participação política de jovens na primeira metade da década de 80. No entanto pode-se levantar a hipótese de que o movimento estudantil e a participação na escola e na universidade, especialmente no período autoritário, tenham sido igualmente as questões mais presentes nos estudos do período de maneira geral.

Duas hipóteses, complementares, podem explicar a dificuldade em se encontrar trabalhos que estudaram a relação entre jovens e os movimentos e lutas sociais no período da transição democrática:

- o campo de estudos sobre juventude no Brasil não era consolidado e o próprio conceito e definição de juventude era ainda objeto de discussão e afirmação (SPOSITO, 2002).¹⁴
- certamente havia a presença de jovens nas lutas sociais do período mas, a figura do ser jovem era diluída entre os personagens em cena: moradores de periferia, mulheres, negros e trabalhadores. Não aparece na literatura sobre os movimentos e lutas sociais no período uma diferenciação ou especificação da

¹² Publicação coordenada pela pesquisadora Livre-Docente de Educação da Universidade de São Paulo, Marília Pontes Sposito, e realizada pelo Comitê dos Produtores da Informação Educacional (Comped) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPed).

¹³ ANJOS, 1996; LEITE, 1990; PACHANE, 1998; PEREIRA, 1986; PESCUMA, 1990; SAMPAIO, 1995; RAMIREZ, 1998.

¹⁴ O conceito de juventude continua sendo objeto de discussões teóricas em um campo de pesquisa ainda em constituição. Juventude ou juventudes, geração, faixa etária, ciclo da vida, transição para a vida adulta, dentre outros, são noções e ideias que alimentam os debates em torno da definição conceitual.

marca geracional, ou seja, as figuras do jovem trabalhador, jovem morador de periferia, jovem negro, jovem mulher estão ausentes das análises.

Já a partir da segunda metade dos anos 80 e da virada para a década de 90, apareceram os estudos que relacionam participação juvenil e culturas urbanas. Estes trabalhos mostram um alargamento da experiência dos jovens em ações coletivas, com destaque para a relação entre a esfera cultural e novas formas de ocupação política das cidades. O acento da análise estava no reconhecimento da esfera cultural como elemento importante para os processos de sociabilidade juvenis, para a aglutinação de interesses comuns e de práticas coletivas (ABRAMO, 1994; CAIAFA, 1989; SPOSITO, 1994; VIANNA, 1988). Eram os jovens aparecendo na cena pública para além dos lugares comuns do movimento estudantil, da escola e da universidade e que, conseqüentemente, passavam a ser percebidos como algo que ultrapassava a figura do jovem estudante.

Estes estudos abordavam uma parcela das juventudes que trazia para o espaço público das cidades brasileiras seus corpos e roupas marcados por novos estilos de vida, novas linguagens, novos comportamentos e vozes dissonantes, sendo os grupos e jovens punks um forte exemplo deste fenômeno. A emergência do punk no Brasil traz novos ingredientes e camadas interessantes para a análise das expectativas sociais a partir da experiência desses jovens.¹⁵

Abramo interpreta o surgimento do punk como expressão de um horizonte limitado de futuro e perspectivas. Crise do futuro, mundo sem saídas, colapso generalizado, decadência e evocação espetacularizada do apocalipse são elementos característicos da cultura punk. O comportamento que deseja escandalizar a sociedade através das roupas, dos adereços e intervenções corporais e das letras e ritmo agressivo das músicas pode ser interpretado como expressão da “crise utópica” (ABRAMO, 1994, p.53).

Como então o punk como expressão cultural e estilo de vida juvenil com essas características surgiu no Brasil logo no período em que as esperanças e

¹⁵ Esta certamente é uma das questões centrais no estudo sobre o Tarifa Zero, ou seja, compreender de que forma a experiência dos ativistas em um coletivo específico pode indicar elementos para a compreensão mais geral da condição política e democrática brasileira.

energias utópicas eram renovadas? Não há então um descompasso entre as experiências das lutas e movimentos sociais no período e as expressões culturais dos jovens como os punks?

Freire Filho indica que não, não houve um descompasso. Pelo contrário:

No Brasil, desde a chegada do movimento, no finalzinho dos anos 1970, os punks tendem a identificar-se com personagens explorados e marginalizados, que expressam sua revolta contra o sistema e as autoridades por meio de greves, passeatas, quebra-quebras, etc. [...] No meio de uma reunião de punks paulistas em 1982, um grupo começou a gritar: "Lula é punk"!; nas eleições daquele ano, quase todos votaram no PT. Os punks nativos participaram, ainda, de shows da Campanha Diretas-Já e de arrecadação de fundos para a Nicarágua" (FREIRE FILHO, 2005, p. 149).

O trecho acima provoca a pensar que existem múltiplas formas de experiência e vivência das expressões culturais juvenis. Ou seja, ainda que os jovens punks brasileiros se inspirassem nos modos de ser dos pioneiros jovens punks europeus e norte-americanos, não havia uma mimese total. O nihilismo que marca a cultura punk, no Brasil, parece ter sido combinado com a energia e potência de abertura para o futuro das lutas e movimentações sociais. Dissincronias dos tempos do mundo - entre o tempo brasileiro das esperanças com a abertura política e lutas sociais e entre o tempo do esgotamento das energias utópicas nos países capitalistas centrais - eram ressignificadas e combinadas pelos jovens punks brasileiros. Uma imagem que represente a cultura punk no Brasil pode ser a de um pêndulo: algo que se movimentava entre o colapso e a esperança política e entre a crise da utopia e a abertura de expectativas.

E tal imagem não se sustenta apenas nesse movimento pendular apenas pela aparente contradição entre sentimentos do mundo dissonantes entre o Brasil e os países do capitalismo central e sim nas próprias contradições do período de transição democrática no Brasil. Se no campo da experiência política, como venho afirmando reiteradamente, o futuro era positivado em expectativas crescentes na década de 80, a economia rumava por um caminho oposto. No período da transição democrática, o Brasil foi assolado por uma grande crise econômica influenciada pelos efeitos globais da crise econômica internacional e por frustrados e atabalhoados planos econômicos no governo Sarney (1985 -

1990),¹⁶ que fez o período também ser conhecida como a década perdida (MALLMANN, 2008).

Os jovens punks oriundos das periferias e da classe trabalhadora, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo (ABRAMO, 1994; CAIAFA, 1989), vivenciavam *in loco* os efeitos da injusta e desigual estrutura social brasileira, bem como as duras condições de vida em seus locais de moradia, de trabalho e de lazer. É nesse sentido, então, que podemos entender em que medida o movimento pendular dos punks brasileiros, entre o colapso e a expectativa, indicava questões sociais mais amplas. A imagem dos anos 80 também podem ser a do movimento de um pêndulo: ora fincado nas esperanças políticas, ora mergulhado na dura crise econômica. O que indica que o olhar sobre aqueles anos pode ser enriquecido se tomarmos como lentes a experiência das, então recém surgidas, culturas (ou subculturas) juvenis urbanas.

2. A quebra das expectativas ou o alinhamento do Brasil com a marcha neoliberal global.

As esperanças e expectativas positivas de futuro, pavimentadas nos caminhos dos movimentos e lutas sociais da década anterior, sofreram uma debacle na década de 90.

A derrota eleitoral do Partido dos Trabalhadores na primeira eleição presidencial realizada após a redemocratização do país, no ano de 1989, foi um sinal dos tempos que viriam. Significou a derrota da candidatura que trazia a experiência e a construção política das camadas populares e trabalhadores, Lula, a esperança, para a candidatura de Fernando Collor de Mello, que representava o *establishment* nacional. Era o caminho inicial para o que ficou conhecido como “década neoliberal”:

No caso do Brasil, o modelo neoliberal se implantou nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Neste último, a implantação se realizou com a chamada Reforma do Estado ou, como diziam os tucanos, uma “engenharia política” dita racionalizadora e modernizadora [...] O fundamento ideológico da reforma foi cristalino: todos os problemas e malefícios econômicos, sociais e políticos do país decorreriam da presença do Estado não só no Setor de Produção

¹⁶ Refiro-me aos vários planos econômicos que tentaram, sem sucesso, garantir certa estabilidade econômica e combater a hiperinflação no país: Plano Cruzado I e II (1986), Plano Bresser (1987) e Plano Verão em 1989).

para o mercado, mas também nos Serviços Não-Exclusivos, donde se conclui que todas as soluções e todos os benefícios econômicos, sociais e políticos devem vir da substituição do Estado pelas empresas privadas no Setor de Produção e no dos Serviços Não-Exclusivos. Em outras palavras, o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da República. Isto significa a saída do Estado não apenas do Setor de Produção para o Mercado (como seria de se esperar numa ideologia da “desregulação” econômica), mas, sobretudo, do setor de serviços públicos (educação, saúde, moradia, transporte, cultura etc). Em outras palavras, a reforma excluiu as exigências democráticas dos cidadãos ao Estado e aceitou apenas as exigências feitas pelo capital ao seu Estado, isto é, excluiu todas as conquistas econômicas, sociais e políticas, vindas de lutas populares no interior da luta de classes. Essa identificação entre o Estado e o capital em sua forma neoliberal apareceu de maneira nítida na substituição do conceito de *direitos* pelo de *serviços*, que levou a colocar *direitos* (como saúde, educação, moradia, transporte, cultura) no setor de *serviços* destinados a se tornar não estatais e definidos pelos interesses de mercado. A reforma, portanto, em consonância com o neoliberalismo, encolheu o espaço público dos direitos e ampliou o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica –, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados, desfazendo, assim, a articulação democrática entre poder e direito (CHAUÍ, 2013, p.93).

Segundo Singer (2012)¹⁷ temos, ao longo da década de 90, com o triunfo do neoliberalismo nos planos econômico, político e ideológico, a quebra da hegemonia cultural de esquerda construída na efervescência política dos trabalhadores na década anterior. O sociólogo paulista utiliza o exemplo do fenômeno religioso como reflexo de uma mudança de perspectiva:

Vejam a intensa mudança que ocorreu na igreja católica. Num certo momento dos anos 70 e 80 a igreja católica no Brasil era profundamente progressista. Num país católico como o Brasil essa questão tinha uma força muito grande. O que dava então, substância para a ‘hegemonia cultural de esquerda’. As transformações no interior da igreja a partir do combate as ideias progressistas feitas por João Paulo II isolou esses setores progressistas. Nos anos 90 a igreja no Brasil já não era como antes. De outro lado, a entrada em massa das confissões evangélicas [...] que casam em muito com o pensamento neoliberal, com o discurso da ascensão individual, com a redução dos espaços públicos, etc. Temos então na virada dentro da igreja católica e no crescimento massivo das igrejas evangélicas, exemplo de mudanças culturais e de perspectivas na sociedade brasileira (SINGER, 2012, p 34).

Mas, ao lado de uma experiência política marcada pela quebra das expectativas, ou também em razão disso, a década de 90 abrigou a

¹⁷ Debate “A Ascensão Conservadora” – Marilena Chauí, André Singer e Vladimir Safatle. Agosto de 2012 – Disponível em: https://youtu.be/2DsAn_98zuY. Acesso em: 23/11/2014

implementação do pacto nacional e da engenharia da participação social¹⁸ recém consubstanciados na Constituição Federal de 1988.

Nos anos 90, a orientação dos movimentos e lutas sociais, de maneira geral,¹⁹ modifica-se frente às possibilidades de participação abertas pela constituição cidadã. A energia social e utópica da década anterior é progressivamente substituída pela entrada dos movimentos nos espaços institucionais. Em primeiro lugar, os mecanismos constitucionais de participação – conselhos municipais, fóruns de políticas públicas, conferências – começam a ser implementados paulatinamente ou, ao menos institucionalmente esboçados, muitos como promessas eleitorais, nos Municípios, Estados e União. E, em segundo lugar, complementarmente inicia-se um processo de vitórias eleitorais de candidatos e partidos considerado como progressistas, especialmente PT, Partido Socialista Brasileiro – PSB - e Partido Democrático Trabalhista - PDT. Essas gestões procuram implementar os mecanismos de participação constitucionalmente previstos e criam também experiências próprias de participação. Nesse processo os movimentos e suas principais lideranças são convidados a participar, modificando de alguma forma suas formas de ser: sendo também governo, perdem capacidade de mobilização e de atuação política para executarem o trabalho da gestão. Esta será uma questão que retornará quando for abordado, igualmente a título de notas, a experiência do Partido dos Trabalhadores na presidência da república.

Escapa aos objetivos desta tese tratar, com maior profundidade, a complexidade das experiências das gestões municipais no período. As gestões municipais consideradas progressistas, na década de 90,²⁰ e a relação das

¹⁸ Voltarei a este tema à frente, quando estiver abordando a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da república, em 2002.

¹⁹ Um exemplo de expressão política contrária a essa tendência no período pode ser encontrado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As atuações do MST expressavam uma disposição à ação direta, à mobilização, à agitação política e à construção de uma base social. As crescentes ocupações de terras e a realização de grandes marchas e demais ações do movimento indicavam para uma predisposição para a tática do enfrentamento e da luta social como mecanismos de pressão para a realização da reforma agrária no país. O MST foi criminalizado e sofreu intensa repressão nos anos 90. Os episódios conhecidos como Massacre de Corumbiara, em 1995, com 12 pessoas cruelmente assassinadas e torturadas no município de mesmo nome, em Rondônia, e Massacre de Carajás, em 1996, no sul do Pará com 19 pessoas mortas e 67 feridas, são fortes exemplos da forma como o MST foi duramente reprimido pelas forças de segurança do Estado.

²⁰O chamado Programa Democrático Popular (PDP) foi a orientação central das gestões chamadas progressistas. Os arcos de alianças e as frentes eleitorais em torno do PT geralmente

mesmas com os movimentos sociais certamente guardam sentidos múltiplos e até mesmo contraditórios.²¹ Se, de um lado, escolho enfatizar certas perdas políticas dos movimentos sociais ao participarem dos governos, por outro é preciso mencionar as inovações, experimentos e aprofundamentos democráticos que os mesmos realizaram ou procuraram realizar.²² A bandeira da tarifa zero, por exemplo, causa motriz do movimento que analiso nesta tese, surgiu como proposta efetiva na gestão de Luíza Erundina (1989-1992).²³

Sobre os deslocamentos estruturais das relações entre Estado e sociedade nos anos 90, Feltran (2008) escreve que:

No contexto de relações entre sociedade e Estado, foram ao menos três os deslocamentos estruturais, ocorridos nos anos 90, que limitaram a presença e a centralidade dos movimentos sociais (em especial os urbanos) como atores de representação, ainda que informal, dos interesses das periferias urbanas na cena pública: i) com a ampliação dos convênios com governos para o atendimento direto, em contexto de reforma do Estado, a “sociedade civil movimentista” se tornou progressivamente menos reivindicativa e mais profissionalizada, e viu chegar cada vez mais perto o marco discursivo do “terceiro setor” empresarial; ii) os partidos políticos de esquerda, mediadores por excelência entre movimentos sociais e Estado, com a consolidação do sistema político e de sua posição, passaram basicamente a mediar o fluxo contrário, tomando as associações “de base” (que se mantiveram sob influência) como braços subalternos de sua organização; iii) os governos instituídos por esta “contra-esfera pública”, atores centrais no campo político e já submetidos à reforma estatal, passaram a impor às organizações “de base” sua lógica de gerir a questão social, que é radicalmente distinta da lógica movimentista de tipo reivindicativo (FELTRAN, 2008, p. 40).

possuíam o nome de Frente Democrático Popular e as prefeituras nomeadas com as mesmas palavras. Sobre uma análise história do PT e do PDP cf. SINGER, 2010.

²¹ Éder Roberto Silva (2003), na dissertação intitulada “O movimento nacional pela reforma urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil”, ao analisar a adaptação ao campo institucional do Movimento Nacional pela Reforma Urbana nos anos 90, traz questões interessantes para refletirmos sobre quadro geral dos movimentos sociais no período.

²² Como exemplos de inovações democráticas temos a implementação dos Orçamentos municipais participativos e dos Conselhos Gestores. Ermínia Maricato, analisando a realidade das cidades brasileiras, nos diz sobre os anos 90: “Contraditoriamente, foi nesse período que floresceu uma nova política urbana, em torno do qual organizaram-se movimentos sociais, pesquisadores, arquitetos, urbanistas, advogados, engenheiros, assistentes sociais, parlamentares, prefeitos, ONGs, etc. Construiu-se a Plataforma de Reforma Urbana, e muitas prefeituras de ‘novo tipo’ (ou democrático-populares) implementaram novas práticas urbanas. Além de incluir a participação social [...] priorizou-se a urbanização da cidade ilegal ou informal, que era invisível até então para o urbanismo e as administrações públicas” (Maricato, 2013, pág. 22).

²³ Estamos a falar da proposta de Lúcio Gregori, o “pai da Tarifa Zero”, quando o mesmo foi Secretário de Transportes na gestão Erundina. Não irei me alongar nesse assunto agora pois aborda-lo-ei ao longo desta tese. Sobre a gestão Luíza Erundina na prefeitura de São Paulo Cf: BOSCHI, CAMARGO, 1990; KOWARICK, SINGER, 1994; SINGER, 1992.

Temos então uma mudança, progressiva, não linear e muito menos universal, da morfologia de parte dos movimentos e lutas sociais no Brasil. Profissionalização, gestão, políticas públicas, terceiro setor e eficiência, dentre outras, começam a fazer parte do léxico “gramatical e prático” daqueles sujeitos coletivos que começam a ocupar espaços no poder institucional (FELTRAN, 2008).²⁴

Naqueles anos a economia brasileira flutuou entre a promessa de estabilidade, com o Plano Real, e a profunda recessão, especialmente no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Privatizações e aprofundamento da relação entre o capital privado e o Estado, precarização dos direitos trabalhistas, corrosão dos salários, grande aumento do desemprego, sucateamento das universidades públicas federais, crise econômica, dentre outras questões, foram o legado deixado pelo governo FHC no fim da década (LAZZARINI, 2011; LESBAUPIN, 2000; POCHMANN, BORGES, 2002; RIBEIRO JR., 2011; SINGER, 1998).

É importante ressaltar que, para além da captura dos movimentos e lutas sociais pela engenharia da participação, a precarização do trabalho (reestruturação produtiva) e seus efeitos sobre o sindicalismo brasileiro (conflito capital/trabalho) foram igualmente decisivos para que o confronto político fosse sendo gradualmente substituído pela regulação e pela adaptação. A insegurança da classe trabalhadora frente a um cenário de riscos trouxe, como efeito, o enfraquecimento da disposição contestatória e da experiência política coletiva dos mesmos, em contraste com o período de ascensão do sindicalismo na década anterior.

Na década de 1990, ocorre uma mudança substantiva na dinâmica (e forma de ser) das greves no Brasil que apontam para tendências novas, em contraste com a década anterior, indicando, deste modo, uma nova dinâmica da prática sindical-corporativa ou prática sindical propriamente dita. Na verdade, as dificuldades de “greves gerais” por categoria e a disseminação de greves por empresas no decorrer da “década neoliberal”, expressam condições objetivas adversas de precarização do mercado de trabalho e de ofensiva do capital na

²⁴ Um processo que é inaugurado nesse período e que se aprofunda posteriormente é a relação entre ONGs e movimentos sociais: na complexidade da participação da sociedade civil as fronteiras entre ambos são confusas.

produção [...] Há uma conjuntura histórico-política, marcada pela política neoliberal que articula controle social de mercado (a recessão da economia brasileira do governo Collor, que ampliou o desemprego total nas regiões metropolitanas, colocou sérias dificuldades para o movimento sindical classista) e dispositivos autocrático-estatais de controle do sindicalismo público, um dos polos combativos contra o neoliberalismo na década de 1990 (ALVES, 2009, p. 190).

E ainda:

[...] desde o início da década de 1990, os grandes empresários privados, acompanhando a ofensiva neoliberal no plano da gestão macroeconômica e reorganização patrimonial do Estado brasileiro promovem uma importante ofensiva nas negociações coletivas de trabalho que atinge o metabolismo social da luta sindical classista. A nova postura do grande capital é descentralizar o processo de negociação e flexibilizar os conteúdos dos acordos e convenções coletivas de trabalho (ALVES, 2009, p. 191).

Em síntese, a década de 90 é, então, marcada pela mudança do polo de expectativas com o advento do neoliberalismo no Brasil e pela progressiva mudança de perspectiva dos movimentos sociais oriundos da década anterior – entrada no campo institucional, arrefecimento da luta e da mobilização política e enfraquecimento do confronto sindical. O *ethos* da colaboração, solidariedade, contestação e utopia que embalsamaram a experiência política dos movimentos sociais nos anos 80 é substituído por um novo espírito do tempo, cujos contornos remetem para a competição, adaptação, gestão e pragmatismo.

2.1 Alguns apontamentos sobre a participação política dos jovens nos anos 90

Na década de 90, a participação das juventudes brasileiras é atravessada por um novo discurso - o protagonismo juvenil. Assim como os movimentos sociais, os jovens são convocados a compor a engenharia de participação social. Segundo Souza (2006) este discurso, produzido e disseminado por agências reguladoras do capitalismo ou da geopolítica global, como Banco Mundial – BM -, Fundo Monetário Internacional – FMI - e Organização das Nações Unidas – ONU -, passa a delinear a prática e a formulação de políticas públicas para a juventude e a ação do terceiro setor (ONGs). Participação, adaptação e integração são elementos que compõem o discurso do protagonismo juvenil e que, de certa forma, marcam então o novo conjunto de perspectivas a ser apresentado para as juventudes.

Ainda que alguns autores como Sposito (2009) considerem que essa noção não tenha influenciado novos sentidos para as práticas políticas dos jovens na década de 90, é importante trazê-la para análise (SOUSA, 2015). E elenco aqui ao menos duas razões: em primeiro lugar, nos auxilia a ampliar a análise sobre as formas assumidas pela política neoliberal naqueles anos. Um das faces do discurso do protagonismo juvenil está relacionada com uma noção de empresariamento da política e do comportamento (GROPPO, 2000; SOUZA, 2006). E, em segundo lugar, conseqüentemente por marcar o espírito de políticas que visavam influir no comportamento e nas perspectivas de vida dos jovens brasileiros.

No livro, *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90* (1999), Janice Tirelli Ponte de Sousa nos apresenta sentidos, características e formas da participação política de jovens naquela década. Dentre as questões analisadas no trabalho destaco uma dimensão que dialoga com as notas que venho desenvolvendo até então, nesta PARTE I, sobre a relação entre expectativas e horizontes e a morfologia dos movimentos sociais e sua participação política na recente democracia brasileira. Trata-se do atravessamento, no campo do comportamento político, das perspectivas de futuro apequenadas na chamada década neoliberal.

Estudar as formas de engajamento dos jovens novamente pode oferecer uma interessante lente de observação. É nesse sentido que, ao investigar o engajamento juvenil em diversos movimentos e grupos tais como sindicatos, pastorais, movimentos ligados aos meninos e meninas de rua e movimento Anarco-Punk, Sousa (1999) nos permite perceber as maneiras pelas quais o comportamento político dos jovens nos anos 90 é marcado pelo que ela nomeia como um “pensamento desiludido.” Através de depoimentos de jovens nos diversos espaços de participação pesquisados, a autora percebe elementos que se sobrepõe: de um lado a disposição para o engajamento conectada a uma ideia de utilidade (ser útil, fazer alguma coisa), o caráter educativo (conscientização das pessoas) e o imediatismo (fazer o que é possível). De outro, os obstáculos percebidos e sentidos como a apatia e despolitização geral da sociedade (falta de cidadania do brasileiro).

Assim Sousa (1999) se refere ao espírito daqueles tempos, que delineava uma consciência, por parte dos jovens militantes, que percebia e expressava a ausência de horizontes de transformação social:

Todos os jovens entrevistados vêem claramente a dificuldade do momento em que vivem. Têm consciência da necessidade de se informarem melhor, de buscar uma visão ampla dos fatos para agir diante das situações que lhes são colocadas. Sabem que sua geração é ausente nas manifestações sobre processos sociais, e mesmo representando um segmento da juventude que 'faz alguma coisa', não têm a resposta da transformação" (SOUSA, 1999, p. 195).

3. A espiral acelerada do tempo no século XXI: o retorno da esperança ou a farsa da história?

Após a década que terminara em crise e desesperança, a chegada de um ex-operário à presidência da República, por um partido legitimamente reconhecido como um dos portadores da história das lutas sociais mais significativas em nossa recente democracia, não poderia significar algo de pouca monta. A esperança venceu o medo, frase pronunciada por Lula no discurso de sua vitória nas eleições presidenciais de 2002, transformou-se em bordão de uma imaginada nova etapa da democracia brasileira. Mas, passados quatorze anos de governos do PT, com o *impeachment* de Dilma, a história brasileira se enquadraria novamente em seu indelével torto caminho pelas trilhas conservadoras, conciliatórias e autoritárias- seu movimento trataria de desmanchar mais uma vez os frágeis rascunhos da esperança. O povo agora não assistiria bestializado aos acontecimentos, como anotou o historiador José Murilo de Carvalho no episódio da proclamação da República²⁵ mas, pelo contrário, participaria dividido e polarizado, nos destinos trágicos da nação. Mas, não é recomendável adiantar o texto. Os apontamentos sobre os impasses que envolveram os últimos anos do PT no poder e seus significados para o reordenamento das expectativas de futuro virão posteriormente. Por agora, um breve panorama crítico sobre os significados do PT no poder e sua relação com a contestação social no período.

²⁵ Trata-se da percepção de como o povo participou da proclamação da República no Brasil: "em frase que se tornou famosa, Aristides Lobo, o propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo ele, o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar" (CARVALHO, 1987).

3.1 Sobre a estrutura econômica em que se assentou a “euforia nacional” ou as bases onde se reergueram a esperança.

Em termos econômicos, uma das explicações mais comuns para o crescimento da economia brasileira na primeira década dos anos 2000, reconhece o chamado boom das commodities (aumento exponencial dos preços no mercado mundial de minério de ferro, soja e petróleo, dentre outros) ocasionado pelo crescimento da economia chinesa, como um dos fatores cruciais. Condição esta que permitiu a garantia de reservas monetárias e de um padrão de acumulação que fez com que a economia nacional crescesse.²⁶

Ao assumir o papel de grande fábrica do mundo, a China criou dinâmicas decisivas que radicalizaram a divisão internacional do trabalho, descentralizando a indústria, por um lado, e também desindustrializando várias economias, impulsionando uma grande demanda de recursos naturais o que vem, por sua vez, reconfigurando uma divisão internacional de utilização dos bens naturais:

[...] ao longo da última década, a demanda chinesa foi o principal fator responsável pela alta dos preços internacionais das commodities e consolidou-se como o motor da expansão da indústria extrativa em nível global (MORENO, 2015, p. 12).

A dependência brasileira dos movimentos da economia chinesa pode ser atestada por esses dados: 87% da pauta de exportações do Brasil, em 2013, concentrou-se na China com os seguintes itens: soja, 37%; minério de ferro, 35%; óleos brutos de petróleo, 9%; celulose, 3%; açúcar refinado, 3%. (MORENO, 2015).

Ou seja, a melhora dos indicadores econômicos e sociais foi alicerçada por uma conjuntura bastante favorável para os preços das commodities no mercado internacional impulsionado, principalmente, pela demanda da China (já no início do governo Lula, em 2003). Estavam dadas as condições para o

²⁶ No calor da intensa disputa no segundo turno das eleições presidenciais de 2014, a campanha de Dilma valeu-se de comparações entre dados econômicos e sociais dos governos Lula e de seu governo até 2013, e dados do último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, 2002. Empregos gerados: 2002 – 627 mil/ano, 2013 – 1,79 milhões/ano; Taxa de desemprego: 2002 – 12,2%, 2013 – 5,4%; Salário mínimo 2002 – R\$ 200 (1,42 cestas básicas), 2014 – R\$724,00 (2,24 cestas básicas); Desigualdade Social: 2002 – queda de 2,2%, 2013 – queda de 11,4%; Taxa de Pobreza: 2002 – 34%, 2012 – 15%; Estudantes no Ensino Superior: 2002 – 583.800, 2012 – 1,087.400; PIB: 2002 – R\$1,48 trilhões, 2013 – R\$4,84 trilhões, dentre outros. Discutíveis ou não, mais ou menos confiáveis, o fato inegável é que os dados expressam mudanças que efetivamente ocorreram na sociedade brasileira.

crescimento e repartição do bolo,²⁷ que contribuiu para que uma sensação positiva sustentasse a ideia de que todos estavam ganhando. Esta impressão foi ampliada pelo impacto gerado pelos investimentos em políticas sociais, o aumento do salário mínimo e a distribuição de crédito para os mais pobres, como indica Maricato (2013):

Os principais programas sociais do governo Lula, continuados pelo de Dilma Rousseff foram o Bolsa Família, o Crédito Consignado, o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em universidades privadas trocadas por impostos, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Luz para Todos. Garantiu-se também um aumento real do salário mínimo (de cerca de 55%, entre 2003 e 2011, conforme o Dieese). Os classificados em “condição de pobreza” diminuíram sua representação de 37,2% para 7,2% nesse mesmo período. Além disso tudo, o crescimento tanto da economia quanto das taxas de emprego trouxe esperança de dias melhores (MARICATO, 2013. Pág. 12) Por outro lado, os grandes setores econômicos e financeiros foram “agraciados” de maneira mais significativa com as benesses do crescimento econômico. A concessão de um conjunto significativo de vantagens aos grandes empresários e banqueiros como, por exemplo: empréstimos e crédito com juros subsidiados; exonerações e incentivos fiscais de toda ordem, renegociação de dívidas em condições vantajosas, dentre outras ações, colaboraram para que os mesmos obtivessem sucessivos recordes de lucro e crescimento.²⁸ Os grandes setores

²⁷ Utilizaremos o termo para se referir ao crescimento da economia brasileira. A expressão crescimento do bolo para se referir ao crescimento da economia foi consagrada por Antônio Delfim Neto. De lá para cá ela se tornou comum ao se referir à economia nacional. Delfim ocupou o ministério da fazenda e outros cargos e ministérios durante o período da ditadura civil-militar no Brasil e é considerado um dos artífices do chamado milagre brasileiro (1968-1973), quando a economia crescia em média 10% ao ano. Questionado sobre o crescimento sustentado em uma forte concentração de renda ele disse que é preciso esperar o bolo crescer para, depois, reparti-lo. A questão é: como é feita essa repartição?

²⁸ Extrapola os objetivos desta tese apresentar em minúcias os dados econômicos do período em que o Partido dos Trabalhadores governou o país. O ponto aqui não é aprofundar a discussão da política econômica em si, no mérito ou não de se pretender alavancar setores estratégicos da economia, e sim mostrar que na repartição do bolo, o grande capital ficou com a parte muito maior. A título de exemplo, sobre os extraordinários ganhos dos grandes setores econômicos nos últimos anos temos: 1 - Sobre a política de incentivo ao grande capital no Brasil: “Desde 2008, o BNDES emprestou o equivalente a 10% do PIB para empresas escolhidas pelo governo para acelerarem o crescimento.” Dentre os setores que receberam empréstimos com condições vantajosas estão a indústria naval, o setor elétrico, construção civil (incluindo a construção para os estádios da copa), agronegócio, destacando-se a indústria da carne, dentre outros. Ver *O Ralo*, Consuelo Dieguez, Revista Piauí, n. 109, outubro de 2015. 2- O agronegócio, especificamente o setor da carne, foi um dos setores econômicos mais privilegiados no aporte de empréstimos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES-. Este setor alçou o Brasil a condição de maior produtor de carne do mundo e consolidou um dos maiores conglomerados empresariais do setor (JBS): “A Friboi passou a se chamar JBS em 2007, quando os irmãos decidiram abrir o capital da companhia. Friboi ficou sendo uma das dezenas de marcas da JBS, cujo faturamento no ano passado atingiu 116 milhões de reais – o que fez dela a maior companhia privada brasileira, à frente da mineradora Vale. [...] Entre 2007 e 2009, o BNDES despejou 8,3 bilhões de reais na JBS por meio de compra de ações, agora outros 2 bilhões de reais em empréstimo. Nunca, na história do banco, nenhum outro grupo

econômicos “nunca na história desse país” ganharam tanto. É o que indica, por exemplo, os recordes de lucro dos bancos e o recorde de vendas do setor automobilístico.²⁹

Mas esses auxílios e melhorias estão longe de concorrer com os ganhos do grande capital. Basta compararmos alguns grandes gastos do Estado brasileiro que são transferências dirigidas a públicos específicos. O pagamento de juros, amortização e refinanciamento da dívida pública colocam, anualmente, mais de 40% do orçamento da União nas mãos de apenas 22 mil famílias que detêm os títulos da dívida pública. Em 2012, o valor destinado à dívida pública correspondeu a 47,19% de todo o orçamento, o que equivalia a R\$ 1.014.737.844.451,00, ou seja, mais de R\$ 1 trilhão (FATORELLI, ÁVILA, 2013); em contrapartida, a cobertura do programa Bolsa Família, que contempla o impressionante número de 13 milhões de famílias, custa ao Estado apenas R\$ 13 bilhões (MDS, 2013). Obteríamos algo parecido se comparássemos o juro do financiamento para a compra de casa própria com a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) praticada pelo BNDES para financiar as grandes empresas que os governos petistas resolveram converter com o dinheiro público em grandes campeões nacionais. A taxa de juro para a aquisição de casa própria é mais que o dobro da TJLP. A desigualdade de tratamento é brutal (BOITO JR., 2013, p. 173).

Ou seja, ao mesmo tempo que o Estado implementava e investia em políticas sociais, melhorando a vida dos mais pobres e da classe trabalhadora, estimulava os grandes setores econômicos num processo extraordinário de acumulação de capital.

Esse desfile de gala da economia brasileira, no entanto, tem como pressupostos a entrega do comando da agricultura nas mãos de empresas transnacionais, o desenvolvimento de uma infraestrutura direcionada para o mercado de *commodities*, a entrada das grandes construtoras nos países vizinhos de forma espoliadora (prática que muitos apontam como uma espécie de imperialismo regional), o financiamento das construções dos megaeventos a juros subsidiados e, por fim, a legitimação da superexploração da força de trabalho em todos os setores produtivos. (NAKAMURA, 2013, p 27).

Commodities em alta, entrega da agricultura brasileira para empresas transnacionais, transferência de recursos para grandes empresas (projeto de internacionalização de empresas brasileiras) e capacidade de produção do

privado recebeu soma próxima desse valor. Era a chamada política dos campeões nacionais que consistia na formação de multinacionais brasileiras com poder de competitividade no mercado mundial, sendo implementada. Ver *O estouro da boiada*, Consuelo Dieguez, Revista Piauí no 101, fevereiro de 2015.

²⁹ Sobre o recorde de lucros em 2007, estudo do Dieese, Cf. venda de carros bate terceiro recorde anual seguido Disponível em: <http://goo.gl/MSTkHv>. Acesso em: 17/10/2015 e sobre o lucro dos bancos em 2015 que, mesmo em um ano de crise, não para de crescer: Disponível em: <http://goo.gl/ip5zUk>- acesso em 25/11/2015. Acesso em: 25/11/2015.

trabalhador são alguns dos ingredientes que compuseram o sucesso da receita do bolo. Um outro elemento foi o estímulo ao fortalecimento do mercado interno via distribuição de crédito e o endividamento dos trabalhadores.³⁰ Lula, em uma reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, no ano de 2013 indicou que:

Eu vejo que nós temos que fortalecer uma grande política de crédito nesse país. O Banco do Brasil já está começando a financiar as chamadas cadeias produtivas. O que significa isso? Eu posso pegar um exemplo. Você pega uma empresa mãe que tem muitos fornecedores e empresta dinheiro para as empresas pequenas com taxas de juros que remunerem a empresa mãe, o que geralmente é mais barato. Seria um crédito consignado jurídico. Pega a Petrobras que não sei quantos mil fornecedores. Pega a Petrobras para pegar dinheiro com juros mais baratos no mercado e repassar esses empréstimos para as médias e pequenas empresas com as taxas de juros que a Petrobras consegue pegar no mercado. É um jeito de tocar a economia. [...] O outro é fazer crédito consignado para os trabalhadores da indústria privada. Ou seja, na indústria privada para você fazer crédito consignado você tem que fazer acordo com o sindicato. Porque no ato de homologação você tem que fazer o desconto se o 'cara' estiver devendo. Senão os bancos não querem fazer. Para o setor público e para o aposentado é fácil, desconta na fonte. Agora para o setor privado o 'cara' vai embora e não paga mais. A outra coisa é crédito para o consumo. Fazer um estudo profundo, ver se há disponibilidade de endividamento, se o povo pode se endividar um pouco mais. Porque não existe outra possibilidade de voltar a crescer e eu acho, na minha cabeça, que a melhor forma, a melhor forma de recuperarmos a capacidade arrecadatória do Estado é voltar a crescer.³¹

Lula aponta que uma das saídas para a então crise econômica brasileira, para o retorno ao crescimento econômico, é aprofundar a fórmula utilizada em seus dois mandatos: distribuição de crédito a empresas e consumidores com consequente endividamento dos mesmos, aumento da capacidade de produção e consumo e fortalecimento do mercado interno.

No trecho pode-se perceber como a fórmula do crescimento é pensada para a classe trabalhadora: “fazer crédito consignado para os trabalhadores da

³⁰ Um estudo intitulado, Radiografia do Endividamento das Famílias nas Capitais Brasileiras, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP), realizado nos anos de 2010 e 2011, aponta que 64%, em média, das famílias que vivem nas 27 capitais do país tinham dívidas. Em 2010, o endividamento era de 61%. Há capitais nas quais o endividamento é quase absoluto. Curitiba (PR), por exemplo, tem 88% das famílias endividadas; seguida por Florianópolis (SC), cujo índice é de 86%. Ou seja, quase nove entre 10 famílias estão endividadas nessas capitais. Disponível em: <https://goo.gl/oJ8LF8>. Acesso em: 23/10/2016

³¹ Ver a análise completa de Lula. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PPrPn9P7lms> – Acesso em: 30/11/2015.

indústria privada” e fazer um estudo profundo para ver se “se o povo pode se endividar um pouco mais.” O povo e a classe trabalhadora são mencionados, por Lula, a partir de sua capacidade de endividamento, como potenciais depositários de expectativas de saída da crise econômica. Ou seja, povo e classe trabalhadora são reduzidos ao papel de consumidores endividados. Não é de se causar certa estranheza, incômodo, perceber que Lula, o ex-sindicalista, aquele que carrega uma imagem histórica de luta ao lado dos trabalhadores brasileiros, represente os mesmos não pela capacidade política e sim pela capacidade de consumo?

Talvez, não. Entender esta nova engrenagem de desenvolvimento nacional significa compreender os trabalhadores não mais como os sujeitos políticos protagonistas das transformações sociais e sim como a figura do consumidor de primeira ordem, cuja capacidade ou disposição para o consumo signifique fator fundamental para que a equação do crescimento sustentado pelo fortalecimento do mercado interno funcione.

Temos, então, o cidadão brasileiro, a figura do trabalhador, alçado ou reduzido (dependendo do ponto de vista) à condição de consumidor - com direito a políticas de distribuição de renda, aumento de salário, conta bancária e crédito,

concebido como o transeunte por excelência do elevador de ascensão social, como o emergente constituinte da nova classe C.³²

Estas eram as condições estruturais para o soerguimento e consolidação do “pacto nacional” que caracterizaria os anos que se seguiriam.

3.2 Pacto nacional: engenharia da pacificação e da participação?

O papel do Estado certamente foi decisivo para que a fórmula do progresso econômico e social brasileiro tomasse forma nos recentes anos. Foi a partir de uma engenharia política delineadora do papel e da ação do Estado que os “ingredientes” puderam ser combinados para o tão esperado “crescimento do bolo. Diferentes atores sociais e classes conflitantes foram estimulados a se tornarem parceiros de um mesmo projeto, a participarem do esforço de concertação política nacional para o progresso e desenvolvimento. Era o sonho

³² Marcelo Cortês Neri, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Economia Aplicada (IPEA), publicou em 2010 um livro intitulado, *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*, em que defende a tese de que a mobilidade social no Brasil nos últimos anos produziu uma nova classe média. Segundo ele, os estratos sociais ascendentes colocaram no mapa social a nova classe média, a família da classe C. Esta tese colaborou com a construção do imaginário da ascensão social no Brasil e auxiliou setores que iam do marketing político à indústria da cultura e do comportamento (novelas e produtos diversos começaram a ser produzidos para atender aos novos e ávidos consumidores. O fato é que a partir das ideias de Neri o debate sobre as classes sociais no Brasil parece ter crescido novamente. Discordando fortemente da conceituação de classe utilizada por Neri, ancorada fundamentalmente no critério de renda domiciliar *per capita*, vários estudiosos e pesquisadores dialogaram criticamente com este autor. A Fundação Perseu Abramo realizou uma série de debates sobre as classes sociais no Brasil, onde o tom foi a desconstrução crítica da tese da nova classe média – Cf. vídeos do debate. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/ciclosfpa/>. A mesma fundação lançou uma publicação com a íntegra desses debates intitulada, *Classes? Que classes?: Ciclo de debates sobre classes sociais*, no ano de 2013. A referida publicação pode ser acessada em: <http://www.fpabramo.org.br/ciclosfpa/wp-content/uploads/2014/02/Classes-sociais-Final-ALTA-2dez2013.pdf>. Outra referência crítica à tese da nova classe média e que alimentou o debate é: POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012. Este debate sobre classes sociais no Brasil contemporâneo será retomado ao longo desta tese, quando for discutido o perfil dos participantes do movimento Tarifa Zero.

do “Brasil potência mundial” novamente embalando as trilhas e descaminhos da nação.³³

Um conceito utilizado para caracterizar e analisar a concertação política e social que possibilitou a movimentação da engrenagem (social, econômica e política) descrita acima é o de lulismo.³⁴ Do ponto de vista da gestão dos conflitos sociais e da elaboração de um pacto conciliatório para o crescimento o lulismo seria, então, um projeto de não confrontação entre trabalho e capital, uma tentativa de elidir a luta de classes, de produzir consentimentos na relação com as classes subalternas, de pacificar os conflitos sociais em nome do crescimento econômico.³⁵ A definição de Ruy Braga (2014) do lulismo como um modo de regulação parece-me pertinente:

[...] por modo de regulação, entendemos o complexo social formado pelas instituições com responsabilidade direta pela reprodução mais ou menos coerente dos conflitos inerentes às relações sociais de produção capitalistas. Usualmente, essas instituições organizam-se em torno da normalização global das relações capital-trabalho (legislação trabalhista, previdência pública, etc.), do controle dos sindicatos e dos mercados (interno e externo) de trabalho. A eficácia de um modo de regulação – sua hegemonia – pode ser medida por sua capacidade de reproduzir os conflitos trabalhistas por meio da construção do consentimento entre as classes sociais subalternas,

³³ Paulo Arantes, em uma conferência na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG faz um balanço panorâmico da ideologia do progresso e desenvolvimento no Brasil ao longo do século XX. Recuperando parte de suas ideias, temos que a expectativa produzida foi sempre a da transformação do Brasil em potência política e econômica mundial, uma nação alçada a ser protagonista no cenário geopolítico global. Vargas e os militares, passando por FHC e Lula, cada qual com suas especificidades e distintos caminhos, sustentaram esse imaginário. Industrialização nacional e desenvolvimentismo ou privatização e abertura para a selvageria da mundialização do capital; Estado interventor e provedor ou Estado mínimo e apenas mediador do mercado, compuseram políticas distintas e até mesmo contrárias para a construção de tentativas de melhores condições de inserção do Brasil no cenário econômico mundial. Seriam os governos do PT as últimas dessas tentativas calcadas na ideologia do progresso, desenvolvimento e do Brasil potência? Disponível em: <https://goo.gl/TX2mW4> - Parte I e <https://goo.gl/IRXzxn> Parte II. Acesso em: 17/12/2016.

³⁴ Segundo André Singer, em um livro referência sobre a questão, *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia das Letras, 2012. A bibliografia sobre o lulismo tem se multiplicado com rapidez. Cita-se aqui uma amostra. Cf., no campo petista, O pt e o lulismo, artigo assinado por Gilney Viana em 31 out. 2007, e Duas agendas: na crise, de duas, uma, de Renato Simões, 23 maio 2009, ambos no *site* <www.pt.org.br>, consultado em 25 ago. 2009. Em outra vertente, verificar Merval Pereira, *O lulismo no poder* (2010), e Rudá Ricci, *Lulismo. Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira* (2014). O fenômeno do lulismo vai além do período em que Lula foi presidente e se estende para o governo Dilma, segundo a literatura que utiliza o conceito para analisar o Brasil após a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo central.

³⁵ Cf. o debate entre Domenico Losurdo, André Singer e Ruy Braga no Seminário, *Cidades Rebeldes* (2015). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0_uDo2X5KRg. Acesso em: 27/11/2015

isto é, sem a necessidade do uso da força repressiva do aparato estatal (BRAGA, 2014, p. 26).

A conhecida, Carta ao povo brasileiro³⁶ pode ser, também, entendida como o anúncio prévio do modo de regulação do lulismo. O governo Lula assume, então, a condição de gestor do desenvolvimento econômico brasileiro, garantindo segurança e estabilidade para os grandes setores econômicos e para os mercados. Não há sinal de rupturas. A imagem, prática e não somente a representação, que então foi criada era a de um país emergente, uma potência latente alinhada aos circuitos de produção de valor no contexto de uma economia globalmente financeirizada.

Não se trata, aqui, de desvalorizar as conquistas sociais desde a chegada de Lula ao governo federal e sim de compreender que as mesmas se deram a partir de um reformismo fraco (BRAGA, 2012),³⁷ a partir de um “pacto de conciliação de classes”, uma espécie de supressão aparente da “luta ideológica.”³⁸

O certo é que esse projeto de conciliação nacional, por um período, obteve relativo êxito em pacificar setores importantes na dinâmica dos conflitos sociais brasileiros. Podemos perceber esse arranjo pacificador³⁹ em funcionamento

³⁶ O referido documento pode ser lido na íntegra em: <http://goo.gl/j78SFT>. Acesso em: 25/03/2015.

³⁷ Há todo um debate sobre os sentidos, natureza e caráter do lulismo com posições distintas. A argumentação aqui desenvolvida é sustentada por um conjunto de autores do campo crítico e progressista que analisam criticamente o lulismo. O termo reformismo fraco aqui mencionado refere-se a esta escolha. O que importa neste trabalho é anotar as contradições do processo. A título de rigor e exemplificação pode-se indicar outras posições. André Singer, por exemplo, no último capítulo do livro *Os sentidos do Lulismo* (2012), intitulado com a pergunta “Será o Lulismo um reformismo fraco?”, problematiza as argumentações críticas aos governos do PT, especialmente a ideia de um reformismo fraco. Segundo ele: “o reformismo fraco foi capaz de combater a iniquidade no Brasil num ritmo comparável ao da implantação do Estado de bem-estar na Inglaterra e os EUA. Porém, o ponto de partida brasileiro era tão mais baixo que o dos referidos países, que seria necessário sustentar políticas reformistas por mais de duas décadas até alcançarmos um padrão de vida ‘similar’ [...]” (SINGER, 2012, p. 195).

³⁸ As ideias de que o período dos governos petistas serem caracterizados por um reformismo fraco, que não toca em reformas estruturais, por um pacto de conciliação de classes e supressão da luta ideológica, circulam entre os autores com os quais estamos dialogando aqui no momento. Cf. A política do precariado: debate com Ruy Braga, André Singer, Ricardo Musse e Chico de Oliveira (2012). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EdpMyriSIVs>. Acesso em: 03/09/2015.

³⁹ Quando nos referimos às ideias de “pacificação social”, “arranjo pacificador”, e outras para complementar a caracterização do lulismo, estamos dialogando com as reflexões de Paulo Arantes contidas no artigo/ensaio, *Depois de Junho a Paz será total. Reflexões que extrapolam a análise dos governos petistas em si e que procuram compreender, digamos de maneira sintética, dispositivos e tecnologias de pacificação na gestão social dos conflitos e contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista em um país como o Brasil. A reflexão e uso do termo*

quando, por exemplo, observamos a queda do número de greves a níveis historicamente muito baixos no período do lulismo, quando percebemos o amálgama entre as principais centrais sindicais e o Estado⁴⁰ e, ainda, quando anotamos os processos de cooptação dos mais expressivos movimentos sociais brasileiros que deram sustentação política aos governos do Partido dos Trabalhadores, seja por meio da inclusão destes setores na estrutura burocrática estatal, seja por meio de benefícios ou vantagens econômicas oferecidas aos mesmos⁴¹ (BRAGA, 2012; SINGER, 2012).

por Arantes é abrangente a abarca o modo de gestão do funcionamento da sociedade como um todo. Neste trabalho, ao fazer menção aos termos pacificador e pacificação, operamos com uma redução: estamos nos referindo principalmente à relação dos movimentos sociais e da sociedade civil com o Estado. Ao longo de nosso trabalho iremos nos referir outras vezes ao pensamento de Paulo Arantes e suas reflexões críticas (ARANTES, 2014).

⁴⁰ Sobre a pacificação dos trabalhadores, analisada do ponto de vista do quantitativo de greves no período do lulismo, Ruy Braga (2013) aponta em uma entrevista: “[...] percebemos que nos anos 2000 o número de greves se localiza em um patamar abaixo da média histórica brasileira dos últimos 40 anos. Disponível em: <https://goo.gl/QtHNbn>. Acesso em: 10/09/2016. Número de greves que será modificado após os grandes protestos de 2013, conforme destacarei ao longo do texto. No seminário realizado em São Paulo, Cidades Rebeldes: sindicalismo, partidos e movimentos sociais (2015), o mesmo Ruy Braga compara o aumento exponencial das greves no Brasil, após junho de 2013, com o período anterior: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f1mZ6xfs9Eo>. Acesso em: 07/11/2015. O fato é que 2013 parece também ter influenciado, de alguma forma, no sentido de recolocar o conflito em primeiro plano, as lutas e reivindicações que envolvem o mundo do trabalho. A greve dos garis do Rio de Janeiro, no mesmo ano, são um forte exemplo. Um dos garis grevistas, refletindo sobre a greve em uma entrevista já em 2014, diz perceber a influência direta dos protestos de 2013 sobre o movimento de sua categoria. “Cf. Para escritor gari, protestos de 2013 inspiraram greve”. Disponível em: <http://goo.gl/VFflozy> Acesso em: 03/04/2015. O que podemos dizer, talvez, é que 2013 aprofundou um cenário de tendência do aumento das greves já iniciado com a crise do lulismo no governo Dilma, em 2012. Número de greves no país em 2012 é o maior em 16 anos (CRESPO, 2013). Sobre a crise do lulismo e sua possível relação com junho de 2013, iremos dialogar novamente com André Singer e outros autores mais à frente.

⁴¹ Em 22 de novembro de 2011, 51 signatários expuseram em uma carta pública as razões para o rompimento com os movimentos sociais a que estamos nos referindo. O rompimento se deu com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), com a Consulta Popular e com a Via Campesina. Certamente esse não foi o primeiro nem o único rompimento com movimentos sociais de grande visibilidade no Brasil. É preciso alertar, também, que a caracterização da cooptação dos movimentos sociais no período do lulismo não se deu de maneira tão pacífica assim do ponto de vista interno dos próprios movimentos: direções e bases dos movimentos, correntes divergentes e conflitos foram produzidos. Os rompimentos são a máxima expressão dessas divergências produzidas internamente. Vejamos um trecho da Carta dos 51, onde podemos perceber o tom da discordância: “Agora nossas organizações, cada uma a seu tempo e não sem contradições, estão dependentes do capital e seu Estado. As lutas de enfrentamento passaram a ameaçar as alianças políticas do pacto de classes, necessárias para manter os grandes aparelhos que conquistamos e construímos. O que em algum momento nos permitiu resistir e crescer se desenvolveu de tal maneira que se descolou da necessidade das famílias e da luta, adquirindo vida própria. O que viabilizou a luta hoje se vê ameaçado por ela: o que antes impulsionava a luta passa a contê-la. [...] Diante desta crítica, concluímos que não seria coerente que em nome da luta continuássemos em nossas organizações, implementando um projeto de conciliação de classes. Cf. a carta completa em: <http://www.passapalavra.info/2011/11/48866>. Acesso em: 11/10/2015

Com a chegada do PT ao poder executivo federal intensificou-se o processo de institucionalização da participação. Foram criados 25 conselhos nacionais e houve um aumento significativo no número de conferências nacionais, audiências públicas diversas foram realizadas, além de grupos de trabalho e comissões, dentre outros mecanismos participativos. Conflitos, temas e demandas sociais variadas foram incorporados às conferências de políticas públicas realizadas como, Direitos da Pessoa Idosa, das Cidades, da Juventude, da Cultura, do Meio Ambiente, das Mulheres, da Comunicação, da Educação, GLBTT e Economia Solidária. Os dados indicam que as conferências mobilizaram cerca de 5 milhões de participantes, produziram 14 mil propostas e 1.100 moções entre os anos de 2003 e 2010.⁴²

A aguda percepção de Eder Sader (1988) sobre os riscos da institucionalização da potência contestatória, no período da transição democrática, referida páginas acima, encontra correspondência em outras análises que produzem um balanço de nossa recente experiência democrática.

Mobilizar desmobilizando ou desmobilizar mobilizando? [...] Mais ou menos nos seguintes termos. Em princípio, conseguimos inscrever na Constituição de 1988 “todo um formato deliberativo e participativo de controle da sociedade sobre o Estado.” E continuamos ativando isso todo o tempo, multiplicando todo o tipo de Conferências Nacionais disso e daquilo, porém o real poder de decisão estava passando cada vez mais longe desses tais espaços participativos, se é que algum dia passou de fato” (ARANTES, 2014, p. 429).

Temos, então, a participação esvaziada do poder de decisão? Participação como mera escuta, mecanismo de legitimação de decisões políticas ou técnica de pacificação de conflitos?⁴³

Um novo modo de governo, gestão e controle do modo de reprodução e funcionamento do capitalismo brasileiro, eis uma mirada crítica do fenômeno

⁴² Dados extraídos de *Arquitetura da participação social no Brasil: Relatório de Pesquisa*. (2011). Disponível em: www.polis.org.br/uploads/1262/1262.pdf. Acesso em: 17/08/2016

⁴³ No momento da análise da “aventura participativa” do movimento Tarifa Zero o tema da participação social e participação institucional no Brasil contemporâneo será abordado de maneira mais aprofundada. Sobre a história da participação social e institucional em nossa democracia recente ver a tese de doutorado: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010). Tese apresentada no Instituto de Ciências Humanas da Unicamp no ano de 2013.

lulista, que o sociólogo Francisco de Oliveira conceituou como “hegemonia às avessas”:

Trata-se de um fenômeno novo, que exige novas reflexões. Não é nada parecido com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil. Suponho também que não se parece com o que o Ocidente conheceu como política e dominação. Não é patrimonialismo, pois o que os administradores dos fundos de pensão estatais gerem é capital-dinheiro. Não é patriarcalismo brasileiro de Casa-Grande e Senzala, de Gilberto Freire, porque não é um patriarca que exerce o mando nem a economia é “doméstica” (no sentido de *domus* romano), embora na cultura brasileira o chefe político possa se confundir, às vezes, com o “pai” – Getúlio Vargas foi apelidado de pai dos pobres. [...] Não é populismo, como sugere a crítica da direita, e mesmo alguns setores da esquerda, porque o populismo foi uma forma autoritária de dominação na transição da economia agrária para a urbano-industrial. [...] Nada disso está presente na nova forma de dominação (OLIVEIRA, 2010, p.26).

O argumento de Oliveira é que uma das dimensões centrais para o funcionamento da hegemonia lulista está no consentimento passivo. A inversão, identificada por Oliveira, a novidade, está em que, pela primeira vez na história brasileira, não se trata dos trabalhadores passivamente aceitarem que o capital governe o país, mas o avesso- com o lulismo é o capital que permite que os supostos representantes dos trabalhadores (o Partido dos Trabalhadores e toda sua estrutura e história fincada nos movimentos sindical e social) governem o Brasil em seu nome. Daí a hegemonia às avessas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as conquistas sociais do último período, percebidas hoje como não tão sólidas ou até mesmo frágeis⁴⁴ se deram, então, baseadas em uma engenharia de pacificação social, uma nova forma de controle e dominação dos trabalhadores e das camadas populares (baseada em muita participação), que possibilitou a gestão do capitalismo brasileiro e a produção de valor em condições benéficas para os setores dominantes.

⁴⁴ No ano de 2015 o governo federal anunciou um corte de 25 bilhões no orçamento de 2016 para as políticas sociais, como os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, Pronatec e Minha Casa Minha Vida (ALVES, FERNANDES, 2015). Disponível em: <http://goo.gl/HfTOjH> - Acesso em: 12/11/2015. A previsão de cortes para a área da Educação em 2016 é maior que a de 2015 (ZINET, 2015). Disponível em: <http://goo.gl/mHr1jz> . Acesso em: 05/01/2016. Segundo o vice-diretor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Renaut Michel, a taxa de desemprego no Brasil deverá continuar crescendo em 2016, por causa da estagnação econômica: “não há nenhum tipo de expectativa positiva” (GANDRA, 2016). Disponível em: <http://goo.gl/jRCz14> - Acesso em 21/01/2016. Sem nos delongarmos na discussão, apenas indicando sinais, perguntamos: essas informações não podem ser entendidas como exemplos da fragilidade dos avanços sociais no Brasil no último período?

3.3 Sobre a contestação social no Brasil durante o período do lulismo

Na pesquisa que realizei durante o mestrado,⁴⁵ entre os anos de 2010 e 2012, identifiquei as tendências das novas formas de ser da contestação social urbana protagonizada por jovens em Belo Horizonte e suas principais motivações. Percebi que a cidade era mais do que palco dos experimentos e criações do dissenso por parte dos jovens ativistas construindo-se, junto com a vida urbana em geral, como objeto central da contestação. Naquele momento deixei escapar significados mais profundos que as movimentações estudadas expressavam. Hoje reflito que os limites da compreensão e análise contidos naquele trabalho estão marcados pela não percepção de que os jovens ativistas traziam um dissenso para a cena pública sobre os rumos do desenvolvimento urbano. Ou seja, eram ilhas de contestação que indicavam problemas num momento em que a sensação geral era de bem aventurança.

Em outras palavras, na pesquisa de mestrado, identifiquei e percebi uma latente e crescente insatisfação social por parte dos jovens ativistas urbanos, especificamente em Belo Horizonte mas não compreendi, ou não formulei a possibilidade de que essa insatisfação social, expressada pelos mesmos jovens, poderia representar frestas e fissuras políticas no quadro nacional, ainda que percebêssemos e indicássemos que a contestação social era crescente. Assim, haviam sinais de que as expectativas positivas daquele momento poderiam ser frágeis.

Ou seja, os ativistas urbanos que protagonizavam as lutas nas cidades, ainda que os movimentos, as ações coletivas e iniciativas não explicitassem com clareza, não formulassem nitidamente um confronto político com determinado governo, partido ou força política, indicavam não pertencerem ao quadro

⁴⁵ Refiro-me ao trabalho intitulado, Uma praia nas alterosas, uma antena parabólica ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte (OLIVEIRA, 2012). Identifiquei, nesta pesquisa, as formas organizativas contemporâneas construídas pelos jovens ativistas urbanos e suas principais motivações. Percebia ali uma latente e crescente insatisfação, trazida por movimentações urbanas, com os rumos do desenvolvimento e da vida nas cidades. Era a cidade e a vida urbana, mais do que palco dos experimentos e criações do dissenso, o objeto central da contestação social.

conciliatório nacional produzido pela fórmula lulista, mas a constituição de sujeitos que expressavam de alguma forma uma fissura naquele projeto.⁴⁶

Ao imaginar os movimentos sociais como grandes faróis que indicam mutações, dinâmicas e problemas sociais, pode-se pensar que uma parcela dos jovens ativistas urbanos indicava, no período lulista, que nem tudo ia tão bem quanto parecia. Eram vozes dissonantes que expressavam fissuras na hegemonia às avessas e que emitiam sinais de alerta sobre as contradições do crescimento e modelo econômico celebrado euforicamente como exitoso.

Estes sinais de alerta indicavam problemas e questionamentos na relação entre o crescimento e o desenvolvimento econômico, por um lado, e a questão urbana, por outro. Eram as cidades infernais e insuportáveis de se viver, como produto direto do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que estavam no centro de contestação dos ativistas urbanos. Desenvolvimento econômico e urbano pode, também, ser sinônimo de uma vida infernal nas cidades. Conforme aponta Maricato (2013):

Em São Paulo o preço dos imóveis sofreu aumento de 153% entre 2009 e 2012. No Rio de Janeiro, o aumento foi de 184%. A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas, diante de urbanistas perplexos. A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia. [...] Os despejos violentos foram retomados e [...] favelas bem localizadas na malha urbana sofrem incêndios, sobre os quais pesam suspeitas alimentadas por evidências constrangedoras.⁴⁷
[...] Mas é com a condição dos transportes que as cidades acabam cobrando maior dose de sacrifícios por parte de seus moradores. E

⁴⁶ Uma análise a ser trabalhada, que torna a tarefa ainda mais complexa, justamente por expressar os tortuosos caminhos da formação social brasileira, refere-se à emergência desses sujeitos e de suas contestações como uma espécie de efeito colateral não planejado das próprias dinâmicas econômicas, sociais e culturais vivenciadas pelo Brasil no período lulista como, o aumento da escolaridade, o maior acesso ao ensino superior - inclusão de setores que pouco frequentavam esse nível de ensino, as altas taxas de formalização do trabalho, o aumento da massa salarial, o maior acesso a bens de consumo e culturais - uma possível maior inserção do Brasil nos circuitos de circulação de mercadorias – físicas, simbólicas, culturais, informacionais, etc. Algo que possa talvez ser comparado, de alguma forma, com a emergência dos movimentos e a revolta em maio de 68 na França, em plena vigência do chamado Estado de Bem-Estar Social. Obviamente que não experimentamos nem de longe a estabilidade social da França naqueles anos e que, no máximo, vimos um ensaio de um Estado garantidor de direitos e de proteção social. Essas são reflexões que exigem pesquisas, estudos e aprofundamentos a serem feitos com rigor. Empreitada que, pelos limites deste texto e nossos, não pode ser assumida a não ser como mera indicação de possibilidades de análise e entendimento.

⁴⁷ Sobre os incêndios em favelas localizadas em áreas valorizadas na cidade de São Paulo, Maricato indica: João F. Finazzi. *Não acredite em combustão* espontânea – Carta Maior, 11 set. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/jTKoCA>. Acesso em: 13/04/2015.

embora a piora da mobilidade seja geral – isto é, atinge a todos, é das camadas de rendas mais baixas que ela vai cobrar o maior preço em imobilidade. O tempo médio das viagens em São Paulo era de 2 horas e 42 minutos em 2007. Para um terço da população, esse tempo é de mais de três horas, ou seja, uma parte da vida se passa nos transportes, seja ele um carro ou num ônibus superlotado – o que é mais comum⁴⁸ (MARICATO, 2013, p. 24 e 25).

Ou seja, segundo Maricato, o aprofundamento do processo da “cidade mercadoria” na primeira década do século XXI significou o oposto da reivindicação histórica de produção de cidades justas, humanizadas, igualitárias e aprazíveis para se viver.

E ao que parece, os arranjos institucionais (como a criação de ministério dedicado ao tema), os mecanismos participativos existentes (conselhos, conferências e consultas públicas), as articulações institucionais dos movimentos em nível nacional (como o Fórum em defesa da Reforma Urbana) e as leis e os planos diretores não foram suficientes (ou em alguns casos também legitimaram?) para frear ou regular os setores empresariais e os grandes empreendedores urbanos.⁴⁹ A acomodação das lutas sociais, movimentos, fóruns e lideranças ligadas à causa, na engenharia da participação social, parece ter esvaziado o potencial reivindicativo e contestatório desses sujeitos. Paulo Arantes (2014) dialogando com Maricato escreve o seguinte:

[...] a ex-secretária executiva do Ministério das Cidades (2003-2005), Ermínia Maricato, afinal admitia: “Nós batemos no teto. Nós batemos no teto da produção acadêmica. Nós batemos no teto dos movimentos sociais, nós batemos no teto das estruturas democráticas. E como estamos vendo, batemos no teto subindo por uma escada que nós mesmos ajudamos a construir (ARANTES, 2014, p. 430).

E de que maneira os jovens ativistas urbanos respondem ao limite dos horizontes de participação institucional tal como expostos acima? Sousa e Luchmann (2005) nos indicam que uma parcela deles, os jovens contestadores

⁴⁸ Sobre a questão da mobilidade urbana o texto trará outros elementos quando da análise do movimento Tarifa Zero. É interessante perceber, no momento, as relações entre questões estruturais e contestação social urbana que existiram durante o período lulista e que eclodiram com grande força durante os grandes protestos de 2013.

⁴⁹ Exemplos: “[...] alguns capítulos da constituição de 1988, o Estatuto da Cidade em 2000, a MP No. 2220 em 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003, as conferências nacionais das cidades em 2003, 2005 e 2007, um Programa Nacional de Regularização Fundiária, inédito em nível federal em 2003, o Conselho Nacional das Cidades em 2004, a lei federal que institui o marco regulatório do Saneamento Ambiental, em 2005, a lei federal dos Consórcios Públicos em 2005, a lei federal do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social em 2006, a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo [...]” Maricato, Nunca fomos tão participativos, Carta Maior, 26 nov. 2007. Disponível em: <https://goo.gl/iyJzz2> - Acesso em: 18/10/2015

que emergiram no Brasil nos anos 2000, “recriam uma agenda política caracterizada pela afirmação da autonomia e pela negação dos espaços institucionais que se colocam como passíveis de humanização da opressão [...]” (LUCHMANN, SOUSA, 2015, p. 43). Ou seja, negam o que já reconhecem como esvaziado de poder e decisão.

Uma questão a ser observada no dissenso contemporâneo no Brasil, em torno da questão urbana, é que ele indica relações de simbiose entre demandas pós-materiais, tais quais foram elaboradas pelos teóricos dos Novos Movimento Sociais – NMS - em fins dos anos 70 e década de 80 (HABERMAS, 1984; MELUCCI, 1980; TOURAINE, 1989): qualidade de vida, disputas simbólicas, identitárias e culturais e pelo controle das informações e discursos, autonomia dos atores na criação das formas de dissenso - com demandas materiais - transporte de qualidade e luta pela humanização da mobilidade urbana, luta contra a especulação imobiliária, por moradia e pela manutenção de espaços públicos, além de lutas em torno da democratização dos meios de comunicação. Podemos arriscar dizer que essa possível simbiose entre demandas pós-materiais e materiais no interior dos coletivos, movimentos, ações coletivas e iniciativas de contestação contemporâneas no Brasil relacionam-se com a própria formação social brasileira, complexa e contraditória, cuja singularidade Chico de Oliveira analisou em *Crítica da razão dualista: O ornitorrinco* (2003). Ou seja, seguindo as pistas deste autor, combinam-se no Brasil, de maneira funcional, o progresso e o atraso, o moderno e o arcaico, as benesses tecnológicas de ponta e a vida sem limites do capital e a total falta de estrutura material para uma vida que se chame no mínimo de digna. É a imagem, por exemplo, de uma cidade como São Paulo onde convivem simultaneamente uma das maiores frotas de helicópteros para transporte urbano do mundo e moradias sem saneamento básico.

A simbiose de pós-materialismo e materialismo nos movimentos urbanos hoje parece, então, expressar as ambiguidades brasileiras: complexas formas de vida que convivem, de um lado com os caminhos velozes do progresso, riqueza e desenvolvimento, o que nos dá a sensação (ilusória) de vivermos mais próximo das condições dos países do norte, e de outro lado o tráfego na penúria do cotidiano urbano, das carências materiais básicas, do sofrimento originado

pela exploração e pela opressão nas metrópoles brasileiras, que tanto marcam nossa história e a história das cidades latino-americanas. Em outras palavras, é como se no contemporâneo, temporalidades distintas se amalgamassem: de um lado temos a permanência de históricas demandas urbanas, materiais, por equipamentos públicos e por infra-estrutura que foram a marca do conjunto de movimentos sociais surgidos em fins dos anos 70 e início dos anos 80 no período da redemocratização (GOHN, 1979, 1985, 1995; SADER, 1988; MOISÉS, 1978, 1985; SOMARRIBA, VALADARES, AFONSO, 1984). E, de outro, demandas urbanas consideradas como pós-materialistas. Os dados empíricos desta pesquisa nos permitirão dialogar com esta questão.

E, para além disso, o que é preciso destacar, então, é que uma geração de ativistas urbanos forjou-se, ou foi forjada, em um contexto da história brasileira delineado por uma conjuntura complexa e acelerada de mudanças sociais, onde o horizonte de expectativas na sociedade oscilou ambigualmente entre, primeiramente, a esperança e, posteriormente, a desilusão. Ou seja, estamos a tratar de uma geração ativista forjada no período de emergência do lulismo, da vivência de suas contradições e de sua possível crise aguda. É aqui que estão localizados os sujeitos da presente pesquisa que compõe o movimento Tarifa Zero.

No trabalho de mestrado (OLIVEIRA, 2012), já citado, indiquei características, imaginários políticos, formas de organização e ação dessa geração ativista contemporânea nas escalas global e brasileira. A análise concentrou-se em elementos da forma de ser deste comportamento contemporâneo e no estudo de algumas motivações centrais para a contestação social. Conforme apontei páginas acima, não percebi, naquele momento, os significados do ativismo contemporâneo no Brasil face ao conjunto de mutações vivenciadas pela sociedade brasileira no período do lulismo. Nesse sentido, uma hipótese possível é considerar a existência de especificidades na vivência do tempo, das expectativas e da percepção da democracia, por parte de uma geração de ativistas que foi produzida em um momento peculiar da história brasileira. Até aqui elencamos alguns elementos que apontam para tal. Esta questão, das expectativas e sua relação com a ação contestatória, que atravessa a opção analítica feita, será trabalhada com maior cuidado ao longo desta tese.

É importante lembrar que não só os jovens ativistas urbanos compunham as vozes dissonantes em meio ao pacto nacional conciliatório. Dentre os que optaram por não participar ou os que foram excluídos das benesses proporcionadas pelo desenvolvimento nacional, temos alguns exemplos: setores do próprio PT que não concordavam com os rumos de determinadas decisões do governo ou que sofreram represálias locais em nome das alianças políticas nacionais; os partidos e correntes políticas que se localizam no espectro político considerado como mais à esquerda (grande parte deles dissidentes do próprio PT como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU – e correntes trotskistas que compõe o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, por exemplo.); indígenas que resistiam aos megaprojetos desenvolvimentistas caros ao governo, como a resistência à construção da usina de Belo Monte no Pará, e que reivindicavam a demarcação de suas terras cada vez mais cercadas pelo agronegócio e o neoextrativismo.⁵⁰ Além destes, organizações não governamentais e ambientalistas de variados matizes; uma parcela significativa do movimento negro⁵¹ e movimentos que denunciavam os altos índices de

⁵⁰ “A implantação de mega-empreendimentos de mineração, a extração petrolífera ou o avanço das monoculturas, causam sérios efeitos nas comunidades locais. [...] As comunidades camponesas e indígenas são as que enfrentam os maiores riscos com a chegada desses empreendimentos. Os volumes de recursos naturais extraídos são enormes e nos últimos anos o Brasil superou a produção de todos os demais países sul-americanos somados. Isso se deve, em parte, a grande extensão e diversidade geológica do país, mas principalmente ao elevado ritmo e intensidade do modelo extrativista” (GUDYNAS, 2012, págs. 11 e 12) Sobre as manifestações contrárias à construção do mega-empreendimento da usina hidroelétrica de Belo Monte cf. Nós indígenas do Xingu, não queremos Belo Monte Disponível em: <http://goo.gl/xLI16v> Acesso em: 11/11/2015.

⁵¹ No ano de 2005 surge na cidade de Salvador a campanha Reaja ou seja morto, reaja ou seja morta! A campanha “é uma articulação de movimentos e comunidades de negros e negras da capital e interior do estado da Bahia, articulada nacionalmente e com organizações que lutam contra a brutalidade policial, pela causa antiprisional e pela reparação aos familiares de vítimas do Estado (execuções sumárias e extrajudiciais) e dos esquadrões da morte, milícias e grupos de extermínio. Sobre a campanha cf. <http://goo.gl/TLvzjT>. Acesso em: 23/11/2015. O alto nível de letalidade das forças policiais brasileiras, o racismo insitucional estruturante da ação policial e o sistemático assassinato de jovens no Brasil (especialmente jovens negros) eram outro indicativo de que a questão social brasileira não caminhava tão bem como era alardeado. Por exemplo, em cinco anos, a PM de São Paulo matou mais pessoas que todas as polícias dos EUA juntas entre os anos de 2005 e 2009. Disponível em: <http://goo.gl/YMHK0O> Acesso em: 23/11/2015. Os dados sobre homicídios e mortes de jovens (especialmente negros, repetindo) indicavam uma dramática realidade que se contrapunha à euforia do crescimento econômico. Cf. Mapa da violência: mortes de jovens cresce 326% em: <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/108909/Mapa-da-Viol%C3%Aancia-mortes-de-jovens-crescem-326.htm>. Acesso em: 23/11/2015. Esse drama social foi alvo de uma série de outras iniciativas e campanhas realizadas por Fóruns de Juventude, coletivos e ONGs. Sobre outras iniciativas de denúncia do alto índice de mortalidade de jovens no Brasil, cf. Campanha Juventude Marcada para Viver. Rio de Janeiro: <http://goo.gl/OfNSNz>; Campanha Eu pareço suspeito? São Paulo: Disponível em: <http://www.ciranda.net/Campanha-Eu-Pareco->

assassinatos de jovens e algumas categorias profissionais que vivem uma condição permanente de precarização do trabalho, como a dos professores das redes públicas de ensino;⁵² dentre outros setores também não faziam o “coro dos contentes”.

Um outro conjunto de questões estruturais negligenciadas pelo lulismo ou que constituíram efeitos de sua política conciliatória, tornaram-se objeto de contestação, em graus distintos, por parte de movimentos sociais, intelectuais, eleitores do PT e setores do próprio partido. Das questões estruturais, a título de exemplo, pode-se elencar: a questão carcerária brasileira; o retrocesso da reforma agrária;⁵³ o injusto sistema tributário brasileiro que beneficia os mais ricos e penaliza os mais pobres;⁵⁴ a não realização de uma auditoria da dívida pública, bandeira história do próprio PT;⁵⁵ o não enfrentamento da reivindicada democratização das comunicações no Brasil,⁵⁶ as alianças políticas com setores conservadores, como, no caso do estado do Maranhão, onde houve a aliança com a família Sarney, contrariando o próprio PT maranhense,⁵⁷ dentre outras.

[Suspeito?lang=fr](#) Campanha Juventudes contra a Violência – Fórum das Juventudes da Região Metropolitana de Belo Horizonte: <http://juventudescontraviolencia.org.br/>

⁵² No ano de 2011 os professores da rede estadual de ensino em Minas Gerais realizaram uma greve de 112 dias, a mais longa da história do estado. Disponível em: <http://goo.gl/Pi9W1K> – Acesso em: 23/11/2015.

⁵³ “Completados dez anos da presença do Partido dos Trabalhadores (PT) no comando do governo federal ainda existem cerca de 150 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampadas em dezenas de acampamentos Brasil afora, lutando por seu pedaço de terra. Surpreendentemente, nos oito anos do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso foram criados 4.410 assentamentos. Na década de Lula/Dilma o número foi de 3.711. Os dados são do Dataluta/Unesp – Banco de dados da Luta pela Terra.” Disponível em: <https://goo.gl/ixdwUK> - acesso em 11/10/2016.

⁵⁴ Para uma discussão sobre a injustiça do sistema tributário brasileiro – pouco progressivo e indireto ver entrevista com o autor da ideia da tarifa zero para o transporte público, Lúcio Gregori: – Disponível em: <https://goo.gl/mJ3C0n> Acesso em: 10/11/2016.

⁵⁵ Sobre a questão da auditoria da dívida brasileira e a luta por sua efetivação cf. o *site* da organização Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/> - Acesso em: 11/10/2016. O movimento Tarifa Zero teve uma relação significativa com essa organização. No capítulo dedicado à análise do movimento abordaremos esse aspecto.

⁵⁶ Sobre a questão da democratização dos meios de comunicação no Brasil cf. o *site* do Fórum Nacional pela democratização da comunicação. – Disponível em: <http://www.fncc.org.br/> - Acesso em: 11/10/2016.

⁵⁷ “Lula, apesar de tudo, caminha para o fim de seus mandatos sem ter percebido a dimensão da imensa nódoa que será José Sarney, essa figura sinistramente malévola, no seu currículo, na sua vida. Toda vez que se voltar para o mapa do país que tanto vai lhe dever, haverá de sentir um desgosto profundo ao vislumbrar a mancha difusa do Maranhão, um naco de terra esquecido de onde, nos últimos 20 anos, milhares de cidadãos migraram para outros estados, fugitivos da fome, do desemprego, da escravidão, da falta de terra, de dignidade e de esperança. Fugitivos dos Sarney, de suas perseguições mesquinhas, de sua megalomania financiada pelos cofres públicos e de seu cruel aparelhamento policial e judiciário, fonte inesgotável de repressão e arbitrariedades. [...] Assim, Lula pode até se esquivar de olhar para o retrato decrépito escondido

Especialmente o sistema carcerário merece uma consideração, por deixar escancarada as contradições do arranjo conciliatório. Segundo o relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2016)⁵⁸ a população carcerária brasileira cresceu cerca de 270%, de 2002 a 2016. O número de 622.202 mil presos colocou o país na quarta posição daqueles que mais encarceram no mundo, ficando atrás somente de Estados Unidos, China e Rússia. O perfil dos detentos aponta que 55% estão na faixa etária entre os 18 e 29 anos, 61,6% são negros e 75,08% possuem apenas o ensino fundamental completo. Esta política de encarceramento de jovens, negros, pobres e pouco escolarizados e as péssimas condições dos presídios e cadeias no Brasil, foram temas de contestação por parte de movimentos sociais e coletivos que tratam da questão prisional.⁵⁹ Ainda que pouco visíveis, esses movimentos traziam à tona questões cruciais que indicavam as contradições do pacto nacional, ou melhor, evidenciavam sua outra face.⁶⁰

E, ainda, alguns autores identificaram que a insatisfação social pairava como um espectro mesmo sobre aqueles que não se colocaram em movimento. A melhora em indicadores sociais alavancada por políticas públicas para os mais pobres e para a classe trabalhadora, conforme indicamos, parece não ter tido efeito sobre a dinâmica de funcionamento e reprodução da atividade do trabalho e do mercado de trabalho no Brasil, como aponta Ruy Braga:

Eu procurei estudar a relação do precariado com o regime de acumulação e com o modo de regulação, ou seja, das políticas públicas federais, que são o Bolsa Família, o aumento do salário mínimo, o

no quarto secreto do Maranhão, mas em algum momento terá que enfrentar o desmazelo da figura serena e esquelética do deputado Domingos Dutra (deputado federal pelo Maranhão que fez greve de fome na época em pleno plenário do congresso contra a cassação do governador Jackson Lago em 2009) a lembrá-lo, bem ali, no Congresso Nacional, que a glória de um homem público depende, basicamente, de seus pequenos atos de coragem." Trecho do texto de Leandro Fortes, *O feitiço de Sarney* – Disponível em: <https://goo.gl/ym0lwP> - Acesso em: 12/10/2016.

⁵⁸ – Disponível em: <https://goo.gl/eWNlxs> - Acesso em 27/10/2016.

⁵⁹ Ainda que não seja novo no Brasil, o trabalho militante que se dedique à questão prisional, aos presos e suas famílias, ganhou sujeitos coletivos novos na última década. A título de exemplo da militância que emergiu nos anos do lulismo ligada à questão carcerária indicamos a Frente Prisional das Brigadas Populares, de Minas Gerais e Santa Catarina. – Disponível em: <http://antiprisonalsc.blogspot.com.br/>

⁶⁰ No momento em que ainda escrevia a tese, ocorria no país uma crise sem precedentes do sistema prisional. Massacres em presídios no norte e nordeste, motivadas por disputas entre facções, evidenciaram ao mundo as terríveis condições dos presos brasileiros e a falência completa do sistema prisional. Muitos autores e pesquisadores do tema advertiram que a crise de agora é fruto de uma política prisional cruel, racista, classista e massiva ocorrida durante, especialmente, a última década. Cf. *A guerra*, artigo de Bruno Paes Manso. Revista Piauí no 125, fevereiro de 2017.

aumento do crédito consignado, etc. Então procurei identificar essa relação triangular. A conclusão é que não existe um contentamento generalizado do precariado, pelo contrário; o que existe é um contentamento relativo que diz respeito às políticas públicas federais, que é mediado por uma profunda inquietação no que diz respeito às condições de trabalho e emprego: o salário, as condições reais de trabalho, etc. Nesse último período, a dinâmica da criação de empregos no Brasil se concentra na fatia que paga até 1,5 salários mínimos, em torno de 94% do emprego formal que foi criado no Brasil nos últimos dez anos. É uma remuneração baixa em termos gerais, e ao mesmo tempo houve um aumento da taxa de terceirização, da taxa de subcontratação e uma elevação muito drástica do número de acidentes de trabalho. Isso demonstra a reprodução das bases despóticas desse regime de acumulação pós-fordista. O meu argumento é que o precariado brasileiro percebe que ocorreram progressos que ele associa com as políticas públicas federais, mas ao mesmo tempo ele é capaz de identificar muito nitidamente os limites desse progresso da última década (BRAGA, 2013).⁶¹

Estudos e pesquisas que se aprofundem sobre esse período histórico poderão revelar ainda outros conflitos sociais, alguns não tão visíveis naquele momento, que indicavam outros fenômenos do dissenso social ao projeto lulista.

3.4 Junho de 2013 ou de como a realidade brasileira pareceu mudar radicalmente

No início da segunda década do século XXI sustentava-se, no Brasil, o imaginário do país que cresce e distribuí riqueza, do país rico é país sem pobreza. Como já foi indicado anteriormente, este sentimento não era produto apenas de slogans e propagandas governamentais mas estavam ancorados em algumas mudanças concretas nas condições de vida de grande parte da população brasileira. É sempre bom repetir que em uma estrutura social historicamente perversa, injusta, desigual e hierarquizada como a nossa, tais mudanças, mesmo que caracterizadas como um reformismo fraco, não podiam produzir outra sensação que não seja a de que algo positivo estava acontecendo no país. Mas, como também foi anotado páginas acima haviam sinais trazidos pelas vozes dissonantes da contestação social, de que ocorriam muitas contradições em meio à euforia nacional.

A partir de um olhar retrospectivo, nossa memória pode recolher e selecionar alguns sinais, internos e externos, subterrâneos ou mais visíveis que apontavam, de maneira mais nítida, possíveis mudanças conjunturais que

⁶¹ Entrevista disponível no *site* da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Publicada em: 03/04/2013. Disponível em: <https://goo.gl/QtHNbn> - Acesso em: 10/09/2016

estavam por acontecer na virada para a segunda década do século XXI no Brasil. O significativo aumento do número de greves no ano de 2012, os ventos turbulentos de contestação e revolta que sopraram no mundo a partir de 2011, influenciando, em contextos distintos “primaveras” e ocupações de praças em diversas cidades⁶² e as contestações dos dissidentes do pacto nacional, especialmente dos ativistas urbanos, sujeitos de nosso interesse, indicavam frestas que poderiam se transformar em grandes rachaduras.

Os acontecimentos do mês de junho de 2013 certamente podem ser entendidos como um fator significativo para que mudanças ocorressem. Até aquele mês, mesmo que com os sinais de possíveis mudanças, o pacto lulista gozou de segura legitimidade.⁶³ E a aceleração das transformações conjunturais a partir daí foram significativas.

Meses antes, precisamente março daquele ano, o governo Dilma mostrava-se tranquilo, legitimado por um recorde de popularidade, com 79% de aprovação popular e 63% de ótimo e bom nos mesmo termos, segundo pesquisa encomendada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e executada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE).⁶⁴ O que nos

⁶² “No ano de 2011 ocorreu um fenômeno que há muito não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito semelhantes e consciência de solidariedade mútua. Uma onda mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global. Começou no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando no final do ano até mesmo a Rússia.” (HARVEY et al., 2012, p. 7). Os eventos daquele ano pareciam abrir horizontes e inspirar parcelas da esquerda, movimentos sociais e intelectualidade progressista global. Um exemplo do entusiasmo despertado, apareceu no título (com certa dose de exagero) de um dossiê da revista *Le Monde Diplomatique Brasil* no ano de 2011: *A volta das revoluções* (BAVA, 2011). Disponível em: <http://diplomatique.org.br/dossie-7/>

⁶³ É preciso lembrar que nos anos de 2006 e 2007 esboçou-se um movimento, protagonizado hegemonicamente por setores das classes médias altas e burguesa, contra o PT e Lula, intitulado *Cansei*. Após a chamada crise do mensalão esses setores tentaram se auto-proclamar os legítimos opositores ao que classificavam na época como ditadura de esquerda e da corrupção. Uma reportagem do período tomou nota de que “foi um protesto diferente, com direito a fotógrafos da revista de celebridade *Caras*, equipe do ‘TV Fama’, bolsas Prada e óculos Dior para as mulheres e blazer com abotoaduras, gel no cabelo e colarinho branco para os homens.” Disponível em: goo.gl/HlvGMd – Acesso em: 12/07/2016. Os auto-proclamados opositores foram ridicularizados e não conseguiram, nem de longe, arranhar uma parede do sólido edifício lulista. Caíram no ostracismo. Por ironia da história, 8 anos depois, esses mesmos setores, valendo-se da mesma retórica, compuseram o conjunto de forças sociais e políticas protagonista do impeachment que derrubou Dilma em 2016.

⁶⁴ Disponível em: <http://goo.gl/nvzUb9>. Acesso em: 02/05/2015.

obriga a pensar sobre a velocidade dos acontecimentos que alteraram drasticamente o clima político nacional desencadeada pelos grandes protestos.

É difícil precisar como a onda de protestos em junho de 2013 começou. O que se pode garantir é que o início daqueles acontecimentos tem relação direta com as mobilizações em torno dos aumentos das tarifas de transporte em várias cidades. Já em janeiro daquele ano houve manifestações na região metropolitana de São Paulo, que conquistaram a revogação do aumento da tarifa em Taboão da Serra e, em abril, uma mobilização significativa iniciou-se em Porto Alegre, pelo mesmo motivo.

Mas, os protestos cresceram e assumiram as proporções que vimos após o dia 13 de junho de 2013, onde uma manifestação do Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, foi duramente reprimida pela polícia militar – 240 pessoas detidas, muitos feridos, dentre eles uma fotógrafa do jornal Folha de São Paulo, foi alvejada por um tiro de bala de borracha no olho. A partir daí os protestos massivos espalharam-se pelo Brasil:

Recapitulando a movimentação em São Paulo, que acompanhamos de perto. No dia 6 de junho, o Movimento Passe Livre chamou o 1º grande ato contra o aumento, cerca de 5 mil pessoas bloquearam as principais ruas e avenidas do centro da cidade. O 2º grande ato começou no Largo da Batata e terminou com o bloqueio da Marginal Pinheiros, o que rapidamente foi desfeito pela polícia militar. No 3º ato, 12 mil manifestantes partiram da Avenida Paulista até o Terminal Parque Dom Pedro. Após confronto com a polícia militar, os manifestantes seguiram para a Praça da Sé, onde novos confrontos aconteceram. No final da noite, os manifestantes conseguiram se reagrupar novamente na Avenida Paulista, mas, quando chegaram perto do MASP foram novamente recebidos pela polícia com bombas e balas de borracha. Mais de 20 mil manifestantes se reuniram no 4º ato, sendo que diversas pessoas foram detidas pela polícia pelo simples fato de levarem vinagre para as manifestações. Já no início da passeata, em frente à Praça Roosevelt, a polícia começou a lançar bombas de gás lacrimogêneo nos manifestantes, a atirar com armas de bala de borracha e a agredir qualquer suspeito de participar do ato. Inúmeras pessoas ficaram feridas, jornalistas e fotógrafos foram atingidos e mais de duzentas pessoas foram detidas. No dia 17, a cidade de São Paulo foi palco da maior manifestação das últimas três décadas, mais de 100 mil pessoas saíram às ruas para pedir a revogação do aumento e levantar outras insatisfações em relação aos governos municipal, estadual e federal (NAKAMURA, 2013, p. 43).

Neste momento não posso me dedicar exaustivamente aos acontecimentos de 2013 sob o risco de perder o foco do objeto desta pesquisa. Apenas a título de exemplos elenco, em um rápido levantamento, expressões

recorrentes, utilizadas e produzidas em diversos meios e ambientes (acadêmicos, militantes e mídias, dentre outros), que nos permitem perceber a polifonia interpretativa decorrente da difícil e complexa tarefa de analisar aqueles acontecimentos e, fundamentalmente, em analisar o que eles poderiam dizer sobre a própria natureza da condição contemporânea brasileira: fim da nova república; crise profunda do sistema de representação política; insatisfação generalizada com a classe política; crise da recente democracia brasileira; crise do modelo neoliberal urbano; crise de um modelo de desenvolvimento que tornou as cidades verdadeiros ‘infernos urbanos’; incapacidade do Estado em ofertar e gerir serviços públicos; exaustão do modelo de conciliação de classes que marcou os governos do Partido dos Trabalhadores, exigência dos que subiram o ‘elevador da ascensão social’ e agora desejam mais melhorias; emergência de novos atores em cena; emergência de novos padrões de mobilização política e ascensão de uma nova direita social e política, dentre outras.⁶⁵

O fato é que os protestos de junho de 2013, pela própria grandeza dos acontecimentos, transbordam a dimensão temporal de sua duração e são necessários para sustentar as análises de fatos políticos e sociais subsequentes. Talvez isso seja uma evidência de que os mesmos marcaram uma espécie de divisor de águas na história nacional recente: ocorre que os mesmos foram muito significativos, conforme reflete Arantes:

As avaliações provenientes das mais diversas fontes oscilam entre 10 e 15 milhões de manifestantes em mais de quinhentas cidades. Enquanto não dispusermos de uma razoável coleção de relatos de todas as procedências, sobretudo das mais improváveis, continuará soterrada a memória viva do maior protesto de massa da história brasileira, com essa peculiaridade igualmente divisora de águas, a de

⁶⁵ A literatura sobre os grandes protestos de junho de 2013 e seus desdobramentos é ampla, diversificada e continua a ser produzida. Indico algumas referências onde aparecem as expressões e interpretações acima mencionadas. ARANTES, Paulo. Depois de junho a paz será total. In: O novo tempo do mundo. São Paulo: Boitempo: 2014; CAVA, Bruno. A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out). São Paulo: Annablume, 2013; CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Orgs.) Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou (2014). GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo. Petrópolis: Vozes, 2014. JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. Vinte Centavos: a luta contra o aumento. São Paulo: Editora Veneta, 2013. MARICATO, Ermínia *et al.* Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013; NOGUEIRA, Marco Aurélio. As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013; RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

que foi rigorosamente autoconvocado, ao contrário de episódios altamente coreografados, como as Diretas Já ou os caras-pintadas (ARANTES, 2014, p. 378).

Do ponto de vista da análise dos movimentos sociais e das ações coletivas contemporâneas no Brasil, paradoxalmente, os acontecimentos durante e após os grandes protestos de junho de 2013 produziram um cenário fértil e rico para pesquisas e estudos, ao mesmo tempo em que criaram uma série de camadas mais complexas para o entendimento dos sentidos das lutas sociais. Os grandes protestos criaram as condições para que as insatisfações represadas se expressassem, aqui e acolá, em espaços sociais os mais amplos e diversos. Um cenário onde os contemporâneos experimentos contestatórios parecem ter entrado em uma espiral complexa, frente a um regime temporal de repentina e intensa aceleração.

Especificamente, sobre os movimentos urbanos articulados aos grandes protestos de 2013, pode-se perceber que foram tensionados ao limite em suas características, formas e conteúdo. É como se os efeitos dos acontecimentos de junho e seus desdobramentos tivessem elevado a uma condição extrema os impasses, as disputas internas e as expectativas que os movimentos e coletivos urbanos já vivenciavam anteriormente. Um exemplo forte que pode atestar a plausibilidade dessa hipótese é o conjunto de debates e textos produzidos por integrantes do Movimento Passe Livre que, como já sabemos, foi um dos protagonistas daqueles movimentos, expondo publicamente suas elaborações políticas, divergências, cisões e disputas internas.⁶⁶ Nesses textos podemos encontrar problematizações e debates sobre tática, estratégia, composição de alianças, formas de organização, disputas internas, balanço das expectativas

⁶⁶ Uma parte desse debate sobre o Movimento Passe Livre encontra-se no site Passa Palavra. Ao longo desse trabalho iremos dialogar com esse material. Alguns textos que julgamos serem exemplos do debate importantes são: Revolta popular: o limite da tática (MARTINS, CORDEIRO, 2014); O movimento Passe Livre acabou? (LEGUME, 2015); Carta de desligamento do Tarifa Zero Salvador e do MPL (CARLA, CARIBE, LUAMORENA, 2015); Ué, o MPL não tinha morrido? (MOTORYN, 2016); Dossiê: especial transportes (*Site PASSA PALAVRA*).

políticas e questões de gênero, dentre outras.⁶⁷ Tais debates serão fontes importantes de diálogo no momento em que estivermos analisando o movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte.

Em outras palavras, do ponto de vista da trajetória dos movimentos e coletivos protagonizados por jovens ativistas urbanos, os protestos de junho de 2013 podem ser entendidos como uma espécie de ápice, um momento de ascensão tão esperado, um impulso sem precedentes, ao mesmo tempo em que produziram desgastes que aguçaram o senso crítico e reflexivo dos próprios movimentos, coletivos e ativistas sobre seus limites, possibilidades e caminhos a serem trilhados.⁶⁸

E após junho de 2013, a dinâmica da vida social e política brasileira produziu acontecimentos que engendraram um ritmo contínuo de mudanças conjunturais e incertezas. Os grandes protestos continuaram - e creio que continuarão - a aparecer como algo bastante significativo nas análises e interpretações sobre Estado e democracia, democracia e governos, representatividade política, institucionalidade, justiça social, demandas sociais, comportamento político e movimentos e lutas sociais, dentre outras questões.

Nos valem, a título de exemplo, de duas entrevistas sobre questões diversas com reconhecidos intelectuais que atuam na cena pública brasileira. Uma das entrevistas está relacionada com uma análise de conjuntura política e social do Brasil após o *impeachment* de Dilma Rousseff. A outra é uma análise sobre o movimento de ocupações de escolas protagonizado por estudantes secundaristas entre 2015 e 2016. Ambas convocam junho de 2013 como uma

⁶⁷ É importante ressaltar, também, que o debate, reflexões e análises críticas sobre os movimentos e coletivos urbanos contemporâneos eram realizadas pelos próprios militantes e ativistas, antes de junho de 2013. O que ocorre é que esses debates foram intensificados e ganharam outros contornos no durante os grandes protestos e de seus desdobramentos. Felipe Correa e Leo Vinicius são exemplo de autores-militantes, que já há um tempo produzem importantes reflexões e análises. Dialogaremos também com esses dois autores ao longo de nosso texto. De Felipe Correa destacamos o conjunto de textos publicados em 2011 no site Passa Palavra intitulado Balanço crítico da Ação Global dos Povos no Brasil. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2011/07/42773> Acesso em: 27/03/2015. De Leo Vinicius destacamos sua tese de doutorado, defendida em 2006 no programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina e publicada posteriormente, em 2014, como e-book: Antes de Junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista. Editora em Debate/UFSC. Florianópolis, 2014.

⁶⁸ Sobre isto ver o artigo, A ressaca de junho ou: como não debater tática e estratégia (MANOLO, 2017).

espécie de fato originário e interpretam o legado dos grandes protestos a partir das projeções e acontecimentos do presente na vida nacional.

O primeiro exemplo é a entrevista do sociólogo Jessé de Souza, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sobre o seu então mais recente livro, *A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado*. Jessé parte do reconhecimento de que os grandes protestos foram iniciados com uma mobilização, que ele define como de esquerda mas desenvolve um raciocínio para defender, categoricamente, que “as raízes do golpe de 2016 nasceram de sementes plantadas em junho de 2013.”

Em Junho de 2013 a gente tem, e eu coloco no livro, o ovo da serpente, é uma distorção sistemática da realidade de tal modo que manifestações locais e municipais foram montadas pra serem federalizadas e atingirem a presidenta, e efetivamente atingiram. (SOUZA, entrevista publicada em 07/09/2016).⁶⁹

Os grandes protestos são interpretados pelo sociólogo em um polo negativo, como raiz do processo político e social que desencadeou a cassação da presidente. Segundo ele, os protestos de 2013 começam com uma determinada forma, com questões e pautas históricas das esquerdas e movimentos sociais, e terminam com um outro desfecho: manipulados para atingirem a presidente. Jessé, então, revisita os grandes protestos para construir uma interpretação que relacione diretamente aqueles acontecimentos com o *impeachment* em 2016.⁷⁰

⁶⁹ Disponível em: <http://goo.gl/bpQ5eZ>. Com justiça, ainda que discordando da interpretação de Jessé, temos que anotar que o sociólogo não percebe apenas nos grandes protestos ou na sua manipulação pelas elites brasileiras a única matriz de causalidade para o *impeachment* de Dilma Rousseff. Na entrevista citada ele também faz uma análise política e econômica dos erros dos governos do PT, que não cabe evidenciar no momento.

⁷⁰ Não só Jessé extrai esse sentido dos grandes protestos. Há entre colunistas, jornalistas e militantes aqueles que possuem uma avaliação ainda mais negativa. Para esses, os grandes protestos parecem ser a fonte de todos os males em que nos encontramos no presente. A coluna de Edmundo Leite, publicada em 31 de agosto de 2016 no jornal Estado de São Paulo e intitulada, *Delírio da passagem grátis resultou num impeachment* é um forte exemplo desse tipo de interpretação. O autor chega a dizer, que o bordão não é só pelos 20 centavos pegou e contagiou uma massa maior saudosos dos caras pintados de 1992 e, alguns dias depois, as mais diversas causas viraram pauta para protestos contra tudo isso que está aí. Estabeleceu-se, então, com a ajuda das redes sociais na internet, a cultura do protesto para tudo. Assustado com o monstro gigante que criou e com seu rápido crescimento, o grupo da ilusão infantil da passagem grátis pulou fora 20 dias depois. Três anos depois, com a cultura do protesto de rua consolidada, o Congresso Nacional aprova o *impeachment* de Dilma Rousseff, reeleita em 2014 para o seu segundo mandato. Disponível em <http://goo.gl/RLIXjU>. Acesso em: 06/06/2016

Já Pablo Ortellado (2016), autor de livros e artigos sobre os movimentos sociais contemporâneos, professor da Universidade de São Paulo, revive junho de outra maneira. Ao analisar, em uma entrevista, o inédito movimento de ocupações de escolas públicas e de lutas nas ruas por parte dos estudantes secundaristas que eclodiram em 2015, no estado de São Paulo, e se espalharam por mais de seis estados brasileiros, ele convoca os grandes protestos para um registro oposto ao feito por Jessé de Souza. Segundo o autor:

Acredito que essas **ocupações** são o filho mais legítimo das manifestações de **Junho de 2013**, porque na gênese dessas ocupações vemos a agitação de grupos que estavam ligados ao **MPL** [Movimento Passe Livre]. Além dessa conexão direta, as ocupações das escolas são a principal encarnação do espírito de Junho de 2013. Além da luta contra a redução da tarifa, Junho de 2013 foi uma grande mobilização da sociedade brasileira, criticando a **representação política** e defendendo **direitos sociais**, como direito ao transporte, educação e saúde, e os secundaristas são a encarnação desse legado.

Em **Junho de 2013** aconteceu um engajamento muito grande da população - 12% da população participou efetivamente dos protestos. Isso gerou um compromisso muito grande da sociedade brasileira com estas duas pautas: a defesa dos direitos sociais e a crítica do sistema de representação. Nesse sentido, a ação dos **secundaristas** é a expressão desse legado, é a crítica da ação dos partidos políticos num momento em que o Brasil está vivendo uma **polarização política** em torno do *impeachment* (Grifos originais).⁷¹

A análise de Ortellado oferece visibilidade a um possível legado positivo dos grandes protestos, que pode ser atestado na luta de estudantes secundaristas três anos depois. O movimento dos estudantes é, segundo ele, o que melhor encarna o espírito de junho por trazer em sua constituição, em sua prática e em sua dinâmica, uma pauta diretamente vinculada à defesa de direitos sociais, no caso específico a educação. Portanto, nesse exemplo, deslocado da polarização política em torno do *impeachment*, os grandes protestos e seus sentidos assumem uma dimensão positiva, um acontecimento que se desdobra em lutas, ações coletivas e movimentos sociais que continuam a trazer para a cena pública a crítica ao sistema de representação política e a exigência e defesa de direitos sociais.

⁷¹ Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos em 18/05/2016. Disponível em <http://goo.gl/BIVMUU>. Acesso em: 06/09/2016

As interpretações sobre os grandes protestos referidas acima possuem, cada qual a seu modo, plausibilidade à luz de acontecimentos posteriores. As evidências empíricas oriundas da vivência concreta podem tanto nos permitir relacionar os grandes protestos ao surgimento de uma nova direita⁷² e ao posterior processo de *impeachment* como, também, podem fazer perceber um legado positivo do mesmo acontecimento, de luta, organização e resistência, relacionado à contestação social que se seguiu, como o movimento dos estudantes secundaristas. Ambas as interpretações podem ser complementares e servirem de subsídio para uma análise mais abrangente daqueles acontecimentos e de seus desdobramentos.

Neste sentido, esta pesquisa pode ser compreendida, também, como uma contribuição para um entendimento do legado de junho, para as lutas e movimentos de inspiração no campo das esquerdas e no campo libertário.⁷³ O que não significa que se possa desconsiderar completamente as questões abordadas por Jessé e o legado dos grandes protestos para a emergência do que se convencionou chamar de uma nova direita no Brasil.

O que se evidencia, com os exemplos acima, é que as distintas interpretações e narrativas que se extraem de junho de 2013 e de seus desdobramentos são objeto de controvérsias e disputas que compõe um mosaico interpretativo dedicado a compreender as teias e tramas da história imediata. Não se trata de atestar o maior ou menor grau de uma suposta veracidade de uma ou outra interpretação e sim colocar em evidência, apenas,

⁷² Sobre a novidade da “nova direita” no pós-junho de 2013 ver comentário de Paulo Arantes na Série de Colóquios Municipalismos (15/09/2016): Disponível em: goo.gl/UDQ6w4. Acesso em: 27/09/2016. Pequeno trecho da fala do filósofo paulista: “Nós não imaginávamos que existisse um espelho à nossa direita que fizesse coisas parecidas a nós. Eles agora possuem uma mobilização internacional, financiamento internacional [...] vocês queriam que eles fizessem o que? Eles são atores políticos, existe uma guerra social e eles estão lá para isso. Com o mesmo ‘tino’ que nós tivemos para derrubar a tarifa, os meninos tiveram, eles fizeram do outro lado, só que eles continuaram [...] essa é a novidade, a direita não precisa mais de Ibad [Instituto Brasileiro de Ação Democrática, um dos atores chave do golpe civil-militar de 1964] para se organizar. Eles possuem condições de se autofinanciar, de ter relações internacionais, ter mídia no mundo inteiro e colocar gente na rua.

⁷³ Sobre a expressão libertário: para fugir do ranço pejorativo em que caiu a palavra anarquia e, também, para não haver uma associação com uma certa concepção saudosista e fundamentalista de anarquismo, inúmeros grupos contemporâneos preferem se autodenominar Libertários. Livres de uma ortodoxia clássica anarquista, os grupos libertários contemporâneos produzem reflexões e intervenções bastante inovadoras e criativas — dinamizando anarquicamente o anarquismo (SOUZA, 2007, p.8).

que se ainda hoje junho de 2013 é esmiuçado a fim de subsidiar análises sociais com os mais variados objetivos, no período em que tudo ocorreu a realidade trazia elementos que nublavam a visão no calor dos acontecimentos. Ou seja, com o passar do tempo os sentidos de junho de 2013 podem ser melhor interpretados a partir da marcha dos acontecimentos que o sucederam.

Mas, a questão que interessa reter é a mudança das expectativas e do cenário político, econômico e social após os grandes protestos de 2013. Não queremos dizer, com isto, que junho desencadeou as mudanças e sim que foi um dos elementos centrais para que a história entrasse em outro regime de temporalidade.

Abertas as comportas da insatisfação social em 2013, há uma fragilização do modo de regulação dos conflitos sociais engendrado pelo lulismo. No mundo do trabalho, por exemplo, estes acontecimentos provocaram um giro de 360 graus em termos do número de greves. Se no ano de 2012 já é perceptível, conforme anotado páginas acima, o aumento de paralizações dos trabalhadores, é em 2013 que o número de greves contrasta drasticamente com o período de pleno funcionamento do modo de regulação dos conflitos do lulismo, onde aquele número despencou.⁷⁴ Como aponta Ruy Braga:

Em primeiro lugar, vale destacar que, no mundo do trabalho, o colapso do armistício entre as classes subalternas e dominantes geralmente vem sob a forma de uma onda grevista. E, de fato, de acordo com os últimos dados do Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG-Dieese), os trabalhadores brasileiros protagonizaram em 2013 uma onda grevista inédita na história do país, somando 2.050 greves. Isto significou um crescimento de 134% em relação ao ano anterior e configurou um novo recorde na série histórica do SAG-Dieese. [...] Proporcionalmente, as greves da esfera privada representaram 54% do total, superando as da esfera pública. Aqui, vale destacar a verdadeira explosão de greves ocorrida no domínio que acantona com mais frequência os grupos de trabalhadores não qualificados ou semiquilificados, terceirizados, sub-remunerados, submetidos a contratos precários de trabalho e, portanto, mais distantes de certos direitos trabalhistas – isto é, o setor de serviços privados (BRAGA, 2016).⁷⁵

A partir de junho de 2013 o lulismo e todo um amplo leque de expectativas cravadas profundamente no imaginário social brasileiro, expressado em frases

⁷⁴ Ver dados apresentados no tópico sobre o “lulismo” nesta mesma PARTE 1.

⁷⁵ Texto O pacificador publicado no blog Boitempo em 28/03/2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/28/o-pacificador/>. Acesso em: 08/04/2016

como o país do futuro ou agora o Brasil tem jeito e dará certo, passaram por uma forte crise. Em outras palavras, nosso junho de 2013 não foi o mês que abalou o mundo mas teve ímpeto suficiente para fragilizar o lulismo, constituindo o início da perda de legitimidade do pacto conciliatório nacional. O sociólogo André Singer aponta sua análise para o fenômeno de junho:

Olhando para tais fenômenos desde o ponto de vista do presente, Junho de 2013 funcionou como uma espécie de alerta. Agora sabemos que Junho de 2013 foi um primeiro surto de manifestações que na verdade sinalizavam uma insatisfação geral, o que tinha como epicentro as cidades maiores do país. [...] Em seguida, os índices de popularidade da presidente Dilma caíram muito, como também caíram dos outros governos, estaduais e municipais. O que significa que havia ali uma espécie de insatisfação geral. A presidente Dilma conseguiu, lentamente, recuperar parte do apoio que havia subitamente perdido e essa recuperação foi a base por meio da qual ela conseguiu vencer a eleição de 2014. Só que houve uma espécie de adiamento. Medidas como o Mais Médicos resultaram em uma espécie de crédito de confiança, o que levou a uma campanha eleitoral em que a presidente prometeu a retomada do crescimento e das condições econômicas favoráveis para potencializar esse crédito de confiança. Só que isso não está se dando neste começo de 2015 (SINGER, 2015, p. 71).

A questão aqui é que Dilma foi reeleita em 2014 a partir de uma plataforma eleitoral sustentada nas promessas de garantia das conquistas sociais no período lulista, por uma margem estreita em uma eleição bastante polarizada, e no primeiro ano de seu segundo mandato suas medidas foram em direção contrária. Com o Produto Interno Bruto em recuo, inflação ao redor de 10%, desemprego em alta, o salário médio real em queda, denúncias crescentes de esquemas de corrupção, base parlamentar esfacelada, oposição dura por parte dos principais veículos de comunicação que manipulavam informações e vazamentos de depoimentos insuflando manifestações contra o governo e o PT, o primeiro ano do segundo governo Dilma realmente deixou a impressão de que o lulismo estava em grave crise, conforme Singer anota:

O milagre de 2008/2010 não se repetira e o lulismo adotava o programa do adversário. No entanto, por razões eleitorais e, talvez, por crença excessiva no próprio poder, a candidata prometera preservar o emprego e a renda dos trabalhadores, como se fosse possível comer o bolo e ficar com o bolo. Diante do sentimento de traição que se seguira, talvez fosse melhor ter perdido as eleições, deixar que Aécio Neves conduzisse o ajuste recessivo e, com a força preservada do apoio popular, impedir que as conquistas igualitárias da década anterior fossem varridas pela maré liberal (SINGER, 2015, p.33).

E se, insistirmos na conjugação da ideia do lulismo com a ideia de esperança, podemos, logicamente, chegar à formulação de que a crise do mesmo pode significar a crise da esperança ou que, a crise do lulismo pode representar uma mudança de expectativas sociais – onde a própria ideia de esperança e as expectativas positivas dela decorrentes cedem lugar a uma experiência social desesperançada, um mal-estar generalizado onde o tempo futuro é percebido como fonte de insegurança e incertezas.⁷⁶

4. O que aconteceu com a esperança? Ou a tragédia se repetiu como farsa?

A mais recente edição brasileira do livro *O 18 de Brumário* de Luís Bonaparte, de Karl Marx, traz um prólogo inédito em português escrito pelo filósofo Herbert Marcuse.⁷⁷ A célebre frase de Marx, contida na abertura do primeiro capítulo do livro, evocada e utilizada por muitos como metáfora explicativa para episódios históricos os mais variados – do séc. XX aos nossos dias, A história se repete,

⁷⁶ No período de escrita da tese o sentimento de incerteza e da experiência de um horizonte negativo de futuro se aprofundaram. O *impeachment* da presidente Dilma em 2016, a ascensão de uma nova direita no Brasil, a chegada de Michel Temer ao poder e sua agenda regressiva – plano de austeridade fiscal e corte nos investimentos sociais, PEC dos gastos públicos, reforma da previdência, reforma trabalhista, entrega da exploração do petróleo do pré-sal a companhias estrangeiras, articulações para salvaguardar denunciados em esquemas de corrupção, e todo um conjunto de medidas e ações governamentais que alteraram a rota do país, inverteram drasticamente o quadro das expectativas e esperanças de transformação social. Um cenário incerto e prenhe de ameaças à democracia e aos direitos e conquistas sociais (parte deles presentes na constituição de 1988). Uma indicação de que a tendência é que o cenário mantenha ou intensifique os conflitos e ameaças é a pesquisa para as eleições presidenciais em 2018. Em meio à confusão política uma, ainda que prematura, pesquisa realizada pelo CNT/MDA (fevereiro de 2017) indica vitória de Lula nas eleições e um crescimento tendencial de um deputado de extrema direita (que pode ser chamado de fascista) Jair Bolsonaro que aparece em segundo lugar. Acompanhando a maré diversa que sopra para o pêndulo direito da política - EUA com a vitória de Trump, crescimento das candidaturas consideradas antiprogressistas na América Latina, e as perspectivas grandes de crescimento e possível vitória da direita e extrema direita em muitos países europeus (até mesmo na então considerada progressista Holanda) - essa figura política representa imaginários sociais e mobiliza setores que encampam o autoritarismo político, a opressão contra a luta dos mais desfavorecidos e contra as lutas indenitárias, o fundamentalismo religioso, o combate aos direitos e conquistas sociais e uma batalha contra os setores progressistas e de esquerda no Brasil. O problema é que, como aponta Vladimir Safatle (2017) em um artigo na Folha de São Paulo, ao que parece, que Bolsonaro e/ou o que ele representa não saíram do radar político e social nos próximos anos: “De toda forma, há de se nomear claramente o caminho que parte significativa dos eleitores tomou. Essa radicalização não desaparecerá, mas é embalada pelo espírito do tempo e suas regressões. Na verdade, ela se aprofundará. Contra ela, só existe o combate sem trégua.” Disponível em: <https://goo.gl/zh7z3r>. Acesso em: 12/10/2016.

⁷⁷ Trata-se da edição publicada pela Boitempo Editorial no ano de 2011. O texto de Marcuse, inédito em português, originalmente foi publicado como epílogo na edição alemã do livro *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte* (Frankfurt, Insel, 1965, p. 143-50). Devo aqui ao filósofo Paulo Arantes a inspiração para também me apoiar na interpretação de Marcuse.

da primeira vez como tragédia e a segunda como farsa,⁷⁸ é reinterpretada por Marcuse à luz do tempo contemporâneo. Marcuse, ao repassar a história europeia entre utopias e derrotas erigidas e sofridas pela luta emancipatória proletária, indica uma correção no sentido da célebre frase de Marx. Neste texto o filósofo mostra que a tragédia do séc. XIX na França, o aparato político-militar francês que fez sucumbir as perspectivas emancipatórias do proletariado, como o esmagamento da Comuna de Paris em 1871, não se repete apenas como farsa no séc. XX. A experiência do horror produzido pelo fenômeno nazi-fascista “exige uma correção das sentenças introdutórias de O 18 de Brumário”, ou melhor, a farsa é mais terrível do que a tragédia à qual ela segue” (MARCUSE, 2011, pág. 9).

Para pensar a história do tempo presente no Brasil e no mundo, o filósofo Paulo Arantes⁷⁹ vale-se deste prólogo escrito por Marcuse para refletir sobre os golpes políticos que assolaram a história brasileira recente. Especificamente, o autor baseia-se no filósofo alemão para analisar dois golpes políticos: o golpe civil-militar de 1964, com a deposição do presidente João Goulart, e o recente golpe de 2016 que assumiu a forma do controverso processo de *impeachment*⁸⁰. Segundo Paulo Arantes, a tragédia do golpe de 64 se repete em nosso tempo como algo mais terrível. Em 64, mesmo com o golpe e instalação da ditadura, as forças de esquerda não sofreram um processo de desmoralização e deslegitimação política. Ainda que derrotadas pela força, as esquerdas continuaram sendo portadoras de expectativas de futuro. Ainda que perseguidas e silenciadas, guardavam raízes no seio da classe trabalhadora. No campo da

⁷⁸ A passagem original completa é: “Em algumas passagens de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encerrados, por assim dizer duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.” (MARX, 2011. p. 23). O filósofo alemão inicia o texto comparando os personagens envolvidos na reedição do golpe de Estado na França, “reedição do 18 de Brumário”. O primeiro golpe político alçou ao poder Napoleão Bonaparte em 9 de novembro de 1799 e o segundo, em 2 de dezembro de 1851, o seu sobrinho Luís Bonaparte.

⁷⁹ Ver a aula pública intitulada Em que tempo vivemos, atividade de greve na UNICAMP em meados de 2016. Disponível em: <https://goo.gl/h7glEa>. Acesso em: 18/10/2016.

⁸⁰ Há controvérsias sobre a utilização da palavra golpe para definir o processo de *impeachment* de Dilma Roussef como um golpe de Estado entre setores da própria esquerda. Aceitando o termo e a caracterização do processo como um golpe há um debate sobre sua forma – se midiático parlamentar, se jurídico parlamentar, se uma nova forma de golpe político. Sem entrar no debate político e conceitual a respeito, assumimos a definição de golpe concordando, em grande parte com a análise de Ivana Jenkins no artigo intitulado O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe, que abre o livro Por que gritamos golpe? Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil, lançado em 2016 pela Boitempo Editorial.

cultura elas eram a força viva da manutenção dos valores de transformação. A resistência no período da ditadura, armada ou não, e o ressurgimento dos novos atores em cena em meados da década de 70 e nos anos 80, conforme já mencionamos, atestaram que as esquerdas mantiveram-se como as fiadoras da esperança.

Diferentemente de 64, onde as esquerdas foram derrotadas pelo aparato civil-militar reacionário mas permaneceram como legítimas portadoras da esperança, em 2016 o golpe revela e produz a desmoralização do partido (PT) e do projeto político que se colocou como portador histórico dessas mesmas esperanças progressistas e de transformação. E levado pelo golpe, junto com o PT, todo o campo das esquerdas sofreu com o peso e o tamanho da derrota. Em outras palavras e de forma mais ampla, segundo o raciocínio de Arantes (2016), a farsa de 2016 teria uma dimensão ainda mais terrível que a tragédia de 64, justamente por perdermos um dos elementos centrais que mobilizam a ação e o imaginário das esquerdas: o horizonte de futuro. O que se esvaiu na farsa recente foram as expectativas positivas de futuro e a confiança nas esquerdas como sujeitos portadores dessas mesmas expectativas.⁸¹

É nesse mesmo sentido apontado por Arantes, que igualmente retenho a inspiração de Marcuse sobre as tragédias e farsas da história para apontar questões sobre o que chamo de “dança das expectativas” em nossa experiência

⁸¹ Já na epígrafe do livro *Por que gritamos golpe* (2016), referido na nota acima, Paulo Arantes traz uma outra variação da lembrança do binômio tragédia e farsa para o entendimento de que se passa no Brasil no tempo presente. Vejamos: “1964, 2016. Primeiro como tragédia, depois como farsa? Quem não se lembrou do 18 de Brumário? É bom, no entanto, esfregar os olhos. Como Marcuse, ao corrigir a confiança de Marx na força regeneradora da história. Escaldado pelo auge fascista e pelo eclipse do movimento socialista, Marcuse lembrou que a repetição rebaixada de uma virada trágica tendia a ser mais sinistra do que o original. Daí o frio na espinha de agora, que de épico não tem nada. Dá para sentir que nenhuma terra está mais em transe, prestes a partir do dia-que-virá. A queda vertiginosa, que estamos chamando de golpe para espantar o medo e levantar a moral no chão, ocorreu numa hora mundial de flagrante desagregação. E multiplicação de saídas de emergência para ganhar tempo. A engenharia social chamada lulismo foi uma delas. Seu colapso catastrófico – por falta inclusive do dinheiro que lhe permitia comprar tempo – não esperou pelo golpe de misericórdia de nenhum estado maior na sombra. Quando a massa conservadora tomou as ruas de Junho, a reviravolta já estava consumada. Massa impressionante de energia social insurgente para a qual não tínhamos resposta alguma. Foi assim no entreguerras europeu. Fascismo? Seja como for, no nosso caso não se repetirá como farsa pelo simples fato de que não houve original. Vamos inovar.” Mesmo não discorrendo dessas considerações mantenho o binômio tragédia e farsa, utilizado pelo mesmo Arantes em exposição oral, referida em nota acima, para desenvolver um raciocínio sobre a variação das expectativas, conforme poderá ser lido à frente.

democrática recente e sua relação com as lutas e movimentos sociais contemporâneos.

Como foi anotado páginas acima, nossa experiência democrática recente nasce sobre o signo da esperança, ancorada nas lutas e movimentos sociais no período da redemocratização do Brasil. Na década seguinte a esperança flutua entre a acomodação institucional da energia dos movimentos e entre a implementação, parcial e devidamente regulada, das promessas de conquistas sociais contidas no pacto constitucional de 88, até sair de cena com a hegemonia neoliberal. Em outras palavras, o reservatório das energias utópicas abastecido pela potência dos experimentos contestatórios populares e a esperança da vida democrática como sendo o alargamento dos horizontes de transformação social são reduzidos aos ditames do demiurgo mercado. Poderíamos pensar esse capítulo de nossa história recente como a tragédia das expectativas de futuro? Seria um exagero ou uma apropriação grosseira utilizar o binômio tragédia e farsa para refletir sobre a variação das expectativas em nossa história democrática atual?

Talvez seja um exagero. E então é preciso fazer uma rápida consideração. Em Marx e em Marcuse o binômio aparece como referência analítica de grandes acontecimentos que referenciam os sentidos da marcha da história moderna. Deve-se relativizar a utilização que aqui faço destas ideias ao tratar de acontecimentos em uma escala histórica de menor tempo e relevância. Ainda que, com ressalvas, penso ser válida a utilização do binômio tragédia e farsa para explicar o que estou chamando de a dança das expectativas em nossa

história recente. Nesse sentido, podemos pensar nossa experiência democrática atual a partir da ideia de uma farsa da história.⁸²

Com o advento do lulismo as expectativas de futuro, da esperança que venceu o medo, do país que pode dar certo, renasceram para posteriormente se esvaírem. E a farsa de nossa história democrática recente trouxe à tona um horizonte mais cruel do que a tragédia: em fins da década de 90 a potência política dos trabalhadores ainda encontrava lastro na perspectiva de uma esquerda no poder, num futuro que ainda poderia ser transformador. Agora, o futuro que não houve já passou e não é ainda visível outra força social no horizonte capaz de sustentar a atualização da perspectiva de transformação. Crise do lulismo, golpe, ataques às conquistas sociais garantidas na constituição de 88, austeridade, cortes em gastos sociais essenciais, reformas estruturais que apontam para a precarização do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores, crescimento das forças reacionárias e de direita no Brasil (e no mundo), dentre outras questões, indicam que a farsa produziu um cenário mais cruel do que a tragédia.⁸³

E esse cenário brasileiro, marcado por um sentimento de derrota e de horizontes de futuro claudicantes ou inexistentes, encontra eco ou também ecoa

⁸² Como já deve estar nítido, esta tese é decisivamente influenciada pelos rumos do tempo presente. Na escrita da mesma não consegui negligenciar os sentimentos, sensações e percepções que sentia e vivenciava perante os acontecimentos. E assumo aqui o risco de uma possível superficialidade analítica por talvez ser “engolido” nas “areais movediças” do presente. Mas, não há como, na medida de minhas limitações e possibilidades e mesmo que em forma de pequenas notas, não abordar os mais recentes acontecimentos e procurar relacioná-los com uma das questões centrais desta pesquisa que são justamente as expectativas e horizontes de futuro. E ainda, tecer o fio dessas expectativas com a experiência dos movimentos sociais, especificamente, como irei analisar, o movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte. É, nesse sentido, que reforço a utilização da elaboração de Marcuse e contribuições de Arantes mencionadas páginas acima para refletir sobre nossa história democrática recente e sobre o próprio sentido do objeto desta pesquisa. Com perplexidade faço essas mesmas perguntas: “Como se explica este paradoxo: o governo mais odiado do Brasil (Temer), e também um dos mais fracos, mantido quase em respiração artificial, consegue aprovar o mais gigantesco ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo? Como é que um governo que só consegue reunir 10% de aprovação tem força para destruir os mecanismos sociais introduzidos na Constituição de 88, reflexo das grandes mobilizações que derrubaram a ditadura e criaram novos sindicatos, uma grande central sindical (então) independente do governo e (então) combativa? Em resumo: como é que um governo fraco pode desferir um ataque tão devastador?” Luís Leiria (2017). Disponível em: <https://goo.gl/3LnQst>. Acesso em 23/02/2017.

⁸³ Ver reportagem de Carlos Drummond, na revista Carta Capital de 03/03/2017, intitulada Na era Temer, o desmanche iniciado por FHC se aprofunda. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/941/na-era-temer-o-esmanche-iniciado-por-fhc-se-aprofunda> - Acesso em: 18/03/2017.

um sentimento do mundo correspondente: sigo pensando que em nenhum outro tempo ou lugar a esquerda sofreu um declínio comparável ao experimentado pela esquerda europeia desde a queda do Muro de Berlim”, escreve o crítico e historiador da arte T. J. Clark no ensaio *Por uma esquerda sem futuro*, publicado no Brasil pela Editora 34 no ano de 2013.

Quando a esperança parece novamente ter sido abandonada e o horizonte de futuro desaparece, pode-se perguntar: o que os movimentos e lutas sociais teriam a nos indicar sobre o atual momento da democracia e da sociedade brasileiras? O que os movimentos sociais e lutas podem nos indicar sobre as formas de ação coletiva e ação política em nosso tempo?

Após estas breves considerações sobre nossa história democrática recente, argumento que se a contestação social produzida pelos dissidentes⁸⁴ do pacto de conciliação nacional já produziam movimentos, iniciativas e ações coletivas que indicavam fissuras na hegemonia às avessas, por certo, com a fragilização deste mesmo pacto e desta mesma hegemonia e com a crescente agudização dos conflitos sociais, os movimentos e lutas sociais podem nos oferecer importantes indicativos para compreendermos o campo de possibilidades da experiência e da ação política em nosso tempo e, conseqüentemente, o conjunto de expectativas sociais vivenciadas e produzidas. T. J. Clark (2013) encontra no diálogo com militantes e ativistas reflexões importantes sobre a crise de perspectivas e o futuro das esquerdas:

Por uma esquerda sem futuro foi um texto difícil de escrever. Não estou “satisfeito” com o resultado, mas ainda acho que ele fala às profundezas da crise por que passa a esquerda de uma maneira que a maior parte do ensaísmo de esquerda não faz. As reações aos meus argumentos foram de todo o tipo. Surpreendeu-me (mas não me espantou) que as respostas mais completas e equilibradas tenham vindo não de intelectuais reconhecidos, mas de leitores que, na condição de ativistas e sindicalistas, trazem nas costas uma vida de engajamento em lutas de esquerda (CLARK, 2013, p. 9).

Se Clarck surpreendeu-se com a recepção de seus argumentos sobre a relação entre futuro e esquerda por parte de militantes e ativistas, digo que talvez

⁸⁴ A expressão dissidentes refere-se, aqui, ao conjunto de atores sociais que protagonizaram a contestação social durante o período do lulismo, conforme foi indicado páginas acima. Dentre os dissidentes estão os jovens ativistas urbanos.

sejam os próprios, por serem o que são, por viverem uma vida de engajamento, os sujeitos legítimos para estabelecer este diálogo. Tenho a convicção de que os movimentos, lutas, ativistas e militantes oferecem possibilidades significativas para a reflexão a respeito dos sentidos da ação política contemporânea e as expectativas sociais que as delineiam.

Neste sentido esta pesquisa, através de um estudo de caso sobre uma movimentação social protagonizada por jovens na cidade de Belo Horizonte, procura compreender quem são os sujeitos do dissenso, os que sonham, qual o significado de sua ação e que espécie de expectativas eles anunciam ou produzem. Ao mergulhar no interior do movimento Tarifa Zero, procurei estabelecer diálogo com as seguintes questões: quem são os sujeitos que participam do movimento tarifa zero? Quais são os significados da experiência política vivenciada pelo movimento Tarifa Zero? O que essa experiência pode nos informar sobre os obstáculos e desafios que o atual contexto da democracia no Brasil coloca para os movimentos sociais? Quais utopias o movimento alimenta? Quais projetos e expectativas de transformação os participantes do movimento elaboram? Quais expectativas de futuro os jovens ativistas constroem e projetam?

Estas não foram questões elaboradas previamente ao campo de pesquisa. Conforme o leitor poderá conferir na Parte II, inicialmente nossas perguntas eram outras e foram modificadas a partir da vivência etnográfica junto ao movimento Tarifa Zero. O tempo de convivência ao lado do movimento e as percepções em campo foram determinantes para que esse caminho analítico fosse adotado. Foram também fonte de forte influência o contato com círculos militantes em outros estados. Na Parte III, serão apresentadas as categorias e autores que fundamentam a análise em diálogo com a empiria.

PARTE II

TARIFA ZERO: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO E CAMINHOS DA PESQUISA

1. No meio do caminho tinha um grande protesto, um grande protesto atravessou o caminho.

Na realização da presente investigação enfrentei vários obstáculos e o maior deles esteve relacionado com as minhas dificuldades e vacilações⁸⁵ na construção do objeto e do problema central da pesquisa. Fui tomado por indefinições que se prolongaram por um período de tempo maior do que o desejável.

Ao refletir sobre o processo experimentado na pesquisa e escrita da tese percebi que, em parte, as dificuldades e obstáculos que enfrentei ocorreram devido à importância das intensas e aceleradas transformações conjunturais que envolveram a sociedade brasileira no período. No início do curso de doutorado, quando eu ainda refletia sobre as descobertas e limites da investigação que realizei no mestrado⁸⁶ e sobre a relação dessas questões com a continuidade da investigação no doutorado, uma ascensão extraordinária e não prevista de manifestações ocorreu, em junho de 2013, durante a realização da Copa das Confederações no Brasil. E este fato atravessou de maneira indelével o planejamento e a elaboração desta pesquisa.

Entre a elaboração do projeto de pesquisa e a realização da mesma, o pesquisador, os sujeitos e as ações coletivas na cidade de Belo Horizonte, pretendidas como possíveis objetos de investigação, foram tomados de assalto por aqueles acontecimentos. Não havia outra opção naquele momento, em razão de minha própria trajetória de militância e de meus interesses de

⁸⁵ Tomo aqui, de empréstimo, o termo vacilações, pouco usual em textos acadêmicos, da apresentação do livro, Quando novos personagens entram em cena (1988) de Éder Sader. Logo na apresentação o autor chama a atenção para as dificuldades que teve em formular seu objeto de pesquisa e sua questão central em meio a uma divisão: entre “as exigências do rigor científico” e os “impulsos de um interesse político que levavam a uma interrogação mais abrangente.” Seguindo as trilhas de Sader no estudo dos movimentos sociais no Brasil, devo parte considerável das inspirações e reflexões na escrita desta tese a esta obra. Guardadas as distâncias e diferenças fez-me perceber, com outro olhar, minhas próprias dificuldades.

⁸⁶ Refiro-me ao trabalho intitulado, Uma praia nas alterosas, uma antena parabólica ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. (OLIVEIRA, 2012). Identifiquei nesta pesquisa as formas organizativas contemporâneas construídas pelos jovens ativistas urbanos e suas principais motivações. Percebia ali uma latente e crescente insatisfação, trazida por movimentações urbanas, com os rumos do desenvolvimento e da vida nas cidades. Era a cidade e a vida urbana, mais do que palco dos experimentos e criações do dissenso, o objeto central da contestação social.

investigação, senão me envolver com tudo o que acontecia. Mergulhei, então, profundamente naquele “oceano revoltoso e turbulento” de protestos e passei meses sem condições para um “respiro” tranquilo e sereno - um cenário onde os contemporâneos experimentos contestatórios parecem ter entrado em uma espiral complexa frente a um regime temporal de repentina e intensa aceleração.

Ao narrar meu percurso o leitor poderá compreender melhor os tortuosos caminhos que me levaram a essas mesmas questões e ao encontro do objeto de pesquisa. Peço, então, que me acompanhe, para que possa explicar de onde parti e os caminhos que me levaram à presente investigação.

Por quase um ano, de junho de 2013 até maio de 2014, participei de um sem número de reuniões, assembleias, ocupações, pequenas e grandes manifestações, articulações, aulas públicas, coleta de assinaturas, debates e atividades na universidade. Se na pesquisa de mestrado, já mencionada, identifiquei uma rede ativista na cidade de Belo Horizonte, em torno da problemática urbana e do poder municipal, durante e logo após os protestos de junho percebi a ampliação, aprofundamento e consolidação dessa mesma rede de movimentos e coletivos contestatórios. Ao me referir a essa rede ativista na capital mineira dialogo com o conceito de “rede de movimento social” assim formulado: tal rede “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SHERER- WARREN, 2006, p.113).

Escapa aos objetivos desta pesquisa tratar, com maior riqueza de detalhes e trabalhar analiticamente a história anterior aos movimentos de junho, em Belo Horizonte, o que ocorreu naqueles revoltosos dias e suas consequências (para a cidade e para os próprios movimentos e coletivos).⁸⁷

Outros pesquisadores investigaram e escreveram sobre a contestação social contemporânea na capital mineira. A produção acadêmica recente sobre os movimentos sociais urbanos, as iniciativas contestatórias, os coletivos

⁸⁷ Indico, novamente, minha dissertação de mestrado como um dos trabalhos que tratou de parte da história dos movimentos e coletivos urbanos protagonizados por jovens na cidade de Belo Horizonte, ao longo da primeira década do séc. XXI (OLIVEIRA, 2012.)

culturais, a retomada da ocupação das ruas e os protestos, dentre outros, em Belo Horizonte, nos dá certa dimensão sobre as configurações e alcance do que estou entendendo como rede ativista que atuou (e atua) na cidade antes, durante e depois dos grandes protestos de 2013. (ALBUQUERQUE, 2013; BERQUÓ, 2015; DIAS, 2015; FERNANDES, 2016; FOUREAUX, 2014; MARTINS, 2016; MAYER, 2015; MELO, 2014; RENA & LEMOZ, 2014; RICCI & ARLEY, 2014; RODRIGUES, 2015; VELOSO, 2015).⁸⁸

Não é possível, no momento, fazer um levantamento analítico mais profundo sobre essa produção. O que posso indicar é que a mesma é ampla, diversa e cobre uma série de fenômenos culturais e sociais contestatórios na cidade de Belo Horizonte, nos últimos anos, como o “disparador” movimento da Praia da Estação (estudada também por mim no mestrado), a retomada ativista do carnaval de rua, a marcha da maconha, os novos movimentos feministas, as ocupações diversas (culturais, de prédios públicos, de luta por moradia), os coletivos de hip hop que ocupam os espaços públicos da cidade, outros coletivos e iniciativas de ocupação dos espaços urbanos, o cicloativismo, os movimentos contra a atual gestão municipal, os protestos de junho, os Black Bloks e os movimentos de sem teto, dentre outros. Destaco que este é um levantamento sobre uma parte da produção acadêmica recente a respeito dos movimentos sociais, coletivos diversos e iniciativas contemporâneas que ocorreram na cidade de Belo Horizonte na segunda década dos 2000. Tenho conhecimento que dissertações e teses estão sendo produzidas no momento em que escrevo este texto e que algumas delas ainda não foram publicadas.

As conexões entre as iniciativas, movimentos, coletivos e ativistas independentes tornaram-se mais amplas, diversas e complexas na medida em que as lutas e movimentos em torno da questão urbana foram ganhando mais visibilidade, força e capacidade de mobilização, especialmente após o

⁸⁸ Esse é um levantamento sobre uma parte da produção acadêmica recente a respeito dos movimentos sociais, coletivos diversos e iniciativas contemporâneas, que ocorreram na cidade de Belo Horizonte na segunda década dos 2000. No texto, Belo Horizonte e (algumas de) suas movimentações subterrâneas, publicado no blog do Coletivo Conjunto Vazio, há referências sobre a “antessala” dos grandes protestos em Belo Horizonte, algo bem próximo ao que realizamos em nosso trabalho de mestrado. Disponível em: <https://comjuntovazio.wordpress.com/2015/01/>. Acesso em: 10/10/2015.

atravessamento dos grandes protestos de junho de 2013. Movimentos de luta por moradia e reforma urbana (Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB, Brigadas Populares, dentre outros) coletivos e iniciativas de ocupação dos espaços públicos na cidade, coletivos culturais, coletivos e ativistas anarquistas, juventudes militantes dos partidos e correntes de esquerda (PSTU, PSOL, Partido Comunista Revolucionário – PCR - principalmente) e uma múltipla gama de ativistas independentes, que trafegam por iniciativas contestatórias variadas, compuseram um amálgama que sustentou pautas e conteúdos reivindicatórios durante os grandes protestos, bem como iniciativas e ações no período posterior aos mesmos.

Caminhei por essas sinergias rebeldes com um olhar atento às possibilidades de pesquisa. Em meio a essa imersão militante e investigadora, procurei captar possíveis iniciativas, sujeitos, movimentos e coletivos a serem investigadas, acompanhado de muitas incertezas.

Especificamente em Belo Horizonte, chamou-me a atenção que a já referida rede ativista constituiu, durante os grandes protestos, uma importante iniciativa, a Assembleia Popular Horizontal (APH), que procurou, junto com o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC),⁸⁹ organizar a dinâmica dos

⁸⁹ O COPAC, em Belo Horizonte, nasceu no ano de 2010 como forma de luta e resistência aos impactos da realização da Copa do Mundo no Brasil e se articulava, em nível nacional, com a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANPOC). A ação do COPAC em Belo Horizonte voltou-se para os atingidos pelo megaevento como a população de rua, os desalojados de suas casas em função das obras, os vendedores ambulantes (dentre eles os barraqueiros retirados do estádio Mineirão), os trabalhadores das obras de reforma do estádio, dentre outras questões. O COPAC era composto por pessoas ligadas a um programa de extensão da Faculdade de Direito da UFMG, militantes das Brigadas Populares e de partidos de esquerda, como o PSOL, além de ativistas independentes que atuavam numa gama diversa de coletivos da rede ativista da cidade. Em sua página de internet o COPAC apresentava-se da seguinte forma: “O COPAC – Comitê Popular dos Atingidos pela Copa 2014 BH – é organizado por pessoas de diversos setores da sociedade que buscam discutir e entender os processos ativados para a realização da Copa de 2014, atuando em Belo Horizonte, uma das cidades-sede desse megaevento. Outros comitês populares foram organizados nas cidades-sede – Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo – reforçando o caráter nacional da causa. Para nós é claro que este megaevento está sendo usado para que diversas empresas e instituições – ou seja, uma minoria privilegiada – possam lucrar e explorar o erário e bens públicos. Só com a mobilização popular que organize ações de contestação firme, crítico e propositivo é que poderemos conseguir que nossas cidades e sua população, como um todo, usufrua dos investimentos realizados. FIFA, CBF, multinacionais e grandes empreiteiras, aliadas a políticos profissionais, exploram a paixão do Brasileiro pelo futebol com o intuito de fazer grandes lucros em detrimento de uma discussão mais ampla sobre investimentos e políticas públicas.” Disponível em: <https://atingidoscopa2014.wordpress.com/about/>. Acesso em: 07/03/2015

mesmos e dar visibilidade a pautas que considerava importantes. A APH era assim definida em sua página:

A Assembleia Popular Horizontal (APH) é um espaço de debates e discussões e vem sendo realizada semanalmente desde sua primeira sessão no dia 18 de junho de 2013, na sequência dos protestos na cidade. Sempre com grande aceitação dos movimentos sociais e população engajada da cidade, a Assembleia se organiza em 11 eixos temáticos, e possui comissões diversas que articulam as decisões das sessões. A APH-BH não é uma convocação para manifestação, mas para um fórum de diálogo horizontal e autônomo para formular pautas e propostas para próximas mobilizações. Em tempo, vale destacar que a assembleia não se apresenta para ter a agenda "oficial" dos movimentos sociais da capital mineira, a ideia é criar um espaço comum a todos os mobilizados. Todas sessões da Assembleias passam por uma convocação coletiva, geral e irrestrita para todos (pessoas, grupos, coletivos, organizações, partidos e outros) interessados em discutir sobre nossas futuras ações e manifestações.⁹⁰

As sessões da APH aconteceram, com algumas exceções, sob o viaduto Santa Tereza (FIGURA 1), um espaço que se tornou símbolo da rede ativista em Belo Horizonte. Diversos coletivos culturais, de contestação, performáticos, movimentos sociais, jovens punks, skatistas, pixadores, grafiteiros e integrantes de coletivos hip hop se apropriaram daquele lugar como o “abrigo da articulação rebelde e contestatória.” Analiso uma parte dessa história em minha dissertação de mestrado, já citada.⁹¹

⁹⁰ Disponível em: <http://aph-bh.wikidot.com/> - Acesso em: 19/07/2015. Na apresentação acima referida constam 11 grupos de trabalho (GT's) compondo a APH. Posteriormente foi criado o GT de Permacultura, perfazendo o total de 12 grupos.

⁹¹ Analisei coletivos de contestação social protagonizados por jovens e o movimento Praia da Estação que ocuparam o espaço que se conhece como “baixo centro” (da Praça da Estação ao Viaduto do Santa Tereza) na primeira década dos 2000 até o ano de 2011. Essa região posteriormente continuou sendo o espaço dos “movimentos” e de articulações que tiveram o viaduto em si como objeto de contestação e luta. Um dessas articulações foi a “Real da Rua” que procurava promover debates e ações sobre a “autogestão” do espaço embaixo do viaduto juntamente com os coletivos, ativistas e movimentos que o utilizavam, bem como, cobranças aos governos na esfera municipal e estadual por melhorias (instalação de banheiros públicos, limpeza, iluminação, tratamento digno a população de rua que ali vivia, segurança pública que não oprimisse os frequentadores e as manifestações que ali ocorriam, etc.). Quando a prefeitura iniciou realização de obras para “revitalizar” o viaduto sem diálogo com a população a “Real da Rua” e uma parcela da rede ativista de Belo Horizonte realizaram uma ocupação permanente no local. Sobre a ‘Real da rua’ Disponível em: <https://www.facebook.com/RealdaRua> - Acesso em: 13/01/2016.

FIGURA 1- Sessão da Assembleia Popular horizontal ocorrida sob o viaduto Santa Tereza, em meio aos grandes protestos de junho de 2013.



Disponível em: https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/?ref=br_rs – Acesso em: 12/05/2016

Experimentos de democracia direta como a APH de Belo Horizonte aconteceram por diversas cidades brasileiras naquele período e constituem um fenômeno que merece estudos posteriores. Um levantamento feito por ativistas na capital mineira deu conta da existência de assembleias em cidades de todas as regiões do Brasil.⁹² Somente no Rio de Janeiro, um mapa colaborativo construído *on line* indicava, no final de 2013, a existência de dez assembleias e plenárias populares.⁹³ Nesta cidade, foi criada uma Assembleia das assembleias com o intuito de conectar e estabelecer possibilidades de construção conjunta das lutas no ano de 2014, quando da realização da Copa do Mundo.⁹⁴

⁹² Disponível em: https://www.facebook.com/events/466132046852522/?active_tab=posts – Acesso em 18/01/2016

⁹³ Mapa de assembleias e plenárias populares na cidade do Rio de Janeiro .: Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=zbdZ8cPbzDPs.kfp-qs7OnFKM> – Acesso em 18/01/2016

⁹⁴ Exemplo de convocação da Assembleia das assembleias no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/227470977448415/> - acesso em 18/01/2016

Em Belo Horizonte, os grupos de trabalho⁹⁵ que compunham a Assembleia Popular Horizontal eram responsáveis pela elaboração de demandas e propostas de ação para cada eixo temático. Cada um dos grupos possuía autonomia para se reunir e elaborar suas propostas. As sessões da APH constituíam o espaço de discussão e deliberação das demandas e propostas oriundas dos grupos. A participação nos grupos era livre, com a orientação de que houvesse experiência prévia (profissional ou militante) ou interesse em determinada área. Na FIG. 2 podemos visualizar os temas e formas de organização da APH.

FIGURA 2- APH, Grupos Temáticos e formas de organização.



Fonte: <http://aph-bh.wikidot.com/>

Os grupos temáticos elencados acima confirmam a pluralidade de pautas que apareceram nos grandes protestos. A APH - BH procurou ser um centro mobilizador e articulador que impulsionasse a formulação de demandas concretas para efeitos de luta social e pressão política. Dentre os grupos

⁹⁵ Na FIG. 2 constam 11 grupos de trabalho (GT's). Posteriormente foram criados os GT's de Permacultura e Disseminação de Assembleias, perfazendo o total de 13 grupos.

temáticos destacamos o de reforma urbana/moradia e mobilidade urbana/transporte, que abrigaram uma participação mais expressiva e contaram com maior duração e organicidade, desdobrando-se em lutas e articulações posteriores no âmbito institucional e de ação direta nas ruas.

Ambos expressavam demandas, pautas e lutas da ordem do dia na cidade. O primeiro encampava o conjunto de setores na cidade, movimentos sociais de luta por moradia (atores coletivos centrais no cenário da contestação social da cidade) e ativistas e militantes articulados em torno da bandeira da reforma urbana.

Já o segundo grupo, mobilidade urbana/ transportes, encarnava a pauta que deu início aos grandes protestos de 2013 e constituiu uma exigência política central da APH – BH.

Na terça-feira, dia 18 (julho), ocorre a 1ª sessão da Assembleia Popular Horizontal que reúne para debate cerca de mil pessoas. [...] a APH define como exigência central: “a redução da tarifa do transporte público, a instalação do Passe Livre Estudantil e a auditoria dos contratos do transporte público, lutando pela TARIFA ZERO”. (VELOSO, 2015, p. 186).

Este Grupo de Trabalho, oriundo dos grandes protestos de 2013, constituiu o embrião do movimento Tarifa Zero que, naquele momento, trazia para a cena pública não somente a concepção do transporte e da mobilidade urbana como um direito social, expressa na exigência por gratuidade universal nos transportes, como também um conjunto de questionamentos e denúncias a respeito da gestão municipal obscura e suspeita do transporte público: política de desoneração de impostos para o setor, contratos entre empresas prestadoras do serviço de transporte e a prefeitura, política de remuneração dessas empresas e ligação entre os empresários e o financiamento de campanhas eleitorais, dentre outras questões.

O movimento Tarifa Zero pode ser considerado, então, filho legítimo da Assembleia Popular Horizontal. Conforme já mencionei, ele foi gestado no interior de um dos grupos de trabalho, o GT de mobilidade urbana, e sua força e configuração inicial expressaram os desdobramentos da potência rebelde que as mobilizações de junho de 2013 trouxeram para a sociedade como um todo. Tais questões serão abordadas ao longo dessa tese.

1.1 Notas sobre democracia direta nas ruas: entre conflitos, impasses e tensões.

Como “filho legítimo” de junho de 2013, o movimento Tarifa Zero herdara elementos e características que delinearão os experimentos contestatórios daquele período. Especificamente, o conjunto de conflitos e tensões que marcaram a APH em Belo Horizonte aparecem de alguma forma e em outros contextos no interior do movimento Tarifa Zero. Essas questões serão abordadas no momento específico de análise do movimento.

Conforme já dito, em Belo Horizonte a ebulição social vivenciada no período dos grandes protestos fez da APH o catalisador central das articulações entre os diversos movimentos, coletivos, partidos e o centro de discussão das pautas e de encaminhamento de ações a serem realizadas naquele período. Todo esse processo não aconteceu sem ausência de tensões. O confronto de ideias e práticas entre partidos, coletivos, ativistas e anarquistas, dentre outros, gerou conflitos e disputas internas no interior da APH.

Dois fragmentos exemplificam estes conflitos. Um deles faz parte do texto, Algumas reflexões sobre nosso momento em BH e no Brasil, escrito por um militante anarquista da cidade e participante orgânico da APH. O outro é um trecho de um texto intitulado, Uma reflexão da juventude do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), sobre a Assembleia Popular Horizontal.

Ela se constituiu (e se constitui) como uma ágora de discussão e aprofundamento político na cidade como poucas vezes visto antes, mas agora não necessariamente ligada a movimentos tais, alguns poucos sindicatos ou partidos específicos. A APH surge como um espaço fortalecido, respeitado e amplamente construído, onde essas forças políticas diversas da cidade se alinharam ao modelo horizontal, autogerido e autônomo de organização. O que se expõe aqui não é colocado no sentido de autopromoção ideológica: é colocado no sentido de, inclusive, propor uma reflexão aos partidos, sindicatos e movimentos sociais que durante muito tempo rechaçaram certos princípios de autogestão e horizontalidade por algumas avaliações equivocadas, como se tais princípios fossem inertes à ausência de organização, de direção ou mesmo de foco. A APH provou o contrário. (P.A, participante da APH)⁹⁶

Boa parte dos argumentos a favor do não exercício do voto e pela busca do consenso, afirma que através do consenso se garante que não ocorra uma ditadura da maioria sobre as individualidades e evita que partidos e grupos organizados manipulem votações de forma

⁹⁶ Disponível em: <http://aph-bh.wikidot.com/wiki:algumas-reflexoes-do-nosso-momento-em-bh-e-no-brasil> – Acesso em 18/05/2015.

arbitrária. Antes de tudo, é preciso entender que o consenso é sempre o ideal. Que bom seria se dentro de um movimento as divergências pudessem sempre ser consensuadas (*sic*). Acontece que nem sempre é possível. O que fazer? Na nossa opinião, e conforme os princípios da democracia operária, quando se apresenta alguma divergência, os lados devem expor todos os seus argumentos, o coletivo deve refletir, e ao final tomar uma decisão para que o coletivo avance. E se não há consenso, como tomar uma decisão? Vamos ficar parados por que não chegamos a um consenso? (Juventude do PSTU, também participante da APH)⁹⁷

Os trechos acima revelam o que poderíamos chamar de confronto entre culturas e tradições militantes distintas. No primeiro fragmento o militante anarquista P.A defende e saúda que a APH se organize a partir dos princípios da autonomia, autogestão e horizontalidade. Afirma ainda que tais princípios, rejeitados por partidos, movimentos e sindicatos e interpretados como ausência de organização, direção ou falta de foco, foram colocados em prova naquele momento e que a APH provou o contrário.

No segundo fragmento temos uma problematização da juventude do PSTU sobre os limites da horizontalidade e das formas de tomada de decisão da APH - as decisões consensuais - algo que consideravam ser um empecilho para a dinâmica de funcionamento da assembleia. No trecho percebemos a invocação dos princípios de uma suposta democracia operária para dirimir os conflitos o que, em síntese, significava a indicação de se instituir o voto, após a devida defesa e esclarecimento de propostas divergentes.

Tínhamos um impasse, então, sobre a forma da democracia radical e direta que se estabelecia nas ruas. De um lado, a aposta na experimentação e na potência do exercício exaustivo do diálogo até se chegar a um consenso. De outro, a defesa das formas de disputa política feitas pelas tradicionais correntes do campo de esquerda⁹⁸ nas suas mais variadas vertentes, ou seja, defesa de

⁹⁷ Disponível em: <http://juventudepstubh.blogspot.com.br/2013/08/uma-reflexao-da-juventude-do-pstu-sobre.html> - Acesso em 18/05/2014

⁹⁸ Ao longo deste trabalho, utilizo os termos “esquerda tradicional” ou “esquerda clássica”. Tenho consciência de que o campo político das esquerdas e os referenciais políticos e sociais que as sustentam passam por processos constantes de transformação e reconfiguração, especialmente no mundo contemporâneo. Nem de longe é intenção esgotar esse complexo e denso debate a respeito das diferenças entre a “esquerda tradicional” e os movimentos de contestação social contemporâneos. Por ora, o que procuro definir com os termos “esquerda tradicional” e “esquerda clássica” têm a ver com o conjunto de instituições e organizações — partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais — que de alguma forma se vinculam em termos teóricos, práticos e de concepção com a corrente do bolchevismo soviético, ou se vinculam, de alguma forma, com as experiências de tentativa de construção do socialismo no século XX que desembocaram no conhecido Socialismo Real. Não é intenção, ainda, marcar um posicionamento de concordância

posições e votação: a maioria vitoriosa decide o rumo a ser tomado de determinada ação ou política.

Entendo que a natureza deste tipo de conflito e divergência no interior da APH, que rapidamente exemplifico aqui, possui um substrato histórico mais profundo que indica transformações nas formas do dissenso na contemporaneidade, conforme já sinalizei.

Pois bem, ainda que em Belo Horizonte houvesse uma unidade que garantisse o convívio e a construção conjunta das lutas,⁹⁹ no interior da APH percebemos os conflitos entre juventudes ativistas que traziam novas e velhas tradições para a disputa.

As tensões intensificavam-se à medida em que as questões e desafios práticos apareciam. Sendo um polo de atração da indignação em Belo Horizonte em meio a ascensão de massas nas ruas, especialmente nos meses de junho e julho, a APH atraiu um grande volume de pessoas que transbordava a rede ativista da cidade. Em algumas sessões mais de mil pessoas chegaram a participar o que, devido à diversidade e quantidade de participantes, trazia um conjunto grande de desafios. Ocorreram, também, assembleias que chegaram a contar com mais de 150 inscrições de pessoas com falas livres, que versavam por assuntos e problemas da cidade, do estado e do país os mais diversos. A riqueza desta polifonia implicava, também, em grandes desafios para organização e sistematização das pautas e ações. Neste sentido, as pontuações críticas feitas pela juventude do PSTU à dinâmica da APH, contidas no fragmento

ou discordância com as críticas feitas pelos zapatistas e movimentos antiglobalização ao campo da “esquerda tradicional”, e sim procurar entender as consequências práticas e as repercussões que essas críticas produzem nesses mesmos movimentos, bem como os efeitos dessas críticas em toda uma geração de ativistas surgida na primeira década dos anos 2000. De qualquer forma, fica anotado que a constituição dos fenômenos contemporâneos de contestação social, passando pelo Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) e pelos movimentos antiglobalização, possui relação direta com uma atitude de reflexividade constantemente crítica ao campo da “esquerda tradicional” e das organizações políticas tradicionais — partidos, sindicatos etc. Iremos abordar essas questões ao longo do trabalho.

⁹⁹ Nesse ponto, o do convívio e unidade na luta, a experiência em Belo Horizonte representa quase uma exceção. Ao ter contato com ativistas de outras cidades brasileiras escutei, muitas vezes, a indagação sobre como em Belo Horizonte conseguimos manter uma assembleia e ações conjuntas reunindo uma diversidade tão grande de forças políticas. O grande número de assembleias na cidade do Rio de Janeiro, que mencionamos acima, por exemplo, foi explicado pelos próprios militantes cariocas pela incapacidade de convívio e diálogo entre os diferentes. As especificidades das experiências e processos naquele período carecem ainda de muitos estudos e pesquisas e não podemos nos dedicar a explorar a questão mais a fundo sob o risco de desviarmos muito a rota em relação aos nossos objetivos de pesquisa.

que selecionei, faziam algum sentido prático. Perante uma realidade acelerada e que exigia respostas igualmente velozes para situações concretas, era natural uma problematização sobre os impasses de organização da assembleia. Ou seja, para além das disputas entre novas e velhas concepções e culturas militantes, era natural questionar a forma de organização horizontal e o princípio do consenso em um momento como aquele. Conflitos e impasses parecidos também fizeram-se presentes no interior do movimento Tarifa Zero, o que será analisado posteriormente.

O ativista Felipe Corrêa, militante e autor que acompanhou de perto o surgimento dos movimentos e da chamada geração autonomista no Brasil, produziu importantes análises a respeito, em um texto publicado no *site* Passa Palavra, já mencionado páginas acima, em que trata com criticidade várias dimensões dos novos movimentos anticapitalistas. Especificamente gostaria de destacar um trecho em que, justamente, o autor problematiza a questão do consenso e da horizontalidade:

Se era absolutamente correta a ideia de democratização dos processos decisórios, vinham “no pacote” alguns elementos que, longe de contribuir com essa democratização, a complicavam. O primeiro deles era a ideia de tomada de decisão por consenso, algo que se estabelecera com os novos movimentos sociais fora do Brasil e que se instituiu como uma virtude do movimento no país, a qual contrapunha os processos de votação, que eram todos equiparados à democracia representativa. Acreditava-se que com as decisões por consenso todo o conjunto do movimento seria contemplado. No entanto o consenso terminava por valorizar, desproporcionalmente, as posições individuais em detrimento do coletivo, além de deliberar sempre em favor de um mínimo denominador comum. Todos tinham de estar de acordo com a proposta, ou ao menos abster-se de opinar; nas questões em que havia acordo, geralmente não havia problemas. Entretanto, quando surgiam as divergências, relativamente comuns, como em qualquer processo decisório, a opção única pelo consenso trazia problemas. Por exemplo: numa assembleia de 20 pessoas, 19 tinham uma posição e 1 pessoa tinha outra; isso exigia um meio-termo que dava à pessoa dissidente um peso desproporcional na decisão, a qual terminava por contemplá-la em detrimento da maioria. Se havia um traço individualista no discurso da “opressão da minoria pela maioria” — que aparecia vez por outra — em casos como esse, era a minoria que se impunha, de maneira desproporcional, à maioria. Para impedir a “tirania da maioria”, optou-se frequentemente por processos que caracterizavam a “tirania da minoria”, tão criticada em outros âmbitos.

Além disso, o consenso dava espaço demasiado àqueles com maior capacidade de oratória e com mais condições de formular seus próprios argumentos. Além de falarem mais, essas pessoas terminavam conseguindo ser muito mais contempladas no processo decisório do que aquelas que falavam pouco ou que tinham menos capacidade oratória e argumentativa. Como o critério da decisão era

qualitativo e não quantitativo, as posições daqueles que falavam mais e melhor valiam muito mais do que as dos outros (CORRÊA, 2011).¹⁰⁰

Analisando as primeiras experiências autonomistas no início dos anos 2000 em São Paulo, Felipe Corrêa, de maneira arguta, aponta para as vicissitudes vivenciadas por uma juventude ativista cujos anseios trafegavam entre o desejo de se distanciar de práticas que consideravam negativas da esquerda clássica (o aparelhamento dos movimentos, as hierarquias e relações de poder estabelecidas, a representatividade pouco democrática) ao mesmo tempo em que procuravam construir e experimentar novas práticas (mais democráticas, horizontais, representativas). O autor nos diz dos limites da construção do novo na medida em que reproduziam o que se queria negar, além de trazer novos problemas e desafios. Pode-se entender aqui, portanto, que o autor faz a análise da potência e dos limites de uma geração de jovens ativistas que compõe o campo anticapitalista após o fim da experiência socialista do século XX.

Também percebi, em meus estudos no mestrado e na literatura já citada sobre a juventude autonomista, que esta nova cultura ativista, horizontal, de ação e democracia diretas, em rede e baseada no reconhecimento e na importância das individualidades, de alguma forma se consolidou ao longo da primeira década do séc. XXI nas principais cidades brasileiras. Movimentos, coletivos e iniciativas protagonizadas pelas juventudes ativistas urbanas no Brasil, com maior ou menor influência, com maior ou menor crítica e reflexão, procuraram se distanciar das formas tradicionais do dissenso e construir o novo. A forma assumida pela APH certamente reflete esses processos.

Sobre essa geração ativista é interessante percebermos que os processos de compartilhamento, de vivência comum, de experiência coletiva (intelectual, subjetiva e política) oriundos de protestos antiglobalização e a partir dos marcos da resistência contemporânea ao capitalismo global — EZLN, Ação Global dos Povos (AGP) - e, fundamentalmente, o sentimento partilhado de influência nos destinos sociais - deram-se nos encontros e agenciamentos nas

¹⁰⁰Texto publicado em seis partes no site Passa Palavra intitulado, Balanço crítico acerca da Ação Global dos Povos No Brasil no ano de 2011. Cf. especificamente a parte 4 do referido texto no seguinte endereço do site Passa Palavra: Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2011/08/42782> - Acesso em: 04/03/2015.

ruas de várias cidades do mundo, como também através da mediação das novas tecnologias da comunicação e informação. A internet foi o meio fundamental que propiciou a integração e o intercâmbio necessários para a conformação geracional nesse caso específico da geração Seattle. Nesse sentido, as trocas de experiências das distintas realidades locais, de conhecimentos, relatos, textos, fotos, vídeos, áudios, informações, os chamamentos para os protestos globais em várias cidades do mundo, a conformação de portais na internet com informações dos protestos em várias cidades e, ainda, a produção coletiva e compartilhada de conteúdo, informações e cultura, configuraram todo um conjunto de experiências situadas e concretas que podem ser interpretadas como desencadeadoras da formação de uma geração de ativistas.

Em artigo escrito para o *síte* ativista, Passa Palavra, o articulista Manolo analisa comparativamente duas gerações de ativistas: uma que protagonizou os protestos antiglobalização no final da década de 1990 e início da década dos 2000, e outra que protagonizou os protestos no ano de 2011, e que ainda protagoniza os acampamentos em praças públicas de várias cidades do mundo:

Até o momento, os acampamentos são, para uma geração que começa agora a envolver-se em atividades coletivas, de um lado, e na luta anticapitalista, de outro, algo que para nós da “geração Seattle” representaram tanto o levante zapatista em 1994 quanto a manifestação contra a Rodada do Milênio da OMC em 1999: um *ponto de viragem*, um *marco histórico*, um *chamado à ação* – chamem-no como quiserem, mas para as jovens mentes ativistas de então aquilo nos marcou como ferro em brasa. Alguns tomam esta semelhança como *conclusão* a ser defendida como posição política séria, quando não é nada além do *ponto de partida* para a reflexão e intervenção sobre o presente (Grifos do autor) (MANOLO, 2011).¹⁰¹

Ao concordar com Manolo na utilização da expressão “geração Seattle”, pode-se considerar o dia de ação global¹⁰² ocorrido nessa cidade como um

¹⁰¹ A “geração Seattle” e a “geração de acampantes”. Passa Palavra, 4/11/2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=48007>. Acesso em: 12/11/2011).

¹⁰² Os protestos globais convocados pela AGP contra o capitalismo e globalização neoliberal ficaram conhecidos como Dias de Ação Global. Eram manifestações onde com o objetivo de garantir visibilidade a uma extensa e diversificada pauta de reivindicações contra a ordem financeira global e bloquear/impedir as cúpulas, encontros e reuniões dos grandes gestores/financiadores da ordem econômica mundial — Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial, G-8, entre outros.

Os Dias de Ação Global ou os dias de protesto global — as *contra-cúpulas*, as quais anotamos quatro delas como exemplos de grande repercussão: Genebra 1998, Seattle 1999, Praga 2000 e Gênova 2001 representaram marcos dessas formas contestatórias da ordem mundial globalizada. O modelo desses protestos veio da mistura de festa e sabotagem urbana do Reclaim The Streets, com a herança da desobediência civil dos protestos contra a Guerra Vietnã da Direct Action Network (CHRISPINIANO, 2002, p.19). Especialmente destacamos o dia de ação global

marco simbólico, ou melhor, uma espécie de definidor de certo imaginário para jovens ativistas em vários centros urbanos de todo o mundo. Em uma reflexão na mesma direção e elevando aqueles acontecimentos a uma dimensão analítica ainda mais abrangente, Chomsky (2004) afirmou que Seattle representa o marco político do nascente século XXI. Nesse sentido, considerando a dimensão da influência de Seattle em um contexto de globalização, de intercâmbios simbólicos e culturais intensos, poderíamos refletir sobre os processos de constituição dos agenciamentos juvenis a partir de então. Trazendo a questão de como esses processos ocorreram no Brasil, Liberato (2006) afirma que a partir de 1999 muitos desses jovens ativistas impactados com os acontecimentos de Seattle passaram a se organizar para a realização de Dias de Ação Global e a se “associar” à Ação Global do Povos.¹⁰³ Em São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro jovens então influenciados pelas novas “ondas” contestatórias globais, protagonizaram ações que colocavam o Brasil no mapa das “insurgências antiglobalização” (LIBERATO, 2006). Uma das primeiras expressões visíveis dessas novas formas de contestação social no Brasil se deu com a organização do dia de ação global contra a globalização econômica, o S-26, em 2000, chamado pela AGP para se realizar em diversas cidades do mundo, e que aconteceu principalmente em São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte, Belém, Brasília, Rio de Janeiro, Santa Maria (RS), Campinas (SP) e Sorocaba (SP), e depois o A-20, ocorrido em 2002 em São Paulo.

As implicações dessas novas formas de intercâmbio simbólico e subjetivo, mediadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação, para

ocorrido no ano de 1999 em Seattle, o N-30, ou dia de protesto global contra a rodada do milênio da OMC, que ficou conhecido como “A batalha de Seattle”, devido ao grau de conflitos entre os ativistas e as forças policiais. Estes acontecimentos influenciaram diretamente toda uma geração de jovens ativistas urbanos em várias partes do mundo.

¹⁰³ Dentre as insurgências globais surgidas entre o final do século XX e início do século XXI, destaca-se a formação da Ação Global dos Povos (AGP) em fevereiro de 1998, que consistia em uma rede de comunicação e coordenação de lutas e protestos globais baseada em princípios comuns estabelecidos. A AGP foi uma das grandes impulsionadoras do chamado movimento antiglobalização. “Do dia 23 ao 25 de fevereiro, movimentos de todos os continentes se encontrarão em Genebra para começar uma coordenação mundial de resistência contra o mercado global, uma nova aliança de luta e apoio mútuo chamada Ação Global dos Povos (AGP) contra o Livre Comércio e a Organização Mundial do Comércio. Essa nova plataforma irá servir como um instrumento global de comunicação e coordenação para todos aqueles que estão lutando contra a destruição da humanidade e do planeta pelo mercado global e construindo alternativas locais e poder do povo.” *Bulletin #0*, Ação Global dos Povos (PGA). Disponível em: <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pt/>. Acesso em 10/12/2016

a reflexão acerca do conceito de geração, obrigam os investigadores sociais a reformular ou repensar os problemas que tangenciam o próprio conceito. Uma pista interessante para pensarmos essa questão talvez possa ser encontrada nas reflexões dos sociólogos Ulrich Beck e Elizabeth Beck-Gernshiem (2008) acerca do que eles conceituam como sendo a Global Generation (geração global).

Segundo a tese desses autores, pode-se observar no século XXI o surgimento de uma geração global ou “constelações geracionais cruzadas” oriundas dos processos de tensão entre o desenvolvimento da globalização e os processos de desenvolvimento local. Para os mesmos não há, nas sociedades atuais, como sustentar uma noção de geração cerrada em termos nacionais, na medida em que uma variável considerável de fatores globais delinea a constituição dessas mesmas sociedades. A questão geracional deve ser pensada, segundo eles, a partir de uma visão abrangente que leve em conta os fatores globais que afetam as gerações. Poderia refletir acerca da geração Seattle como uma *global generation*, bem como sobre as várias formas assumidas por essa geração nos processos de contestação social nacionais ou locais protagonizados por jovens. Considero a geração autonomista de ativistas urbanos no Brasil como constituinte dessa geração Seattle.

Tensões entre formas clássicas de organização e formas inovadoras, entre horizontalidade e centralização das decisões e entre os desejos individuais e coletivos também se fizeram presentes conforme, será analisado nesta tese.

1.2 Da Assembleia Popular Horizontal ao Tarifa Zero

Esta breve descrição da APH teve como objetivo uma aproximação com a história do movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte. Além de relatar os caminhos da pesquisa, principalmente a respeito das dificuldades que enfrentei e de como cheguei ao objeto da mesma.

Na procura por um objeto de investigação dediquei, nos momentos iniciais da exploração de campo, uma atenção especial à Assembleia Popular Horizontal, por reconhecer naquela iniciativa um potencial significativo para o desenvolvimento da pesquisa.

Dentre o conjunto de questões que eu procurava elaborar naquele período, como norteadores para um possível desenvolvimento do trabalho, algumas destacavam-se por me acompanharem desde o mestrado. Tais questões me pareciam não ter sido trabalhadas de maneira satisfatória nas pesquisas sobre os movimentos, coletivos e iniciativas de contestação contemporâneos protagonizados por uma parcela das juventudes urbanas. Afinal, quem são os jovens ativistas urbanos contemporâneos no Brasil? Quais são os processos de escolaridade desses sujeitos e o que eles podem nos trazer de pistas sobre as trajetórias de engajamento? Quais processos de socialização esses sujeitos vivenciaram, que podem ser entendidos como influência para que se tornassem ativistas? Onde e em que trabalham? Como apreendê-los em termos de classe social? Qual a composição dessa juventude ativista urbana, em termos étnicos e de gênero? E, ainda, quais seriam as possíveis relações entre a escolaridade, socialização, tipo de trabalho ou ocupação, classe social e o tipo de movimentos, ações, pautas e causas que criam e se engajam? Seria possível estabelecer relações dessa natureza?

Essas são questões, repetindo, com as quais não trabalhei em minha pesquisa de mestrado e que planejava aprofundar naquele momento inicial do doutorado. Em grande parte, a literatura sobre os movimentos e coletivos contemporâneos protagonizados por jovens traz contribuições importantes para o entendimento de questões como: as características dos movimentos; as formas de organização; as dinâmicas e os conflitos internos; a relação dos movimentos com a condição juvenil; o tipo de rebeldia e contestação; as possibilidades políticas que os movimentos abrem para a democracia brasileira; as relações com as instituições; os sentidos, conteúdos, formas e pautas das reivindicações; os discursos e a produção simbólica; as representações construídas; os sentidos e aprendizados da participação para os sujeitos que participam de coletivos e movimentos; dentre outras questões. Mas, essa mesma literatura, ou melhor, a produção que conhecemos, pouco explora questões como as mencionadas acima.

Estou me referindo a pesquisas sobre os movimentos sociais e coletivos contemporâneos nos mais variados campos de investigação: estudos sobre juventudes e participação política, sociologia política, ciência política,

antropologia, educação e psicologia social, dentre outros. Uma parte dessa literatura foi referida páginas atrás e irei, ao longo do texto, dialogar com outros autores e pesquisas.¹⁰⁴

Sobre a análise das trajetórias e biografias militantes e para o entendimento dos processos do tornar-se militante, é importante anotar a existência de um campo de estudos e investigações sobre os movimentos sociais, coletivos e partidos políticos, dentre outras formas associativas, que se preocupa com questões próximas às quais me referi acima. São estudos que procuram explicar os processos de engajamento e as práticas militantes e se voltam para questões como: disposições militantes adquiridas nas trajetórias de socialização dos indivíduos; desenvolvimento do engajamento e carreiras militantes; modelos de engajamento político; relações dos militantes com escola, trabalho, família, religião e tempo livre além dos sentidos, sentimentos e afetos decorrentes dos processos de engajamento, dentre outras questões.¹⁰⁵

Ao que me consta, esse é um campo de estudos mais amplo e consolidado em países europeus como França e Itália e no Brasil não há um volume considerável de pesquisas. No entanto, sem realizar um levantamento exaustivo, percebi que a produção acadêmica brasileira nesta área volta-se para um conjunto diverso de fenômenos militantes tais como: relação de classe e carreiras militantes nos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2007); militância ambientalista (OLIVEIRA, 2008); trajetórias militantes de sindicalistas (TOMIZAKI, 2005); jovens militantes do movimento hip hop (MORENO,

¹⁰⁴ Para uma revisão da literatura sobre as pesquisas que tratam das juventudes e a participação política contemporânea cf. SPOSITO (2009); SOUSA (2015). Interessa, especialmente, o relatório de pesquisa coordenado por Janice Tirelli Ponte de Sousa, que traz um balanço importante e atualizado sobre a produção acadêmica a respeito dos jovens e movimentos e coletivos contemporâneos, na chave da contestação social, bem como uma análise sobre seis experiências bastante próximas do universo de nosso objeto de estudo: Movimento Passe Livre, Brigadas Populares, Coletivo Anarquista Bandeira Preta, Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), Levante Popular da Juventude e Black Blocs. Iremos dialogar com as análises e conclusões deste estudo no momento em que estivermos analisando o movimento Tarifa Zero.

¹⁰⁵ Para uma aproximação com o campo de estudos sobre engajamento, militância e práticas políticas – definido algumas vezes como “militantismo”, indicamos: Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo. Entrevista com Bernard Pudal. Por Kimi Tomizaki. Pro-Posições. Pro-Posições, Vol.20, n.2 (59) Campinas Maio/Agosto, 2009. AGRIKOLIANSKY, Monsieur Eric. Carrières militantes, et vocation à la morale: les militants de la Ligue des droits d l’homme dans les années 1980. Revue française de Science politique, 51e année. N. 1-2, 2001. p. 27-46. SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. Pro-Posições, Vol.20, n.2 (59) Campinas Maio/Agosto, 2009

ALMEIDA, 2009); militância de jovens no movimento estudantil e partidos políticos (BRENNER, 2011) e engajamento sindical e recrutamento de elites políticas (CORADINI, 2007), dentre outros.

Pois bem, com o aporte das contribuições da literatura acima referida planejava, no primeiro ano de doutorado, uma investigação sobre os processos de engajamento e o perfil dos ativistas e militantes envolvidos com a rede ativista na cidade de Belo Horizonte que, naquele momento, estava mergulhada nos grandes protestos. Especificamente, percebia a Assembleia Popular Horizontal (APH) como uma possibilidade interessante por ser ela, naquele momento, o abrigo da rede ativista na cidade - era na APH que as conexões e sinergias entre os movimentos e coletivos contestatórios se realizava.

Permaneci com esse planejamento em mente até o momento em que percebi os obstáculos concretos que teria de enfrentar para a realização de uma pesquisa ampla sobre o perfil dos ativistas e os processos de engajamento. Uma série de questões e desafios metodológicos apareceram naquele momento inicial: como realizar uma pesquisa que procura captar processos de engajamento e perfil de ativistas em meio a um cenário instável, dinâmico e de mudanças aceleradas? Quais instrumentos de pesquisa poderia utilizar para captar o perfil de ativistas em escala ampliada, numa realidade onde existiam graus, níveis e camadas distintas de participação e engajamento dos sujeitos envolvidos? Essa não seria uma empreitada a ser realizada por mais de um pesquisador ou até mesmo por uma equipe de pesquisadores?

Dentre esses desafios, o primeiro deles me colocava em posição mais reticente, justamente por trazer dificuldades oriundas de um cenário dinâmico e de aceleradas transformações. Percebi que, à medida que o tempo avançava, a APH enquanto *locus* de investigação, como abrigo da rede ativista em Belo Horizonte, iria se pulverizar e se desdobrar em outras iniciativas, criações e coletivos. É que em Belo Horizonte, assim como em muitas cidades brasileiras, os desdobramentos do “terremoto de junho” impulsionavam a criação e o aprofundamento das possibilidades do dissenso.

Um exemplo que pode ser considerado paradigmático foi a cidade do Rio de Janeiro - houve uma intensificação do ciclo de lutas após junho, que

proporcionou o encontro entre juventudes ativistas urbanas, movimentos identitários, categorias de trabalhadores e moradores de favelas. A capital fluminense concentrou, na esteira dos grandes protestos, uma diversidade de lutas que indicavam o clima nacional de então e os tipos, formas e pautas das movimentações que continuavam presentes em grandes e médias cidades brasileiras: lutas pelo transporte; oposição aos projetos conservadores em relação aos avanços dos direitos de minorias, como a luta contra o projeto de decreto legislativo que autorizava o tratamento psicológico para alterar a orientação sexual de homossexuais, conhecido como “cura gay”; lutas por moradia e contra as remoções de vilas e favelas em função das obras para a Copa do Mundo; campanhas e denúncias contra a violência policial contra negros e pobres; campanhas que traziam como questão a desmilitarização e refundação das forças de segurança; protestos anticorrupção nas obras da Copa do Mundo e nas licitações de linhas de ônibus e “greves selvagens” que ultrapassavam as direções e os acordos sindicais burocratizados, como as greves metropolitanas dos garis e professores, dentre outros.

Em Belo Horizonte, após os grandes protestos, a energia rebelde de junho de 2013 foi se pulverizando e se concentrando, ora aqui ora ali, ao sabor da intensidade dos acontecimentos. A rede ativista, que até então estava envolvida com o exercício da democracia direta nas ruas, passado o terremoto das vultuosas massas, movia-se rapidamente e recriava outros cenários, preservando os princípios da democracia e das ações diretas. Os grupos de trabalho (GT’s) da APH caminhavam para se concentrarem em suas pautas e ações específicas, subsidiados pelo acúmulo de discussões, informações e proposições oriundos da intensa atividade militante daqueles dias. Especialmente os GT’s de Mobilidade Urbana e Reforma Urbana ganharam força própria e garantiram a permanência daquele ativismo originário de junho, de maneira agora mais autônoma.

Na capital mineira presenciei o crescimento de ocupações de prédios públicos, casarões e terrenos, seja pela luta das juventudes ativistas urbanas, seja pela luta por moradia dos sem teto;¹⁰⁶ a resistência a grandes projetos de

¹⁰⁶ Uma parte dessa história, especialmente aquela relacionada ao Movimento Tarifa Zero, será ao longo do texto abordada com maior cuidado. A título de dar concretude a minha

argumentação, refiro-me aos seguintes acontecimentos em Belo Horizonte, após junho de 2013 que reúno a partir do termo ocupações: a) Ocupação da Câmara Municipal, no dia 29 de junho de 2013, com o objetivo de pressionar o poder municipal a abrir as planilhas de custo do transporte e rever a política tributária relativa às empresas de ônibus que prestam o serviço público de transporte. Esta ocupação durou oito dias e foi impulsionada e organizada a partir do GT de Mobilidade Urbana da Assembleia Popular Horizontal; b) A constituição do Espaço Comum Luiz Estrela: “No dia 26 de outubro de 2013, um grupo de artistas e ativistas de Belo Horizonte ocupou um casarão histórico, de propriedade do governo estadual, que estava abandonado há 19 anos. A abertura do emblemático casarão, um marco para a cidade, dava início ao Espaço Comum Luiz Estrela, criado com o objetivo não apenas de salvar o imóvel tombado da total deterioração, mas também de se converter em um espaço livre de formação artística, aberto e autogestionado.” Disponível em: <https://www.facebook.com/espacoluizestrela>; c) E por último, estamos nos referindo as ocupações de luta por moradia na região conhecida como Izidora, uma das últimas grandes regiões sem vestígio de urbanização da capital mineira. As ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança nasceram de maneira espontânea em 2013 e após os grandes protestos receberam o apoio de movimentos sociais ligados à questão da moradia e terra como o MLB, a CPT e as Brigadas Populares. As ocupações também foram lugar de articulação política da rede ativista da capital mineira ao longo dos anos de 2013 e 2015 (e ainda o é com menor intensidade até nossos dias). Frente a ameaça de despejo das ocupações por parte do poder municipal e em meio a controvérsia jurídica que envolve a propriedade da região a rede ativista se articulou num amplo movimento de resistência conhecido como “Resiste Izidora” – uma sólida rede de apoiadores que sustenta até nossos dias a permanência de cerca de 30.000 pessoas naquela região (FERREIRA, 2015). Sobre a história das ocupações: <http://ocupacaorosaleao.blogspot.com.br/> - acesso em 10/11/2015. Sobre os conflitos entre as ocupações, poder municipal e judiciário: <http://goo.gl/hzk0An> - acesso em 07/01/2016. Sobre a articulação de apoio às ocupações “Resiste Izidora” Disponível em: <https://www.facebook.com/resisteizidora/> - Acesso em 12/10/2015.

transformação do espaço urbano orientados pela lógica empresarial e de mercado (o chamado urbanismo neoliberal);¹⁰⁷ a realização de aulas públicas sobre temas como os das operações urbanas, mineração, tarifa zero, dentre outros; a intensificação da (re)ocupação de espaços institucionais de participação relacionados à gestão municipal, como conselhos, audiências públicas, conferências; o surgimento da campanha pela tarifa zero nos transportes e a intensificação e aprofundamento das lutas em torno da mobilidade urbana, dentre outras iniciativas.

Portanto, percebia que com a pulverização da energia rebelde em novas e crescentes iniciativas contestatórias, novos obstáculos surgiam para minhas ambições iniciais de pesquisa. Trabalhar com trajetórias e perfis de ativistas em meio a um contexto em mutação não parecia, naquele momento, um caminho interessante. Deixei guardadas aquelas ideias iniciais e as retomei,

¹⁰⁷ Um exemplo foi a resistência à Operação Urbana Consorciada (OUC) “Nova BH”. “A Nova BH foi anunciada publicamente pelo governo municipal somente no mês de outubro de 2013, tendo sido concebida e arquitetada a portas fechadas, entre agentes públicos municipais e as empresas interessadas na operação. A sonegação de informações por parte do poder público municipal visava impedir o dissenso, ou seja, obstar questionamentos, críticas e resistências para garantir a realização do megaprojeto a despeito dos interesses da população e do princípio da gestão democrática das cidades. A OUC Nova BH seria a maior operação urbana consorciada da história da cidade e abarcava os eixos dos corredores das avenidas Antônio Carlos/Pedro I somado aos corredores das avenidas Andradas, Tereza Cristina e Via expressa, abrangendo toda a extensão do vale do Arrudas [...]” (MAYER, 2015. p. 96). A resistência a essa grande operação urbana ensejou iniciativas e ações como: aulas públicas sobre a OUC Nova BH (organizadas primeiramente pelo GT de Reforma Urbana da APH e posteriormente por movimentos sociais, ativistas e grupos de pesquisa da UFMG – especialmente o grupo da Faculdade de Arquitetura Indisciplinar), mobilização e informação da população, ocupação do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), ocupação das audiências públicas sobre o tema, trabalho de denúncia junto ao Ministério Público, dentre outros. Após verificar a ausência da participação popular no processo da OUC Nova BH, o Ministério Público ajuíza uma ação cível pública para impedir a prefeitura a executar o plano. O imbróglio sobre essa questão permanece até nossos dias. A pressão da rede ativista em Belo Horizonte (associações comunitárias, movimentos sociais, entidades de classe, partidos de esquerda, coletivos e ativistas diversos, etc.) em conjunto com a ação do Ministério Público barraram naquele momento e deram visibilidade a luta contra o urbanismo empresarial” (MAYER, 2015). As lutas e disputas no interior da III Conferência Municipal de Políticas Urbanas realizada em agosto de 2015 igualmente expressaram a capacidade de articulação, resistência e mobilização dos movimentos, ativistas e coletivos na cidade. Um mapeamento robusto – uma cartografia ativista – sobre a controvérsia em torno da Operação Urbana Consorciada Nova BH. foi feito pelo grupo Indisciplinar, movimentos e ativistas. Disponível em: <http://oucbh.indisciplinar.com/> - Acesso em: 05/10/2015. Entendo que esses exemplos de articulação política contra o modelo de cidade empresa/cidade mercadoria expressam um aprofundamento das lutas sociais dos movimentos urbanos que conforme procuramos demonstrar em nosso estudo de mestrado se tornavam um aspecto central das preocupações dos jovens ativistas. Trabalho com a ideia, vale repetir, de que o atravessamento dos protestos de junho potencializaram as lutas que já existiam nas cidades.

parcialmente, para analisar nesta tese o perfil dos participantes do movimento Tarifa Zero.

Continuei, então, a seguir as lutas e movimentações, procurando por experimentos do dissenso que oferecessem um maior grau de segurança e estabilidade no campo de pesquisa. Imaginei, naquele momento, que a medida em que os protestos de junho de 2013 terminassem, a dinâmica e as reconfigurações do ativismo na cidade indicariam quais iniciativas teriam maior fôlego.

Por outro lado, a própria realização da Copa do Mundo, em 2014, abria expectativas variadas em relação às lutas sociais, onde o imprevisível colocava-se no horizonte, tendo o espectro dos grandes protestos de 2013 sempre como sombra. O que estaria por vir poderia, novamente, compor um cenário com um grande volume de eventos e de mudanças aceleradas reconfigurando, mais uma vez, o contexto das lutas urbanas. Decidi, então, aguardar com cautela o desenrolar dos acontecimentos.

Ainda que protestos durante a realização do mundial ocorressem e que uma forte polarização social em torno das eleições presidenciais surgisse, percebi que algo tão forte ou similar como no ano de 2013 não iria ocorrer, colocando, novamente, os rumos desta pesquisa num mosaico de possibilidades.

Percebi que a tendência de uma momentânea estabilização dos movimentos, coletivos e lutas me permitiria fazer escolhas e trafegar pelo campo de pesquisa com maior serenidade.

Foi justamente nesse momento que, em meados de 2014, tive a oportunidade de acompanhar, de maneira bem próxima, um movimento que dava sinais de certa regularidade e capacidade de continuidade, o Tarifa Zero. A partir daí o processo de pesquisa ganhou um outro grau de solidez e percebi que não teria mais que enfrentar as iniciais indecisões num cenário em constante mutação. Quando me dei conta não precisava enfrentar a angústia da escolha pois já estava inserido entre os antitarifários.¹⁰⁸ No primeiro relato etnográfico

¹⁰⁸ Esta é uma expressão utilizada pelos próprios integrantes do movimento, muitas das vezes como forma de se auto identificarem.

(Primeira Baldeação), o leitor poderá compreender como me aproximei do movimento Tarifa Zero.

2. Trajetos junto ao Tarifa Zero: questões teórico metodológicas

Acompanhei e participei, de forma sistemática, do movimento Tarifa Zero por cerca de um ano e meio, especificamente, entre agosto de 2014 e fevereiro de 2016. No momento em que iniciei a pesquisa o mesmo já possuía cerca de um ano de existência e estava em uma etapa posterior ao turbilhão de 2013.

Surgido do GT de mobilidade urbana da APH no calor dos grandes protestos de junho de 2013, como já disse, o movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte produziu entre aquele ano e meados de 2014 uma intensa atividade ativista nas ruas, protestos e ações diretas, bem como vivenciou um período onde mais pessoas participavam. Nas palavras de dois integrantes do movimento¹⁰⁹:

As reuniões do GT de mobilidade urbana e depois quando já nos reconhecíamos como Tarifa Zero eram muito cheias. Elas aconteciam numa sala grande da escola de arquitetura. Teve reunião que chegou a ter mais de 80 pessoas, tinha de tudo, as juventudes dos partidos, os anarquistas, o pessoal dos coletivos, o pessoal da arquitetura que já participava desde o início, gente que 'colou' nos protestos de 2013 [...] as reuniões duravam muito tempo e as discussões eram grandes. Ainda era o calor de junho que provocava aquela mobilização ali. O GT era o que de mais forte sobrou da APH. Ali era o espaço que matinha o espírito de junho e acho que por isso era tão cheio e intenso. (LUCIANO, 29 anos. Entrevista concedida em 19/12/2014).

E ainda:

Na verdade desde junho nós não paramos de atuar e fazer ações. Deixa eu lembrar de tudo aqui com calma, se eu não lembrar ao longo da conversa eu vou retomando [...] Depois de junho nós ocupamos a Câmara Municipal exigindo a abertura das planilhas das empresas de ônibus, fizemos o projeto de lei de iniciativa popular pela Tarifa Zero, lançamos a campanha pela cidade e colocamos cartazes em vários lugares, começamos recolher assinaturas para o projeto de lei, participamos das eleições dos CRTT's¹¹⁰, fizemos uma ocupação cultural que mobilizou demais, embaixo do viaduto Santa Tereza e na rua com mais de 20 bandas pela Tarifa Zero e por aí vai... Em 2014 já começamos as primeiras manifestações em janeiro, atuamos no

¹⁰⁹ Os nomes dos integrantes do movimento Tarifa Zero citados ao longo desta tese são fictícios. Alguns foram escolhidos pelos próprios participantes e utilizados em outro trabalho acadêmico sobre o movimento produzido. Cf. monografia de Letícia Birchal Domingues, *Tecendo Amanhãs: Estado, Direito e Capitalismo aos olhos do Tarifa Zero BH e COPAC BH*, defendida na Faculdade de Direito da UFMG no ano de 2016. Os outros nomes fictícios são criações do autor.

¹¹⁰ CRTT é a sigla para Comissão Regional de Transporte e Trânsito. Cada uma das nove regionais da cidade possui uma dessas comissões, cujos representantes são escolhidos através de eleições organizadas pelo poder municipal, em cada regional.

carnaval e teve aumento de tarifa. Atuamos com o ministério público e não saímos das ruas, fizemos muitas manifestações até junho quando começou a Copa do Mundo e os movimentos se voltaram para outras questões. Depois da Copa o movimento entrou num refluxo que eu achei natural depois de toda intensidade que vivemos (BELINE, 27 anos. Entrevista concedida em 14/05/2015).

Ao longo desta tese a história do Tarifa Zero aparecerá de maneira não sistemática e não linear. Ela será convocada para acompanhar e contextualizar os tópicos analíticos, quando necessário. Para uma sistematização da história do movimento indico a leitura da dissertação de mestrado de André Henrique de Brito Veloso, integrante do Tarifa Zero, intitulada, O ônibus, a cidade e a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço, defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Há também a monografia de Letícia Birchal Domingues, Tecendo Amanhãs: Estado, Direito e Capitalismo aos olhos do Tarifa Zero BH e COPAC BH, defendida na Faculdade de Direito da UFMG, no ano de 2016. Estes trabalhos serão uma fonte de diálogo importante ao longo desta tese. A existência dos mesmos poupou-me a tarefa de escrever a história do movimento, abrindo a possibilidade de priorizar o período em que estive efetivamente realizando o trabalho de campo.

No início deste trabalho o Tarifa Zero vivenciava um momento distinto daquele narrado nos depoimentos acima. A intensidade da participação e das atividades, indicada pelos participantes ao longo de 2013 e meados de 2014, já não era a mesma. A primeira reunião da qual participei, em meados de setembro de 2014, contou com a participação de cerca de 15 pessoas e sua pauta curta indicava uma diminuição do ritmo de ações no interior do coletivo. Percebi, inicialmente, que após um ano e dois meses de intensas atividades, manifestações e lutas o Tarifa Zero encontrava-se em uma etapa de reorganização de suas forças para seguir em frente.

No entanto, esta percepção inicial ainda era parcial. Mesmo que a dinâmica do movimento em 2014 não refletisse sua intensidade original, com o passar do tempo verifiquei que a disposição pela manutenção da vitalidade do mesmo era maior do que eu havia percebido, num primeiro momento. Os integrantes que permaneceram atuando de forma constante no Tarifa Zero, após a ascensão de junho de 2013, procuravam manter o acúmulo político e a

visibilidade alcançada na cidade. As reuniões semanais, que ocorriam sempre às terças-feiras desde 2013, primeiro como GT de Mobilidade Urbana e depois com o nome de Tarifa Zero, continuavam assiduamente e com uma média constante de participação. O que indicava um sinal claro de persistência e permanência. Por cerca de um ano e meio acompanhei diversas ações e momentos junto ao movimento, que podem ser classificadas da seguinte forma:

- campo institucional: audiências públicas, reuniões com vereadores e reuniões de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental na Câmara Municipal, reuniões e articulações na Defensoria Pública para, judicialmente, atuar contra o aumento das passagens de ônibus; sessões de julgamento de ações impetradas contra o aumento das passagens no Tribunal de Justiça de Minas Gerais; seminários e reuniões sobre mobilidade urbana organizados pelo órgão municipal responsável pelo setor, a BHTrans, dentre outros;

- ações diretas, intervenções e protestos: organização das manifestações contra o aumento das passagens de ônibus durante o período da investigação e de diversas de ações de intervenção política e mobilização.

- cotidiano, atividades e reuniões: procurei acompanhar e participar o máximo possível do cotidiano do movimento e de seus integrantes durante o período de investigação. Participei de grande parte das reuniões semanais periódicas do movimento às terças feiras. Sempre que possível estive, também, presente nos momentos de sociabilidade entre os integrantes do Tarifa Zero, especialmente nos encontros após as reuniões em bares do centro de Belo Horizonte. Nesses encontros, apelidados de GT Bar, a reunião se prolongava de outros modos e a conversa fluía de forma mais natural e descontraída. Estando neles pude perceber nuances e elementos do movimento por um ângulo distinto das reuniões ordinárias. Muitas das vezes tive, também, a oportunidade de me encontrar com os integrantes do Tarifa Zero em situações diversas em função das relações de amizade construídas. Esses momentos nos permitiram ter conversas informais que contribuiram, significativamente, para a compreensão de questões que, por vezes, os outros momentos não deixavam espaço.

Assim, posso dizer que esta pesquisa foi realizada a partir de uma etnografia engajada junto ao Tarifa Zero, através de entrevistas com seus

participantes e vivência nas redes sociais e plataformas às quais o movimento se vinculava.

Baldeação 1: O contato inicial, subindo a serra com o Tarifa Zero.¹¹¹

FIGURA 3: Foto da entrada da Escola Municipal Edson Pisani, no Aglomerado da Serra



Fonte: Google Maps

Era o final da tarde de uma terça feira, em meados de agosto, quando entrei em um ônibus no centro de Belo Horizonte com destino ao Aglomerado da Serra¹¹². Minha ida até lá deu-se por um certo acaso. No período da manhã deparei-me com uma mensagem em minha caixa de *e-mails* que continha uma demanda. A mensagem chegou através da lista de *e-mails* do Fórum das Juventudes da Região Metropolitana de Belo Horizonte¹¹³ e demandava que uma pessoa acompanhasse o movimento Tarifa Zero, que iniciaria formações sobre mobilidade urbana junto a turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola pública municipal. O Fórum das Juventudes, convidado a participar pelo movimento Tarifa Zero, percebeu no convite uma oportunidade interessante para desenvolver atividades descentralizadas a respeito de sua campanha contra as violências sofridas pelas

¹¹¹ Sinalizo novamente que todas as vezes que o termo “Baldeação” aparecer no título de um tópico significa o início de um relato etnográfico.

¹¹² Conjunto de vilas e favelas localizado na regional centro-sul de Belo Horizonte.

¹¹³ “Criado em 2004, o Fórum das Juventudes da Grande BH é uma rede de grupos, movimentos, entidades e ativistas autônomas/os que desenvolvem trabalhos com jovens e/ou são formados por jovens de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Realizamos ações de mobilização, formação, comunicação e incidência política voltadas à defesa dos direitos juvenis e à construção de políticas públicas de juventude inclusivas e democráticas. Desde 2012, o enfrentamento à violência contra a população jovem é a nossa principal agenda de lutas.” Disponível em: <http://forumdasjuventudes.org.br/quem-somos/> - Acesso em 27/03/2015

juventudes – Juventudes contra a violência¹¹⁴ - e atuar em conjunto com um importante movimento da cidade.

Cheguei no Aglomerado da Serra cerca de quarenta minutos antes do previsto para o início da atividade e me dirigi à escola onde a mesma aconteceria. Lá chegando, um dos integrantes do Tarifa Zero que participava dessa ação já aguardava e preparava os materiais que seriam utilizados na intervenção daquela noite. Nos apresentamos e iniciamos uma conversa. Marcelo, 33 anos, já me esperava e saudava a parceria com o Fórum das Juventudes. Com pouco tempo de tomei nota de que ele era assistente social, trabalhava em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), em uma vila da zona oeste de Belo Horizonte, tinha mais de trinta anos e participava do Tarifa Zero desde seu início. Marcelo não me era estranho. Já o tinha visto em manifestações, reuniões e assembleias mas ainda não tínhamos estabelecido um contato próximo.

Logo após chegou Roberto, outro integrante que participaria das atividades naquela noite, bem mais jovem que o primeiro, 17 anos, e que no momento cursava o ensino médio. Estudante de uma escola pública, Roberto se preparava para a realização do Enem e disse sobre seu desejo em cursar Antropologia ou Cinema. Roberto passara a participar do Tarifa Zero naquele mesmo ano. Uma terceira integrante do movimento envolvida com o trabalho nessa escola não estaria presente naquele dia e eu a conheceria no encontro da semana seguinte.

A proposta da ação era abordar o tema da mobilidade urbana no Aglomerado da Serra com os alunos da EJA a partir de uma metodologia que envolvesse os mesmos na confecção de vídeos sobre a realidade local. A previsão era realizar oito encontros com as turmas, uma vez por semana, que durariam por volta de duas horas e meia a três horas.

Entramos em uma sala de aula onde haviam duas turmas de segmentos distintos de EJA (primeiro e segundo segmentos) junto com um dos professores

¹¹⁴ Texto de apresentação da campanha: Juventudes contra Violência é uma campanha de repúdio às violações dos direitos juvenis e de mobilização social pelo fim da violência contra a população jovem de Belo Horizonte e cidades da região metropolitana. [...] A proposta é baseada na Agenda de Enfrentamento à Violência contra as Juventudes, documento que apresenta um diagnóstico sobre o fenômeno da violência contra as juventudes no contexto local e levanta prioridades para as políticas públicas.” Disponível em: <http://juventudescontraviolencia.org.br/>- acesso em 17/10/2015.

da escola. Notei que as turmas eram compostas por pessoas com idade mais avançada e que a presença de jovens era pouca. O professor fez as devidas apresentações, explicou didaticamente o que iria acontecer em uma linguagem simples e passou a palavra para Marcelo e Roberto.

Os dois integrantes do Tarifa Zero iniciaram as atividades apresentando dois pequenos vídeos para estimular o debate com a turma. Um dos vídeos era uma peça publicitária da prefeitura de Belo Horizonte sobre sua política de mobilidade urbana para a cidade, o programa Corta Caminho.¹¹⁵ O outro era um pequeno vídeo feito pelos moradores da comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro, explicitando as formas de transporte e locomoção no interior da favela, algo próximo da realidade vivenciada pelas pessoas naquela sala de aula. Esse segundo vídeo tinha também o intuito de estimular a produção de filmagens sobre a realidade local.

Após a exibição dos vídeos não houve manifestações dos presentes. Diante do silêncio, os integrantes do movimento Tarifa Zero decidiram por exibi-los novamente com paralisações para explicações: “Vejam, aqui nesse vídeo está sendo mostrado que a principal ação da prefeitura para a mobilidade urbana é a construção de viadutos na cidade e obras para alargar ruas e avenidas. Isso beneficia vocês aqui na Serra?” perguntou Marcelo durante a exibição da peça publicitária da prefeitura. A interação passou a aumentar paulatinamente até que a turma de EJA entrou no debate, relatando as dificuldades enfrentadas com relação ao transporte público, à precariedade dos ônibus, ao alto valor das passagens, às dificuldades de circulação no aglomerado. A primeira etapa daquele encontro parecia, então, ter cumprido o objetivo.

Nesse momento, Marcelo, Roberto e o professor da turma passaram a explicar que gostariam que a turma registrasse, com filmagens, os problemas e situações relatadas na discussão. Começaram aí as maiores dificuldades daquele dia. As pessoas começaram a questionar a razão daquela proposta e a trazer as

¹¹⁵ O programa Corta Caminho constituiu a principal política de planejamento e modernização viária da cidade de Belo Horizonte nas gestões do prefeito Márcio Lacerda (2009 a 2012 e 2013 a 2016). O movimento Tarifa Zero foi um crítico duro deste programa, por julgar que o mesmo privilegiava com recursos e ações obras (abertura de vias, trincheiras, viadutos) que beneficiam o transporte individual (automóveis) em detrimento do transporte coletivo e público. Esta questão será trabalhada com mais detalhes ao longo da tese.

dificuldades em realizar a mesma: “como iremos fazer isso?”; “eu não tenho esses equipamentos de filmar e meu celular é muito velho”; “meu celular até tira retrato e faz essas coisas, mas eu não sei mexer com isso não. Só meu neto que sabe”; “eu não tenho tempo para fazer isso não”; “essas filmagens vão depois para a prefeitura?”; para que iremos filmar?”; “que melhorias para a comunidades essas filmagens irão trazer?”; “eu posso até filmar dentro do ônibus mas, outro dia eu fui fazer isso, filmar um ônibus que estava muito cheio para denunciar e o motorista veio brigar comigo”; “tem que ser uma coisa bem planejada senão dá muita confusão”.

Percebi que Marcelo e Roberto foram, de alguma forma, surpreendidos por estes impasses. Para uma turma composta, em sua grande maioria, por pessoas idosas pertencentes às camadas populares e com pouco domínio e uso das novas tecnologias de mídia, a proposta de confecção de vídeos não parecia ser a mais adequada. Além disso, percebi que os alunos da EJA indicavam a necessidade de entenderem o sentido daquela atividade, o sentido da proposta de fazerem filmagens. Os mesmos esperam por algo que levasse suas reivindicações relacionadas ao transporte para o poder público. Afinal, as questões colocadas se relacionavam com as melhorias que aqueles vídeos poderiam trazer para a comunidade.

Os integrantes do movimento Tarifa Zero insistiam na confecção dos vídeos e percebi que o professor adotava uma atitude de não intervenção frente a algo que ele mesmo via como de difícil realização. Diante desta situação resolvi intervir para tentar minimizar os impasses e construir possíveis propostas.

Afirmar que, talvez, a proposta dos vídeos não fosse a melhor e que poderíamos pensar em outras formas de registro e divulgação do debate sobre mobilidade urbana no Aglomerado da Serra. Começamos a fazer uma “chuva de ideias” e apareceram as propostas de confecção de um jornal, de panfletos, cartazes em diversos formatos, dentre outras. Os alunos indicavam que essa produção poderia ser distribuída no comércio dos aglomerados, nos pontos de ônibus, na associação comunitária e nos equipamentos públicos. A atividade então parecia começar a fazer sentido para a turma. Terminamos o dia com o acordo de que definiríamos o que fazer no encontro da semana seguinte.

Após o final desse primeiro encontro conversei com o Marcelo, Roberto e com o professor da turma e todos concordaram que aquele tinha sido o melhor caminho. Ainda assim, alguma frustração em não realizar a proposta inicial dos vídeos ficou no ar e Marcelo propôs que a ideia fosse resgatada no futuro.

Na semana seguinte, fui novamente para a escola no Aglomerado da Serra para a realização do segundo encontro. Chegando lá encontrei Roberto e outra integrante do Tarifa Zero que não comparecera da vez anterior. Fui apresentado a Virgínia, 25 anos, formada em economia e que no momento cursava o mestrado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais. Ela começou a atuar no movimento num momento posterior após a desmobilização do grupo de trabalho de Reforma Urbana da Assembleia Popular Horizontal. Neste dia quem não iria participar seria Marcelo.

Logo após as apresentações, dois professores da escola nos informaram que naquele dia o encontro não poderia ser realizado. Eles se desculparam por terem esquecido de avisar de que haveria uma excursão com todos os alunos da EJA naquela noite. Combinamos com os professores que voltaríamos na semana seguinte e decidimos ir para algum lugar planejar os próximos encontros.

Sentamo-nos numa mesa de bar em um bairro próximo ao Aglomerado da Serra. Foi ali que comecei a tecer contatos e laços mais próximos e afetivos com integrantes do movimento, que anteriormente não conhecia. Também foi o momento em que aproveitei para apresentar minhas intenções de pesquisa e colocar dúvidas, questões e percepções sobre o movimento e a ação na escola.

Iniciei indagando sobre como surgiu a ação naquela escola do Aglomerado da Serra. Virgínia informou que uma amiga próxima, que já trabalhara naquela instituição, indicou que os professores da EJA estavam abertos a elaborar projetos junto a movimentos e coletivos da cidade e se prontificou a fazer os devidos contatos entre o Tarifa Zero e os mesmos. Virgínia, que sinalizava para um forte desejo em engajar o movimento em um trabalho de Educação Popular, um trabalho de base com as camadas populares a respeito da problemática da mobilidade urbana, viu naquela possibilidade uma excelente oportunidade. Segundo a integrante do Tarifa Zero, aquela não seria a primeira tentativa em se fazer algo do tipo e representava uma vontade ainda não realizada no interior do coletivo.

Segundo ela, “o trabalho de base indicava um desejo em expandir a atuação do movimento para além do centro da cidade e dos circuitos da classe média militante”.

Perguntei, então, qual era o planejamento que eles haviam traçado para atuar na escola, quais eram os objetivos a serem alcançados e se aquela atuação representava uma estratégia do movimento em realizar o tão desejado trabalho de base, como ela havia comentado. Segundo Virgínia e Roberto, não havia um planejamento muito bem definido, os objetivos não estavam muito claros. A possibilidade daquela atuação foi apresentada em uma reunião do movimento na forma de um convite para quem se prontificasse a atender naquele momento. O que havia de concreto era a proposta de confecção de vídeos e o desejo em colocar a pauta sobre a mobilidade urbana para regiões fora dos circuitos militantes da área central da cidade.

As respostas dadas por Virgínia e Roberto causaram em mim uma forte sensação de frustração e estranhamento. Enquanto eles diziam, eu ficava me perguntando como um coletivo como o Tarifa Zero, herdeiro direto das grandes jornadas de protesto em junho de 2013, desenvolvia uma ação em uma escola com alunos das camadas populares com pouco planejamento, sem clareza de objetivos e sem uma discussão política mais aprofundada. E ainda, se era um desejo forte do movimento expandir sua atuação e desenvolver um trabalho militante de base, não haveria a necessidade de um planejamento estratégico?

Essas sensações de estranhamento e frustração chocavam-se com o conhecimento prévio que possuía do movimento. Conhecia o mesmo desde seu início, participei de grande parte das manifestações convocadas, apreciava a capacidade de mobilização e o acúmulo técnico e de informações que embasava suas ações. Assim, fiquei negativamente surpreso em perceber naquela ação específica o que julgava ser um conjunto de fragilidades organizativas e políticas.

Passamos a conversar sobre a ação na escola e sobre os planejamentos dos próximos encontros. Virgínia revelou desejar muito aprender sobre Educação Popular e que não tinha nenhuma experiência militante ou profissional no interior de uma escola. Ela e Roberto ficaram entusiasmados em saber que eu era professor, que possuía experiência de trabalho com EJA e que poderia contribuir

com algo sobre o qual eles não tinham clareza em como conduzir. Quando tomei consciência do que se passava, percebi que eu estava ali como mais um integrante planejando aquela ação, sugerindo alterações na proposta inicial, discutindo seus objetivos e sentidos. Cheguei, ousadamente, a propor que realizássemos aquela ação como um experimento que servisse de embasamento posterior para a efetivação de um planejamento de atuação do Tarifa Zero em outras regiões da cidade. Percebi que eles também me viam assim: como mais uma pessoa que chegara para contribuir com o movimento.

Foi nesse momento que apresentei minhas intenções de pesquisa. A aceitação foi bastante tranquila, com a recomendação de que colocasse o tema para todos os participantes em uma reunião do coletivo. A única pergunta a respeito definiu de que maneira a pesquisa aconteceria: “você vai ficar só pesquisando ou vai continuar contribuindo com o movimento? Você vai atuar conosco?”. A pergunta pareceu-me uma convocação e condição de possibilidade para a melhor forma de realização da pesquisa. Percebi que eles não me viam apenas como pesquisador e sim como mais um integrante do movimento. Era a senha de entrada no campo de pesquisa e no movimento Tarifa Zero.

Diário de Campo, 2014

O relato etnográfico acima refere-se ao primeiro contato orgânico que estabeleci com o movimento Tarifa Zero. Utilizo o termo, orgânico, para qualificar este momento que me possibilitou acompanhar os planejamentos, as discussões internas, a organização e a tomada de decisão sobre a referida ação.

Esta primeira aproximação permitiu-me observar características e elementos sobre formas de organização, formas de mobilização e atuação, e relações internas, que iriam ser recorrentes em outras muitas situações ao longo da pesquisa. Ou seja, as primeiras impressões foram marcantes e se confirmaram em muitas outras situações ao longo da permanência em campo. O primeiro contato também indicou a natureza das interações, o grau de interferência e as reações do pesquisador, dentre outras questões, junto ao movimento e seus participantes.

Especificamente sobre o tipo de relação estabelecido entre o pesquisador, o movimento e os ativistas, é importante anotar que o que ocorreu no contato inicial apontou para tendências cruciais na forma de caminhar na pesquisa de campo. O convite de Virgínia, apresentado no final do relato etnográfico, para que eu fosse um pesquisador que atuasse junto ao movimento Tarifa Zero indicou, de certa forma, como a pesquisa seria realizada, a forma como eu seria percebido no campo de pesquisa e a forma como eu próprio me perceberia realizando a investigação: um pesquisador-ativista. A partir daí temos a marca fundante do tipo de relação que iria ser estabelecida entre pesquisador e pesquisados que, certamente, pelo grau elevado de proximidade e envolvimento, representaram um grande desafio no campo de pesquisa.

2.1 Sobre a experiência etnográfica

No primeiro encontro com o Tarifa Zero o pêndulo de minhas percepções oscilava entre a procura por compreender o que era novo e os juízos advindos de minhas expectativas iniciais. Minha percepção inicial foi de certa fragilidade política por parte do movimento, o que iria em sentido contrário às expectativas que eu criara. Diante desse primeiro encontro tão próximo com o movimento me fazia as seguintes perguntas: qual o objetivo do Tarifa Zero com aquela ação política? O movimento pretende criar uma relação sólida com os moradores do aglomerado? Se sim, para que? Há uma estratégia de ação sendo executada? Algo como uma atuação de base nas periferias que produza um acúmulo de forças políticas na cidade? O movimento quer, por meio da educação popular junto a alunos da EJA em uma escola de um território periférico, realizar um trabalho político? Essas questões fazem parte das preocupações dos integrantes do movimento?

Tais indagações expressavam que o que eu julgava como um possível limite de atuação do movimento ou, por outro lado, uma atuação com planejamento e organização que eu considerava frágeis, conectava-se diretamente com um julgamento influenciado pela minha experiência prévia de engajamento em movimentos sociais e pelas expectativas que depositava em relação ao próprio Tarifa Zero.

Este estranhamento e incômodo sentidos no primeiro contato orgânico com o movimento me acompanharam por todo o desenvolvimento da pesquisa. Na realização da mesma, um dos sentimentos predominantes era uma sensação de angústia, derivada do confronto e da tensão permanentes entre o que era o Tarifa Zero e entre meus próprios desejos e expectativas políticas, não só em relação ao movimento mas de maneira mais ampla. Destas sensações desdobraram-se questões e desafios cruciais de ordem metodológica e teórica. Tudo isto significou a necessidade de uma atitude constante de autocontrole, do meu comportamento e postura, bem como de reflexão sobre minha relação com os integrantes do movimento e sobre o tipo de conhecimento que iria ser produzido a partir desta experiência. Procurei, então, fazer destas sensações e sentimentos no campo de pesquisa uma fonte de compreensão e entendimento.

Com o tempo percebi, de maneira mais nítida, que o que eu julgava ser familiar escondia diferenças geracionais, diferenças entre processos de socialização militante e de trajetória de engajamento político, dentre outras questões, que eram a fonte daquelas mesmas sensações e julgamentos. Ou seja, ao me aproximar do Tarifa Zero descobri que, mesmo partilhando de um conjunto significativo de símbolos e entendimentos com aqueles que eu julgava serem pertencentes a uma rede ativista próxima a mim, haviam outras camadas que produziam diferenças que eu estranhava e ainda pouco compreendia.

A procura por manter um permanente distanciamento reflexivo constituiu um outro exercício importante ao longo da pesquisa de campo. Nem sempre obtive êxito. Quando isto ocorreu, ou melhor, quando percebi que minha interferência era mais enfática do que o devido, busquei minimizar os prováveis excessos que enfraqueciam as possibilidades de compreensão distanciada, mudando minha postura. Assim, estive sempre caminhando entre o postulado do rigor científico e um intenso envolvimento. Portanto, o conhecimento produzido deu-se por meio de uma vivência etnográfica, “a disposição para viver uma experiência pessoal em tema de pesquisa” (GOLDMAN, 2006. p. 167).

Perante os desafios metodológicos advindos dessa forma de produção do conhecimento recorri a elaborações teóricas que auxiliassem na melhor condução da empreitada investigativa. A pesquisa foi sendo produzida, então, por meio de um caminho que resultou na triangulação entre a experiência da

participação, a experiência de investigação e os suportes teórico-metodológicos de que lancei mão.

Por certo, então, o encontro com a literatura antropológica e etnográfica contribuiu decisivamente para a estruturação metodológica desta pesquisa e para que eu compreendesse melhor o que efetivamente vivenciava e realizava no campo de pesquisa. Especificamente o livro, *Entre saias justas e jogos de cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente (2006)*, organizado por Alinne Bonetti e Soraya Fleischer, serviu-me como uma espécie de guia inspirador constante. Nele as autoras reuniram uma série de ensaios reflexivos escritos por jovens antropólogas, em sua maioria estudantes de pós-graduação, sobre dimensões pouco explicitadas nas pesquisas e trabalhos etnográficos, tais como: as angústias e sentimentos negativos vivenciados no campo de pesquisa, os obstáculos enfrentados na relação pesquisador e pesquisados, relatos de erros e equívocos no campo de pesquisa, as dimensões do autocontrole e autoflagelação do pesquisador, dentre outras questões.

E como a experiência concreta e real, com suas imprevisibilidades e contingências, teima em escapar do controle e do planejamento, uma boa dose de experimentação igualmente compôs a metodologia desta pesquisa.

A empreitada foi arriscada e ao longo do caminho procurei, também, companhias que me inspirassem a construir caminhos metodológicos mais livres e criativos.

O livro, *Entrenotas: compreensões de pesquisa*, de Cássio E. Viana Hissa (2013), foi um outro guia importante no campo de pesquisa. A partir das reflexões heterodoxas sobre a dimensão metodológica feitas por esse geógrafo, encontrei apoio para a compreensão de que as situações específicas, vivenciadas de maneira particular pelos pesquisadores em campo exigem criações, soluções e elaborações igualmente específicas:

As metodologias são criadas pelos sujeitos enquanto estes estão criando os seus objetos. Antes imaginam. No seguinte passo, podem perceber que a pesquisa não cria apenas interpretações. A pesquisa cria metodologias enquanto cria interpretações. O fazer alimenta o pensamento que mobiliza a arte de refazer diferente (HISSA, 2013, p. 125).

E ainda:

O como fazer: o processo que adapta, transcria, traduz, recria e refaz; a metodologia em nada difere do processo criativo que envolve o objeto criado. Criar, na pesquisa – criar a pesquisa -, é criar metodologias.” (HISSA, 2013, p. 126).

As diversas situações e momentos vivenciados junto ao Tarifa Zero – BH, ao longo de um ano e meio, impeliram-me a um recriar constante de caminhos. Quando fui convocado a intervir, mediar, planejar, quando percebi oportunidades de testar problemas, hipóteses e questões, ou quando percebia que minha participação era invasiva e indesejada, em certas ocasiões, tive que procurar soluções de acordo com as contingências do cotidiano. As descrições etnográficas que selecionei para compor a exposição do trabalho carregam tais elementos e nelas o leitor poderá perceber os caminhos escolhidos e as soluções utilizadas em cada situação.

Uma segunda inspiração para a experimentação metodológica veio das reflexões do sociólogo francês Loic Wacquant. Em seu livro *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe* (2002), o autor define a forma como produziu conhecimento sociológico vivenciando o cotidiano de uma academia de boxe na periferia da cidade de Chicago, EUA como uma experimentação científica. O sociólogo narra que chegou em uma determinada academia de boxe como que por um acaso, quando estava procurando um ponto de observação para ver, ouvir e vivenciar de perto a realidade cotidiana do gueto norte-americano. E por fruto desse acaso, elemento imprevisto, uma vivência intensa - de corpo e alma - em meio aos pugilistas e seus mundos constituídos no gueto de uma cidade norte-americana, emergiu para o sociólogo. A radicalidade do grau de intensidade do contato entre pesquisador e pesquisados pode ser atestada quando o autor nos diz da experiência de se tornar, também, um pugilista e por momentos chegar a pensar, efetivamente, em abandonar a carreira acadêmica para seguir a aventura de ser lutador profissional de boxe. E dessa experiência narrada, descrita e analisada no fascinante livro, Wacquant pode assumir a defesa de uma sociologia feita a partir da “carne” do cotidiano:

A sociologia deve se esforçar para capturar e restituir essa dimensão carnal da existência, particularmente espantosa no caso do pugilismo, mas na verdade partilhada, em graus diversos de visibilidade, por todos e por todas, através de um trabalho metódico e minucioso de detecção e de registro, de decodificação e de escritura capaz de capturar e transmitir o sabor e a dor da ação, o som e a fúria do mundo social que

as abordagens estabelecidas das ciências do homem colocam tipicamente em surdina, quando não os suprimem completamente (WACQUANT, 2002, p. 11).

O livro de Wacquant que, por trazer e transmitir a dimensão carnal da vivência de pesquisa e por complexificar as fronteiras e conexões entre o vivido e o refletido e entre a experiência e o conhecimento, pode ser lido como uma obra de sociologia de fronteira, algo que se relaciona com uma espécie de realismo literário. Vivendo junto com os pugilistas, negros, trabalhadores, e outros indivíduos das camadas populares, o sociólogo pode estabelecer relações próximas e amizades duradouras, captar seus dramas, angústias e esperanças, compreender seus modos de ser e de viver, mergulhar profundamente no *ethos* do lutador de boxe, experimentando fazer parte de um microcosmo da periferia de Chicago.

Nos momentos em que as hesitações entre as incertezas e os desafios trazidos por minha escolha metodológica tomavam conta da experiência de campo, voltava-me para Wacquant e encontrava inspiração e incentivo para a experimentação metodológica frente aos imprevistos que a vivência junto ao Tarifa Zero-BH propiciava. Especialmente, Wacquant ajudou a pensar a experiência do tornar-se parte do que se pesquisa. A partir desta questão, fui em busca de uma literatura que se dedicasse especificamente a experiências de pesquisa que envolvessem uma participação militante.

Foi no encontro com a literatura sobre os grandes protestos de 2013, especificamente aquela produzida por pesquisadores reunidos na Universidade Nômade¹¹⁶, que encontrei tipos de pesquisa e suporte-teórico metodológico que se relacionavam com uma imersão intensa em lutas e movimentos sociais. Especialmente a Copesquisa militante serviu-me de sustentação para pensar a

¹¹⁶ A rede Universidade Nômade é uma rede transnacional, que se compõe de militantes, intelectuais, artistas, grupos de pesquisa, coletivos, ativistas de cursinhos pré-vestibulares populares, blogues e páginas, em geral dispersos em redes sociais, produtivas e colaborativas. É também um estilo de militância, baseado nos conceitos de multidão, enxame, êxodo e produção do comum, que se organiza e nomadiza de um modo autônomo, independentemente de um centro orgânico, uma sede ou qualquer tipo de organização rígida de princípios, membros ou diretivas. Disponível em: <http://uninomade.net/quem-somos/> - Acesso em: 15/03/2016

pesquisa engajada junto aos ativistas e militantes, que será abordado no tópico a seguir.

2.2 Uma etnografia engajada: copesquisa militante

O conceito de copesquisa militante, que serve de suporte metodológico para esta investigação, é aquele originário da escola de pensamento e de prática ativista italiana denominada Operaísmo.

[...] inicialmente reunido ao redor das revistas *Quaderni Rossi* e *Classe Operária*, o operaísmo se desenvolveu continuamente do início dos anos 1960 até o limiar dos anos 1980, em constante mutação a partir da análise das circunstâncias históricas, oportunidades políticas e possibilidades de composição, abertas por suas hipóteses para a transformação social e seus encontros militantes. No começo, era formado por dissidentes do Partido Socialista Italiano (PSI) e do Partido Comunista Italiano (PCI), decididos a realizar um retorno à Marx. A renovação do marxismo pelos operaístas teve por primeiro objetivo desenvolver ferramentas para lidar com os desafios revolucionários, no contexto da intensiva industrialização fordista da Itália do pós-guerra. Nesse escopo, eles propuseram radicalizar o marxismo professado pela esquerda oficial nos partidos e sindicatos, cuja atuação fora diagnosticada pelos operaístas como já funcionalmente integrada à própria matriz capitalista de dominação. Determinaram-se a estudar a realidade da fábrica italiana, para apreender as relações de força e os dispositivos materiais de exploração e comando capitalista (a composição orgânica do capital), bem como sondar a composição política de classe que lhe poderia resistir e combater (CAVA, 2013, p. 17).

Nessa determinação em estudar a realidade da fábrica e do operariado italiano, os operaístas investiram em um método de pesquisa que os fizesse aproximar o máximo possível da realidade do chão de fábrica. Nomearam tal método como *conricerca* (ALQUATI, 1993) que se traduz aproximadamente como copesquisa. A ideia, na década de 1960, era se amalgamar à organização real dos trabalhadores dentro das fábricas e vivenciar seus dilemas, conflitos e questões. Os postulantes da copesquisa procuravam se diferenciar e se contrapor à figura do intelectual orgânico do partido comunista. Diferentemente destes últimos, que possuíam a missão de transmitir de maneira hierárquica a linha política do partido para o interior das fábricas e se constituir como lideranças verticais, os operaístas procuravam romper com a verticalização do conhecimento que entendiam ser similar à divisão hierárquica do trabalho, atuando junto aos operários e vivenciando suas lutas.

Nessa proposta, os operáistas passaram a se articular diretamente com o “chão de fábrica” e os movimentos sociais, mediante entrevistas, enquetes, encontros, articulação de textos e debates, sem mediações institucionais entre uns e outros. [...] Considerava-se que era importante compreender a relação social entre as classes, no lugar mesmo em que ela acontece: no momento produtivo. A partir daí, eram discutidos, junto dos operários, o funcionamento real da empresa, as formas de cobrança e supervisão, a remuneração e a premiação, e a organização do trabalho, bem como a mediação exercida pelos sindicatos e centrais sindicais. De maneira que os operários, eles mesmos, em conjunto com os pesquisadores, desenvolvessem progressivamente um *ponto de vista* a respeito de sua condição, diante da maquinaria produtiva em que estavam funcionalizados (CAVA, 2013, p.19).

O postulado metodológico dos operáistas preconizava um mergulho dos pesquisadores na realidade e no cotidiano operários, com o objetivo de produzir um conhecimento engajado que possibilitasse aos mesmos compreenderem sua própria condição de exploração.

Este tipo de propositura metodológica contrasta com outras experiências de pesquisa junto a movimentos sociais contemporâneos ao operáismo. Especificamente, refiro-me ao método da intervenção sociológica, elaborado e aplicado, a partir de 1975, por Alain Touraine, François Dubet, Zsuzsa Hegedus e Michel Wieviorka para o estudo dos movimentos sociais.¹¹⁷ Este método baseava-se em três princípios: estudo prolongado de um grupo de participantes em uma ação coletiva; oferecimento de estímulo ao grupo estudado para realizar uma autoanálise do sentido de sua ação distanciada de todo e qualquer atravessamento ideológico ou constrangimento do jogo político; e por último, elaboração de hipóteses sobre ação do grupo estudado a partir de uma posição intermediária dos pesquisadores: entre a neutralidade e a identificação com o grupo. Sobre este último princípio, em outras palavras, “los investigadores, que se guardan tanto de una observación neutra como de una identificación con el grupo, se convierten en los representantes de este sentido más elevado de la acción estudiada”¹¹⁸ (TOURAINÉ, 1990, p. 22).

¹¹⁷ No livro, *Movimientos Sociales de Hoy* (TOURAINÉ, 1990), pode-se encontrar um conjunto de densos debates dirigidos pelo sociólogo francês Alain Touraine, envolvendo pesquisadores e pesquisados a respeito do método da intervenção sociológica.

¹¹⁸ “Os pesquisadores que procuram se distanciar tanto de uma observação neutra como da identificação com o grupo, tornam-se os representantes do mais alto sentido da ação estudada.” (Tradução do autor).

Segundo os formuladores, tal método pressupunha que os pesquisadores apresentassem suas hipóteses de investigação aos participantes do grupo pesquisado. Se os últimos assumissem essas hipóteses como suas, como sendo plausíveis abria-se, então, a possibilidade para uma inteligibilidade maior do próprio grupo sobre sua ação. Em outras palavras, os autores defendem que, a partir de uma posição livre de constrangimentos ideológicos e externa ao grupo pesquisado, poderiam revelar hipóteses sobre o sentido mais elevado da própria ação que realizavam. Em síntese:

La intervención sociológica transforma profundamente las relaciones entre el analista y el actor; no confunde al uno con el otro y guarda al primero de los peligros de la ideología, al tiempo que evita al segundo ,la devaluación de su consciencia en provecho de un sentido que le sería totalmente ajeno. De ahí la importancia y la novedad del intercambio de visiones que ha podido instaurarse entre quines llevan adelante una lucha social y los que la analizan (TOURAINÉ, 1990, p. 23).¹¹⁹

Ou seja, para os formuladores da intervenção sociológica, os contornos que separam quem analisa e quem luta são condição de possibilidade para a produção de um conhecimento considerado legítimo sobre as lutas e movimentos sociais.

Diferentemente, a copesquisa militante parte das premissas de uma investigação engajada, questionando a existência de neutralidade na produção do conhecimento. É coloca em questão, ainda, uma postura epistemológica onde sujeito e objeto formam uma unidade relacional hierárquica, com uma rígida separação entre pesquisador e pesquisados, ou seja, a hierarquização de um saber superior que interpreta a ação dos sujeitos:

[...] o observador não só muda de posição, movendo-se do externo ao interno dos processos analisados, mas cessa mesmo de ser observador: se transforma em sujeito de seu próprio objeto de pesquisa e intervenção (ROGGERO, 2013, p. 92).

Podemos entender, com isso, que a copesquisa propõe uma submissão do pesquisador à empiria ou a elevação da voz dos pesquisados a um status de

¹¹⁹ “A intervenção sociológica transforma profundamente as relações entre o analista e o ator; não mistura um com o outro e mantém o primeiro livre dos perigos da ideologia, ao mesmo tempo que evita ao segundo a desvalorização da sua consciência em favor de um sentido que lhe seria totalmente alheio. Daí a importância e a novidade da troca dos pontos de vista instaurada entre aqueles que realizam uma luta social e aqueles que a analisam.” (Tradução do autor).

saber por excelência ou um saber por si? Significa que os sujeitos são os senhores do próprio conhecimento de si mesmos e que basta dar voz aos sujeitos para que o processo de conhecimento aconteça? E ainda, do ponto de vista do trabalho de investigação, significa que a tarefa teórico-conceitual e interpretativa desaparece ou fica subsumida frente às explicações e ações dos próprios sujeitos? Roggero argumenta que os caminhos indicados pela copesquisa passam por outra direção:

O prefixo *co* não pressupõe uma submissão ao puro dado empírico, nem à indistinção voluntarística entre entrevistador e entrevistado em nome de um igualitarismo de sabor populista. Refere-se, ao invés, à colocação em crise da divisão entre intelectuais e ação política, divisão inervada no sistema representativo; para localizar o nó da organização inteiramente dentro da composição de classe. No interior, isto é, num percurso onde as diferenças de posição das singularidades não sejam negadas, mas traduzidas em um processo comum, e cuja força é medida pela capacidade de desestruturar as hierarquias existentes. (ROGGERO, 2013, p.93).

Temos, então, que o risco de uma possível submissão do pesquisador ao objeto de pesquisa, ou o risco de uma possível esterilização da propositura interpretativa em face das explicações emanadas dos próprios sujeitos são questões que não se colocam para a copesquisa, justamente por não comporem a lógica que a mesma sustenta.

Ao propor a inversão epistemológica que separa o ato de investigar do objeto investigado, a copesquisa aponta para a dissolução das relações rígidas entre o observador e observado. Não se trata, então, de recolocar uma relação hierárquica em outros termos, como substituir o domínio da ciência sobre objeto pela submissão da ciência ao saber que emana do objeto. O postulado da pesquisa engajada avança na direção de propor um amálgama complexo que iguale as posições entre pesquisador e pesquisado, permitindo a construção conjunta do conhecimento, ao mesmo tempo em que preserva as singularidades e a autonomia da possibilidade interpretativa. Ou seja, a copesquisa parte da cooperação social como condição para a produção do conhecimento de determinada luta ou movimento, enquanto garante espaço para as intenções singulares dos sujeitos, especialmente as intenções investigativas e interpretativas que, ao fim, retornem para enriquecer a construção coletiva das lutas e movimentos.

Trata-se, então, da dimensão do engajamento e do compromisso ético com a transformação social. Esta pode ser entendida como uma das dimensões que definem uma qualidade distinta da copesquisa, ou que a distância de uma posição que parta do pressuposto da existência da neutralidade da ciência e de sua utilização finalística. Neste sentido é que se pode afirmar que a lógica constitutiva da pesquisa engajada é de outra natureza: não se coloca a preocupação de uma possível perda de status da figura do pesquisador e de sua capacidade interpretativa. Por outro lado, não se coloca a preocupação de que, se o conhecimento emana dos sujeitos, o pesquisador se reduz a um instrumento que recolhe e organiza as informações ali dispostas. Diferentemente, parte-se do pressuposto de que a participação na construção coletiva de determinada luta ou movimento é fonte privilegiada da construção do conhecimento. Estar com, partilhar, participar, cooperar e experimentar conjuntamente são atitudes que, de maneira alguma, anulam a singularidade do ato de pesquisa mas exigem, em primeiro plano, um compromisso ético com os objetivos e finalidades do conhecimento.

Há, deste modo, possíveis cruzamentos entre a copesquisa e a tradição da observação participante. Aprendemos, por exemplo, com um dos pioneiros da pesquisa participante, Bronislaw Malinowski, em sua clássica obra, *Os argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), que observar e participar é uma forma de se pesquisar que possibilita uma aproximação compreensiva da lógica específica de determinado fenômeno social, coletividade ou comunidade.

Já Carlos Rodrigues Brandão nos instrui que a pesquisa participante é uma forma coletiva de produção do conhecimento onde “pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes” (BRANDÃO, 2006, p. 11).

O fato de adotarmos o conceito de copesquisa e não outro para definir teoricamente a forma como nossa pesquisa foi desenvolvida, relaciona-se com a marca de sua origem, o seio do movimento operário, e o postulado explícito do compromisso com os movimentos e lutas sociais. Não que a história da pesquisa participante, especialmente na América Latina, não possua traços desse mesmo engajamento. Paulo Freire, no clássico livro, *Pedagogia do Oprimido*, já nos ensinara a estabelecer uma relação transformadora com o conhecimento ao

afirmar que a corrupção da pesquisa está na postura de definir os “supostos investigados como objeto de pesquisa [...], como se fossem coisas” (FREIRE, 2010, p.116) Mas, optei pela copesquisa fundamentalmente por entender que a mesma oferece possibilidades interessantes de diálogo com os movimentos e lutas urbanas contemporâneas.

Nesse sentido, ao aceitar a proposta de engajamento nas lutas e na construção do movimento, assumi a condição de uma produção de conhecimento que emergiu da experiência pessoal de imersão no Tarifa Zero, experiência de pesquisa que pode ser definida como uma etnografia engajada.

Durante um ano e meio experimentei, intensamente, na condição de pesquisador-ativista, os conflitos, dramas, dilemas, sentimentos e angústias da organização, da proposição de ações, das soluções encontradas para obstáculos, das alegrias e partilhas coletivas junto ao movimento e seus integrantes. Ao imergir no Tarifa Zero, ao viver ombro a ombro a atividade ativista, pude assumir uma posição privilegiada de observação, um ponto privilegiado de construção da relação intersubjetiva entre pesquisador e pesquisados. Fazer parte e tornar-se um ativista do coletivo abriu possibilidades que me permitiram acessar camadas e dimensões no interior do movimento e da subjetividade de seus integrantes que, em outra situação de pesquisa, dificilmente seria possível. As questões centrais que guiaram a análise e a interpretação desta experiência junto ao Tarifa Zero são fruto direto deste tipo de engajamento, convivência e intercâmbio. Em outras palavras, as questões centrais desta pesquisa emergiram da experiência de uma etnografia engajada junto ao movimento. Na Parte III essa relação entre experiência e questões de pesquisa poderá ser melhor compreendida, na medida em que a análise dos relatos etnográficos for apresentada.

2.3 Sobre as entrevistas

Para a pesquisa foram realizadas onze entrevistas com integrantes do movimento. Ainda que ao longo da vivência etnográfica depoimentos em situações formais e informais fossem registrados, senti a necessidade de realizar entrevistas com o objetivo de sistematizar impressões sobre alguns aspectos da trajetória militante dos participantes. Nesses encontros foram abordadas as

percepções e sentidos sobre o engajamento no Tarifa Zero, os aprendizados advindos da participação, as expectativas que emergem da atividade ativista, dentre outras questões que serão analisadas na PARTE III desta tese.

Pois bem, na medida em que as relações de confiança se consolidaram, selecionei os integrantes para as entrevistas, a partir de três critérios: maior engajamento e regularidade de participação no Tarifa Zero; paridade de gênero e variação etária.

É importante pontuar que no movimento Tarifa Zero percebi uma participação sazonal e volátil. Um número significativo de pessoas mantinha uma relação periférica com o movimento. Muitos participavam por um período determinado e depois paravam de participar por motivos variados, como trabalho e estudos. Outra parte, igualmente significativa, participava apenas de determinada ação com a qual possuía maior afinidade e interesse.

Algo importante sobre esse último aspecto, e que será discutido na análise da empiria, é que a cultura organizativa interna do movimento baseava-se no princípio da liberdade e abertura para diferentes tipos de participação dos indivíduos. Assim, a participação sazonal e/ou por afinidade em apenas algumas ações era algo não só tolerado e amplamente aceito, como também a forma não cotidiana de participação recebia um estatuto de igualdade, acolhimento e pertencimento em relação aos que participavam assiduamente.

Contudo, para a realização das entrevistas decidi selecionar os participantes que compunham, em um determinado momento, o que chamo de núcleo orgânico do Tarifa Zero, ou seja, aqueles que participavam da maioria das reuniões, ações e formulações coletivas. Esse núcleo orgânico também sofria com algumas variações em sua composição e na qualidade e intensidade da participação. A partir da observação identificamos duas situações que incidiam sobre tal variação:

- determinados participantes mais orgânicos, que em um momento posterior o deixaram de ser por motivos variados, geralmente por menor disponibilidade de tempo para se dedicar ao movimento;

- a entrada de novos integrantes no Tarifa Zero, que passaram a compor esse núcleo ou de antigos participantes que voltavam a participar mais assiduamente.

De toda forma, quantitativamente, essa variação não prejudicou a etapa de seleção dos entrevistados. A grande maioria dos ativistas que selecionei para entrevistar permaneceram compondo tal núcleo orgânico. Na medida em que as informações recolhidas tornaram-se recorrentes nas entrevistas, decidi interromper a realização das mesmas, considerando a amostragem satisfatória.

Tais entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro livre, adaptado de acordo com o conhecimento prévio que eu possuía de cada entrevistado. Com a realização das entrevistas procurei esboçar um perfil dos integrantes do Tarifa Zero. Sem a pretensão de generalização mas a partir de uma amostragem considerada significativa, busquei identificar as trajetórias de participação, os processos de escolarização, os locais de moradia (mora com a família ou não), a relação com o mundo do trabalho, os aprendizados advindos do movimento, a entrada no movimento e os sentidos da luta em torno da questão da mobilidade.

2.4 Tarifa Zero e internet como fonte de pesquisa

Uma outra fonte importante para essa pesquisa foram as redes sociais e as mídias onde o Tarifa Zero está inserido. A lista de *e-mails* do movimento produzida no período do GT de mobilidade urbana da APH, a página de Facebook do Tarifa Zero, os grupos no aplicativo de celular WhatsApp, os vídeos postados nos canais de hospedagem de vídeos, especialmente o Youtube, os *sites* de fotos e imagens do Tarifa Zero, os diversos blogs e *sites* variados (de jornais locais, de autores independentes) onde figura o movimento, dentre outros, expressaram a existência virtual do Tarifa Zero, bem como podem ser entendidos como o repositório memorial da movimentação. Todas estas fontes de pesquisa ofereceram possibilidades múltiplas de uma aproximação mais profunda do movimento.

Essas ferramentas foram fundamentais para a existência e desenvolvimento do Tarifa Zero e serviram para mobilização, organização, troca de informações, formação de opinião, debates, relatos e produção e divulgação de conteúdos relacionados à própria movimentação e à cidade (textos, fotos, *flyers* e vídeos). Dentre as mídias utilizadas pelos integrantes do Tarifa Zero

destacamos a página do movimento e os grupos criados na rede social Facebook.

A página do Facebook é reconhecida pelo movimento como seu principal instrumento de mobilização e divulgação. Eventos convocando para os protestos, postagens contra os aumentos de passagem de ônibus ou divulgando informações, compartilhamentos de postagens de outros movimentos sociais, coletivos e grupos ligados à luta dos transportes e mobilidade urbana,¹²⁰ dentre outros, compunham um amplo e intenso tecido comunicacional. O número de curtidas na página da rede social Facebook e nos compartilhamentos em determinada postagem, o alcance de pessoas com as postagens, o número destas que marcavam presença nos eventos de protestos, bem como o conjunto das interações na referida rede social eram objeto de discussões, avaliações e monitoramento por parte dos integrantes do Tarifa Zero.

Para além da página do movimento, um grupo reservado aos integrantes no Facebook, o grupo da Frente de comunicação interna, criado desde o início do movimento, exemplifica a importância dessa ferramenta comunicacional para o Tarifa Zero. Nesse espaço os integrantes se comunicavam, produziam de maneira colaborativa, decidiam sobre o que postar, comentavam assuntos diversos conectados à luta ou à mobilidade urbana. Era o espaço que permitia, portanto, interações e produções coletivas além dos momentos de contato presencial. Posteriormente foi criado o grupo, Informes e deliberações internas, que procurou garantir maior privacidade para as interações daqueles que permaneciam internos ao grupo.

¹²⁰ É interessante perceber que por meio da página do Tarifa Zero na rede social Facebook, o movimento se conectava com da rede ativista de Belo Horizonte e até mesmo em nível nacional. Essa conexão pode indicar uma rede de múltiplas relações de solidariedade, apoio e compartilhamento entre movimentos, iniciativas e coletivos vários. Escaparia aos nossos objetivos uma análise que se dedicasse a esse tema. Dentre os coletivos, movimentos e páginas que o perfil oficial do Tarifa Zero no Facebook curte destaque: a página nacional sobre a Tarifa Zero, o Tarifa Zero.org; a página de notícias e monitoramento dos usuários sobre o transporte público de Belo Horizonte, Movinho; a página dos ativistas pelo uso das bicicletas nas cidades e por uma política de mobilidade que atenda os ciclistas, Bike Anjo BH; a página da rede de resistência e apoio às ocupações urbanas da região da Izidora, Resiste Izidora; a página de um dos maiores coletivos de Hip Hop da cidade, um dos protagonistas da ocupação cultural do centro de Belo Horizonte, Família de Rua; a página de um dos espaços culturais construídos a partir da ocupação de um casarão da região centro-sul da cidade e autogestionado pelos ativistas, a página do Espaço Comum Luíz Estrela e a página do Movimento Passe Livre (MPL) nacional, dentre outras.

Verifiquei, também, que na produção e gerenciamento das mídias utilizadas pelo Tarifa Zero havia uma espécie de especialização no interior do coletivo, de acordo com as aptidões e habilidades de determinados integrantes. Assim, por exemplo, um integrante com formação em programação e um integrante que trabalha com design gráfico eram os mais ativos nas tarefas midiáticas, o que não excluía a participação de outras pessoas. Ao contrário, todos eram incentivados a colaborar com a comunicação externa do movimento, via redes sociais. Os conhecimentos específicos para tal eram compartilhados pelos mais capacitados na área. Ou, quando foi necessário produzir as peças jurídicas utilizadas pelo movimento para contestar os aumentos de passagem de ônibus, integrantes com formação jurídica instruía e trabalhavam em conjunto com os outros em escritas coletivas e colaborativas. As atividades e aprendizados colaborativos, bem como a tendência de simbiose entre os conhecimentos advindos do mundo do trabalho e a formação acadêmica eram marcas da produção do Tarifa Zero que apareciam de maneira nítida nas redes e plataformas virtuais. Sobre estas questões irei me debruçar com mais cuidado ao longo da tese.

Do ponto de vista metodológico, o mergulho nas redes e plataformas onde o Tarifa Zero está inserido foi uma extensão natural da vivência etnográfica junto ao movimento. As interações nestes ambientes foram igualmente fontes importantes de informações e percepções sobre o movimento e compõem um material empírico significativo para esta tese.

PARTE III

SOBRE OS SUJEITOS DO TARIFA ZERO

Baldeação 2 – Um diálogo com um militante sobre o ativismo contemporâneo

Uma conversa com um militante de uma organização clássica de esquerda durante a pesquisa, um sujeito que participara de muitos protestos contra os aumentos de tarifa convocados pelo Tarifa Zero, provocou e reforçou algumas reflexões que eu vinha fazendo até então sobre o movimento. Ao conversarmos sobre o complexo contexto brasileiro, perspectivas de futuro para o campo das esquerdas, possibilidades de resistência, ação e organização, este militante enveredou por um raciocínio que procurava demonstrar o que considerava ser uma fragilidade política de muitas das movimentações que surgiram em Belo Horizonte, nos últimos anos. Ele se referia à geração de jovens ativistas que surgiu em Belo Horizonte e protagonizou, por exemplo, a Praia da Estação¹²¹ e todo um conjunto amplo de iniciativas contestatórias na cidade. Argumentava que estes jovens não possuíam inserção social nas camadas populares e tinham, por isso, conseqüentemente, relegado a tradição recente das esquerdas brasileiras do trabalho de base e da educação popular. Dizia, ainda, que se organizavam de maneira muito fluída e “frouxa”, que depositavam muita energia nas redes sociais ao invés de organizarem a população nos espaços “reais” e que não possuíam uma visão estratégica de atuação, dentre outras questões.

Ainda que todas essas questões sempre pairassem sobre minhas reflexões e ainda que eu as achasse relevantes contrapontos e críticas aos movimentos contemporâneos, eu discordava parcialmente das mesmas. Ou melhor, eu entendia as questões que ele trazia de outra maneira. Em primeiro lugar, contra argumentei que o que ele enxergava como uma fragilidade política dos movimentos recentes, algo relativo ao tipo de ação e organização que empreendem, talvez pudesse ser entendido, menos como determinada capacidade de ação de uma geração de ativistas distanciada da esquerda tradicional, e mais como uma questão estrutural mais ampla: um constrangimento e uma natureza específica do tempo histórico contemporâneo, aos quais todos nós do campo das esquerdas estávamos

¹²¹ Sobre esta iniciativa na cidade de Belo Horizonte discorro, em alguns momentos, na PARTE II desta tese.

submetidos que é, justamente, a de um tempo complexo onde os horizontes de futuro desapareceram ou, no mínimo, estavam bastante nublados ou borrados. Argumentei que esta questão, de certa forma, definia muito os imaginários e formas de ação em nosso tempo. Disse que a indeterminação do tempo histórico contemporâneo criava grandes obstáculos para a ação política, justamente por retirar dela um de seus pilares centrais, que é a projeção temporal do futuro. Ou seja, mesmo que uma organização contemple os elementos por ele apontados – trabalho de base, organização popular, organização estratégica, ideal revolucionário – não era de modo algum uma espécie de garantia de êxito da empreitada, de revolução ou algo semelhante. Pelo contrário, continuávamos a atuar procurando caminhos em meio aos destroços do presente. Paira nos ombros dos jovens ativistas que atuam nas iniciativas urbanas recentes o mesmo peso da urgência e da complexidade das lutas contemporâneas por emancipação e transformação social que paira sobre todo o conjunto das esquerdas.

E, ainda, argumentei que realmente poderíamos considerar um problema para o desenvolvimento das lutas sociais. uma parcial interdição de intercâmbios e aprendizagens entre distintas gerações que compõe o campo das esquerdas e os movimentos de contestação Disse que há muito o que aprender com a história das esquerdas, como há muito que aprender com as novas gerações ativistas e que, talvez, a potência política estaria no encontro de ambas. Um efetivo encontro e não aquele encontro que se limita a reconhecer as características e qualidades do outro; o encontro que nos faz despossuir destas mesmas qualidades para produzir algo distinto, algo que seja produto de um intercâmbio, de uma simbiose, de uma mescla. Para deixar essa posição mais sólida citei exemplos das grandes mobilizações contemporâneas pelo mundo – da chamada Primavera Árabe ao nosso junho de 2013 – e de como esses acontecimentos nos fizeram pensar padrões de mobilização e contaminação de afetos ligados à indignação e à contestação, bem como a relação destas questões com as novas tecnologias da comunicação e da informação.¹²² Citei, ainda, exemplos das iniciativas e lutas

¹²² Um exemplo importante de análise da transmissão de afetos, sentimentos e percepções pelas novas tecnologias da comunicação e informação é a produção do coletivo espanhol DataAnalysis – 15M. Este coletivo produziu um trabalho robusto sobre o padrão de mobilização na Espanha

onde percebia possibilidades de intercâmbio e encontro entre distintas gerações e modos de ser esquerda na cidade de Belo Horizonte como, por exemplo, o movimento Fora Lacerda, a iniciativa Resiste Izidora, a Assembleia Popular Horizontal e os novos coletivos anarquistas que surgiram na cidade, dentre outros.¹²³

Meu interlocutor, que atuara intensamente na iniciativa Resiste Izidora e tinha experimentado encontros significativos, concordou parcialmente comigo. Reconheceu que se não fosse a rede de proteção formada pela campanha de denúncia de despejo da ocupação, que ganhara projeção internacional, e pela presença física dos ativistas na ocupação – dormindo, contribuindo com a resistência, formando barricadas contra uma possível entrada da polícia militar - provavelmente a ocupação sofreria muita mais com todas as ameaças e processos de despejo até então. A ocupação resistia muito em função deste mesmo ativismo urbano que ele criticara. Pois bem, neste ponto do diálogo, meu interlocutor disse que realmente, em alguns momentos, exagerava nas críticas aos novos movimentos e ativistas, que ele considerava não fazer parte do espectro de ação da esquerda tradicional e, portanto, da ação revolucionária. Além disto reconhecia que, realmente, tinha questões positivas a serem consideradas no ativismo desta geração.

Respondi, repetindo que muito das críticas que ele fizera acompanhavam e eram - como ainda são - para mim um campo de tensão constante, ainda mais porque eu estava participando e pesquisando um movimento sobre o qual o tipo de críticas feitas por ele recaíam constantemente. Então, meu interlocutor disse o seguinte: “te acompanho até certo ponto mas está aí o Tarifa Zero para pensarmos estas questões. É um movimento composto por sujeitos da classe média, escolarizados, universitários sem base social popular, saca? Eu fico incomodado com isso [...]”

durante os acontecimentos protagonizados pelos assim chamados indignados – acampamentos em praças públicas por toda a Espanha exigindo, dentre outras questões, uma real democracia. Disponível em: <https://datanalysis15m.wordpress.com/author/15mdata/> - Acesso em: 12/01/2017

¹²³ Sobre a rede ativista em Belo Horizonte e a respeito das iniciativas acima mencionadas, ver a análise e o robusto inventário dos movimentos e de suas conexões em Belo Horizonte: OLIVEIRA, 2016. Há uma análise específica sobre o Resiste Izidora, a partir do capítulo intitulado “Luta Espacializada e Articulada.”

Respondi, por fim, dizendo que não considerava o Tarifa Zero como um todo homogêneo como ele descreveu, dizendo que ser de classe média por si não seria um problema, que uma parcela das classes médias sempre fizeram parte do campo de esquerdas. Falei, ainda, que se ele se aproximasse do Tarifa Zero e convivesse com os participantes do movimento perceberia algo mais heterogêneo e complexo, ou seja, se ele ajustasse a “lente de observação” para uma visão mais próxima perceberia outros elementos e questões. E por fim encerrei: “vou pensar nas questões que você me disse. Você fala de características que realmente estão presentes mas, há mais que isso no Tarifa Zero, ou melhor, ainda estou tentando entendê-los para além do que é aparente em um primeiro momento.”

No fundo, toda a minha argumentação, neste diálogo, que também era uma espécie de defesa do Tarifa Zero e de uma geração de ativistas das críticas feitas por parte da esquerda tradicional, guardava sempre a ambiguidade: de um lado, reconhecer a pertinência de muitas daquelas críticas e, de outro, apostar na potência da criação ativista que emerge nas cidades com a ação destes novos sujeitos. As fronteiras entre pesquisador e militante estavam sempre em constante mutação.

Diário de Campo, 2014

As questões que emergiram no diálogo do relato acima provocaram-me a analisar, de maneira mais detida, os sujeitos do Tarifa Zero. No entanto, é preciso salientar que escapa aos objetivos desta tese analisar com maior profundidade as relações entre as características sociais dos participantes e a natureza das práticas e da ação política que efetuam. Nos limites deste trabalho, pode-se ter em consideração a hipótese de que há uma relação entre a condição etária - majoritariamente jovens - o nível de escolarização e a existência ou não de experiências prévias de participação por parte dos membros do movimento e a forma de ser do mesmo, especificamente sobre o modo de organização e a natureza de suas práticas e de sua ação política.

Uma parte dos dados apresentados neste tópico diz respeito às entrevistas realizadas com os participantes, escolhidos conforme os critérios

explicitados na PARTE II, dedicada às questões teórico-metodológicas. No ANEXO I há um quadro onde estas informações estão sistematizadas e organizadas. Outra parte das informações diz respeito aos registros dos cadernos de campo.

1 Escolarização, formação política e qualificação para a ação política

Dos onze participantes do movimento Tarifa Zero entrevistados (as), 3 possuem trajetória de escolarização em escola pública e 8 em escola particular. Para a grande maioria dos entrevistados, a experiência escolar não aparece como algo significativo para a própria formação política. Apenas três entrevistados citaram a escola como um lugar importante neste sentido.

Estudei no Balão Vermelho, um colégio com uma proposta pedagógica diferenciada. Entrei no maternal. Era meio 'nerde'. Fiquei lá até a quarta série. Depois fui para o Einstein, que tinha uma proposta pedagógica também diferenciada. As turmas eram bem pequenas, isso super incentivava a participação. Era bem legal. Eu gostava muito de ler. Meu pai também estimulava isso também. Aprendi xadrez com cinco anos. Eu estudava muito. Sempre fui muito questionador, desde moleque. Lia biografias, lia sobre comunismo, questionava muito. No Einstein a proposta era bem participativa. Tinha alguns espaços de conversa e de elaboração conjunta. Pintar os muros da escola, essas coisas todas. Era um espaço bom. A gente debatia as coisas, questionava. Tinha eleições para representantes da turma, eu fiquei em segundo lugar (BELINE, estudante de pós-graduação na UFMG. Belo Horizonte, 14/05/2015).

Eu estudava na Escola da Serra, entrei na escola da Serra em 95 e estudei lá até 2002. A Escola da Serra era escola de petista, professores, pais de alunos. Tinha uma direção colegiada no sentido da participação, garantir a participação dos alunos. Quando era período eleitoral a escola promovia debates, trazia candidatos e pessoas dos partidos para debaterem com a gente. Se tinha pai que era do PT eles chamavam para uma atividade, se tinha pai do PSDB eles também chamavam [...] Foi uma experiência importante em minha formação (LUCIANO, mestre em história e professor de história em uma escola particular. Belo Horizonte, 19/12/2015).

Nos dois trechos acima pode-se perceber o impacto de escolas com propostas pedagógicas consideradas, por Beline e Luciano, diferenciadas para a formação política dos ativistas. Dentre os vários elementos apresentados como turmas pequenas, presença do debate político, perfil dos pais dos alunos (petistas), a qualificação de uma pedagogia diferenciada destas escolas é definida a partir dos espaços e práticas participativas oferecidas.

Já Dandara, que estudara em uma escola pública ressalta o seguinte:

Na escola participei no teatro, eu sempre puxava a galera para fazer teatro. Eu também dançava. Sempre com essa questão mais política e social. Nenhuma atuação minha, nenhum trabalho meu foi apenas por entretenimento, sempre buscava colocar no meio uma questão social. Tanto que me envolvi com a arte porque acredito que é extremamente social (DANDARA, estudante de teatro. Belo Horizonte, 06/05/2015).

Ainda que tenha vivenciado uma experiência escolar distinta de Beline e Luciano, Dandara ressalta a dimensão participativa no interior da escola como significativa para suas escolhas futuras, como o envolvimento com a arte e com questões sociais.

Esta é uma questão importante a ser ressaltada. Os espaços participativos podem ser espaços educativos privilegiados para a inserção e aprendizado da cidadania, como também dos valores democráticos, ou seja, a experiência participativa é, por sua própria natureza, uma experiência educativa e formativa.

A experiência participativa representa uma das formas de crianças e jovens vivenciarem processos de construção de pautas, projetos e ações coletivas. Além disso, a experiência participativa também é importante por permitir aos mesmos vivenciarem valores como os da solidariedade e da democracia, e por permitir o aprendizado da alteridade, ou seja, aprender a respeitar, perceber e reconhecer o outro e suas diferenças. A participação pode ser, então, uma experiência muito importante na vida dos sujeitos - um efetivo contraponto - em uma sociedade que tende para o individualismo e para o enfraquecimento das ideias, valores e práticas relacionadas à dimensão coletiva da vida social.

Escapa aos objetivos deste trabalho investigar, de maneira mais profunda, as relações entre experiência escolar e trajetórias de engajamento. De todo modo há elementos, nos depoimentos acima, que sustentam a formulação da hipótese sobre a influência que a dimensão participativa, vivenciada por Beline, Luciano e Dandara nas escolas onde estudaram, exerceu sobre suas trajetórias de engajamento. Por sinal, os três eram figuras das mais participativas no interior do Tarifa Zero, no momento de realização desta pesquisa.

No momento de realização das entrevistas, quatro dos participantes eram estudantes de graduação - direito, música, belas artes e ciências do estado, todos cursando na UFMG - e uma participante era estudante do curso técnico em artes dramáticas - CEFAR - da Fundação Clovis Salgado. Dois eram

estudantes de pós-graduação da UFMG, sendo um deles pesquisador da questão dos transportes e lutas sociais e três deles possuíam curso superior - comunicação, história e ciência da computação, sendo um deles formado em dois cursos superiores, engenharia da computação e serviço social.

Estudos contemporâneos sobre movimentos sociais (CORADINE, 2008; OLIVEIRA, 2008a; PETRARCA, 2007; SEIDL, 2008)¹²⁴ indicam que o recrutamento de militantes com conhecimento especializado é cada vez mais presente nestas organizações. Em face das exigências das complexas democracias contemporâneas, a informação e o conhecimento técnico são elementos fundamentais para a legitimação da participação, tendo em vista que os movimentos valem-se da *expertise* técnica em favor da ação militante (CASTELFRANCHI, 2016; FISCHER, 2016).

Questão semelhante foi parcialmente encontrada no movimento Tarifa Zero. Conforme será analisado páginas à frente, a alta escolarização e a qualificação técnica dos participantes do movimento foi um dos fatores que, certamente, propiciaram que o mesmo fosse reconhecido nos espaços de poder como sujeito legítimo para debater o tema dos transportes na cidade. Ou seja, esta é uma característica importante a ser destacada justamente por garantir aos participantes as capacidades, habilidades e qualificação técnica necessárias para a participação do movimento nos espaços institucionais onde se discute a questão dos transportes, e por influenciar na natureza dos discursos produzidos pelo mesmo.

Mas, diferentemente dos estudos apontados acima, não foi detectada durante a pesquisa uma intencionalidade de recrutamento militante de sujeitos com conhecimento especializado para a ação política. O que houve foram parcerias com outras organizações com qualificação técnica necessária para, pontualmente, contribuir com determinada atividade, como as ações conjuntas com a Auditoria Cidadã da Dívida.¹²⁵

¹²⁴ Trata-se de pesquisas que compõe o campo de estudos conhecido como militância. Ver nota n. 21 na PARTE I desta tese.

¹²⁵ A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fins lucrativos e aberta à participação de entidades e cidadãos. As atividades da Auditoria Cidadã da Dívida iniciaram-se logo após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado no Brasil em setembro do ano 2000, em 3.444 municípios do país, organizado por diversas entidades da sociedade civil brasileira,

A qualificação técnica a respeito da discussão dos transportes aparece no movimento a partir de características sociais prévias de alguns de seus participantes ou como necessidade da disputa no jogo político municipal. Os processos de aprendizagem decorrentes do intenso intercâmbio interno de informações e conhecimentos entre aqueles que possuíam conhecimento especializado, que se especializaram no estudo da questão dos transportes, e entre os que não possuíam, igualmente fortaleciam a dimensão da qualificação técnica por parte do movimento.

Ainda sobre os dados de escolarização dos participantes do movimento Tarifa Zero, mesmo que a partir de uma amostragem, pode-se pensar que:

a) uma parte, especialmente os que estudaram em escolas particulares, teria acesso ao ensino superior como consequência quase natural de sua trajetória de escolarização;

b) outra parte, a dos que estudaram em escolas públicas, menor que a primeira mas não inexpressiva no interior do movimento, parece compor a parcela da população que teve maiores possibilidades de acesso ao ensino superior na última década no Brasil, a partir das políticas de crédito e financiamento dos estudantes e de expansão deste nível de ensino. É o que parece, por exemplo, ser o caso, de Zê:

Sempre estudei em escola pública. Sempre morei na roça. Meu pai mexe com produção rural, principalmente leite e café. Ele é agricultor familiar. Até hoje meus pais moram na roça. Então sempre estudei em escola pública, em Heliadora, até o ensino médio. Depois resolvi estudar e não ficar na roça, tentei estudar mesmo. Fiz uma faculdade de ciências da computação. Depois que formei fiz uma pós em engenharia *web* na federal de Itajubá. (Zê, programador de sistemas na empresa COPASA. Belo Horizonte, 28/05/2015).

Saído do campo, do interior de Minas Gerais, estudante de escola pública e com desejo de obter oportunidades de estudo, a trajetória de escolarização de Zê pode estar relacionada com o aumento da escolaridade dos jovens no Brasil nos últimos anos. Isto porque, em 2003, 6% dos jovens brasileiros de 15 a 24

especialmente pela Campanha Jubileu Sul. Maiores informações a respeito desta associação em: <http://www.auditoriacidadada.org.br/quem-somos/> - Acesso em 23/01/2017. A Auditoria Cidadã da Dívida foi parceira do movimento Tarifa Zero em muitos momentos em a expertise técnica sobre auditoria em contas e contratos envolvendo empresas de ônibus e o poder municipal, bem como, nas disputas jurídicas que envolveram demandas do movimento Tarifa Zero e estes mesmos atores.

anos tinham o ensino superior completo e, em 2013, o índice para esta faixa etária, com tal nível de escolarização, subiu para 10% e para os jovens de 25 a 29 anos chegou a 19%.¹²⁶

2 A relação entre a dimensão do trabalho e o ativismo

Sobre a dimensão do trabalho três dos entrevistados, já graduados, relataram estarem em um emprego estável e com uma ocupação definida. Um deles é assistente social concursado pela Prefeitura de Belo Horizonte e atua em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em uma comunidade da cidade. Outro é professor de história em uma escola particular e o último é programador de sistemas, também concursado na Companhia de Saneamento de Minas Gerais. Além desses foram registrados outros participantes com trabalho estável participando do movimento, nas áreas da docência, serviço público e comércio. Mas, a presença de indivíduos com ocupação definida era minoritária em relação ao conjunto dos participantes.

Além dos participantes entrevistados pude perceber, a partir do campo de pesquisa que, de maneira geral, grande parte dos jovens ativistas do movimento Tarifa Zero inserem-se no mercado de trabalho em ocupações temporárias e precárias ou em projetos de pesquisa e extensão, igualmente temporários, na universidade. São *freelancers* ou, na linguagem própria do cotidiano dos mesmos, estão no “corre,” trabalhando como *designers*, fazendo logos ou materiais visuais para empresas, *bikeboys*, fazendo entregas de documentos e pequenas mercadorias, pesquisadores temporários em determinado projeto na universidade – sempre à procura de um próximo projeto de pesquisa ou extensão em que possam atuar – e professores temporários, dentre outros.

Sobre os sentidos do trabalho temporário destaca-se a condição de possibilidade para uma vida independente. Assim o trabalho aparece, para os participantes entrevistados que se encontravam na condição de estudantes de graduação ou pós-graduação, como condição para a subsistência fora da casa dos pais e familiares, para aqueles residentes em Belo Horizonte. Já no caso daqueles que vieram do interior, como uma forma de complemento à ajuda que

¹²⁶ Dados obtidos na Agenda da Juventude Brasil, 2013/SNJ. Disponível em: <https://goo.gl/VtGDbw> - Acesso em: 12/02/2017

os pais garantiam à subsistência. Apenas três dos participantes entrevistados relataram morarem com os pais e oito relataram morarem sozinhos ou com outras pessoas. Chama a atenção que os que ainda moram com os pais projetam uma saída de casa em breve, e os que moram sozinhos escolhem seus companheiros de moradia por afinidades políticas e de visão de mundo. Alguns integrantes conheceram-se no Tarifa Zero e decidiram morar juntos, o que revela que as relações de amizade e afeto construídas no interior do movimento extrapolam os momentos da ação militante. Retomarei a questão dos afetos e amizades no momento em que tratar das relações internas do movimento.

Sobre a predominância da inserção dos jovens ativistas em trabalhos temporários, flexíveis e precarizados, uma rápida consideração é necessária. Tal situação encontra correspondência no contexto mais amplo de precarização estrutural do trabalho no mundo contemporâneo, surgido mediante o processo de reestruturação produtiva em escala global a partir dos anos 70 (ANTUNES, 1999; 2005). Sobre as diversas formas de exploração do trabalho que emergem do quadro de precarização estrutural, Luciano Vasapollo informa o seguinte:

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade. O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza (VASAPOLLO, 2005, p.10).

Dentre as características das várias formas de flexibilização e precariedade do trabalho pode-se anotar, por exemplo, a questão dos salários, da função no trabalho e dos horários de trabalho. Paradoxalmente, esta última era um fator que contribuía, de certa forma, com a dinâmica do movimento. A disponibilidade de tempo proporcionada por jornadas flexíveis de trabalho – trabalho em casa, por realização de determinado serviço ou produto e na pesquisa – permitia, para uma parcela dos participantes, uma condição relativa de participação em atividades do Tarifa Zero especialmente no horário diurno.

Um segundo aspecto, igualmente paradoxal, decorrente da condição laboral precária e flexível de uma parte destes jovens ativistas, e que se relaciona com as possibilidades de atuação no movimento, refere-se aos tipos de atividade executadas pelos mesmos. Atuando em setores de produção de bens imateriais

e de serviços, estes jovens trabalhadores do conhecimento e da informação reconvertem as habilidades envolvidas nas atividades que exercem em proveito das ações do Tarifa Zero.

Assim, por exemplo, uma determinada ativista que trabalha na área da comunicação, que possui determinadas habilidades e experiência no contato com a imprensa, que escreve matérias encomendadas para determinadas mídias, utiliza seus conhecimentos e expertise em prol do movimento. Suas habilidades são utilizadas para escrever releases, para os jornais de Belo Horizonte, informando sobre determinada ação do Tarifa Zero, para mediar e subsidiar o contato com a imprensa ou para escrever determinada postagem na página de *facebook* do movimento. O tempo flexível de trabalho e a necessidade de conectividade constante permite a ela executar as atividades do movimento, ao mesmo tempo em que desenvolve sua própria atividade laboral. Um outro exemplo: uma jovem ativista que trabalha com design gráfico utiliza suas habilidades para impulsionar a produção do material gráfico e publicitário do movimento - a base de sustentação da dimensão simbólica e imagética do Tarifa Zero. E, por último, um determinado ativista, que trabalha em projetos de pesquisa e extensão ligados à questão do transporte e política urbana e produção de planos diretores municipais, utiliza seus conhecimentos e experiência para subsidiar a participação e a luta do movimento no plano institucional. A análise sobre a forma de organização do movimento Tarifa Zero trará outros elementos que indicam a relação entre especialização, conhecimentos e expertises e a inserção dos sujeitos no mesmo.

Desta maneira, assim como as características dos processos de escolarização dos jovens ativistas, a dimensão do trabalho, especificamente a condição do trabalho e dos tipos de atividade, é um elemento igualmente importante para compreendermos a dinâmica da ação militante no interior do Tarifa Zero.

3 Sobre as experiências de participação dos ativistas do Tarifa Zero

O objetivo deste tópico é o de analisar quais são as relações possíveis entre as experiências prévias de participação dos ativistas do movimento Tarifa Zero e a forma como esses sujeitos atuam no movimento. O relato etnográfico

sobre determinada ação do Tarifa Zero que está nas páginas a seguir traz uma situação vivenciada no campo de pesquisa, onde há interessantes questões a serem pensadas a respeito desta relação.

Mas, antes do relato, intitulado Baldeação – Busona sem Catracas, é preciso contextualizar rapidamente esta ação. No início do ano de 2014, alguns blocos de carnaval de rua de Belo Horizonte,¹²⁷ especialmente aqueles protagonizados por indivíduos que de alguma forma estavam conectados à rede ativista de contestação urbana na cidade, dentre eles o bloco de carnaval do Tarifa Zero intitulado Pula Catraca,¹²⁸ divulgam uma carta aberta à BHTrans¹²⁹ solicitando medidas de mobilidade urbana no período carnavalesco. Dentre essas solicitações estava a da gratuidade do transporte universal, justificada como uma oferta de alternativa real de descolamento para a população durante a festa e como medida que possibilitaria a diminuição da associação entre álcool e direção durante o carnaval. A carta foi protocolada na prefeitura e na BHtrans e não houve qualquer resposta aos pedidos nela contidos. Os blocos propõe, então, ao Tarifa Zero a oferta de um ônibus gratuito para circular durante o carnaval. Era o nascimento da Busona sem Catracas.¹³⁰ Busona, palavra feminina e não busão. Esta foi a reivindicação das mulheres ativistas para o nome da ação e prontamente atendida.

Após o carnaval de 2014, outras edições da Busona ocorreram durante a mesma festa e em outros contextos, tais como:

¹²⁷ O Carnaval de Rua de Belo Horizonte renasceu a partir da contestação social urbana protagonizada pelos diversos coletivos, movimentos e iniciativas, especialmente a partir da Praia da Estação, em 2010, que fez surgir o Bloco da Praia naquele ano (OLIVEIRA, 2012). Desde então, festa e luta, alegria e rebeldia, diversão e contestação social foram um amálgama que transformou o carnaval da cidade, até então tido como morto. Durante todos estes anos o que se viu foi um crescimento exponencial, cada ano superando o anterior em número de blocos e de participantes. Uma verdadeira explosão do carnaval de rua na capital mineira, que encontra paralelo em fenômeno parecido ocorrido em outras capitais brasileiras como, por exemplo, São Paulo. Sobre a história recente do carnaval de rua de Belo Horizonte, ver DIAS, Paola Lisboa Codo, 2015.

¹²⁸ “[...] ainda no fim de 2013, surgiu a proposta dentro do TZ-BH de se fazer um bloco de carnaval com o tema “tarifa zero”, no contexto do carnaval de rua belo-horizontino, que crescia a olhos vistos todos os anos e ainda mantinha uma proposta política de enfrentamento e ressignificação do espaço público. A proposta gerou a Associação Carnavalesca Antitarifária Pula Catraca! ou simplesmente bloco “Pula Catraca!” que buscou, não sem certa dificuldade, formar uma bateria e desfilar em algum dia do carnaval da cidade” (VELOSO, 2015, p. 238).

¹²⁹ Carta Carnaval e Mobilidade disponível em: <http://on.fb.me/1h2fLTw> - Acesso: 23/02/2017.

¹³⁰ Detalhes e pormenores sobre a história da Busona sem Catracas e análise desta ação ver: VELOSO (2015, p. 242-252).

- circuitos das ocupações urbanas em 2014 - disponibilizando transporte gratuito para que moradores das várias ocupações urbanas da cidade pudessem visitar uns aos outros com o objetivo de estabelecer contatos e trocar experiências;¹³¹

- transporte gratuito entre o local de dispersão da Marcha das Vadias¹³² e a festa junina da Ocupação Urbana Guarani Kaiowá;¹³³

- ação no Dia Mundial Sem Carros,¹³⁴ ofertando um ônibus gratuito durante certo período do dia entre o centro de Belo Horizonte e uma região mais distante do mesmo, a estação de ônibus do Barreiro, também em 2014. Esta foi a primeira edição da Busona que estava ligada ao cotidiano da população, de maneira geral;

O relato que segue relaciona-se a uma edição da Busona sem Catracas ocorrida em novembro de 2014, ligando o centro de Belo Horizonte ao centro de Contagem.

Baldeação 3 – “Busona sem catracas” entre Belo Horizonte Contagem

Estávamos muito empolgados com a ação que aconteceria naquela sexta- feira, dia 7 de novembro de 2014, pois era uma das intervenções na cidade que mais contagiava o coletivo antitarifário. Era o dia da primeira viagem metropolitana da Busona sem Catracas entre Belo Horizonte e a

¹³¹ Ação conjunta do Tarifa Zero junto a movimentos de luta por moradia em Belo Horizonte, tais como Movimento de Luta em Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e Brigadas Populares. O ônibus foi custeado através de doações, rifas e recursos provenientes de venda de camisetas.

¹³² “A *Marcha das vadias* é um protesto feminista que ocorre em várias cidades do mundo. Começou em Toronto, em 2011, como reação à declaração de um policial, em um fórum universitário sobre segurança no *campus*, de que as mulheres poderiam evitar ser estupradas se não se vestissem como *sluts* (vagabundas, putas, vadias). Reconhecendo nesta declaração um exemplo amplamente aceito de como a violência sexual é justificada com base no comportamento e corpo das mulheres, a primeira *Slutwalk* de Toronto teve como principais bandeiras o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos” (GOMES, SORJ, 2014. p. 437).

¹³³ A Ocupação Guarani Kaiowá surgiu em março de 2013, em um terreno ocioso por mais de 30 anos, no bairro Ressaca na cidade de Contagem. Atuam hoje duas organizações nesta ocupação: as Brigadas Populares e a Frente Terra e Autonomia (FTA).

¹³⁴ O Dia Mundial sem Carro é uma data internacional que ocorre no todo dia 22 de setembro, em várias cidades do mundo, com o objetivo de estimular e dar visibilidade ao problema da mobilidade urbana nas cidades e ao uso excessivo e dependente do automóvel.

cidade vizinha, Contagem. Uma Busona então com ares de novidade, o que elevava a expectativa coletiva.

A previsão era a de que a Busona rodasse de 17:00hs às 20:00hs. Não se sabia qual quantidade de viagens seria possível realizar nestas três horas. A intuição coletiva era a de que o trânsito entre as duas cidades poderia ser o grande obstáculo e o consenso era o de ir e voltar quanto fosse possível. O trajeto fora escolhido através de uma consulta prévia, feita através de contatos com os moradores de Contagem pela rede social Facebook.

O trabalho de preparação da ação durante a semana foi grande. Maria, a designer gráfica ativista oficial do Tarifa Zero, produziu um mapa para divulgar a Busona e informar a população sobre o trajeto. Dois dias antes nos reunimos tarde da noite para preparar o grude e colar cópias dos mapas com o trajeto da Busona nos pontos do centro de Belo Horizonte, onde a linha que vai para o centro de Contagem passa.



FIGURA 4: Mapa com o trajeto Busona BH – Contagem. Fonte: Página de facebook do Tarifa Zero

Nos dois dias que antecederam a ação também foram realizadas panfletagens nos mesmos pontos de ônibus, reforçando a divulgação para a população sobre a passagem de um ônibus gratuito na sexta-feira. Durante a

semana a imprensa foi contatada e *releases* sobre a ação foram produzidos e enviados. Um evento na página de facebook do Tarifa Zero também foi criado. Já estava tudo acertado com o motorista e dono do ônibus que se transformaria em Busona sem Catracas - mesmo fora alugado com recursos provenientes de uma parceria do movimento com a Nossa BH.¹³⁵

Nos encontramos no início da tarde para caracterizar o veículo que algumas horas depois transportaria os sonhos do direito ao transporte gratuito e universal e de uma cidade justa e humana para todos. Um letreiro com as cores do movimento Tarifa Zero, indicando o trajeto, foi colado na parte superior do para-brisa do ônibus e uma placa colada na parte inferior frontal indicava que ali a viagem era com tarifa zero. Nas duas laterais foram colocadas faixas com a mesma indicação.

FIGURA 5: Caracterização frontal da Busona sem Catracas Centro – Contagem.



Fonte: grupo de *whatsapp* do movimento Tarifa Zero

¹³⁵ A Nossa BH é uma organização não governamental cujo objetivo é monitorar o poder público municipal, fomentar espaços de diálogo entre diversos atores sociais em Belo Horizonte em busca de “comprometê-los com uma agenda e um conjunto de metas cujo foco é a construção de uma cidade mais justa, democrática e sustentável.” Disponível em: <http://nossabh.org.br/quem-somos/historia-missao/> - Acesso em: 12/02/2017. No caso específico do custeamento da Busona, a Nossa BH repassou recursos para coletivos e movimentos ligados à questão da mobilidade urbana, para que os mesmos realizassem ações na “Semana da Mobilidade”, evento ligado ao Dia Mundial Sem Carro.



FIGURA 6: Caracterização frontal da Busona sem Catracas Centro – Contagem. Fonte: grupo de Whatsapp do movimento Tarifa Zero.

Pontualmente o ônibus iniciou a viagem as 17:00hs. Em cada ponto do centro de Belo Horizonte um ativista descia com um megafone chamando os passageiros para entrar no ônibus gratuito e o restante panfletava. A recepção da população variava entre a incredulidade, a desconfiança e o apoio. Muitos perguntavam se não teriam que pagar mesmo, outros perguntavam o que estava acontecendo, se era um agrado de alguma empresa ou político, e alguns diziam que viram os mapas colados no ponto informando que haveria um ônibus gratuito na sexta e que não entenderam o que ali se passava. Muitos perguntavam sobre o trajeto e se o ônibus realmente iria para Contagem. Ainda que com dúvidas e desconfianças poucas eram os passageiros que não entravam no ônibus. Todos manifestavam satisfação em economizar o valor de R\$4,50 correspondente ao preço da tarifa do ônibus que ligava as duas cidades com percurso semelhante ao da linha regular.¹³⁶ Passado o centro de Belo Horizonte o

¹³⁶ O trajeto feito pela Busona, similar ao da linha 2550 Contagem/Alvorada/Belo Horizonte, após sucessivos aumentos anuais custa para o passageiro, em 2017, R\$ 5,60. Ou seja, após três anos, o valor da tarifa subiu cerca de 25%, algo superior à inflação acumulada no período. Ver tabela de reajuste comparativo – 2014 – 2017 – Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER – MG). Disponível em: <https://goo.gl/eOJx4L> - Acesso em: 10/03/2017.

ônibus estava com todos os assentos ocupados. Com a Busona cheia decidimos não mais parar para embarque mas apenas nos pontos mediante a solicitação dos passageiros que estavam embarcados.

Era chegado o momento da conversa mais detida e aprofundada com as pessoas sobre as razões daquela ação. A inclinação dos ativistas era a de ir conversando com as pessoas de maneira mais próxima, lado a lado, chegando próximo a cada assento. A ideia era também ouvir o que eles tinham a dizer sobre o transporte coletivo, suas reclamações, queixas e necessidades.

Achei a ideia interessante mas pensei que uma intervenção inicial por parte do movimento era necessária. Uma intervenção forte com cunho de mobilização e agitação política, que marcasse a visibilidade do movimento Tarifa Zero, que denunciasses as injustiças que a população sofre na cidade, especialmente no dia a dia da locomoção urbana, que explicasse a luta pelo transporte como direito social e sinalizasse para a necessidade da organização popular, que explicasse o potencial transformador da tarifa zero e que contagiasses a todos com este sonho. Eram estes os pensamentos que me dominavam naquele momento. Era o militante sobrepondo-se ao pesquisador, o sentimento e a disposição ativista assumindo o lugar central. Não foi a primeira nem a última vez que meus papéis, de pesquisador e militante, se confundiram ao longo do campo de pesquisa.

Pois bem, prontamente passei a estimular o Tarifa Zero a fazer uma intervenção inicial com as questões apontadas acima. Todos também prontamente concordaram, acharam a ideia ótima e necessária mas surgiu a questão: quem iria realizar a intervenção? Para minha surpresa ninguém se dispôs: “acho massa demais mas não tenho esta habilidade”; “sou tímido, não tenho perfil para falar assim não”; “acho que não sei fazer isso com o povão, contagiar as pessoas” disseram outros. Eu insistia dizendo: “estamos fazendo aqui uma ação fantástica com a população, vocês dominam a discussão e as questões sobre o transporte, são capazes de encarar os vereadores na Câmara Municipal, vocês são capazes de fazer uma fala aqui sim!” Minha insistência não surtiu efeito. A resposta foi: “é você Igor que tem de fazer,

“você que sabe fazer isso”; “vai lá Igor, você tem essa experiência, faz a fala”. Aceitei sem resistência e falei. Houve aplausos, elogios ao movimento e comentários dos passageiros. Uma conversa coletiva surgiu e a viagem na Busona seguiu agora com as questões mais nítidas para todos.

A lentidão do trânsito permitiu que muitas conversas lado a lado acontecessem ao longo do trajeto, conforme planejado. Chegamos em Contagem já no início da noite. Decidimos comer alguma coisa rapidamente e fazer o retorno para Belo Horizonte. O número de passageiros na volta para Belo Horizonte foi menor, já era noite.

Diário de campo, 2014

Quando de seu surgimento, em meio aos desdobramentos dos grandes protestos de junho de 2013, o movimento Tarifa Zero era composto por um conjunto de indivíduos e grupos que participavam do GT de Mobilidade Urbana da Assembleia Popular Horizontal (APH) que podem ser classificados da seguinte maneira:¹³⁷

1– Campo Libertário: jovens ativistas participantes de coletivos, iniciativas e movimentações que abarcava o campo dos anarquismos¹³⁸ e que produziam ações coletivas contestadoras sobre a questão urbana;

2 – Esquerda tradicional: jovens militantes de organizações baseadas em concepções leninistas de partido - direção hierarquizada em um órgão decisório central (comitê central ou secretariado geral), centralismo democrático e entendimento do partido como vanguarda revolucionária. No momento de surgimento do Tarifa Zero, organizações como o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), a Liga Estratégica Revolucionária (LER-QI), o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) eram as mais presentes;

3- Ativistas e militantes de outras organizações: jovens militantes de grupos ou coletivos não leninistas que atuam no interior de partidos de esquerda, como o coletivo Isegoria do PSOL,¹³⁹ grupos de pesquisa engajados com a questão urbana e organizações como a Auditoria Cidadã da Dívida;

¹³⁷ Em sua dissertação de mestrado, Veloso (2015, p. 235), utiliza os quatro tipos de categoriais que produzi em meu mestrado para analisar a Praia da Estação (OLIVEIRA, 2012) com o objetivo de classificar os participantes do Tarifa Zero. Ele ainda acrescenta mais uma, que define como “esquerda clássica”. Utilizo e adapto duas categorias que produzi em meu mestrado e nomeio a categoria esquerda clássica utilizada por Veloso como esquerda tradicional.

¹³⁸ No debate do anarquismo contemporâneo, temos o que Bookchim (2010) definiu como sendo os dois polos de tensão entre os libertários: de um lado o “anarquismo social” ligado a sindicatos, movimentos de trabalhadores e movimentos sociais e de outro o “anarquismo de estilo de vida” ligado, segundo o autor, a estilos de vida das culturas juvenis, hábitos de vida, práticas cotidianas etc. Bookchim (2010) identifica no anarquismo de estilo de vida reverberações das teorias sociais pós-modernas e, conseqüentemente, o abandono de perspectivas de transformações gerais da sociedade. Já Woodcock (2002) salienta que um dos aspectos mais interessantes do que ele chama de neoanarquismo é justamente ele ser sustentado por uma juventude que faz com que as ideias anarquistas penetrem em amplas esferas da vida social para além do mundo do trabalho - em várias dimensões onde existem relações de poder, autoridade, opressão e submissão, ou seja, fazem com que as ideias anarquistas penetrem na vida cotidiana (PASSETTI, 2003). Em minha dissertação de mestrado analiso a história recente das iniciativas do campo libertário na cidade de Belo Horizonte.

¹³⁹ A respeito deste coletivo que atuava no PSOL, ver maiores informações à frente.

4- Cidadãos engajados: jovens e indivíduos que não se encaixam nas três categorias citadas e que vislumbraram no Tarifa Zero uma oportunidade de participação em um movimento social que representava uma continuidade dos grandes protestos. Agrupo nesta categoria tanto indivíduos com experiência prévia de participação, quanto os que se identificaram com o Tarifa Zero e se tornaram ativistas a partir da mobilidade urbana a partir de então.

. Passado cerca de um ano do surgimento do Tarifa Zero os ativistas e militantes classificados nas duas primeiras categorias, o campo libertário e a esquerda tradicional, não estavam mais presentes no cotidiano do movimento. Os primeiros romperam com o Tarifa Zero ainda no início de 2014 e posteriormente formaram outro coletivo, o MPL - BH, ligado ao Movimento Passe Livre Nacional.¹⁴⁰ E os segundos, voltaram a se aproximar do movimento nos pontuais momentos de preparação para os protestos contra os recorrentes e anuais aumentos de tarifa.

No momento de realização desta pesquisa, então, o Tarifa Zero era composto por indivíduos que estiveram presentes desde a origem do movimento, classificados como ativistas e militantes de outras organizações e cidadãos engajados, e por uma parcela de novos integrantes que entraram no movimento ao longo do ano de 2014 e 2015. A forma de ser do movimento - organização, práticas, repertório de ações - registrada por mim no campo de pesquisa refere-se, então, à ação destes sujeitos que permaneceram ou que entraram no movimento Tarifa Zero posteriormente. A ideia que trabalharei de maneira rápida neste subtópico refere-se à possível relação entre as experiências prévias de engajamento destes sujeitos, ou seja, a experiência ativista e militante acumulada em outros espaços, movimentos e iniciativas, e sua possível influência na ação presente dos ativistas no interior do Tarifa Zero. O conceito que utilizo para investigar este aspecto é o de capital militante, tal qual elaborado por Matonti e Poupeau:

Incorporado sob forma de técnicas de disposições a agir, intervir ou simplesmente obedecer, ele cobre um conjunto de saberes e de *savoir-*

¹⁴⁰ Tensões e conflitos entre anarquistas e demais integrantes do movimento Tarifa Zero ganharam contornos mais fortes no ano de 2014, quando a energia e o vigor contestatório dos protestos do ano anterior diminuíram na cidade. Escapa às delimitações e objetivos deste trabalho analisar os pormenores destes conflitos. Outros estudos e pesquisas posteriores sobre o desenrolar das lutas em torno da mobilidade urbana em Belo Horizonte poderão se dedicar a tal análise.

faire mobilizáveis em ações coletivas, lutas inter ou intrapartidárias, mas também exportáveis, conversíveis em outros universos, portanto suscetíveis de facilitar certas reconversões (MATONTI, PUPEAU, 2004. p.6. Apud. SEIDL, 2014, p.4).

De maneira geral, os grandes protestos de junho de 2013 e seus desdobramentos marcaram a experiência ativista de toda uma geração e podem ser pensados como um reservatório de intensos e profundos aprendizados e de capital militante. O impulso e a energia para a ação direta nas ruas, a disposição para o enfrentamento com as forças de segurança, o aprendizado na lida com o Estado e suas instituições, dentre outras questões, são características presentes nos participantes do Tarifa Zero que certamente possuem relação com os grandes protestos. No entanto, a partir de minha convivência com os integrantes do movimento, percebi que a compreensão de muitas das práticas e posturas dos ativistas no movimento Tarifa Zero poderiam estar relacionadas com experiências de engajamento anteriores a junho de 2013 ou com a ausência destas mesmas experiências. E, ainda, há que se levar em consideração que a experiência do incendiário junho não foi vivenciada por todos de maneira homogênea. Houve aqueles que a viveram intensamente, outros que participaram pontualmente e ainda aqueles que vivenciaram aqueles acontecimentos à distância, mediados tanto pela cobertura da imprensa quanto pela intensa socialização nas redes e conexões da internet –aqueles que ainda não viviam na capital mineira em 2013 ou que estavam morando em outras cidades no período.

O espectro de junho e o impulso e a visibilidade que aquele acontecimento conferiu aos movimentos envolvidos com a questão da mobilidade urbana e dos transportes, continuaram a povoar o cenário do ativismo urbano e a permear o imaginário de jovens com disposição para o engajamento. Ademais, especificamente, as ações e a pauta do Tarifa Zero, luta contra o aumento das tarifas, luta pelo transporte como direito social e luta por uma outra cidade, encontrava solo fértil nos corações e mentes de uma parcela de jovens que experimentaram, de maneiras diversas, a ebulição social materializada nos grandes protestos de 2013. Ou seja, o Tarifa Zero representava, então, na cidade de Belo Horizonte, uma das experiências mais visíveis de continuidade dos grandes protestos que continuava a atrair jovens que possuíam o desejo de participar da contestação social que se desenrolava no município. Ele era um

lócus possível de envolvimento com as lutas sociais. A forma organizativa do movimento, conforme será analisado no tópico a seguir, facilitava a aproximação de novos integrantes. Nesse sentido, durante o trabalho de campo percebi que, para uma parcela dos jovens, o Tarifa Zero era a primeira experiência de participação e engajamento em um movimento social de maneira significativa e regular. Eram jovens com pouca experiência acumulada de participação e reduzido capital militante. Os depoimentos de duas participantes que entraram no movimento Tarifa Zero em meados de 2014, são exemplos destes aspectos. Assim, por exemplo, Dandara indica que:

Não participei de grêmios na escola. Eu nunca participei de nenhum movimento específico. Mas se tinha uma manifestação, por exemplo, contra Renan Calheiros eu estava. Sempre participei desses pequenos atos, mas como cidadã. Em junho eu participei de algumas coisas. Fui num protesto, respirei muito gás, chorei de pânico, de raiva, de emoção, de tudo. Fui em poucas assembleias porque eu estudava teatro à noite. Eu acompanhei muito pela internet, tudo, ficava muito envolvida e com muita vontade de fazer alguma coisa mais forte. O Tarifa Zero é o primeiro movimento que eu participo mesmo, que estou dentro assim para valer (DANDARA, estudante de teatro. Belo Horizonte, 06/05/2015.)

E Maria, com uma experiência semelhante, diz o seguinte:

Eu nunca me envolvi com movimentos sociais. Eu tinha vontade, mas não me interessava por partidos. E isso ficou bem forte depois das manifestações de junho. De que a gente pode fazer política indo para a rua, manifestando, fazendo uma ação popular. Junho eu acompanhei pela internet lá em Itaúna e fiquei doidinha. Logo depois das manifestações é que eu vim morar em BH. Meu primeiro dia aqui (em Belo Horizonte) já cai numa ocupação na prefeitura. Falei, nossa, BH é muito legal! Comecei a colar nos movimentos de esquerda. Meu primo participava do Tarifa Zero e foi a partir daí que eu conheci o movimento e passei a colar também... até hoje! (MARIA, estudante na escola de Belas Artes, designer gráfica. Belo Horizonte. 09/04/2015).

Os depoimentos das duas ativistas representam tipos e exemplos comuns de uma parcela de jovens que se engajou no Tarifa Zero com o decorrer do tempo. Também indicam desejos de engajamento, o impacto dos protestos de junho na ampliação desses desejos de participação e um processo de socialização política¹⁴¹ mediado pelas novas tecnologias da comunicação e da

¹⁴¹ TOMIZAKI; CARVALHO SILVA; SILVA (2016, p.938) definem assim o que entendem por socialização política: “a *socialização política*, por sua vez, é uma das dimensões do processo de socialização, e diz respeito especificamente à transmissão e à aquisição de valores, condutas, percepções e preferências sobre política. Sendo assim, podemos afirmar que todo indivíduo é socializado politicamente, embora as características e efeitos desse processo possam variar enormemente: em um plano micro, segundo a origem social, trajetória familiar, nível de instrução,

informação. Os processos de socialização política vivenciados pelas duas por meio da internet dialogam com o quadro contemporâneo mais geral, onde o debate político e as demandas por uma sociedade mais justa circulam por meio de redes sociais:

Nesse sentido, o processo de socialização estaria, atualmente, ocorrendo em circunstâncias diferentes, nas quais a internet aparece como mecanismo central de outro tipo de socialização política. Ao aumentar a comunicação, além de unir grupos e indivíduos diferentes que nunca haviam tido contato anteriormente, a internet possibilita aos jovens assumirem comportamentos e causas de natureza social e política de seu interesse [...] (BAQUERO, BAQUERO, MORAIS, 2016, p.989)

As novas tecnologias da comunicação e informação e as redes que delas emergem são então um locus onde sujeitos se encontram, constroem relações, entram em contato com causas sociais, debatem e interagem com um universo simbólico ativista que passa a ser constituinte de suas subjetividades. O processo de socialização política, neste caso, é delineado pelo movimento pendular, sempre constante, entre as dimensões *on/off-line* por onde trafegam os indivíduos. Conforme reflete Juliana Batista dos Reis, na conclusão de sua tese de doutorado sobre os processos de socialização dos jovens mediados e constituídos no ciberespaço e a relação dos mesmos com o ativismo urbano:

Múltiplas dobras entre espaço público e ciberespaço se evidenciam na contemporaneidade. A arena digital tem se mostrado como espaço convergente para as reflexões sobre o urbano como espaço público. Essas dobras ressoam em formas híbridas de ocupações de coletivos juvenis que narram os conflitos urbanos, reivindicam o direito à cidade na amálgama de encontros, discussões e agenciamentos *on/offline* (REIS, 2014 p.203).

Já para outra parte dos integrantes - uma parcela dos ativistas que integravam o Tarifa Zero desde seu início - identifiquei a existência de experiências prévias de participação que, a despeito das diferenças, possuíam um traço comum: constituem experiências marcadas pelas práticas das formas contemporâneas de contestação social tais como formas de organização horizontais, organização em rede e relação intensa com a internet.

ocupação ou profissão dos indivíduos; e em um plano macro, em função de determinadas conjunturas econômicas, sociais e políticas”.

A participação no movimento estudantil foi marcante como processo de formação política para alguns dos entrevistados. Helena, estudante de direito, aponta a participação no movimento estudantil e em um coletivo de advogados populares em Belo Horizonte, o coletivo Margarida Alves,¹⁴² como centrais em sua formação política:

O início de uma formação política, e de concretizar as coisas que já tinha em mim, de dar maior densidade, foi dentro da diretoria de extensão do CAAP,¹⁴³ que tinha muita base freiriana. Estudávamos muito o papel da universidade e da extensão. Sempre tivemos uma atuação teórica e prática. Era muito interessante. Sobressai muito dentro do CAAP e me tornei presidenciável para o CAAP. Ganhamos as eleições e fizemos a gestão em 2012. Foi uma revirada na minha vida completa. Em 2012 eu estive de sete e meia da manhã às onze da noite, todo dia abrindo e fechando o CAAP. A gente tinha apreendido, na diretoria de extensão, os princípios da horizontalidade e da rotatividade, que até hoje a gente discute. Eu queria aplicar isso para a gestão. Mas foi muito difícil. No meio da gestão a gente rachou. Foi um aprendizado importante... Daí entrei para o Margarida Alves no dia que a gestão de 2013 tomou posse, porque eu também pensava que tinha que estar em algum lugar para conseguir sair do CAAP. O Margarida Alves me abriu portas para ter outras experiências políticas. De aprender muito sobre as questões de direito à cidade, que eu já estava aprendendo no CAAP, mas que foi outra forma de abordar isso (HELENA, estudante de direito. Belo Horizonte, 09/04/2015).

Helena indica, em seu depoimento, dentre outras questões, a intensidade marcante de sua experiência no movimento estudantil universitário e os conflitos vivenciados a partir da tentativa de introduzir princípios organizativos, como os da horizontalidade, que apontam para a forma de ser dos movimentos e iniciativas contestatórias contemporâneos. Uma outra experiência, a de Marcelo, indica a vivência destas formas contemporâneas de mobilização e organização de maneira mais nítida:

No Ocupa de 2011 tinha um amigo que por acaso resolveu me ligar no dia que ocuparam a Praça da Assembleia de Belo Horizonte. Foi o primeiro contato interessante com o movimento autonomista, com o Anonymus, com ciberativismo. Foi um contato legal, ficamos lá ocupados, foi muito cansativo, foram dois meses. Eu dormia lá, passava o fim de semana, passava o dia no sol, montamos barracas, quando chovia alagava tudo. A galera era totalmente nova. Ninguém de movimento social tradicional. O dia da ocupação foi uma chamada

¹⁴² “O coletivo Margarida Alves (CMA) surgiu em 2012, na cidade de Belo Horizonte/MG, com o objetivo de prestar assessoria jurídica popular a movimentos sociais, ocupações urbanas, comunidades tradicionais e coletivos organizados, dentre vários outros grupos que politizam as relações sociais no campo e na cidade. Realizando um trabalho voltado para a defesa e efetivação dos Direitos Humanos que não se limita ao acesso ao poder judiciário, o coletivo estende sua atuação para a educação popular e a formação jurídica e política das comunidades e grupos assistidos, com quem trabalha em relações de solidariedade e parceria.” Disponível em: <http://www.coletivomargaridaalves.org/> - Acesso em: 10/02/2017.

¹⁴³ Centro Acadêmico Afonso Pena da Faculdade de Direito da UFMG.

global, o 15 O. A história era assim: a primavera árabe, Espanha 15M, Occupy Wall Street em setembro e a chamada de ocupar do 15 de Outubro. O pessoal era muito novo. Eu sentia a necessidade de englobar outros atores, outros setores da esquerda. Eu fiquei satisfeito de encontrar gente muito nova. O debate político era difícil embora existisse. Tinha debate de esquerda sobre educação, sobre corrupção, mas por não ter a presença de figuras com acúmulo de debates, o debate lá não ocupava muito tempo. E também estávamos muito pautados pela sobrevivência. Muito tempo investido nas assembleias para definir como montar a barraca para não molhar quando chover. Mas por outro lado, um voluntarismo muito grande, disposto a ficar o dia todo. Tinha meninos de 14 anos segurando a onda... o fato de estar muito voltados à sobrevivência atraiu para o Ocupa um pessoal de ecovilas, de produção e relação com alimentos. Acabou porque tinha desmobilizado o mundo inteiro, faltava a nossa! E acabou daquele jeito vamos desocupar a Praça, mas vamos ocupar a internet, muitos continuaram mobilizados. Tem uma galera nova dessa época que voltou em 2013 com o gás total! (MARCELO, assistente social. Belo Horizonte, 15/04/2015).

Marcelo destaca a participação em uma experiência influenciada pelo ciclo global de lutas sociais que emergiu no ano de 2011 - Primavera Árabe, Indignados espanhóis e Occupy Wall Street nos EUA - como uma experiência de participação significativa anterior ao Tarifa Zero. As ocupações de praças públicas no Brasil surgiram em várias cidades a partir de uma chamada global por democracia real em 15 de outubro de 2011, o 15 – O,¹⁴⁴ e mobilizaram especialmente uma geração de jovens conectados nos círculos e redes ciberativistas, como os Anonymous.¹⁴⁵ Tal experiência teve pouca repercussão e visibilidade em Belo Horizonte mas, de toda forma, parece ter indicado não só um modismo importado de outros países e sim a expressão do desejo de participação das novas gerações. Assim como foi para Marcelo, estas experiências podem ser encaradas como laboratórios de formação política para uma parcela de jovens urbanos conectados nas redes ciberativistas.

Dos participantes entrevistados, apenas dois, Beline e Luciano, envolveram-se com a militância em torno da questão dos transportes

¹⁴⁴ Sobre o 15 – O e o acampamento em Belo Horizonte ver: <https://goo.gl/cevZAw> - Acesso em 11/02/2017.

¹⁴⁵ Anonymous não pode ser entendido como um agrupamento formal e unificado de indivíduos e talvez sim como uma ideia heterogênea da qual compactuam hackers, ativistas, militantes, intelectuais de esquerda, estudantes e profissionais ligados às áreas da ciência e tecnologia. Desde pelo menos o ano de 2005 diversas operações de invasão de *sítes* em protesto a favor das mais diversas causas sociais, tendo como alvos principais governos e mega corporações empresariais e financeiras, foram assumidas pelos Anonymous. Tomando como símbolo a máscara do personagem histórico Guy Fawkes, popularizado pela novela gráfica "V de Vingança" e posteriormente pelo filme de mesmo nome, os ativistas dos Anonymous constituíram-se como uma referência significativa de contestação social global, especialmente para os setores mais jovens. Disponível em: <http://www.anonymousbrasil.com/> - Acesso em: 10/02/2017.

anteriormente ao Tarifa Zero. Eles estiveram ligados às mobilizações estudantis pelo Passe Livre e contra o aumento de passagens ao longo da década dos 2000. Ambos também participavam, no momento de realização da pesquisa, de um coletivo no interior do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com características específicas que contrastavam com as demais correntes políticas no interior do partido. O PSOL organiza-se através de distintas correntes políticas, muitas delas oriundas do PT ou criadas a partir de fusões de diferentes grupos políticos do espectro partidário da esquerda tradicional. No caso específico, os jovens participavam do coletivo Isegoria,¹⁴⁶ que possuía uma origem distinta, sendo composto por jovens militantes que se organizavam de maneira horizontal, conectados com a rede ativista urbana e com as iniciativas de contestação social protagonizadas pelo ativismo contemporâneo na cidade de Belo Horizonte. A forma de ser do coletivo Isegoria, então, contrastava com as demais correntes compostas por militantes experientes e longevos, oriundos do movimento sindical e do Partido dos Trabalhadores, bem como das correntes políticas que se organizam a partir de concepções leninistas de partido. Um deles chegou a ser candidato duas vezes - a vereador em 2012 e a deputado estadual em 2014 - tendo como uma de suas principais bandeiras a questão da gratuidade dos transportes e o problema da mobilidade urbana.

Podemos pensar esses exemplos de experiências prévias de participação de uma parte dos jovens como um reservatório de saberes e conhecimentos a serem mobilizados na atuação no movimento Tarifa Zero. Registrei que o capital militante que os mesmos foram adquirindo ao longo de suas trajetórias de participação, apareceu em vários momentos como na organização e condução dos protestos de rua, na capacidade de planejamento de determinada ação, na habilidade discursiva e de argumentação, na habilidade do contato com a imprensa, na capacidade de negociação com outros movimentos e na postura combativa nos espaços institucionais. No relato “Baldeação 3 - Busona sem Catracas”, estes aspectos podem ser nitidamente percebidos.

¹⁴⁶ O Isegoria teve origem a partir de um núcleo do PSOL na UFMG, e foi fundado em 2010, durante a campanha de Plínio de Arruda Sampaio. O coletivo existiu por cerca de quatro anos e, após embates no interior do partido envolvendo as disputas pela direção estadual, foi dissolvido no ano de 2015. Mais informações sobre o Isegoria e sua história em: <https://goo.gl/YSCCDv> - Acesso em: 12/02/2017

No entanto, é necessário anotar e refletir, também, a respeito de aspectos que podem ser entendidos como uma espécie de ausência de determinadas habilidades, conhecimentos e práticas, na ação destes mesmos ativistas. A respeito desta questão, anotamos no campo de pesquisa vacilações e dificuldades quando determinada ação envolvia a necessidade de mobilização, agitação política e trabalho militante especialmente junto às camadas populares, trabalhadores e população em geral. Também no relato que compõe a Baldeação 3 - Busona sem Catracas, há elementos para pensar sobre tal questão quando, por exemplo, descrevi a situação onde houve dificuldade, por parte do Tarifa Zero, em realizar uma comunicação mobilizadora e forte, no sentido de uma agitação política, junto à população naquela ação.

Em outras palavras, o que percebi como uma ausência na ação dos jovens ativistas do Tarifa Zero refere-se a determinado repertório de práticas e habilidades que delineiam a história dos movimentos sociais e lutas populares em nossa história recente - o conjunto de lutas e movimentos sociais ao qual nos referimos na PARTE I desta tese. Duas hipóteses correlacionadas podem ser sugeridas a este respeito.

A primeira delas remete à questão de que as experiências prévias de participação destes jovens tenham se dado em trajetórias de socialização política entre pares etários que compartilham valores, práticas, posturas e vivências comuns. Algo como a experiências ativista em uma mesma e situada unidade de geração ativista. Mannheim, ao teorizar sobre o problema sociológico das gerações, explica que uma unidade de geração, dentre outras questões, implica em:

[...] a unidade de geração tende a impor um vínculo muito mais concreto e constringente sobre seus membros por causa do paralelismo de reações que ela envolve. Na realidade, tais atitudes integradoras partidárias, novas e abertamente criadas, que caracterizam as unidades de geração, não surgem espontaneamente, sem um contato pessoal entre indivíduos, mas dentro de grupos concretos onde a estimulação mútua em uma unidade vital estritamente tecida provoca a participação e capacita-os a desenvolverem atitudes integradoras que fazem justiça às exigências inerentes à sua situação comum (MANNHEIM, 1982, p. 90).

Ou seja, a hipótese é que os processos de socialização política destes jovens, construídos em círculos ativistas concretos e restritos e entre sujeitos

com vivências iguais ou semelhantes, constituíram um capital militante igualmente restrito a estes círculos, mobilizável em determinado contexto e conjunto de situações. Tal capital militante era mobilizado de forma, pode-se dizer, exitosa, quando determinada ação referia-se a um contexto onde este mesmo capital fora forjado.

Assim, por exemplo, em ações junto a outros jovens ativistas ou sujeitos que compartilham valores e universos simbólicos e culturais semelhantes, ou em situações que envolvem as instituições e o poder constituído, a capacidade de diálogo, mobilização, comunicação e prática ativista encontrava terreno seguro e conhecido por parte dos ativistas do Tarifa Zero. Já quando a ação envolvia outros sujeitos estranhos a este mesmo contexto de vivências, práticas e valores, pertencentes a outros contextos geracionais, os jovens ativistas encontravam cenários distintos, que impunham certas dificuldades no desenvolvimento de determinadas práticas militantes.

Um outro elemento pode ser pensado como um aspecto que reforça a socialização entre iguais vivenciada por esses jovens: a socialização nas redes sociais virtuais. Os “nativos digitais, jovens que se comunicam e vivem suas relações sociais de uma forma diferente de gerações anteriores” (BARQUERO, BARQUERO, MORAIS, 2016, p. 992) tendem a vivenciar processos de socialização cada vez mais entre iguais, na medida que a ideia da internet como ágora pública ou aldeia global se desfaz nos processos concretos. A internet colonizada pela lógica do mercado vale-se cada vez mais de algoritmos e filtros que personalizam a navegação de acordo com o mapeamento dos interesses individuais.

Quando deixamos de seguir determinada pessoa da qual discordamos plenamente ou curtimos e compartilhamos determinados conteúdos de determinadas pessoas, para tomarmos o exemplo do *Facebook*, os cálculos do algoritmo desta rede social passam a mostrar aquilo com o qual concordamos ou queremos ver. Os algoritmos das redes sociais vão, então, criando bolhas nas quais somente dialogamos com quem tem a mesma opinião que nós. O impacto de tais processos de socialização vivenciados pelas novas gerações e, especialmente, a influência da socialização mediada pela internet no campo dos movimentos sociais e da política já é, e certamente intensificar-se-á, campo de

estudos cada vez mais necessário para a compreensão do comportamento político contemporâneo. De toda forma, não há como discutir mais profundamente esta questão nos limites desta tese.

A segunda hipótese, relacionada à primeira, remete a uma espécie de ruptura da transmissão de saberes e de um repertório de práticas ocorrida entre uma parcela das novas gerações ativistas, ou seja, um distanciamento entre os movimentos contemporâneos e a geração protagonista dos movimentos e lutas populares em nossa história democrática recente. Ou seja, elementos como o trabalho de base militante nos bairros, nos locais de trabalho, nas escolas e comunidades, o trabalho com as práticas da educação popular e o trabalho de mobilização e agitação política junto ao cotidiano da população, tão caros à história dos movimentos populares, parecem estar um tanto quanto distantes das experiências políticas de uma parcela das novas gerações ativistas.

Contudo, é necessário destacar que se trata de parcelas das novas gerações ativistas quando se referir à diversidade e complexidade dos processos de socialização política dos jovens contemporâneos. Há nas gerações militantes contemporâneas um conjunto expressivo de jovens que vivenciam um complexo de experiências que possibilitam o aprendizado de saberes práticos e habilidades constitutivos do repertório de ação dos movimentos populares: jovens que atuam em movimentos sociais ligados à questão da luta por moradia, pela reforma agrária, em sindicatos e em determinadas correntes políticas partidárias do campo das esquerdas (BRAGA, SANTANA, 2015; BRENNER, 2011; FIRMINIANO, 2009; MARTINS, 2013; SOUSA, 2015).

E, ainda, encontramos também, nas experiências ativistas das juventudes autonomistas, críticas e distanciadas da esquerda tradicional, todo um processo de reflexão e esforço em incorporar este conjunto de saberes militantes construído na história dos movimentos sociais brasileiros. O Movimento Passe Livre¹⁴⁷ e o movimento recente de ocupações de escolas pelo Brasil,¹⁴⁸

¹⁴⁷ Ver debates e textos produzidos por integrantes do MPL publicados no site Passa Palavra: Democracia de base sem trabalho de base? por Caio e Simone. Disponível em: <http://passapalavra.info/2015/02/102335> - Acesso em 22/02/2017. Experiências de trabalho de base (I) por Lucas Legume. Disponível em: <http://passapalavra.info/2012/10/66000> – Acesso 22/02/2017.

¹⁴⁸ Sobre o movimento de escolas ocupadas na cidade de São Paulo ver, especialmente, CAMPOS, Antônia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. Escolas de Luta. São Paulo: Veneta,

especialmente em São Paulo, são exemplos de experiências onde noções e concepções sobre trabalho de base, educação popular, tática e estratégia, análise de correlação de forças, além do contato com outros movimentos populares, abrem novas possibilidades de intercâmbio de práticas militantes entre gerações.

A respeito da ação e dos aprendizados dos ativistas autonomistas durante os protestos de junho de 2013, em especial o MPL, Pablo Ortellado nos diz o seguinte:

Os aprendizados adquiridos em quase dez anos de movimento social permitiram ao MPL uma notável combinação de valorização do processo e orientação a resultados. Por um lado, ele soube preservar e cultivar a lógica horizontal e contracultural que extraiu tanto da luta dos estudantes contra o aumento como do movimento contra a liberalização econômica, de onde vieram muitos dos primeiros militantes. Por outro, soube estabelecer de maneira tática uma meta objetiva exequível: a revogação do aumento. Essa meta “curta”, no entanto, estava diretamente ligada à meta mais ambiciosa de transformar um serviço mercantil em direito social universal (ORTELLADO, 2013. p. 237).

Este senso entre processo e resultado, entre objetivo e tática, percebido como um aprendizado importante do MPL em São Paulo, também é anotado por Antônia Campos, Jonas Medeiros e Márcio Ribeiro (2016), como característica importante na ação de ocupação de escolas protagonizada pelos jovens estudantes secundaristas na mesma cidade, já no ano de 2015. O que indica intercâmbios e aprendizados entre estas duas movimentações concretas.

No interior do Tarifa Zero estas questões também apareceram, ainda que em um grau menor. A partir da inspiração metodológica da copesquisa, procurei intervir em alguns momentos e trazer estes debates para o interior do movimento, especialmente sobre a necessidade de incorporação de práticas, saberes e formas de organização constitutivas da história dos movimentos populares no Brasil. Alguns participantes já traziam esse desejo, trafegavam entre diversos espaços das esquerdas, tinham contato com outros ativistas e militantes que atuavam imersos em comunidades e ocupações urbanas. Além disto, conheciam as experiências de outros coletivos ligados à luta pelo

2016. (Coleção Baderna). Outras referências: CATINI, MELLO, 2016; MORAES, XIMENEZ, 2016; CORTI, CORROCHANO, SILVA, 2016.

transporte como o MPL e reconheciam a importância crucial destas questões. Debates e tentativas de incorporar estas dimensões surgiram e rondaram o Tarifa Zero. De toda forma, o movimento continua a existir e em plena atuação. Muitos aprendizados continuam e continuarão a acontecer. A história da luta pelo direito ao transporte em Belo Horizonte ainda terá outros capítulos protagonizados por estes sujeitos.

PARTE IV

TARIFA ZERO: EXPECTATIVAS DE TRANSFORMAÇÃO EM MEIO AOS DESTROÇOS DO PRESENTE

1. “Deslocamento é lugar”: tarifa zero como perspectiva de transformação da vida na *urbe*

Deslocamento é lugar. Assim é o título do instigante texto escrito por Daniel Guimarães (2010)¹⁴⁹ onde a questão da mobilidade urbana é pensada por outros ângulos. Ao sustentar a premissa de que o “caminho” equivale ao “destino”, o autor argumenta que “ir para um lugar já é, objetivamente, um lugar em si”. Ou seja, as formas de locomoção e os transportes não são só meios de deslocamento, são lugares em si.

Assumindo a premissa de que “deslocamento é lugar”, o que poderíamos pensar então dos lugares onde a maioria dos brasileiros vive parte de seu tempo cotidiano? O que dizer de lugares como os ônibus, trens e metrô que circulam pelas cidades brasileiras?

Se procurarmos as possíveis respostas para estas questões nas palavras dos habitantes destes lugares, os usuários do transporte coletivo, certamente não encontraremos muitos aspectos positivos. Uma rápida pesquisa em qualquer dispositivo de buscas na internet com as palavras reclamações + transporte público, fornece um resultado na casa de centenas de milhares de *sites* de notícias, dos mais variados meios de comunicação de grandes e médias cidades de norte a sul do país. As reclamações recorrentes dos usuários são a superlotação, os atrasos, o atendimento precário, os ônibus que não param nos pontos de embarque, a má qualidade das frotas de ônibus, os conflitos na relação com os trabalhadores do transporte coletivo e o elevado preço das tarifas, dentre outras questões. Uma recente notícia, datada de janeiro de 2017, a respeito de reclamações dos usuários do transporte público na cidade de Belo

¹⁴⁹ GUIMARÃES, Daniel. Deslocamento é lugar. Revista Urbânia, Pressa, n.4, 2010. Disponível em: <http://urbania4.org/2011/02/14/deslocamento-e-lugar/> - Acesso em: 17/01/2014.

Horizonte, por exemplo, informa que, no ano de 2016, a cada hora foram feitas duas reclamações.¹⁵⁰

A má qualidade do “lugar” ajuda a explicar, parcialmente, as razões pelas quais a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) registra queda no número de usuários do transporte coletivo no Brasil, nos últimos anos.¹⁵¹ Em Belo Horizonte, para novamente indicarmos um exemplo da cidade onde foi realizada esta pesquisa, a queda do número de usuários foi crescente por seis anos consecutivos, entre 2010 e 2016.¹⁵²

Outros aspectos somados e correlacionados à baixa qualidade do transporte coletivo compõe o entendimento mais geral sobre a utilização do mesmo. A parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras sem emprego e que deixa de receber o auxílio transporte,¹⁵³ ou seja, a parcela de usuários que deixa de realizar deslocamentos diários entre casa e trabalho e o elevado preço das tarifas, que aumentaram no Brasil, nos últimos anos, acima dos índices de inflação,¹⁵⁴ são aspectos que contribuem para explicar as privações sofridas pela maioria da população usuária do transporte público. O elevado preço das tarifas explica, também, o alto impacto do custo do transporte no orçamento familiar. O Sistema de Indicadores de Percepção social sobre Mobilidade Urbana (SIPS – IEPA) indicou que, no ano de 2011, o gasto dos brasileiros com transporte público chegou a totalizar 20,1% das despesas das famílias (Ipea, Pesquisa Domiciliar - Mobilidade Urbana, 2ª edição, janeiro 2012).¹⁵⁵ Nesta mesma pesquisa há a indicação de que 29% da população urbana deixa de utilizar o transporte coletivo por falta de recursos, sendo 38% desta os que ganham entre 1 a 3 salários mínimos. Isto significa que cerca de 37 milhões de brasileiros e

¹⁵⁰ Transporte público em BH gerou ao menos duas reclamações por hora em 2016 (MENDES, SALES, 2017). Disponível em: <https://goo.gl/51jGi0> - Acesso em: 10/02/2017.

¹⁵¹ Número de usuários de transporte coletivo cai 33% em 10 anos, diz NTU. Portal G1, 03/01/2015. Disponível em: <https://goo.gl/e7tkzj> - Acesso em: 05/02/2017.

¹⁵² Cai número de passageiros de ônibus em Belo Horizonte (LOBATO, 2016). Disponível em: <https://goo.gl/Yo7oIQ> - Acesso em 12/02/2017. Na referida matéria há a informação de que o aumento do recuo do número de usuários do transporte coletivo ocorre pelo sexto ano consecutivo.

¹⁵³ Desemprego bate recorde e já atinge 13 milhões de pessoas no Brasil (PAMPLONA, 2017). Disponível em: <https://goo.gl/N11vwa> - Acesso em: 02/02/2017.

¹⁵⁴ Páginas à frente indico o índice de aumento das tarifas comparado com o índice geral de inflação, nos últimos três anos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Para números recentes sobre o aumento da tarifa acima da inflação em 14 capitais ver: Poder 360. Disponível em: <https://goo.gl/5sEOCt> - Acesso em: 02/02/2017.

¹⁵⁵ Disponível em: <https://goo.gl/Dso1hJ> - Acesso em: 03/02/2017.

brasileiras estão excluídos do sistema de transporte urbano por não terem condições de custear as tarifas. Neste sentido, as contradições sociais brasileiras se expressam na temática da mobilidade urbana de modo drástico, impactando a forma de vida da imensa maioria da população. Em um país com grandes desigualdades e injustiças sociais, o custo do transporte influencia decisivamente na forma desigual de deslocamento nas cidades: os que possuem menos recursos, os mais pobres, são privados do direito à locomoção que, de maneira mais ampla, significa a privação da própria da vida na *urbe*.

Outro aspecto decisivo que contribui para o entendimento da queda de usuários e do quadro geral de crise da mobilidade urbana está relacionado com o aumento exponencial da frota de automóveis no Brasil, conforme informa Maricato (2013):

Em 2001, o número de automóveis em doze metrópoles brasileiras era de 11,5 milhões; em 2011, subiu para 20,5 milhões. Nesse mesmo período e nessas mesmas cidades, o número de motos passou de 4,5 milhões para 18,3 milhões (MARICATO, 2013, p. 25)

Os números do Comunicado Nº 161 – indicadores de mobilidade urbana da PNAD 2012, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em outubro de 2013, - indicam que mais da metade dos domicílios brasileiros, cerca de 54%, possuem carro ou motocicleta para o deslocamento dos moradores.¹⁵⁶

As desonerações fiscais¹⁵⁷ na área da produção dos automóveis, repassadas parcialmente aos consumidores, a farta disponibilidade de crédito para compra dos mesmos, somados à péssima qualidade do transporte público, foram os pilares do crescimento da motorização individual nos últimos anos. Temos, então, que o crescimento do transporte individual está diretamente relacionado com a diminuição da utilização do transporte público. Ou seja, uma parte dos usuários trocou o péssimo transporte coletivo pelos automóveis.

Isto mostra, segundo Maricato (2013) uma política orientada para a priorização do transporte individual em detrimento do transporte coletivo. É o que

¹⁵⁶ Disponível em: <https://goo.gl/92cxQm> - Acesso em: 03/03/2017.

¹⁵⁷ “O governo brasileiro deixou de recolher impostos no valor de R\$ 26 bilhões desde o final de 2008 (nesse mesmo período, foram criados 27.753 empregos), e US\$ 14 bilhões (quase o mesmo montante dos subsídios) foram enviados ao exterior” (MARICATO, 2013, p.25).

também argumenta o especialista em mobilidade urbana Marcos Pimentel Bicalho em uma reportagem da revista Carta Capital em 2012:

O Brasil pratica uma política de Robin Hood às avessas: há mais subsídio para a produção de automóveis do que de ônibus; o preço da gasolina, que movimenta os automóveis, é mantido congelado, enquanto sobe o do óleo diesel, que move a quase totalidade do transporte coletivo urbano; e bilhões são gastos em obras viárias (duvidosas) direcionadas para a inalcançável meta de “desafogar o trânsito”, enquanto que investimentos em metrô e corredores de ônibus não saem do papel. [...] Obras viárias faraônicas, cada vez mais caras, prometidas como solução para os problemas do trânsito, têm vida útil cada vez mais curta, quando já não são inauguradas saturadas, em função do vertiginoso crescimento da frota de automóveis, e, mais recentemente, de motocicletas, em circulação. Não há solução para o deslocamento diário de grandes quantidades de pessoas que não seja o transporte público, de qualidade e a preços acessíveis, para a população. Mais do que nunca são necessários investimentos continuados, dos três níveis de governo, na expansão da infraestrutura destinada ao transporte coletivo urbano.¹⁵⁸

Tal política de mobilidade urbana, sustentada na priorização do transporte individual, enquadra-se em determinado modelo de produção das cidades: a cidade mercadoria, a cidade empresa. A cidade passa a ser não somente o lócus das trocas comerciais, da produção, da circulação de valor e mercadorias e sim, ela própria, um espaço de acumulação e reprodução do capital. Conforme indica Carlos Vainer:

[...] a cidade passa a ser investida como espaço direto e sem mediações da valorização e financeirização do capital. Concebidas enquanto empresas em concorrência umas com as outras pela atração de capitais, as cidades e os territórios se oferecem no mercado global entregando capitais cada vez mais móveis (*foot lose*) recursos públicos (subsídios, terras, isenções) (VAINER, 2013, p. 37).

E, complementando o autor, a cidade empresa se oferece ao mercado num constante refazer e reconstruir de seu próprio espaço. As obras de infraestrutura viárias para a circulação dos automóveis como viadutos, alargamento de vias, túneis, trincheiras e ampliação de avenidas, dentre outros, são a expressão mais nítida desta constante reconstrução e (re)produção do espaço urbano sob a lógica da acumulação de capital. Por outro lado, não guardam nenhuma racionalidade com uma mobilidade urbana efetiva e em

¹⁵⁸ “O pesadelo da imobilidade urbana: até quando?” Revista Carta Capital, 04/07/2012. Disponível em: <https://goo.gl/1mZrXg> - Acesso em: 01/02/2017. É importante salientar que alguns dos dados apresentados pelo autor na referida reportagem, como o congelamento do preço dos combustíveis, são datados do período da mesma. De toda forma o sentido geral da priorização do transporte individual permanece como eixo central da política de mobilidade urbana.

benefício de todos. Se, aparentemente, ter um automóvel confere ao seu proprietário o “lugar” privilegiado de usufruto da vida urbana, esta aparência não mais se sustenta. Ainda que o “lugar” do automóvel possa oferecer condições mais vantajosas do que o “lugar” do transporte público, frente às atuais condições de precariedade do mesmo, os motoristas e condutores igualmente sofrem para se deslocar nas cidades, presos nos congestionamentos que seus próprios automóveis provocam.¹⁵⁹ Ou seja, o “lugar” vantajoso do automóvel acaba por se tornar também o “lugar” onde parte do tempo cotidiano é consumido na imobilidade urbana.

E sobre os significados concretos do tempo de vida gasto no trânsito, os usuários do transporte coletivo igualmente estão em desvantagem. Para os trabalhadores, o tempo consumido no trânsito das grandes cidades é degradante, desgastante e cansativo. Obrigados a encarar condições e transportes precários, os trabalhadores gastam muito tempo em seu deslocamento para o trabalho e não recebem por isto, ou seja, o deslocamento significa horas de trabalho não-pago. Já que deslocamento é trabalho e, também, “lugar”, o outro “lugar” do trabalho representa, igualmente, um fardo cotidiano para os trabalhadores. É o reforço da exploração cotidiana nas cidades que impacta negativamente a qualidade de vida de grande parte da população - menos tempo para descansar, para estar com os familiares e amigos, para o lazer, para estudar ou executar outra atividade.

Tudo isso sem falarmos nos problemas relacionados à questão ambiental, à qualidade do ar, aos acidentes de trânsito além dos impactos na saúde - física e mental – que esta política produz cotidianamente.¹⁶⁰ Temos, portanto, a priorização de uma forma de locomoção dos indivíduos determinada pela

¹⁵⁹ Para um exemplo da imobilidade na cidade de São Paulo proporcionada pela grande circulação de veículos, temos: “os congestionamentos de tráfego em São Paulo, onde circulam diariamente 5,2 milhões de automóveis, chegam a atingir 295 quilômetros das vias. A velocidade média dos automóveis em São Paulo, medida entre às 17hs e 20hs em junho de 2012, foi de 7,6 km/h, ou seja, quase igual à da caminhada a pé. Durante o período da manhã, a velocidade média sobre para 20,6 km/h – ou seja, a mesma de uma bicicleta” (MARICATO, 2013, p. 25).

¹⁶⁰ “O forte impacto da poluição do ar na saúde da população paulistana, com consequente diminuição da expectativa de vida, tem sido estudado pelo médico Paulo Saldiva, pesquisador da USP e do Instituto Saúde e Sustentabilidade. O comprometimento da saúde mental (depressão, ansiedade mórbida, comportamento compulsivo) tem sido estudado pela psiquiatra Laura Helena Andrade, também pesquisadora da USP. É a vida, do tempo perdido, mas também da morte que estamos tratando” (MARICATO, 2013, p. 25).

racionalidade empresarial e mercantil, que é a forma mesma da produção do espaço urbano contemporâneo (ARANTES, 2001; HARVEY, 2014; MARICATO, 2013; VAINER, 2013).

E se elencarmos uma série de outros tantos aspectos da vida nas cidades brasileiras estruturados pelas múltiplas desigualdades e problemas sociais urbanos, tais como acesso e condições de moradia, saneamento e infraestrutura urbana, usufruto dos bens urbanos - lazer, espaços, acesso aos equipamentos públicos e serviços básicos - e violência, dentre outros, teremos a composição de um quadro bastante ruim: “o inferno urbano” como certa vez mencionou Marilena Chauí ao analisar as razões pelas quais houve a explosão dos grandes protestos em junho de 2013.¹⁶¹

Diante deste cenário, quais alternativas de transformação estariam colocadas, especificamente sobre a questão da mobilidade urbana? Pode-se dizer que a imaginação de uma outra mobilidade urbana possível ganha forma na proposta da tarifa zero, na proposta do transporte universal gratuito abrindo um horizonte de expectativas de transformação dos deslocamentos e da própria lógica de circulação nas cidades. Tratarei da história desta proposta e de como ela aparece como horizonte para os coletivos e movimentos contemporâneos envolvidos com a luta dos transportes, protagonizados em grande parte por jovens ativistas, no tópico que virá a seguir. Por ora, gostaria de tratar dos sentidos e horizontes de transformação que a ideia da tarifa zero no transporte público carrega para o conjunto da vida urbana.

Há um conjunto significativo de formulações sobre os significados, sentidos e expectativas depositadas no potencial transformador da Tarifa Zero. O *site* tarifazero.org, reúne um repositório expressivo de materiais sobre o tema - textos, artigos, cartilhas, vídeos e notícias.¹⁶²

¹⁶¹ O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação. Marilena Chauí, 2013. Portal Viomundo. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/marilena-chau-i-o-inferno-urbano-e-a-politica-do-favor-clientela-tutela-e-cooptacao.html> - Acesso em 03/02/2017

¹⁶² Este *site* é produto da relação entre ativistas ligados ao Movimento Passe Livre, intelectuais, engenheiros e ex-gestores públicos ligados à questão dos transportes que garantiram a condição de visibilidade pública que a proposta da tarifa zero hoje possui.

A partir da leitura deste material é possível identificar os elementos e aspectos gerais que perpassam a argumentação em torno da defesa da gratuidade universal dos transportes. Não é meu objetivo, no momento, realizar uma análise mais detida sobre o conjunto deste material, sobre um texto ou artigo específico, e sim inventariar o que considero as dimensões centrais dos argumentos neles contidos.

Um primeiro ponto a ser destacado nesta argumentação é o conjunto, digamos, de vantagens e transformações que a proposta de tarifa zero anuncia frente à realidade precária, injusta e infernal da mobilidade urbana nas cidades brasileiras. Uma síntese destes argumentos indica que a tarifa zero pode ser entendida como um mecanismo de justiça social nas cidades e enfrentamento das desigualdades e da pobreza, na medida em que expressa a universalidade do deslocamento e do acesso aos bens e serviços das cidades. Para os trabalhadores e suas famílias pode ser uma forma de ganho indireto, na medida em que retira um item significativo das despesas do orçamento o que poderia, virtualmente, beneficiar o comércio das cidades. Já para o trânsito infernal das grandes cidades, a proposta representa um grande alívio na medida em que a tarifa zero incentiva o transporte coletivo gratuito, em detrimento do transporte individual. Como consequência há uma melhoria da qualidade do ar e da saúde nas cidades, dentre outros pontos.

A campanha do movimento Tarifa Zero a favor de um projeto de lei de iniciativa popular que propunha a gratuidade universal dos transportes na capital mineira, a qual iremos abordar no final do tópico seguinte sintetiza, de forma bem interessante, o conjunto da argumentação em torno das expectativas de transformação que a referida tarifa carrega. A campanha baseou-se em 7 cartazes, cada um explicando um elemento vantajoso relacionado à proposta: Tarifa Zero é mais >> Justo; Rápido; Riqueza; Saudável; Seguro; Econômico. Tomo de empréstimo a formatação que Veloso (2015, p. 201 - 204) deu aos cartazes da referida campanha em sua dissertação de mestrado, com o objetivo

de demonstrar um exemplo de materialização destas ideias em uma proposta coletiva concreta.¹⁶³

¹⁶³ No site do movimento Tarifa Zero BH pode-se acessar todas os cartazes da campanha. Disponível em: <http://tarifazerobh.org/wordpress/mais-o-que/> - Acesso em: 23/01/2017.

FIGURA 7 - Cartaz Tarifa Zero é mais justo



Não pagamos para entrar nas escolas públicas ou em postos de saúde. Com TARIFA ZERO no ônibus, o transporte se torna um direito social e passa a ser financiado por toda a sociedade. Assim, todos têm acesso aos lugares e serviços da cidade.



FIGURA 8 - Cartaz Tarifa Zero é mais saudável

O trânsito causa acidentes, doenças e stress. A poluição gerada pelos carros mata mais do que o cigarro e a dengue. Com TARIFA ZERO, mais gente anda de ônibus, os acidentes diminuem, o ar fica mais limpo e a saúde de todos fica melhor.



FIGURA 9 - Cartaz Tarifa Zero é mais econômico

Um terço do orçamento das famílias mais pobres é gasto com ônibus. O sistema atual é bancado por quem passa na catraca, mas ele não beneficia a todos. Com TARIFA ZERO, o dinheiro da passagem não sai do seu bolso. E os mais ricos também contribuem.



FIGURA 10 - Cartaz Tarifa Zero é mais rápido

O ônibus demora porque é mais lucrativo circular sempre cheio. Com TARIFA ZERO, as empresas passam a receber por viagem, e não por passageiro. O sistema fica mais eficiente, as pessoas deixam o carro em casa e todos chegam antes.



FIGURA 11 - Cartaz Tarifa Zero é mais seguro

Para ter segurança, é preciso ter mais gente nas ruas, porque a proteção solidária é mais eficaz que a polícia. Com TARIFA ZERO, a espera no ponto diminui e os ônibus deixam de carregar dinheiro. A segurança de todos aumenta.



FIGURA 12 - Cartaz Tarifa Zero é mais riqueza"

Se mais gente circula na cidade, comércio e serviços vendem mais. Com TARIFA ZERO no ônibus, o dinheiro da passagem pode ser gasto no supermercado, no cinema, nos bares, nas lojas. A cidade fica mais rica e todos saem ganhando.

Ou seja, o que se coloca no campo argumentativo em favor da tarifa zero é o direito ao “lugar” da mobilidade urbana, de maneira qualitativamente distinta, priorizando efetivamente o direito à qualidade de vida na cidade anunciando, assim, uma outra forma de viver, usufruir e produzir a existência na *urbe*. A proposta da gratuidade universal dos transportes anuncia a possibilidade de desmercantilização de um elemento fundamental da vida urbana, na medida em que permite aos indivíduos locomoverem-se sem a necessidade da posse de dinheiro no ato da utilização do transporte. Desmercantilização entendida, aqui, como o grau de autonomia e independência com que esta proposta garante “aos indivíduos e/ou famílias sobreviverem para além das relações do mercado” (ZIMMERMANN, SILVA, 2009, p. 346).

Nesse sentido, o discurso em favor de uma proposta de desmercantilização dos transportes, de gratuidade universal, indica a possibilidade de discussão do deslocamento urbano em um patamar que possibilite questões como esta: “por que encarar como legítimos apenas os deslocamentos para as funções “oficiais” da cidade (trabalho e formação)?”,

pergunta Daniel Guimarães (2010).¹⁶⁴ A discussão engloba questões mais amplas, como as de tornar menos alienado os significados dos deslocamentos na cidade, algo que está além do deslocamento mecânico cotidiano das “funções oficiais”, permitindo aos indivíduos que o façam a partir de múltiplos e variados sentidos e utilidades. O que pode levar a pensar o “lugar” do deslocamento de outra maneira, além das restrições impostas e determinadas pelas necessidades humanas reduzidas à dimensão da sobrevivência, do trabalho alienado e do cotidiano mecânico da vida urbana. A reflexão sobre o “lugar” do deslocamento amplia-se para o campo indeterminado das necessidades que subvertem as separações rígidas entre tempo livre e tempo de trabalho, algo que se conecta à dimensão do desejo autêntico, desejo de se deslocar livremente pela cidade. Encontra-se, aí, ecos do pensamento crítico envolto no contexto que precedeu e influenciou o Maio de 68 francês? Talvez sim. Se vasculharmos os escritos de Guy Debord na Internacional Situacionista,¹⁶⁵ podemos pensar este outro patamar do deslocamento urbano como algo que “pretende constituir uma unidade total no meio ambiente humano onde as separações, do tipo trabalho/ócio, coletivos/vida privada, serão finalmente dissolvidas” (DEBORD, 1959).

E, ainda, no campo que compõe a argumentação em torno da proposta da tarifa zero, encontra-se a ideia do direito à cidade, inspirado em um ensaio de 1967 escrito por Henri Lefebvre, *Le Droit à la ville* [O direito à cidade]. A interpretação de David Harvey (2014) sobre o significado da formulação de Lefebvre indica elementos que se relacionam com a abertura de possibilidades transformadoras que o repensar sobre o deslocamento urbano anuncia:

[...] Esse direito, afirmava ele, era ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência. A queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível (HARVEY, 2014, p.11).

¹⁶⁴ GUIMARÃES, Daniel. Deslocamento é lugar. Revista Urbânia, Pressa, n.4, 2010. Disponível em: <http://urbania4.org/2011/02/14/deslocamento-e-lugar/> - Acesso em 17/01/2014.

¹⁶⁵ A Internacional Situacionista (IS) foi fundada em 1958 e dissolvida em 1972 e suas atividades giraram em grande parte em torno da publicação da revista do movimento. A crítica radical da vida cotidiana no capitalismo era o projeto político central. Da crítica da vida cotidiana a IS coloca a proposta de desmontagem do capitalismo enquanto civilização. Guy Debord foi o fundador da IS e também o que dissolveu o movimento.

Ou seja, uma “vida urbana alternativa”, “menos alienada” e mais “significativa” inclui a possibilidade, também, do deslocamento livre, da fruição plena e autêntica da existência na *urbe*.

E, por último, pode-se encontrar, nas formulações que tratam da proposta da gratuidade universal dos transportes, aspectos que dialogam com a crítica da ideologia social do automóvel. As referências que encontrei, neste ponto, mesmo que feitas de maneira indireta, são de autores como Ivan Illich e André Gorz.¹⁶⁶ Um trecho da crítica de Gorz (2005) sintetiza o *ethos* que dialoga com a crítica sobre os significados do automóvel e do transporte individual nas sociedades contemporâneas, presentes no campo da discussão sobre a tarifa zero:

A massificação do automóvel materializou um triunfo absoluto da ideologia burguesa no que tange à prática cotidiana: ela constrói e mantém em cada um a crença ilusória de que cada indivíduo pode prevalecer e tirar vantagem a custo de todos. Egoísmo cruel e agressivo do motorista que, a cada minuto, assassina simbolicamente ‘os outros’, que aparecem para ele meramente como obstáculos materiais à sua própria velocidade – esse egoísmo marca a chegada, graças ao automobilismo cotidiano, de um comportamento universal burguês, e tem existido desse que dirigir um carro tornou-se lugar comum. [...] O automóvel oferece o exemplo paradoxal de um objeto de luxo que foi desvalorizado por sua própria difusão. Mas essa desvalorização prática não acarretou ainda sua desvalorização ideológica: o mito do prazer e do benefício do carro persiste, apesar de que se os transportes coletivos fossem generalizados eles demonstrariam sua esmagadora superioridade. A persistência desse mito pode ser explicada facilmente: a generalização do carro particular golpeou os transportes coletivos, alterou o urbanismo e o hábitat e transferiu ao carro certas funções que sua própria difusão tornou necessárias. Será preciso uma revolução ideológica - “cultural” - para quebrar esse círculo vicioso. Obviamente, não se deve esperar isso da classe dominante - de direita e de esquerda (GORZ, 2005, p. 74-75).

Assim como na crítica de Gorz, o repertório de lógicas, sentidos, significados e valores que delineiam a perspectiva da tarifa zero traz questões que se contrapõe aos fetiches do automóvel como mercadoria e do transporte individual. O horizonte de expectativas anunciado pela gratuidade universal dos transportes é o da experiência urbana constituída pelo *ethos* do que é comum e coletivo, do deslocamento como possibilidade e “propriedade” de e para todos,

¹⁶⁶Especialmente refiro-me aos artigos Energia e Equidade, de Ivan Illich e A ideologia social do automóvel, de André Gorz, publicados em um livro que influenciou e ainda influencia ativistas urbanos do campo autonomista, anarquista e anticapitalista. Trata-se de Apocalipse Motorizado: a tirania do automóvel em planeta poluído, publicado pela Conrad Editora no ano de 2005 e organizado por Ned Ludd, pertencente à Coleção Baderna.

algo como uma espécie de *common*, um bem comum urbano (HARVEY, 2014, p.134-169). Um ideário radicalmente oposto ao individualismo e “egoísmo burguês” que se materializa no automóvel, conforme sinalizado por Gorz.

Pois bem, a partir do conjunto de questões colocadas acima pode-se pensar que a propositura da tarifa zero carrega algo que ultrapassa a mera institucionalização de um novo direito, no caso o direito social ao transporte. Não que esta institucionalização não seja uma conquista social, como já é o caso da promulgação da Emenda Constitucional no ano de 2015,¹⁶⁷ que inclui o transporte na lista de direitos sociais do cidadão, previstos no Artigo 6º da Constituição, ao lado de educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. A questão é que a luta em torno da tarifa zero é portadora de horizontes de transformação mais amplos. O que está em jogo pode ser simbolizado por um dos lemas do Movimento Passe Livre, - é “por uma vida sem catracas” em sentido *lato sensu*.

Pode-se, então, pensar na dimensão da utopia para caracterizar as expectativas de futuro envolvidas na formulação da tarifa zero? Sim, é possível, mas não no sentido da utopia como algo que se refere ao abstrato, ao infundado ou a uma visão de futuro distante e apenas reluzente. O sentido do utópico refere-se à formulação do filósofo Ernst Bloch em sua obra magna *O Princípio Esperança*,¹⁶⁸ que anuncia, dentre outras questões, que o utópico está relacionado à busca de um presente autêntico, possui um sentido de ultrapassar o que nos é colocado como natural, de ultrapassar a naturalização dos acontecimentos e experiências vivenciadas cotidianamente (BLOCH, 2005, v.1, p. 243).

E esta dimensão utópica para Bloch é “fermentada” nos sonhos diurnos, aquele que acontece quando estamos acordados, quando os desejos e privações do cotidiano estão presentes na experiência concreta dos indivíduos.

¹⁶⁷ Na prática, segundo a deputada Luíza Erundina (PSB-SP), autora da proposta que resultou na emenda (PEC 09/11), a mudança no texto da Constituição abre caminho, por exemplo, para a proposição de outras leis para destinação de recursos ao setor de transportes, como ocorre em outras áreas (MELO, 2015). Disponível em: <https://goo.gl/sxkEhV> - Acesso em 12/02/2017.

¹⁶⁸ Escrita entre 1938 e 1947 e revisada entre 1953 e 1959. Publicada no Brasil no ano de 2005 em três volumes, pela Contraponto e Editora UERJ.

Diferentemente dos sonhos noturnos, que podem ser entendidos como a expressão “secreta” de desejos e acontece no campo do que é esquecido e reprimido, os sonhos diurnos são antevistas de desejos ligados às necessidades projetadas com desejo concreto de futuro, do que ainda não foi “experimentado como presente” (BLOCH, 2005, V.1, p. 116). E, ainda para Bloch, os sonhos diurnos não se referem a algo oculto ou que demanda interpretação, como os sonhos noturnos, e sim a uma dimensão onde se leva ao entusiasmo de pensar, formular e planejar possibilidades concretas de futuro.

A ideia de tarifa zero pode ser interpretada, então, como um sonho diurno, como planejamento e formulação de uma outra experiência urbana que ainda não existe, que é lançada para o futuro. Mas, lembrando o argumento trazido na PARTE I desta tese, o presente em nossa experiência democrática recente aponta para o declínio das expectativas sociais de transformação e de futuro. Neste, sentido, como entender as possibilidades do sonho diurno da tarifa zero na concretude das experiências das lutas protagonizados pelos jovens ativistas? E, mais, especificamente, como compreender o alcance deste sonho diurno materializado na experiência do movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte? Estas são questões centrais das quais pretendo me aproximar ao analisar a experiência do movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte.

1.1 A história recente da proposta de tarifa zero no transporte público

Baldeação 4: um encontro entre Lúcio Gregori e o Tarifa Zero BH

Em fins do mês de junho de 2015, em uma agradável manhã de domingo no Parque Municipal Renné Gianneti, no centro de Belo Horizonte, integrantes do Tarifa Zero, da Associação de Ciclistas Urbanos de Belo Horizonte - BH em Ciclo,¹⁶⁹ Lúcio Gregori e outros ativistas estavam reunidos para debater propostas sobre mobilidade urbana que tinham por objetivo subsidiar a construção de um programa político para as eleições municipais do próximo ano. Vez por outra algum frequentador do parque parava para ver e ouvir o que ali acontecia. O encontro específico sobre mobilidade, intitulado

¹⁶⁹ Sobre a Associação de Ciclistas Urbanos de Belo Horizonte - BH em Ciclo, ver site. Disponível em: <https://bhemiciclo.org/> - Acesso em: 05/01/2017.

Explosão Programática, era o primeiro de uma série de encontros temáticos, organizado pelo coletivo Cidade que Queremos, com o objetivo de debater e colher propostas para candidaturas nas eleições municipais de 2016.¹⁷⁰

Era a primeira vez que eu me encontrava pessoalmente com Lúcio Gregori, o grande inspirador da ideia de tarifa zero nos transportes coletivos urbanos. Nos seus 80 anos de idade, Lúcio esbanjava entusiasmo e energia em meio aos jovens ativistas. Suas intervenções orientavam a discussão e as propostas que ali surgiam. Com firmeza ele defendia o direito social ao transporte e a ideia da gratuidade universal como uma utopia possível para transformar a vida nas cidades e torná-la mais justa e igualitária. Falava de suas convicções, já então tornadas coletivas, uma causa e uma bandeira, por parte de movimentos, coletivos e ativistas ligados à questão urbana, especialmente após os grandes protestos de junho de 2013.

Após o momento no parque, parte dos presentes no encontro continuou a conversa com Lúcio em um almoço que se estendeu pela tarde. Ao longo desse dia percebi a natureza da relação entre o autor da ideia da tarifa zero e os jovens ativistas que faziam da mesma objeto contemporâneo de uma luta urbana. Percebi uma sinergia forte e uma mútua influência: tanto Lúcio reconhecia nos jovens ativistas a força capaz de levar a luta pela gratuidade universal nos transportes à frente, a luta por uma outra cidade mais justa e igualitária, quanto os primeiros reconheciam no segundo uma fonte de aprendizado, colaboração e orientação para a ação que realizavam. Era o encontro de gerações de lutadores sociais distantes pelo elemento etário e, ao

¹⁷⁰ Em sua página de Facebook o coletivo Cidade que Queremos assim se define: “somos uma movimentação de pessoas da cidade de Belo Horizonte, ativistas de diversas causas, das lutas por moradia e por mobilidade, pela questão indígena, das mulheres, das pessoas negras, da população em situação de rua, das pessoas trans, dos gays, das lésbicas (das bee), das juventudes, pelo direito ao espaço público, pelos direitos dos animais, pela preservação das áreas verdes, pelos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, pela cultura, entre outras. Pretendemos ocupar as eleições de 2016 com essas pautas concretas da cidade, apresentando candidaturas populares e cidadãs.” Disponível em: https://www.facebook.com/pg/cidadequequeremosbh/about/?ref=page_internal – Acesso em: 17/01/2017. É importante indicar que esta foi uma iniciativa protagonizada por uma parcela da geração ativista que compõe a rede de coletivos e movimentos na cidade de Belo Horizonte desde, pelo menos, a movimentação conhecida como Praia da Estação iniciada no ano de 2010 (estudada em minha dissertação de mestrado conforme já mencionado). Na eleição de 2016 o Cidade que Queremos lançou 12 candidaturas pelo PSOL e conseguiu eleger duas vereadoras, Aurea Carolina e Cida Falabela, sendo a primeira a mais votada naquele pleito e na história da cidade, com 17.420 votos.

mesmo tempo, bastante próximos pelo compartilhamento de sonhos em comum.

Diário de Campo, 2015

Lúcio Gregori foi o terceiro secretário de transportes da gestão municipal de Luíza Erundina pelo PT (1989 - 1993) na cidade de São Paulo e, em seu período no cargo, a proposta de gratuidade universal dos transportes, a tarifa zero, ganhou corpo. A ideia era garantir o direito ao transporte para uma população que, em 1986, gastava cerca de 22% do seu salário com este serviço.¹⁷¹ Naquele período o financiamento da tarifa zero dar-se-ia através da criação de um Fundo de Transporte mantido por uma parte do orçamento municipal, principalmente através dos recursos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que sofreria reajustes de acordo com as distintas faixas de renda. O direito ao transporte seria financiado, então, pelo princípio da equidade social: quem ganhava mais contribuiria com mais recursos para a manutenção do Fundo de Transporte municipal.¹⁷²

A proposta gerou, na época, um grande debate na cidade de São Paulo:

Pesquisa Data Folha divulgada no mesmo dia 22 de outubro pela Folha de S. Paulo, mostra que 45% dos 1.077 entrevistados eram contrários à proposta, enquanto 43% eram favoráveis. No entanto a parcela mais pobre da cidade se mostrou favorável. Dos entrevistados que recebiam de 1 a 5 salários mínimos, 50% apoiava o projeto, contra 38% contrários. Dentre os entrevistados que recebiam mais de 10 salários mínimos por mês, 54% rejeitaram a proposta. Já em dezembro, após dois meses de debates, à [sic] pedido da Prefeitura, o instituto Toledo & Associados realizou nova pesquisa de opinião em que se constatou os números de 65,3% favoráveis, 27,6% contrários e de 7% que não sabiam responder. Dos entrevistados, 82,4% tiveram a clareza de explicar que a aplicação da tarifa zero exigiria um aumento no IPTU (Trecho de apresentação da entrevista de Lúcio Gregori ao site TarifaZero.org em 04/11/2009).

Os dados de uma pesquisa feita na época sobre o apoio ou a rejeição da proposta da gratuidade universal nos transportes revelavam um nítido corte de

¹⁷¹ Ver entrevista com Lúcio Gregori em 04/11/2009. Disponível em: <https://goo.gl/nVYtGo> - Acesso em: 10/10/2017.

¹⁷² Ver entrevista com Lúcio Gregori em 04/11/2009. Disponível em: <https://goo.gl/nVYtGo> - Acesso em: 10/10/2017

classe social, na medida em que os trabalhadores e as camadas populares, em sua maioria, apoiavam a proposta e as classes médias e altas a rejeitavam. Em termos objetivos, para os trabalhadores certamente o não pagamento dos transportes significava uma forma de alívio do custo de vida e um ganho indireto de renda, na medida em que parte da mesma não mais seria utilizada para pagar o deslocamento diário. Para as classes médias e altas a proposta significava um ônus, na medida em que o financiamento da mesma baseava-se na progressividade da cobrança do IPTU.

No plano simbólico e subjetivo, os argumentos contrários à implementação da tarifa zero eram marcados por um forte componente segregacionista e de preconceito de classe. Os setores conservadores, localizados no espectro político da direita na capital paulista, construíram uma narrativa que procurava, via veículos de comunicação, influir decisivamente no debate público em desfavor da proposta. Segundo Lúcio Gregori:

[...] isso é como em guerra. Em guerra a disputa da narrativa é fundamental [...] o papel da mídia é característica da disputa política. Qual narrativa política você vai passar para a população e que vai influir no resultado da política.

Era assim que eles colocavam a questão: 'se os ônibus vão ser de graça, eles vão ser ocupados por vagabundos e embriagados que não tem o que fazer e vão ficar andando de ônibus o dia inteiro. Outra, 'se é de graça, vai haver uso abusivo.' Alguém me explica o que uso abusivo de ônibus? Mais uma, 'vai tirar a eficácia do sistema, pois as pessoas que podem andar um ou dois quarteirões, já que é de graça, vão andar de ônibus, o que diminui a eficácia do sistema.' Sei lá o que é isso [...]. Diziam também que os ônibus seriam quebrados e maltratados por que não se valoriza o que é gratuito (GREGORI, 2016).¹⁷³

Assim, o debate público sobre a tarifa zero foi fortemente influenciado, na época, pela narrativa do medo e da insegurança, construída e propagada pelos mesmos setores sociais que rejeitavam a proposta. Diziam que a tarifa zero contribuiria para o aumento da violência e da insegurança na medida em que possibilitaria o aumento da circulação dos cidadãos considerados criminosos, da população de rua e dos vadios, de maneira geral, pela cidade. Segundo Lúcio Gregori, o argumento do medo da violência e da insegurança era mobilizado para esconder a disposição segregacionista das elites paulistas: era o receio de

¹⁷³ Trecho de entrevista de Lúcio Gregori para o programa Espaço Público da TV Brasil em 26/01/2016.

que os pobres, os “indesejados socialmente”, pudessem circular livremente pela cidade e acessar regiões e territórios habitados pelas classes médias e altas de São Paulo.¹⁷⁴

A proposta da tarifa zero foi formulada como um projeto de lei e rejeitada pela Câmara Municipal de São Paulo, à época. Posteriormente, a gestão Erundina não conseguiu eleger uma candidatura de continuidade que pudesse retomar a iniciativa política da implementação da gratuidade universal dos transportes. Assim, o debate público a respeito da tarifa zero saiu de cena nos anos 90, salvo algumas iniciativas pontuais e localizadas, por parte de gestões municipais também consideradas progressistas. Em Belo Horizonte, por exemplo, a implementação do Passe Passeio, no ano de 1995 na gestão de Patrus Ananias, garantiu a gratuidade do transporte em dois feriados - 1º de janeiro e 1º de maio - e desconto de 75% no valor da tarifa nos outros feriados daquele mesmo ano (OLIVEIRA, 2002, p. 46).¹⁷⁵

O Passe Passeio significava tarifa zero para os ônibus de Belo Horizonte em feriados, com programação de dia útil. A pressão de demanda pelo transporte era tão grande nesses dias que, posteriormente, colocamos a tarifa a dez centavos com a intenção de pagar um bônus aos motoristas e cobradores que trabalhassem naquele dia, uma vez que a quantidade de passageiros, principalmente nas proximidades de lugares como o Zoológico, tornava o trabalho mais intenso. Essa experiência revelou uma demanda de transporte reprimida e oculta pelo alto custo de circular na cidade.

Apesar da euforia causada nos dias de tarifa zero, o projeto não durou mais que três feriados. Houve muita pressão dos empresários, que conseguiram que o Tribunal de Contas inibisse o projeto, alegando ser proibido abrir mão de uma receita em lei, apesar de o custo do Passe Passeio ter sido bancado pela receita superavitária do próprio sistema de transporte (DIAS, 2014, p. 126-7. *apud*. VELOSO, 2015, p. 96).

A experiência em Belo Horizonte foi tímida em comparação com a proposta do município de São Paulo, e durou apenas dois feriados, além de

¹⁷⁴ Para Uma história detalhada do período, a partir do ponto de vista de Lúcio Gregori, ver entrevista com o mesmo no site Tarifa Zero.org em 04/11/2009. Disponível em: <https://goo.gl/m0LqxJ> - Acesso em: 12/01/2017. Nesta entrevista, Lúcio conta e analisa a experiência de uma prefeitura progressista naqueles anos, as disputas entre correntes e grupos políticos do Partido dos Trabalhadores no interior da gestão Erundina e como estas disputas influenciaram no apoio ou na rejeição da proposta na própria prefeitura, além da relação com os movimentos sociais, dentre outras questões.

¹⁷⁵ É importante indicar que figuras que idealizaram e estavam à frente da gestão dos transportes na cidade de Belo Horizonte, neste período tornaram-se, assim como Lúcio Gregori, colaboradores próximos do movimento Tarifa Zero BH. Esse encontro geracional será analisado páginas à frente. Especificamente sobre aquele contexto ver a análise de André Veloso em sua dissertação de mestrado (VELOSO, 2015, p. 95-96).

descontos em outros dias festivos, durante um ano. A ideia da tarifa zero não mais voltaria a ganhar visibilidade e força política como no início da década, até porque o impacto das gestões consideradas progressistas foi paulatinamente perdendo espaço político para o consenso neoliberal nos anos 90 conforme, já sinalizamos nesta tese.¹⁷⁶

Em meados da década dos 2000, a proposta da tarifa zero passa a ganhar um novo impulso a partir do surgimento do Movimento Passe Livre - MPL. Este foi criado em 2005 no V Fórum Social Mundial, em um encontro nacional pelo passe livre, no dia 28 de janeiro, em Porto Alegre.¹⁷⁷ Os princípios organizativos fundamentais do MPL baseiam-se na autonomia, independência, horizontalidade, apartidarismo¹⁷⁸ e federalismo. Em nível nacional, o movimento constitui-se a partir da união federativa de coletivos locais (MPLs locais), organizados em um Grupo de Trabalho que agrega representantes desses mesmos coletivos.

O movimento surge a partir de uma geração de ativistas influenciados por um outro imaginário de contestação social que se distanciava da esquerda tradicional e de suas organizações. As referências construídas a partir do levante zapatista de 1994, do movimento antiglobalização e dos grupos e coletivos que conformaram a Ação Global dos Povos, inspiraram todo um conjunto de jovens ativistas urbanos e os impulsionaram a criarem ou a reforçarem outras formas coletivas de participação e engajamento. A cultura da autonomia e da autogestão forjada no calor dos protestos e as redes insurgentes globais inspiraram a constituição de novas comunidades instáveis de dissenso artístico, social e político, dentre eles o Movimento Passe Livre:

Entre os diversos pontos destacados em entrevistas, livros e depoimentos envolvendo participantes do que podemos chamar uma primeira geração do Movimento Passe Livre ou pessoas que acompanharam com proximidade essa história, em comum, destaca-se a importância dos movimentos de resistência ao neoliberalismo nos anos 1990 para a formação política (e as táticas de ação) do que viria a ser o MPL. O Passe Livre no transporte coletivo, a partir de 2004, e especificamente o Movimento Passe Livre (MPL) a partir de 2005, se tornaram um atrativo campo de atuação política de uma juventude

¹⁷⁶ Ver análise histórica detalhada a respeito em VELOSO (2015).

¹⁷⁷ Para uma análise detalhada sobre a história do Movimento Passe Livre ver SOUSA (2015); VELOSO (2015) e VINICIUS (2014).

¹⁷⁸ É importante anotar que para o MPL apartidarismo não significa antipartidarismo.

libertária e autonomista em diversas cidades brasileiras (SOUSA, 2015, p. 56).

E, ainda, o surgimento do MPL¹⁷⁹ em nível nacional está diretamente ligado ao ciclo de lutas pelo passe livre estudantil e contra o aumento da tarifa, desencadeado pelos acontecimentos na cidade de Salvador, em 2003¹⁸⁰ e Florianópolis, em 2004 - 2005¹⁸¹.

Especificamente, a proposta de gratuidade universal dos transportes ganhou nova vida a partir do encontro de Lúcio Gregori com o Movimento Passe Livre (MPL), no ano de 2005. Segundo relata o primeiro:

Terminado o governo da Erundina, enterraram a Tarifa Zero, uma lápide e fim de papo. Em 2005 me telefona um jovem do Movimento Passe Livre, que nunca tinha ouvido falar na vida, dizendo que iriam fazer um debate no sindicato dos jornalistas no dia 15 de outubro. Eu fui lá. O movimento Passe Livre que tinha sido fundado no Fórum Social Mundial, em 2004, defendia o passe livre estudantil. Eu disse, 'o que vocês estão fazendo é uma burrada, porque em mais de 90% dos municípios brasileiros, como é que você faz a gratuidade do estudante? Você cobra um pouquinho a mais do passageiro, você faz o que chamamos de subsídio cruzado.' E expliquei o projeto do Tarifa Zero. Eles ouviram e gostaram. Me chamaram para Fortaleza. Eles até chamaram a proposta por um tempo de passe livre universal, não pegou e voltaram a falar de Tarifa Zero. Eu fiquei aí rondando o Brasil

¹⁷⁹ Sobre a história do MPL ver: Movimento Passe Livre – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E; HARVEY, D; VAINER, C; *et al. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo 2013. E sobre a relação entre o surgimento MPL e a juventude autonomista ver: VINICIUS, Leo. *Antes de junho: Rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista*. Florianópolis: Editora Em Debate, 2014. Segundo Manolo (2007), "o Movimento Passe Livre - MPL surgiu em 2004 numa plenária realizada em Florianópolis, estimulado pela inspiração da Revolta do Buzu, ocorrida em Salvador em 2003. Organizou-se, então, como uma rede federativa das diversas campanhas municipais de luta pelo passe livre estudantil que atuavam sem articulação nacional. Hoje organiza-se a partir de coletivos locais de base territorial municipal, em torno dos seguintes princípios: federalismo, ação direta, apartidarismo (mas não antipartidarismo), frente única com os setores realmente comprometidos com a luta pelo passe livre, independência, autonomia e horizontalidade (MANOLO, 2007, p. 19).

¹⁸⁰ Em agosto de 2003, o aumento abusivo do preço da passagem do transporte público na capital baiana desencadeou um levante dos estudantes pela implementação do Passe Livre estudantil. Ver análise detalhada em: MANOLO. *Teses sobre a revolta do Buzu*. Disponível em: <http://passapalavra.info/2011/09/46384> - Acesso em: 12/01/2017. Outro registro importante sobre os acontecimentos em Salvador é o documentário de Carlos Pronzato, *A revolta do Buzu de 2003*. Disponível em: <https://goo.gl/1MY6iU> - Acesso em: 12/05/2017.

¹⁸¹ Os acontecimentos na cidade de Florianópolis, entre 2004 e 2005, ficaram conhecidos como A Revolta da Catraca. A Revolta da Catraca foi uma revolta popular vitoriosa contra aumentos nas tarifas de ônibus de Florianópolis em 2004 e 2005. Em 2004, por conta de um reajuste de 15,6% concedido pela Prefeitura e pelas empresas de ônibus, através do Conselho Municipal dos Transportes, milhares de pessoas saíram às ruas entre os dias 28 de junho e 8 de julho. Já no ano de 2005, os protestos duraram de 30 de maio à 21 de junho, quando a Prefeitura revogou o aumento de 8,8%. Sobre estes acontecimentos ver: VINICIUS, Leo. *A guerra da tarifa 2004 – 2005: Passe Livre em Floripa*. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias. 2005.

falando com a moçada do Movimento Passe Livre (GREGORI, 2016).¹⁸²

O trecho da entrevista acima nos revela aspectos importantes a serem analisados a respeito do significado deste encontro entre distintas gerações que atuam na luta pelo transporte público. Algo que vale também para a análise do encontro entre Lúcio Gregori e os jovens participantes do movimento Tarifa Zero BH.

Lúcio Gregori vivenciou a experiência das primeiras prefeituras progressistas pós-redemocratização do país. Como assinalado na PARTE 1 desta tese, essas experiências foram marcadas pelas contradições do processo de redemocratização. Por um lado, foram experiências de governo e gestão pública que traziam a marca das lutas sociais dos anos 80, da construção do, então, partido político legítimo representante da classe trabalhadora e das conquistas sociais garantidas pela Constituição de 1988. Por outro, estas experiências de gestão municipal experimentavam os limites impostos pela institucionalidade e pelo jogo político do arranjo democrático recém constituído, ou seja, experimentavam os limites que o arranjo institucional impunha à criação política que ousasse superar seus contornos. Foi assim que Lúcio Gregori e sua geração viu a proposta de gratuidade universal dos transportes perecer ou, em suas próprias palavras, “ser enterrada de vez” ao longo da década. Já o Movimento Passe Livre nasceu quase uma década e meia depois da tentativa de implementação da tarifa zero na cidade de São Paulo, em um período de expectativas renovadas pela chegada de Lula ao poder federal, no ano de 2003, em um novo pacto conciliatório nacional. Conforme também já anotado na primeira parte desta tese, os jovens autonomistas urbanos não participavam deste novo arranjo político - pelo contrário, pode-se considerá-los dissidentes da forma de regulação social delineada pelo lulismo.

No final do mesmo depoimento citado acima, Lúcio Gregori percebe que há uma outra forma de pensar, agir e participar na vida pública delineada por estes jovens ativistas urbanos participantes do Movimento Passe Livre.

¹⁸² Trecho de entrevista de Lúcio Gregori em entrevista para o programa Espaço Público da TV Brasil em 26/01/2016.

[...] esses jovens são uma outra cabeça. Hoje tem internet, tem muitas outras coisas. Às vezes olham para o Movimento Passe Livre como se fossem Et's, uma coisa de outro mundo. Não, é um outra coisa que está acontecendo e que aliás apareceu recentemente na ocupação das escolas. [...] está sendo mostrado aí que há uma outra maneira de pensar, de discutir, querem outra participação, de outro modo (GREGORI, 2016).¹⁸³

Pode-se interpretar que esta percepção de Lúcio a respeito dos jovens contestadores dá-se em comparação com o que ele e sua geração vivenciaram na transição democrática e nos primeiros anos de nossa recém democracia. Ou seja, ele percebeu que os ativistas contemporâneos traziam outras exigências e necessidades para a vida democrática, outras possibilidades e outro imaginário político e contestatório. Percebeu, também, uma maneira de pensar e agir que não se encaixava na forma da cidadania constituída por uma participação regulada, administrada, adaptada e esvaziada de um efetivo poder de criação, planejamento e decisão. A partir de uma intuição arguta, de quem convive e partilha sonhos com as gerações contemporâneas, Lúcio Gregori estende sua percepção sobre a natureza desta outra vida democrática e desta participação trazida pelas gerações contemporâneas para além da experiência dos jovens do Movimento Passe Livre. Por outro lado, chega a citar fenômenos contestatórios recentes como, por exemplo, o movimento de ocupações de escolas públicas protagonizados por estudantes secundaristas, a partir do ano de 2015.¹⁸⁴

¹⁸³ Trecho de entrevista de Lúcio Gregori em entrevista para o programa Espaço Público, da TV Brasil, em 26/01/2016.

¹⁸⁴ A “onda” de ocupações de escolas públicas no Brasil por parte dos estudantes secundaristas começou em 2015, no estado de São Paulo, e se estendeu pelo ano seguinte por mais de 15 estados da federação. Protagonizando o que muitos chamaram a “Primavera secundarista”, os jovens estudantes de várias escolas do País adotaram o lema histórico “Ocupar e resistir”, utilizado pelos movimentos sociais de luta por moradia e por terra. As reivindicações, pautas, palavras de ordem e bandeiras emergiram dos contextos específicos vivenciados pelos estudantes secundaristas em cada um dos Estados onde houve ocupações. A “Primavera secundarista” trouxe à tona formas autônomas, críticas e conscientes de organização, mobilização e autogestão dos estudantes nas escolas ocupadas. Um sentimento profundo de pertencimento e valorização da escola pública ganhou visibilidade, surpreendendo os que pensavam ser os jovens sujeitos que não se importavam com a instituição escolar. Os jovens colocaram no centro do debate, a partir de suas lutas, práticas e organização, a demanda por uma outra escola e uma outra política educacional. Ver: CAMPOS, Antônia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016; Documentário: *Acabou a paz, isso aqui vai virar o Chile*. Disponível em: <https://goo.gl/JzaWpF>. Acesso em: 6/06/2016; Documentário: *Escolas Ocupadas: A verdadeira reorganização*. Disponível em: <https://goo.gl/RMlvxG> - Acesso em: 6/06/2016.

Conforme será analisado páginas à frente, percebo o movimento Tarifa Zero neste mesmo quadro de exigências e de constituição de outras formas de participação e de renovação da vida democrática protagonizado pelo ativismo urbano contemporâneo.

Um segundo aspecto a ser destacado, a partir do depoimento do ex-gestor paulista, refere-se à reorientação da pauta central das lutas pelo transporte por parte do Movimento Passe Livre, a partir do encontro com o mesmo. Ancorado por sua experiência e conhecimento técnico, o ex-secretário de transportes da cidade de São Paulo trouxe uma perspectiva mais ampla de compreensão do potencial da luta pelo transporte público aos jovens ativistas. Ao explicar que a pauta pelo passe livre estudantil ou a defesa de gratuidades segmentadas acabam por onerar o usuário comum do transporte público, justamente por serem subsidiadas pela tarifa paga pelos mesmos Lúcio abre, junto ao MPL, o horizonte da luta pela gratuidade universal, o horizonte da tarifa zero.

Em síntese, o fortuito encontro entre distintas gerações envolvidas com a questão do transporte público possibilitou que a ideia da gratuidade universal no mesmo ganhasse uma nova chance. Dentre as resoluções sobre a questão dos transportes do 3º Encontro Nacional do Movimento Passe Livre, aparece a indicação de que o movimento, a partir de 2006, “pautará a luta pelo passe livre universal” (MANOLO, 2007, p. 85). A partir de então, o amplia-se a compreensão do MPL sobre a luta do transporte:

Cada vez mais debatida internamente, a ideia do passe livre para todos ganhou sustentação após o movimento visitar o projeto Tarifa Zero, formulado pela prefeitura de São Paulo no início da década de 1990. O salto de compreensão sobre o sistema que tal análise trouxe ao MPL terminou por desfazer o véu de argumentos técnicos que escondia os conflitos sociais e econômicos por trás da gestão do transporte. Daí em diante, assumiu-se o discurso do transporte como direito, aliás fundamental para a efetivação de outros direitos, na medida em que garante o acesso aos demais serviços públicos. O transporte é entendido então como uma questão transversal a diversas outras pautas urbanas. Tal constatação amplia o trabalho do MPL, que deixa de se limitar às escolas, para adentrar em bairros, comunidades e ocupações, numa estratégia de aliança com outros movimentos sociais – de moradia, cultura e saúde, entre outros (MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo, 2013, p.26).

Ao assumir o transporte como direito social, questão que será discutida páginas à frente o MPL passa, também, por uma reorganização estratégica. Enquanto sua pauta central foi o passe livre, o MPL atuou prioritariamente em escolas e junto aos estudantes. A partir do momento que amplia sua compreensão sobre a pauta de luta do transporte, o movimento insere-se no conjunto ampliado de lutas urbanas e reorienta sua ação militante para a atuação nos bairros, comunidades e ocupações, em conjunto com outros movimentos sociais ligados à problemática urbana.

Durante a segunda metade da primeira década dos anos 2000, o MPL espalha-se por todas as regiões do país, por meio do surgimento de coletivos em médias e grandes cidades.¹⁸⁵ Tendo os exemplos da Revolta do Buzu, em Salvador (2003) e a Revolta da Catraca, em Florianópolis (2005), o movimento é protagonista de diversas lutas contra o aumento da tarifa no transporte público em muitos municípios brasileiros, a partir de um repertório variado de ação direta nas ruas: protestos, ocupação de prédios públicos, trancamento de ruas, panfletagens em estações de transporte urbanos e no interior dos ônibus e trabalho de base junto aos trabalhadores e camadas populares, dentre outras ações.¹⁸⁶

Em agosto de 2011, o MPL da cidade de São Paulo lança uma campanha pela implementação da tarifa zero no transporte coletivo, apresentando um projeto de lei de iniciativa popular com a presença da deputada Luíza Erundina, prefeita da cidade quando a proposta foi apresentada no início dos anos 90, e

¹⁸⁵ Caio Martins e Leonardo Cordeiro no texto *Revolta Popular: o limite da tática* (2014) ressaltam que outras organizações compartilharam do mesmo repertório de ação e imaginário que compunham o MPL. Dentre essas organizações está o Tarifa Zero BH. Nas palavras dos autores: “há todo um imaginário comum na história, da estética, dos princípios, propostas e táticas de luta do transporte que é em grande parte formalizado em torno do MPL, mas do qual fazem parte outras organizações. Para citar alguns exemplos atuais: o Movimento Não Pago em Aracaju, o Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre, o Tarifa Zero em Belo Horizonte, os movimentos Pula Catraca e Contra a Catraca no interior de São Paulo, entre inúmeros outros comitês, fóruns e frentes de luta espalhados pelo país.” Disponível em: <http://passapalavra.info/2014/05/95701> - Acesso em: 02/02/2017

¹⁸⁶ Segundo os mesmos autores citados na nota anterior, o MPL vive, nestes anos, a tensão entre ter de lutar contra os sucessivos aumentos de tarifa nos municípios e alavancar a luta por um outro transporte urbano: “[...] ao nascer do entusiasmo das revoltas, como tentativa de elaboração do sentido daquelas experiências, o MPL orienta-se sobretudo para as lutas contra o aumento, numa tensão permanente entre a dimensão reativa dessas jornadas (as de luta contra o aumento das tarifas) e a construção de um outro transporte.” (MARTINS; CORDEIRO, 2014)

Mauro Zilbovicius, um dos formuladores do projeto de lei rejeitado naquela mesma época.¹⁸⁷ Como será abordado à frente, o movimento Tarifa Zero, em Belo Horizonte, elaborou um projeto semelhante inspirado no exemplo paulista.

FIGURA 13: Cartaz do lançamento da campanha pela implementação da tarifa zero na cidade de São Paulo.

TARIFA ZERO

Lançamento da campanha

19 de agosto de 2011

Faculdade de Direito da USP
Lgo São Francisco, 95
19h na Sala dos Estudantes

Mesa:
Luiza Erundina
 prefeita de São Paulo na gestão 1988-92, quando foi proposto o projeto Tarifa Zero.

Mauro Zilbovicius
 professor da Escola Politécnica da USP, um dos elaboradores do projeto Tarifa Zero em 1992.

Nina Cappello
 militante do Movimento Passe Livre de São Paulo.

Venha inaugurar esta nova etapa da luta por um transporte público de verdade!

www.tarifazerosp.net

¹⁸⁷ Informações sobre o lançamento da referida campanha ver o *site* do Diário Liberdade. Disponível em: <https://goo.gl/qpm0x> - Acesso em: 12/10/2016.

Fonte: Disponível em: <https://goo.gl/baXusZ> - Acesso em 07/01/2017.

Com a explosão dos grandes protestos em junho 2013, a proposta da tarifa zero extrapola os círculos de atuação dos jovens ativistas urbanos e dos militantes, intelectuais e grupos envolvidos com a questão urbana e ganha outro patamar de visibilidade: acumula projeção reivindicativa nas ruas em uma das maiores revoltas urbanas populares da história brasileira.

FIGURA 14: Belo Horizonte 26 de junho de 2013. “Escudo” de proteção de bombas e tiros de bala de borracha disparados pela polícia militar com a mensagem Tarifa Zero em destaque.



Fonte: MARICATO, E; HARVEY, D; VAINER, C; et al, 2013. p. 64

A cidade de Belo Horizonte é um forte exemplo, assim como muitas outras, de que a partir dos protestos de junho de 2013 a pauta dos transportes e da tarifa zero entrara de vez no debate público. Conforme mencionado na PARTE II desta tese, a história do movimento Tarifa Zero na capital mineira, anterior ao início desta pesquisa, não será objeto de análise por já ter sido muito bem trabalhada por Veloso (2015) e Domingues (2016). No ANEXO II há uma cronologia detalhada das ações do movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte, de junho de 2013 a junho de 2014, que dá a dimensão da movimentação contestatória após os grandes protestos de junho de 2013, e da visibilidade que a mesma obteve na imprensa mineira. A história do Tarifa Zero aparecerá em

outros momentos do texto, na medida que contribuir para o entendimento e contextualização das análises do campo de pesquisa. Será possível perceber que, a partir de suas ações nas ruas e no campo institucional municipal, o movimento Tarifa Zero tornou-se um ator político na cidade, reconhecido tanto como herdeiro do legado dos protestos de junho quanto capacitado tecnicamente para discutir a pauta dos transportes nos mais diversos espaços. De todo modo, alguns aspectos da história recente da proposta de gratuidade universal dos transportes e do movimento Tarifa Zero precisam ser destacados desde já.

É importante anotar que, antes desse momento, a proposta já aparecia de forma incipiente e fragmentária na cidade. A questão ganhou alguma entrada em Belo Horizonte em 2012, principalmente pela intervenção do coletivo editorial PISEAGRAMA,¹⁸⁸ cuja campanha não-eleitoral por mudanças da cidade durante as eleições daquele ano teve, como uma das propostas, a gratuidade universal nos transportes. Nas ruas foram afixados cartazes e nas redes espalhadas mensagens em forma de *hashtags* com propostas para a cidade, dentre elas a mensagem #Ônibus Sem Catraca.¹⁸⁹

¹⁸⁸ “PISEAGRAMA é uma plataforma editorial dedicada aos espaços públicos – existentes, urgentes e imaginários – e, além da revista semestral sem fins lucrativos, realiza ações em torno de questões de interesse público como debates, micro-experimentos urbanísticos, oficinas, campanhas e publicação de livros.” Apresentação do coletivo editorial em seu site. Disponível em: <http://piseagrama.org/sobre/> - Acesso em: 12/01/2017

¹⁸⁹ Sobre a campanha ver o site do coletivo. Disponível em: <http://piseagrama.org/campanha/> - Acesso em: 14/01/2017.

FIGURA 15: Cartazes da campanha não eleitoral do coletivo editorial Piseagrama, em 2012 colados no centro de Belo Horizonte. Destaque para o cartaz vermelho #ÔNIBUS. SEM CATRACA.



Fonte: Disponível em: <http://piseagrama.org/campanha/>. Acesso em: 14/01/2017.

O coletivo viabilizou a vinda de Lúcio Gregori e realizou várias ações para debater a proposta. Pode-se registrar, também, a atuação do Núcleo Isegoria do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), durante os protestos contra o aumento da passagem em 2011 e 2012. O núcleo também se destacou na campanha eleitoral municipal deste último ano último ano, com a campanha para vereador de André Veloso integrante, posteriormente, do movimento Tarifa Zero, e cuja candidatura incluiu a questão da gratuidade universal dos transportes como principal proposta.¹⁹⁰

Mas foi durante e após os grandes protestos de junho de 2013 que se consolidou o ativismo na cidade em torno da questão da tarifa zero. Naquele período, o então prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, sinaliza para a possibilidade de redução da tarifa de transporte em 10 centavos, seguindo o movimento de centenas de prefeituras brasileiras impactadas com a força das manifestações. A redução das tarifas pode ser entendida como uma das várias

¹⁹⁰ Veloso (2015) em um tópico intitulado, Tarifa Zero como pauta e força motriz: um rastreamento da disseminação da proposta em Belo Horizonte, analisa, de maneira detalhada, a história da proposta da tarifa zero na cidade antes dos protestos de junho de 2013.

formas de tentativa de resposta dos gestores públicos aos protestos, ou melhor, uma das várias formas em que os mesmos procuraram, através de medidas emergenciais, aplacar a ira popular das ruas naqueles dias. O que o prefeito de Belo Horizonte talvez não esperava é que a forma como efetuou a redução da tarifa, beneficiando as empresas através de isenções fiscais, sofreria forte contestação e impulsionaria ainda mais iniciativas de contestação ao sistema de transporte do município. Assim foi a redução da tarifa que beneficiava as empresas:

A redução se daria por dois atos administrativos diferentes. Cinco centavos seriam fruto da isenção, para as empresas de ônibus, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e era proposto por meio do projeto de lei no 417/2013, enviado pelo executivo para a Câmara Municipal. Já os outros cinco centavos seriam por meio do cancelamento da taxa de Custo de Gerenciamento Operacional (CGO), que era repassada diretamente a BHTRANS como parte de sua receita, configurando um montante anual de R\$ 25 milhões. Propunha-se que esse cancelamento fosse feito por um decreto da prefeitura logo após a aprovação do PL 417/13 (BELO HORIZONTE, 2013c). Com essa proposta, que traria o preço final para R\$2,70 (portanto ainda acima do preço de 2012, de R\$ 2,65) a Prefeitura fazia uma dupla manobra. Por um lado, deixava de incorporar à redução da tarifa as isenções de impostos feitas pelo governo federal: o PIS/COFINS, que vigorava desde maio daquele ano, e a isenção de imposto sobre a folha de pagamentos, que vigorava desde janeiro. Essa isenção poderia representar, pelo menos, mais dez centavos de desconto na tarifa. Por outro lado, com o PL 417/13, a PBH buscava atender uma pauta histórica das empresas de ônibus: a isenção total do ISSQN para o setor, que configurava um considerável aporte de recursos para o município (VELOSO, 2015, p. 192).

Essas medidas ocorreram em meio ao calor provocado pelos grandes protestos, quando o movimento Tarifa Zero ainda era o GT de Mobilidade Urbana da Assembleia Popular Horizontal - APH.¹⁹¹ Pois bem, militantes do Partido dos Trabalhadores informam, em uma das sessões da APH, que vereadores do partido iriam apresentar emendas ao projeto de lei de redução da tarifa aprovado em primeiro turno na câmara que beneficiavam empresários do setor. Uma dessas emendas exigia a abertura pública das planilhas do sistema de ônibus. A APH e o referido GT se mobilizam para comparecer na casa legislativa municipal no dia da apresentação das emendas parlamentares. No dia 29 de

¹⁹¹ Conforme explicitado no PARTE II desta tese, o movimento Tarifa Zero surgiu do GT de Mobilidade Urbana da APH. A APH foi uma iniciativa e espaço que procurou tanto abrigar a rede de ativistas urbanos durante os grandes protestos de junho de 2013 como um espaço de convergência de pautas, temas, lutas e contestações que emergiram durante as manifestações.

junho, em uma sessão extraordinária, num sábado pela manhã, ocorre um conflito entre a Guarda Municipal e uma parcela dos manifestantes, que são impedidos de entrar na Câmara Municipal. O projeto de lei é aprovado em segundo turno com rejeição das emendas dos vereadores. Os ativistas decidem, então, ocupar a Câmara Municipal por tempo indeterminado e conseguem, ao cabo daquela ação, uma redução de mais 5 centavos na tarifa e a revogação da isenção de um imposto municipal que beneficiara as empresas. Após 15 dias de ocupação, que envolveu cerca de 500 pessoas, aquela era uma segunda vitória concreta do movimento, que demonstrava sua consolidação em menos de dois meses.¹⁹²

Ainda no segundo semestre de 2013, o GT de Mobilidade Urbana da APH lança a campanha pela tarifa zero em Belo Horizonte, a partir da coleta de assinaturas¹⁹³ para a apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular (ANEXO III).

Tal empreitada realizou-se a partir de um projeto político publicitário que objetivava dar visibilidade e ampla aceitação da proposta por parte da população. A estratégia era a de criar imaginário e narrativa na cidade que demonstrassem, de maneira clara, as vantagens da tarifa zero.¹⁹⁴

Após a elaboração do projeto de lei, criou-se no GT uma comissão de mobilização para as ações que iniciariam o processo de coleta de assinaturas. Assim, cerca de 800 cartazes com as frases elaboradas foram impressos, camisas com a logo da campanha foram feitas para serem vendidas e uma ocupação cultural – um dia inteiro de apresentações artísticas – foi planejada para o Dia Mundial Sem Carros, 22 de setembro, um domingo. Além disso, no dia anterior realizou-se um grande ‘aulão’ sobre o projeto de lei, com as falas de Lucio Gregori e de uma representante do Movimento Passe Livre de São Paulo. A ideia era que a divulgação do projeto de lei fosse, em si, uma mobilização interna dos integrantes do GT. Dessa forma, ações como a colagem de cartazes pela cidade, algumas delas performáticas, eram realizadas de maneira autônoma pelo movimento. No dia do ‘aulão’, parte daqueles que compareceram realizaram um pulão em uma linha de ônibus para ir até a Câmara Municipal colar os cartazes da campanha. A ocupação cultural atraiu cerca de 5 mil pessoas durante todo o domingo, com mais de 20 bandas em três palcos

¹⁹² Para a história detalhada sobre a ocupação da Câmara naquele ano, novamente indicamos Veloso (2015).

¹⁹³ Eram necessárias 95 mil assinaturas para a apresentação do projeto na Câmara Municipal. Ainda com toda energia de mobilização em torno da questão, o total de assinaturas necessárias não foi atingido e as ações posteriores do movimento acabaram por fazer com que esta empreitada ficasse, de certa forma, esquecida.

¹⁹⁴ Ver logos da campanha e análise da mesma em Veloso (2015).

simultâneos, manifestando a efervescência política da juventude da cidade e demonstrando a capacidade de realização autônoma dos novos movimentos sociais (VELOSO, 2015, p. 206).

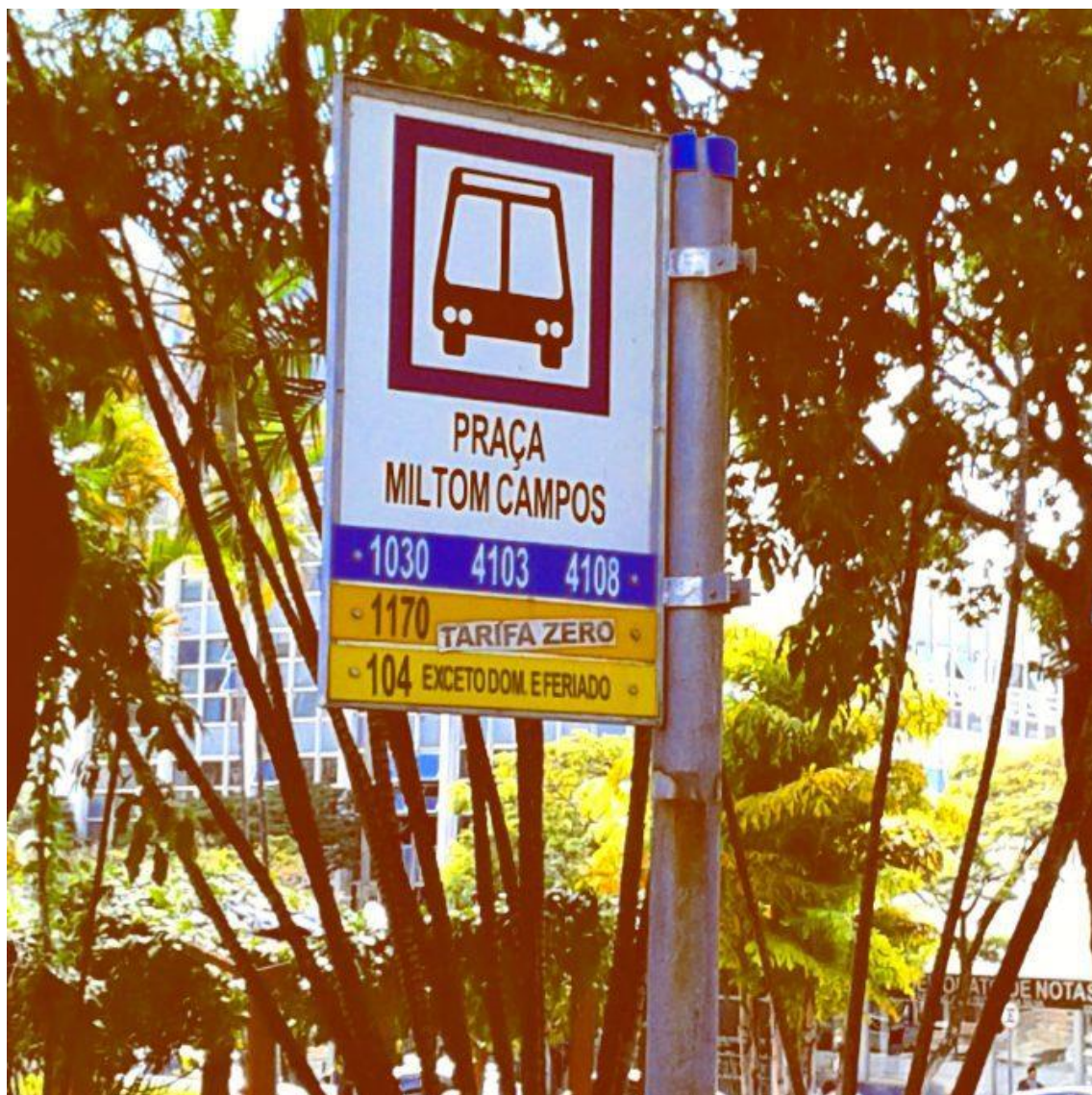
A partir de então camisetas, cartazes, stêncil e adesivos com a logo da campanha foram espalhados pela cidade e passaram ser a expressão visual da existência da luta pela gratuidade universal do transporte em Belo Horizonte. Era o início do, agora intitulado, movimento Tarifa Zero BH.

FIGURA 16 - Logo da campanha do projeto de lei de iniciativa popular por tarifa zero



Fonte: Página Tarifa Zero BH - Disponível em <http://on.fb.me/1ImQ5qE>

FIGURA 17 – Marcas do Tarifa Zero pela cidade. Colagem em ponto de ônibus.



Fonte: Acervo do autor, 2015.

FIGURA 18 – Marcas do Tarifa Zero pela cidade. Stêncil da logo do movimento na parte lateral de uma banca de revistas, localizada no centro de Belo Horizonte



Fonte: acervo do autor, 2014.

FIGURA 19 – Marcas do Tarifa Zero pela cidade. Stêncil na passarela da estação de metrô Santa Efigênia, em Belo Horizonte. ¹⁹⁵



Fonte: Acervo do autor, 2015.

2. O campo de ações do movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte

A luta pela tarifa zero implica na alteração de dispositivos institucionais e estruturas desiguais e injustas que constituem historicamente a formação da sociedade brasileira. Implica, também, na conquista de um novo direito social, o direito ao deslocamento e à mobilidade urbana, que necessariamente se expressa na luta de classes em torno do conflito distributivo, da questão tributária e da disputa pelos recursos e prioridades de investimentos do Estado. Ou seja,

¹⁹⁵ Na imagem há a mensagem “Tarifa Zero” e o desenho de um dos símbolos da luta contemporânea pelo direito ao transporte protagonizada por jovens ativistas: uma catraca pegando fogo.

a luta pela tarifa zero aponta para a alteração do injusto sistema tributário,¹⁹⁶ propondo a progressividade na cobrança de impostos de acordo com a renda, bens e lucros e dividendos ganhos pelos indivíduos – os mais ricos seriam os que mais contribuiriam para financiar este novo direito social. Por outro lado aponta, ainda para a disputa de prioridades políticas no interior do Estado, no caso a priorização de investimentos e incentivos ao desenvolvimento e modernização do sistema de transporte público em detrimento do transporte individual.

Lúcio Gregori, em uma entrevista no início do ano de 2016, informa que a proposta original de gratuidade elaborada em São Paulo na gestão de Luiza Erundina, baseada exclusivamente em impostos municipais, não poderia ser sustentada atualmente. Segundo ele, hoje uma proposta de tarifa zero necessariamente implica em criar uma estrutura institucional de investimento e financiamento público que envolve todos os entes da federação: municípios, governo estadual e federal.¹⁹⁷ Ou seja, a efetivação do direito social ao transporte, já promulgado por emenda constitucional conforme anotado páginas acima, exige um arranjo institucional semelhante ao que garante o financiamento e a existência de outros direitos sociais como ocorre, por exemplo, com a saúde,

¹⁹⁶ O injusto sistema tributário brasileiro evidencia uma maior tributação sobre as rendas derivadas do trabalho. A legislação atual não submete à tabela progressiva do Imposto de Renda (IR) os rendimentos de capital e de outras rendas da economia, que são tributados com alíquotas inferiores às do IR incidente sobre a renda do trabalho. Nosso sistema tributário concentra-se nos impostos regressivos que recaem sobre os trabalhadores e mais pobres, uma vez que mais da metade da arrecadação provém de tributos que incidem sobre bens e serviços, havendo baixa tributação sobre renda e patrimônio. Ver o estudo feito pelo professor da Universidade de Brasília, Evilásio Salvador (2016) intitulado Perfil da desigualdade e da injustiça tributária com base nos declarantes do Imposto de Renda no Brasil 2007-2013. Disponível em: <https://goo.gl/6FwmLy> - Acesso em: 25/02/2017.

¹⁹⁷ Programa Espaço Público – TV Brasil. Entrevista com Lúcio Gregori, 26/01/2016. Disponível em: <https://goo.gl/HtdCW9> - Acesso em: 22/02/2017.

assistência social e educação.¹⁹⁸ Talvez, para os transportes e a mobilidade urbana, algo semelhante ao Sistema Único da Saúde (SUS) ou ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deveria se efetivar para a devida garantia deste direito.¹⁹⁹

¹⁹⁸ É preciso anotar a existência de experiências de implementação da tarifa zero nos transportes em 12 cidades brasileiras de pequeno e médio porte. Ver: *site* Rede Brasil Atual. Disponível em: <https://goo.gl/ljXLlx> - Acesso em: 14/04/2017. A experiência mais conhecida é a da cidade de Maricá, município de 150 mil habitantes localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Reeleito pelo PT em 2012 com slogan “Maricá é bonita demais para ser controlada por uma empresa de ônibus”, o prefeito de Maricá, Washington Quaquá implementa em 2014 a tarifa zero no município utilizando recursos municipais advindos dos royalties pela exploração de petróleo. Nas palavras do próprio prefeito: “temos uma frota própria, de veículos comprados com recursos públicos através de licitação, de 23 ônibus, sendo dez urbanos de grande porte e 13 micro-ônibus. A tarifa é zero para qualquer pessoa que circule pelo município, seja morador ou não. Simplesmente você entra e sai do ônibus sem fazer qualquer desembolso. A roleta serve apenas para controlar quantos passageiros utilizam o serviço, tendo função meramente estatística. De dezembro de 2014 até maio de 2016 já foram feitas 23 mil viagens e nossos ônibus já transportaram 2,5 milhões de passageiros. O custo mensal da operação é de aproximadamente R\$ 1 milhão por mês e o investimento, até agora, na frota e na infraestrutura foi em torno de R\$ 14 milhões.” (QUAQUÁ, 2016. p. 331). A efetivação da tarifa zero em Maricá despertou uma “guerra judicial” entre a prefeitura e as empresas Nossa Senhora do Amparo e Viação Costa Leste que possuíam o monopólio da operação do transporte urbano no município. Em 2015 uma decisão judicial garantiu a continuidade da tarifa zero em Maricá. Ver: *site* da prefeitura de Maricá. Disponível em: <https://goo.gl/EHVxoS> - Acesso em: 23/02/2017. Mas, as últimas notícias que consegui obter informam que a partir de uma outra ação judicial movida pelas empresas de ônibus foi suspensa a tarifa zero no município em outubro de 2016, sob a alegação de que a tarifa zero “promove concorrência desleal, ocasionando em um desequilíbrio econômico-financeiro das prestadoras de serviço.” Ver: *Blog* Diário do Transporte. Disponível em: <https://goo.gl/ZbzsUf> - Acesso em: 12/03/2017. De toda forma, casos como o de Maricá e de outros municípios brasileiros precisam ser pesquisados para que possamos ter um conhecimento sistematizado sobre as experiências de tarifa zero que subsidiem as lutas e movimentos sociais em torno da questão.

¹⁹⁹ É bem verdade que já há dispositivos legais para tal. A Lei nº 12.587/12 institui diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Segundo o art. 2º desta lei a “Política Nacional de Mobilidade Urbana tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana”. Disponível em: <https://goo.gl/LEvQd> - Acesso em: 14/03/2017. A aplicação prática da lei prevê que os municípios acima de 20.000 habitantes ficam obrigados a elaborar seus respectivos planos diretores e planos de mobilidade urbana, que devem contemplar os princípios, objetivos e diretrizes das políticas nacionais. Para uma análise detida a respeito ver: <https://goo.gl/2Ti3F8> - Acesso em: 23/03/2017. O ponto é que esta lei representa avanços no trato legal e institucional da mobilidade urbana mas não encontra a devida correspondência, assim como o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001) com a qual ela está relacionada, com as prioridades contidas no o modelo de desenvolvimento impulsionado pela Estado Brasileiro. Ou seja, podemos pensar, neste caso, a existência de um avanço legal importante no trato da questão da mobilidade urbana em meio às contradições do capitalismo brasileiro que obstaculizam sua própria efetivação. O avanço da legislação, então, pode ser interpretado como um dispositivo de intencionalidades cujos meios concretos para sua realização não são garantidos. E ainda, o caso de Maricá mencionado na nota anterior, indica que a disputa efetiva em torno da tarifa zero implica na capacidade e disposição de mobilização e luta social por parte da população.

E se pensarmos, por exemplo, que a vida em uma cidade como Belo Horizonte possui contornos que extrapolam os limites do próprio município, que é uma vida metropolitana onde parte da população circula entre cidades que compõe a metrópole, a luta pela gratuidade universal exige que se extrapole igualmente os limites municipais e se pense em um sistema integrado e abrangente de tarifa zero nos transportes.

Neste ponto é necessário fazer a consideração que o Tarifa Zero preocupou-se com a questão da mobilidade urbana pensada neste nível mais amplo. Em meados de 2014, o movimento articulou um seminário para a construção de uma Proposta de Política Nacional de Mobilidade Urbana com objetivo de incidir no debate eleitoral das eleições, em nível federal e estadual. O seminário contou com a presença de dois ex-gestores públicos ligados à questão dos transportes com grande experiência e conhecimento, Lúcio Gregori, e João Luiz.²⁰⁰ Tal proposta se anunciava, em seu escopo, como complementar à Lei 12.587/12, mencionada em nota acima, deixando marcadas questões ausentes no referido dispositivo legal, tais como: o reconhecimento do transporte como direito social e a criação de fundos públicos nos níveis nacional, estadual e municipal para subsídio dos sistemas de transporte - redução do valor pago pela tarifa por parte dos usuários do transporte coletivo.²⁰¹ Projetou-se a realização de uma campanha para lançamento da proposta da política nacional e de um site dedicado à mesma.²⁰² A campanha foi tema de muitas reuniões das quais participei, mas não foi efetivada. O volume de ações em que o movimento estava envolvido no segundo semestre daquele ano, como a organização da intervenção no Plano Plurianual de Ação Governamental na câmara municipal, a organização de uma Busona que faria o transporte entre a Marcha das Vadias e uma festa em uma ocupação urbana e a organização da luta contra o aumento da tarifa, teve como consequência a não priorização da

²⁰⁰ “João Luiz foi o primeiro presidente da Metrobel (Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte), implantando inovações significativas na gestão e regulação do transporte público na RMBH. Posteriormente, exerceu cargos diretivos na BHTRANS e na CBTU, na década de 1990” (VELOSO, 2015. p. 17). As contribuições de Lúcio Gregori e João Luiz para o seminário de elaboração da proposta de uma Política Nacional de Mobilidade Urbana podem ser vistas em: <https://goo.gl/fXctt5> - Acesso em: 23/02/2017.

²⁰¹ Ver a integralidade da proposta no ANEXO IV.

²⁰² Site dedicado à proposta da Política Nacional de Mobilidade Urbana: <http://mobilidadebrasil.org/> - Acesso em: 25/03/2017.

campanha. Irei tratar de algumas destas ações ao longo deste tópico. A *Busona sem Catracas* foi referida na Baldeação 3. Uma característica importante a ser anotada é que durante minha convivência com o Tarifa Zero percebi a dificuldade em priorizar ou dar continuidade em muitas das ações. A hipótese que pode ajudar a explicar este ponto talvez esteja relacionada com uma espécie de ausência de perspectiva estratégica, onde o movimento pudesse tanto se planejar em prazos de tempo mais longos quanto avaliar a execução das ações que realizava. Esta questão relaciona-se de alguma maneira e não exclusivamente, com a progressiva perda de foco na luta pela gratuidade universal na cidade de Belo Horizonte.

Nesse sentido, o sonho diurno (BLOCH, 2005, V.1) da tarifa zero nos transportes, impulsionado pelo efervescente contexto dos grandes protestos em 2013, foi aos poucos deixando de ser o foco principal do movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte. Confirme nos informa Veloso (2015):

Apesar do sucesso do lançamento, as 4 mil assinaturas obtidas no primeiro fim de semana representavam menos de 5% do total necessário para o encaminhamento do projeto de lei. As quatro semanas seguintes, com ações em escolas e nas ruas angariaram as mesmas 4 mil. De certa maneira, a falta de perspectiva de construção de longo prazo, aliada a uma ansiedade por resultados diante da efervescência que havia sido o mês de junho, faz com que o GT de Mobilidade Urbana comece a diversificar suas ações e perder o foco da coleta de assinaturas (VELOSO, 2015, p. 207)

As dificuldades e desafios que a empreitada de coleta de assinaturas trouxe, pareceram superar a projeção inicial entusiasmada dos jovens ativistas que intencionavam mobilizar a população da cidade,²⁰³ impulsionados pela centralidade que a agenda da mobilidade urbana e do transporte público ganhara durante os protestos de junho de 2013. Mas, a experiência concreta, condizente com a realidade da natureza da disputa que envolvia a luta pela gratuidade universal dos transportes na cidade, foi conduzindo as expectativas iniciais em um curso decrescente. Aos poucos os jovens ativistas perceberam que a conjuntura explosiva que emergiu em junho de 2013, propiciando a queda das tarifas em mais de cem cidades brasileiras e alimentando o sonho diurno da tarifa

²⁰³ Trata-se da campanha inicial de lançamento do projeto de lei de iniciativa popular pela tarifa zero em Belo Horizonte e posterior recolhimento de assinaturas para o mesmo. No tópico anterior desta PARTE IV há referências sobre as ideias e imagens que delinearão a campanha. No ANEXO III, repetindo, o projeto de lei elaborado pode ser lido.

zero nos transportes, amainou-se no deserto do real. Ou seja, na medida em que o “reservatório de energia rebelde” acumulado durante os grandes protestos de junho de 2013 foi se esgotando, os jovens ativistas passaram a encarar a aridez da construção cotidiana da luta social em um contexto delineado por toda sorte de adversidades.

De toda forma, o repertório de ações do movimento Tarifa Zero, em Belo Horizonte sempre esteve, de alguma forma, conectado com a experiência adquirida e a memória dos acontecimentos de 2013. Os protestos nas ruas que continuaram a ocorrer a cada recorrente reajuste anual das tarifas eram animados pelo desejo, ainda que de maneira não consciente, de repetição da grande revolta ou algo próximo a isto. Ou seja, permaneceu no imaginário dos jovens ativistas a ideia da eficácia e da força dos protestos de rua no embate com o poder municipal e com as empresas de ônibus.

Outro aspecto é a conexão da luta nas ruas com a luta no campo institucional, que igualmente ganhou nova forma na cidade de Belo Horizonte após os grandes protestos de 2013. A ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, no final do mês de junho de 2013, tinha como uma das exigências centrais, conforme mencionamos anteriormente nesta tese, a abertura e realização de uma auditoria nas planilhas de custo das empresas de ônibus. Junho de 2013 produziu, também em Belo Horizonte, dentre outras questões, o impulso renovador da luta institucional a respeito da questão da política de transportes e mobilidade urbana. E como consequência deste fato, o movimento Tarifa Zero constituiu-se como um dos principais atores políticos da cidade a pautar estes temas junto ao poder municipal. Mas é importante, igualmente, salientar que, na medida em que a pressão das ruas perdeu pujança, a experiência da participação institucional do movimento Tarifa Zero passou a ser delineada pela tensão de se submeter aos contornos e modos da institucionalidade e procurar ultrapassá-los. Tratarei desta questão nas páginas a seguir, ao analisar a ação do movimento Tarifa Zero no campo institucional.

Pois bem, as ações do Tarifa Zero foram descritas e analisadas por dois trabalhos amplamente citados ao longo desta tese, ambos produzidos por participantes do movimento. No primeiro trabalho acadêmico, a

dissertação de André Veloso (2015)²⁰⁴, consta um amplo levantamento das ações do movimento, desde sua criação até o ano de 2015. A análise foca na história da formação do setor capitalista dos transportes urbanos e sua relação com a produção do espaço e com as lutas populares ao longo do século XX. O último capítulo desta dissertação é dedicado à análise da proposta da gratuidade universal no transporte público e, especialmente, à descrição analítica da história e das ações do movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte. Já a monografia de Letícia Domingues (2016)²⁰⁵, volta-se para a análise de dois movimentos contemporâneos na cidade de Belo Horizonte, o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC) e o Tarifa Zero, com o objetivo de identificar as percepções e representações dos participantes dos mesmos sobre três questões: Estado, Direito e Capitalismo. A autora apoia-se no inventário das ações do Tarifa Zero produzido por Veloso e o amplia, especialmente sobre o conjunto de ações. Neste sentido, seria algo repetitivo inventariar novamente o conjunto das ações. Utilizarei dois quadros que contém a sistematização das ações do Tarifa Zero contidos nos trabalhos mencionados e procurarei dialogar com as conclusões de ambos.

Frente ao conhecimento já acumulado e produzido a respeito do Tarifa Zero, a opção que faço nesta tese é a de priorizar a análise de dois momentos, um referente à ação direta nas ruas - protestos contra o aumento das tarifas - e outro referente à participação do Tarifa Zero na esfera institucional.

Trazendo para o diálogo a argumentação presente na PARTE I desta tese, o objetivo é compreender os elementos contidos na experiência e na ação do movimento Tarifa Zero, que podem nos informar sobre os obstáculos e desafios que o atual contexto da democracia e da sociedade brasileira impõe às lutas e movimentos sociais de modo geral. Além disto, compreender de que forma a ação e a experiência de movimentos protagonizados por jovens ativistas urbanos, como o Tarifa Zero, abrem

²⁰⁴ VELOSO, André. *O ônibus, a cidade e a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFMG, Belo Horizonte, 2015.

²⁰⁵ DOMINGUES, Letícia Birchal. *Tecendo Amanhãs: Estado, Direito E Capitalismo aos olhos do Tarifa Zero – BH e do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa – BH*. Monografia. Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, 2016.

horizontes e expectativas de futuro. A escolha dos momentos a serem analisados também leva em conta o diálogo com a análise das características dos sujeitos realizadas na PARTE III e revelam aspectos do cotidiano e da organização do movimento.

2.1 Nas ruas contra o aumento da tarifa: desafios e obstáculos

Os protestos de rua contra os recorrentes aumentos de tarifa eram os momentos de grande efervescência que alteravam o cotidiano do movimento Tarifa Zero. As reuniões semanais do movimento, que aconteciam às terças feiras em uma sala da Faculdade de Direito da UFMG, e que normalmente abrigavam em média cerca de 8 a 15 ativistas, passavam a contar com mais presenças. Aliás, as reuniões deixavam de ser exclusivas do Tarifa Zero e passavam a ser da Frente Contra o Aumento da Tarifa, migrando para outros espaços como a sede do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Belo Horizonte, SindRede. A juventude dos partidos de esquerda, movimento estudantil, militantes e ativistas de outros movimentos sociais, participantes ocasionais do Tarifa Zero e outros interessados, passavam a compor esta frente de lutas em um coletivo representativo da militância e do ativismo da cidade.

As tarefas de organização e preparação de cada Ato contra o aumento da tarifa, tais como a questão da segurança, mobilização, confecção de faixas, panfletos e cartazes e contato com a imprensa, dentre outras, geralmente eram divididas entre os participantes da frente de lutas. O movimento Tarifa Zero era reconhecido como protagonista das convocações para os atos e assim era visto pela imprensa. As notícias dos jornais geralmente mencionavam diretamente o nome do movimento, tanto nos dias anteriores aos protestos como após a realização dos mesmos.

Na medida em que havia a previsão de reajuste da tarifa, sempre no dia 29 do mês de dezembro de cada ano, previsto na licitação do ano de 2008 onde passou a vigorar um novo contrato entre a Bhtrans e as empresas de

ônibus, alguns destes atos de rua tiveram um caráter preventivo aos aumentos.²⁰⁶

De maneira geral, o objetivo dos atos de rua era o de paralisar a cidade. Mas, para além do sentido de parar a cidade, expresso no slogan sempre repetido nos atos “se a tarifa aumentar a cidade vai parar”, como poderíamos interpretar os significados do que é paralisar a cidade? Negri (2010) ao tentar compreender as jornadas de protestos em Paris contra a privatização dos transportes no inverno de 1995-96, auxilia-nos a alargar a compreensão desta questão:

Estas lutas são lembradas porque naquela ocasião os projetos de privatização dos transportes públicos de Paris foram rechaçados, não apenas pelos sindicatos, mas pelas lutas conjuntas de grande parte da população metropolitana. [...] Enfim, a tomada de zonas da cidade, foi um projeto perseguido com muita atenção. Estas áreas chamavam-se na época “bases vermelhas”, mas frequentemente não eram lugares, mas espaços urbanos, lugares de opinião, pública. Algumas vezes também acontecia que fossem decididamente não-lugares: eram manifestações de massa que em movimento percorriam e ocupavam praças e territórios. [...] De fato, desde o início dos anos setenta, começava-se a notar como a metrópole não fora tão somente invadida pela mundialização a partir do cume dos arranha-céus, mas também como ela fora assim constituída pelas transformações do trabalho que se estavam realizando. Alberto Magnaghi e seus colegas publicaram nos anos setenta uma formidável revista (*Quaderni del territorio*) que mostrava, a cada número de forma mais convincente, como o capital investia a cidade, transformando cada rua em um fluo produtivo de mercadorias. A fábrica tinha então se estendido na e sobre a sociedade: isto era evidente. Mas igualmente evidente era que este investimento produtivo da cidade modificava radicalmente o embate de classe (NEGRI, 2010, p. 204).

Ao concordar com Negri, que a cidade é a nova fábrica, o centro da produção e circulação do valor pode-se pensar, então, que reduzir a velocidade dos fluxos de produção na cidade por meio de protestos, ocupações e intervenções é uma tática dos movimentos sociais que equivale, de alguma forma, às greves nos locais de trabalho. E, ainda, se a cidade passa a ser a extensão da fábrica no capitalismo contemporâneo, a extensão dos locais de trabalho e se lembrarmos, mais uma vez, que deslocamento é lugar, o lugar do trabalho é também o do deslocamento pela cidade. Reduzir

²⁰⁶ No momento em que analisar a dimensão das ações institucionais do movimento Tarifa Zero, abordarei a questão deste contrato, dos reajustes de tarifa e os questionamentos e as ações do movimento Tarifa Zero a respeito do mesmo.

a velocidade ou parar o deslocamento pode significar também parar a produção.

Questões como essas passavam, também, pelo pensamento dos ativistas de outras formas. Houve debates e discussões sobre se a melhor tática não seria realizar trancamentos e travamentos das vias de Belo Horizonte no período da manhã, quando os trabalhadores estão se dirigindo ao trabalho, com o objetivo de causar obstáculos para a dinâmica da produção da cidade. Nesta mesma linha de pensamento argumentava-se, adicionalmente, que os trancamentos de rua no período em que os trabalhadores retornavam do trabalho para casa causava prejuízos para os próprios trabalhadores, retirando-lhes o tempo de descanso e, por consequência, dificultava o apoio da população em geral. Estas propostas de travamentos de vias pela manhã não se concretizaram, salvo uma ou outra intervenção devido, muitas vezes, ao número insuficiente de pessoas mobilizadas para realizá-las. Como grande parte das manifestações ocorreram no mês de dezembro e janeiro, período de férias escolares, havia certa dificuldade em mobilizar uma parcela significativa dos sujeitos que compõe a base social dos atos, justamente os estudantes secundaristas e universitários.

A ideia de realizar atos que minimizassem o transtorno dos trabalhadores no retorno do trabalho para casa, ao mesmo tempo em que produzissem um efeito na cidade, encontrou outras formas de se materializar. Isto se deu na opção por executar os trajetos de alguns atos nas regiões e bairros habitados pelas classes mais abastadas de Belo Horizonte, a região centro-sul, como as manifestações realizadas na região da Savassi, Sion, Lourdes e Avenida Nossa Senhora do Carmo. O raciocínio era o de atenuar o efeito para o conjunto da população e parar as vias onde circulam a chamada elite da cidade. Veloso (2015) traz o relato de um destes atos na região centro-sul, onde podemos perceber, também, elementos das formas de ser das movimentações contemporâneas protagonizadas por jovens como a ação direta nas ruas sob a forma da carnavalização do protesto (CHRISPIANO, 2002; FREIRE FILHO, 2007; ORTELLADO, RYOKI, 2004):

Depois do 5º Ato contra o aumento [de março/abril de 2014], no qual o comparecimento foi baixo, e ainda em um contexto incerto de mobilização para protestos de ruas em virtude da proximidade da Copa do Mundo, o TZ-BH busca rever sua estratégia de atuação para pressionar pela queda da tarifa. Entendendo que a festa atraía mais gente, e tendo discutido sobre exemplos de festas em outros contextos ativistas no mundo, inspiradas ainda na perspectiva autonomista, o Movimento decide uma ação para juntar a estratégia de parar o trânsito da cidade com o apelo cultural de suas atividades. Decide assim por uma “Manifesta Junina, uma festa junina a ser realizada na Avenida Nossa Senhora do Carmo, com o propósito de paralisar o principal acesso da zona sul. [...] Aproveitando o tema, a Manifesta Junina parodiou o tradicional casamento caipira. Assim, os noivos passaram a ser Ramon Víctor César, presidente da BHTRANS, e Joel Jorge Paschoalin, presidente do SETRA-BH²⁰⁷. O pai do noivo era caracterizado pelo senador, à época, Clésio Andrade, empresário de ônibus com origem em Belo Horizonte e então presidente da CNT²⁰⁸. O padre que celebrava a missa foi caracterizado pelo prefeito Márcio Lacerda. Com comparecimento de 300 pessoas, a Manifesta Junina foi um sucesso para o que se propunha – conseguiu fechar a Av. Nossa Senhora do Carmo por 8 horas e repercutir na mídia a luta contra o aumento (VELOSO, 2015, p.241-242).

No relato de Veloso pode-se perceber a iniciativa de dar visibilidade no ato, de maneira irônica e debochada, aos oponentes políticos a serem enfrentados, tanto do poder público - prefeitura e BHTrans -, quanto do setor empresarial ligado aos transportes - CNT, Setra-BH e empresários de ônibus. Alguns destes oponentes foram objeto, algumas das vezes, de atos específicos. Quando no início de 2014, por exemplo, os ativistas protestaram contra o aumento tarifário em frente ao prédio onde então residia o presidente da BHTrans no período, Ramon Víctor Cesar, ou quando houve queima de pneus e colagem de cartazes em frente ao Setra-BH denunciando o abuso do preço da tarifa e os nomes dos responsáveis pelas empresas de ônibus que operam na capital mineira. A realização de “catracassos” - pular a catraca sem pagar a tarifa - era outra forma de ação direta utilizada nos atos de rua ou em outros momentos específicos

²⁰⁷ Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte.

²⁰⁸ Confederação Nacional dos Transportes

**Tabela 1: Sistematização das manifestações de rua do Tarifa Zero BH
(jul/2013 a jan/2016)**

No.	Nome	Reivindicação	Data	Local da concentração	Estimativa de Pessoas	Observações
1	Ato pela Tarifa Zero e fim dos abusos das empresas de ônibus	Dia nacional de luta pelo passe livre	25/10/2013	Prefeitura de Belo Horizonte	300	Um bandeirão foi hasteado nos arcos do viaduto de Santa Tereza
2	Lacerda, repasse os 22 milhões para a população	Contra a isenção do CGO para as empresas sem redução da tarifa	30/01/2014	Praça sete de Setembro	400	Tentativa de catracaço no metrô, reprimida pela Polícia Militar
3	2º Ato Abaixou o custo, abaixa a tarifa!	Contra a isenção do CGO para as empresas sem redução da tarifa	06/02/2014	Praça sete de Setembro	300	Uma militante do PCR é detida na concentração do ato
4	3º Ato Abaixou o custo, abaixa a tarifa!	Contra a isenção do CGO para as empresas sem redução da tarifa	20/02/2014	Praça sete de Setembro	50	
5	1º Ato se a tarifa vai aumentar, a cidade vai parar!	Contra o aumento da tarifa para R\$ 2,85 com base nos estudos da Ernest & Young	03/04/2014	Praça sete de Setembro	400	Travessia em duas estações do BRT e na Avenida Paraná
6	2º Ato se a tarifa vai aumentar, a cidade vai parar!	Contra o aumento da tarifa para R\$ 2,85 com base nos estudos da Ernest & Young	07/04/2014	Praça sete de Setembro	700	Queima de catraca em frente ao SETRA-BH
7	1º Protesto contra o aumento das passagens nos intermunicipais da RMBH	Contra aumento das tarifa dos ônibus intermunicipais	28/04/2014	DER (Av. dos Andradas com Alameda Ezequiel Dias)	40	
8	3º Ato se a tarifa vai aumentar, a cidade vai parar!	Contra o aumento da tarifa para R\$ 2,85 com base nos estudos da Ernest & Young	12/05/2014	Chevrolet Hall (Av. nossa senhora do Carmo, 2000)	300	Queima de catraca em frente ao relógio da copa do mundo
9	4º Ato se a tarifa vai aumentar,	Contra o aumento da tarifa para R\$ 2,85 com base nos	15/05/2014	Praça Raul Soares	5 mil	O ato foi parte do 15-M, ato unificado convocado pelas

	a cidade vai parar!	estudos da Ernest & Young				organizações de esquerda, com pauta ampla
10	5º Ato se a tarifa vai aumentar, a cidade vai parar!	Contra o aumento da tarifa para R\$ 2,85 com base nos estudos da Ernest & Young	20/05/2014	Esquina da Av. Prudente de Moraes com Av.do Contorno	200	Queima de catraca em frente à residência do presidente do BHTRANS
11	1º Ato contra o aumento da tarifa	Contra o aumento da tarifa para R\$ 3,10 fruto do reajuste inflacionário	18/12/2014	Esquina da rua Curitiba com rua Carijós	80	
12	Ato contra o aumento da tarifa	Contra o aumento da tarifa para R\$ 3,10 fruto do reajuste inflacionário	29/12/2014	Esquina da rua Rio de Janeiro com Av. Santos Dumont	80	
13	Ato contra o aumento da tarifa	Contra o aumento da tarifa para R\$ 3,10 fruto do reajuste inflacionário	09/01/2015	Praça Sete de Setembro	800	
14	2º Ato contra o aumento da tarifa	Contra o aumento da tarifa para R\$ 3,10 fruto do reajuste inflacionário	16/01/2015	Praça Sete de Setembro	500	Queima de pneus e colagem de cartazes em frente ao SETRABH
15	3º Ato contra o aumento da tarifa	Contra o aumento da tarifa para R\$ 3,10 fruto do reajuste inflacionário	26/01/2015	Praça Sete de Setembro	80	Detenção por uma noite de 4 integrantes do movimento durante a dispersão do ato
16	Ato contra o aumento da tarifa	Contra o aumento da tarifa para R\$ 3,40 fruto de revisão contratual	12/08/2015	Praça Sete de Setembro	1000	Forte repressão policial na Rua da Bahia, deixando dezenas de feridos. Detenção de aproximadamente e 70 pessoas.
17	2º Ato contra o aumento da tarifa e o despejo da ocupação Izidora	Contra o aumento da tarifa para R\$ 3,40 fruto de revisão contratual e contra o despejo da ocupação Izidora	14/08/2015	Praça Sete de Setembro	3000	As ocupações da Izidora uniram-se ao ato
18	3º Ato contra o aumento da tarifa	Contra o aumento da tarifa para R\$ 3,40 fruto de revisão contratual	25/08/2015	CEFET -MG	100	
19	4º Grande ato contra o aumento da tarifa e o despejo da	Contra o aumento da tarifa para R\$ 3,40 fruto de revisão contratual e contra o despejo da ocupação Izidora	31/08/2015	Av. Afonso Pena- Prefeitura de Belo Horizonte	60	As ocupações da Izidora se uniram ao ato

	ocupação Izidora					
--	---------------------	--	--	--	--	--

Fonte: DOMINGUES (2016), adaptação de VELOSO (2015).

Melucci chama-nos a atenção a respeito da característica de as movimentações sociais contemporâneas comportarem-se como meios de comunicação social,

[...] su función es revelar los problemas, anunciar a la sociedad que existe un problema fundamental en un área dada. Tienen una creciente función simbólica, tal vez podría incluso hablarse de una función profética. Son una especie de nuevos medios de comunicación social (MELUCCI, 1999, p.70).

Neste sentido, os atos de rua e demais ações do movimento Tarifa Zero podem ser interpretadas como formas de comunicação, informação e visibilidade de um conflito social, no caso a problemática em torno do transporte público, para o conjunto da sociedade. Ainda que as pessoas percebam e sintam em seu cotidiano o problema da mobilidade urbana, é o movimento social que expressa e vocaliza a insatisfação na cena pública e produz a conflitualidade com os outros atores envolvidos na questão – prefeitura, BHTrans e empresas de ônibus.

[...] los movimientos funcionan, ante el resto de la sociedad, como una clase especial de medium cuya función principal es la de sacar a la luz lo que el sistema no dice por si mismo, la cuota de silencio, de violencia, de arbitrariedad que siempre subyace en los códigos dominantes. [...] No se trata de que no empleen palabras y slogans o mensajes, sino que su papel como intermediarios, entre los dilemas del sistema y la vida diaria de las personas, se manifiesta principalmente en lo que hacen: su mensaje central consiste en el hecho de que existen y actúan. Con ello indican a la sociedad que hay un problema que concierne a todos sus miembros, en torno al cual están surgiendo nuevas formas de poder. Del mismo modo, los movimientos declaran que aquello que la estructura de poder presenta como solución al problema no solo no es la única posible sino que oculta una serie de intereses, el núcleo de un poder arbitrario y la opresión. Por medio de lo que hacen y de su forma de hacerlo, los movimientos anuncian que existen otros caminos, que siempre habrá otra forma de enfocar un asunto, y que las necesidades de los individuos o de los grupos no pueden reducirse a la definición que de ellos hace el poder (MELUCCI, 1999, p.126).

A partir desta reflexão de Melucci, poderíamos pensar o movimento Tarifa Zero como produtor e divulgador de informações e sentidos contra-hegemônicos

na cidade. Um meio de comunicação alternativo sobre a vida da cidade, conectado ao cotidiano urbano e aos conflitos em torno do transporte público urbano, bem como à dinâmica de funcionamento do poder institucional municipal. Mas, é necessário relativizar justamente a capacidade de comunicação do movimento com o conjunto da sociedade. E esta questão está diretamente relacionada com a capacidade de mobilização social do movimento.

Um dos grandes desafios dos atos era mobilizar o conjunto da população da cidade. Conforme se pode verificar na tabela acima, raros foram os atos que ultrapassam o número de mil pessoas nas ruas. Ainda que a imprensa belo-horizontina²⁰⁹ desse cobertura e visibilidade para a questão do aumento da tarifa e para os atos de protesto, inclusive abrindo alguns espaços tanto para o ponto de vista dos ativistas, reconhecendo o Tarifa Zero como o ator político central, os atos pouco conseguiam ultrapassar o universo geracional dos jovens ativistas e os círculos da militância de esquerda e do ativismo urbano.

Os esforços de mobilização da população, em geral eram realizados, basicamente, por meio de panfletagens no centro da cidade e de convocações pelas redes sociais, principalmente pela página de facebook Tarifa Zero – BH, que possui um número de seguidores considerável, cerca de 21.698 pessoas de seguidores.²¹⁰ É importante ressaltar que a convocação pela internet acabava por se transformar, muitas das vezes, no instrumento principal de mobilização para os atos. A medição do número de pessoas que confirmavam a participação em um ato convocado pelo facebook, era a única forma de produzir uma estimativa de participantes. Para alguns, as panfletagens eram percebidas como uma ação quase que inócua e, para outros como uma tarefa militante que, a despeito de seus resultados, deveria ser realizada. A grande aposta do poder de convocação recaía, então, sobre a internet.

Ou seja, os esforços de comunicação com a população fora da internet pouco resultavam em uma maior participação nos atos. Algo que me chamava atenção nas panfletagens era o fato de que, mesmo que o assunto do aumento das tarifas estivesse na pauta pública da cidade e mesmo que a

²⁰⁹ Ver no ANEXO II indicações sobre a cobertura das ações do movimento na imprensa.

²¹⁰ <https://www.facebook.com/tarifazerobh/> - A última aferição de seguidores da página foi realizada em 15/05/2017.

imprensa divulgasse o movimento Tarifa Zero em suas matérias, muito pouco as pessoas o reconheciam. Nas panfletagens percebi que, ainda que as pessoas deduzissem que manifestações ocorreriam na cidade em função do aumento da tarifa, pouco sabiam sobre o ator político que convocava e organizava as mesmas, ou seja, grande parte das pessoas desconhecia o movimento Tarifa Zero.

A respeito da capacidade de mobilização social para a luta contra o aumento da tarifa e de recrutamento de novos potenciais ativistas, pessoas que não circulam nos espaços habituais das esquerdas e dos movimentos sociais, pode-se inferir duas questões.

A primeira diz respeito a necessidade de se relativizar certo discurso corrente que pensa a internet e as redes sociais como o *lócus* primordial e decisivo da mobilização social. Refiro-me a elementos presentes na teorização de autores como Felice (2008), Castells (2013) e Shirky (2011). Apesar de suas diferenças, estes autores tratam a internet como um fenômeno criador de uma nova cultura da participação, destacando a potência comunicativa autônoma propiciada aos indivíduos e, conseqüentemente, as possibilidades que a mesma abre para a produção de experiências coletivas. Um exemplo que sintetiza esta elaboração teórica que enfatiza as dimensões positivas da internet, pode ser pensado a partir deste trecho de Castells:

Com a difusão da sociedade em rede, e com a expansão das redes de novas tecnologias de comunicação, dá-se uma explosão de redes horizontais de comunicação, bastante independentes do negócio dos media e dos governos, o que permite a emergência daquilo a que chamei comunicação de massa autocomandada. É comunicação de massas porque é difundida em toda a Internet, podendo potencialmente chegar a todo o planeta. É autocomandada porque geralmente é iniciada por indivíduos ou grupos, por eles próprios, sem a mediação do sistema de media - explosão de blogues, vlogues (vídeo-blogues), *podding*, *streaming* e outras formas de interactividade. A comunicação entre computadores criou um novo sistema de redes de comunicação global e horizontal que, pela primeira vez na história, permite que as pessoas comuniquem umas com as outras sem utilizar os canais criados pelas instituições da sociedade para a comunicação socializante (CASTELLS, 2005, p.24).

Pois bem, é inegável que a internet conforma tendências cada vez mais agudas das formas de ser dos indivíduos, da sociabilidade e das relações humanas na chamada “era digital” ou “sociedade em rede”, para utilizarmos termos de Castells (2005). Como, também, é inegável que as sociedades contemporâneas assistem, em escala global, ao surgimento de diversos fenômenos coletivos, alguns de massa, cuja característica comum é o intenso uso das novas tecnologias como forma de comunicação, mobilização, divulgação e organização dos agenciamentos coletivos. Exemplos diversos em distintas escalas não nos faltam: Indignados, Occupy, Primavera Árabe, revolta dos estudantes chilenos e nossos protestos em junho de 2013.

Mas, é necessário colocar em debate também as dimensões do controle, vigilância, monitoramento e condicionamento que estão cada vez mais presentes na internet (ASSANGE *et al.*, 2013). Especialmente, deve-se levar em conta as restrições que os algoritmos que conformam as redes sociais produzem nas interações e comunicações. São as chamadas bolhas de interação da internet que condicionam os interesses em grupos de interesses, valores, costumes e comportamentos comuns. Ou seja, condicionamentos que implicam na comunicação entre pares, conforme foi abordado no final da PARTE III desta tese.

Neste sentido percebemos, por um lado, a potência da internet nas ações do Tarifa Zero, potência da criação e divulgação de informações e artefatos ativistas - vídeos, músicas, flyers, “memes”, informações, textos, relatos, debates. Por outro, não percebemos esta mesma potência convertida em capacidade de mobilização social, em suma, convertida em potência de alcance de pessoas para além dos indivíduos que de alguma forma gravitam em torno das lutas sociais urbanas e dos círculos das esquerdas em geral.

A segunda questão, relacionada à primeira, diz respeito a uma ausência, por parte do Tarifa Zero, do que podemos chamar de enraizamento social ou ausência de criação de referências e vínculos mais sólidos com a população em geral, especialmente, do ponto de vista de uma abordagem classista, com a classe trabalhadora e com os mais pobres. A hipótese deste trabalho é que esta ausência é um fator decisivo para explicar a baixa

capacidade de mobilização social do movimento Tarifa Zero nos atos de rua. A experiência do Movimento Passe Livre, em São Paulo, indica que a criação de vínculos sólidos nos bairros e periferias é condição fundamental para a emergência de uma base social ligada à luta pelos transportes, conforme o trecho a seguir, que analisa a luta contra o aumento da tarifa na capital paulista:

Ainda assim, pode-se arriscar que a mais significativa das novidades da luta de 2015 seja o aparecimento de processos organizativos em dezenas de bairros e municípios da metrópole paulista. Paralelamente aos grandes atos [...] ocorreram reuniões abertas para construir a luta contra o aumento no Grajaú, Parelheiros, M'Boi Mirim, Jd. São Luís, Campo Limpo, Butantã, Pirituba, Lapa, Tatuapé, Itaquera, Jd. Novo Horizonte, São Miguel; e fora da capital, em Guarulhos, Osasco, Cotia, todos os municípios do ABC, Ferraz de Vasconcelos, Mogi das Cruzes, Francisco Morato, Carapicuíba, Barueri, etc. A realização e a possibilidade de permanência dessas atividades só pode ser explicada à luz do trabalho militante dos movimentos de transporte na cidade no último período, cuja construção agora é embalada pelo ascenso de indignação contra o aumento, que pode levar ao fortalecimento posterior desses espaços de base, ainda que hoje incipientes. Para além das ações locais surgidas desses fóruns, vale observar como a existência de organizações nos bairros tem efeitos práticos nos atos do centro. Pela primeira vez, as convocatórias dos grandes atos pelo MPL vem sendo seguidas pela convocatória de concentrações e caravanas regionais pela militância desses lugares, que começa a se apresentar coletivamente nas mobilizações, com fileiras e materiais próprios (CAIO, SIMONE, 2015, s/p).

No movimento Tarifa Zero não encontramos uma experiência de trabalho militante semelhante nos bairros e periferias da cidade. E, conforme anotamos também no final da PARTE III, esta ausência pode ser explicada pelo perfil dos sujeitos que o compõe: novas gerações ativistas distantes das práticas e saberes que compõe a trajetória dos movimentos e lutas populares em nossa história democrática recente. Elementos como o trabalho de base militante nos bairros, nos locais de trabalho, nas escolas e comunidades. Além destes, o trabalho com as práticas da educação popular e a mobilização e agitação política junto ao cotidiano da população, tão caros à história dos movimentos populares, parecem estar um tanto quanto distantes das experiências políticas de uma parcela das novas gerações ativistas.

Além das dificuldades em mobilizar a classe trabalhadora e a população, em geral, para os atos contra os aumentos da tarifa e pela transformação do sistema de transportes na cidade, um outro aspecto fundamental deve ser levado em consideração - e este aspecto representa

um duro obstáculo. Trata-se da gestão dos conflitos sociais feita pelo Estado, especificamente, a repressão por parte das forças de segurança.

Sobre a gestão dos conflitos sociais nas sociedades capitalistas, João Bernardo (2009) no livro *Economia dos conflitos sociais* informa que:

Não é depois de ocorrido um golpe militar que as novas autoridades encetam um programa de criação de um aparelho de repressão para, após o recrutamento, armamento e subsequente treino, passarem então a reprimir; ao contrário, o golpe militar mais não é do que a conversão brusca de uma capacidade repressiva já existente, embora não utilizada plenamente, na sua utilização plena. [...] Por isso as formas absolutas de repressão, para terem plena eficácia, só podem ser utilizadas pontualmente, nunca enquanto estratégia geral e permanente. Forças repressivas eficazes servem aos capitalistas sobretudo para ser visíveis, daí a imagem tão popular das duplas de policiais que passeiam pelas ruas “sem fazer nada”. O que eles fazem é precisamente isso — mostrar-se. Estas forças repressivas destinam-se a manter presentes na população trabalhadora a possibilidade de em qualquer momento poderem ser ativadas e, assim, marcam os limites da contestação admitida. E os períodos de ativação das forças repressivas e de repressão aberta e sistemática servem para impedir a ultrapassagem de tais limites, ou para marcar novos (BERNARDO, 2009, p.75-76).

Pude perceber os elementos trazidos por João Bernardo de maneira nítida nos atos de rua junto ao movimento Tarifa Zero. Grande parte dos mesmos, especialmente aqueles que reuniram mais pessoas, foram acompanhados pela polícia militar mineira fortemente armada e equipada, especialmente o pelotão destacado para lidar com protestos de rua conhecido como CHOQUE. Na página da polícia militar de Minas Gerais este batalhão é assim definido:

É um pelotão de atuação preventiva e/ ou repressiva, nos locais e áreas onde ocorra ou haja incidência de perturbação da ordem, sendo lhe imputado como missão principal a atuação nas operações de controle de distúrbios civis, contra guerrilha urbana e rural, ocupação, defesa e retomada de pontos sensíveis, repreensão a rebelião e motins em presídios e operações com emprego de cães. Além dessas desempenham missões secundárias como policiamento em shows artísticos, eventos desportivos, festas religiosas e similares.²¹¹

A presença de um pelotão com tais prerrogativas representava sempre uma virtualidade da repressão, uma forma de marcar os limites do que a

²¹¹ Disponível em: <https://goo.gl/KxH016> - Acesso em: 18/04/2015.

própria polícia entende como aceitáveis para o exercício da contestação nas ruas. A polícia, ao mostrar-se nesta condição, a de um corpo repressivo preparado para a guerra indicava, sempre, a possibilidade, de em qualquer momento, ativar seus recursos contra os manifestantes: bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha, cães, helicópteros e força bruta em geral.

E, em alguns graves episódios, esta virtual ameaça repressiva efetivou-se durante a realização dos atos de rua. No dia 26 de janeiro de 2015 aconteceu o terceiro ato contra o aumento da tarifa que ocorrera no final do ano anterior. A baixa presença, cerca de 60 a 80 pessoas, foi um elemento decisivo para que os manifestantes avaliassem que não haveria condições e força suficiente para ocupar as ruas. Concentrados em um quarteirão fechado da Praça Sete²¹², no coração do centro da capital mineira, os manifestantes decidiram, então, por realizar uma atividade de agitação e panfletagem nas estações de ônibus localizadas em um corredor de ônibus do MOVE²¹³ próximo dali. Eles se dirigiram ao corredor de ônibus localizado na avenida Santos Dumont, sem bloquear ruas, com a intenção de panfletar no interior das estações de ônibus e se possível realizar um catracasso. Ao chegarem nas estações, depararam-se com cerca de 50 policiais divididos entre as entradas de duas estações – uma em frente a outra, muitos deles do pelotão CHOQUE. Os manifestantes não tencionaram ou forçaram a entrada nas estações, tamanha era a desproporcionalidade da presença do aparato repressivo frente ao número reduzido de ativistas. Assim, limitaram-se a panfletar, gritar palavras de ordem, bloquear por alguns minutos a pista de

²¹² A Praça Sete é uma das maiores referências do centro de Belo Horizonte. Por ela cruzam duas das principais avenidas da cidade, a Afonso Pena e a Amazonas. Um obelisco no centro do cruzamento é o símbolo da praça. Nas bordas da Praça Sete há quatro quarteirões, um de cada lado do cruzamento entre as avenidas mencionadas, onde só é permitido trânsito de pedestres. Esses quarteirões são popularmente conhecidos como quarteirões fechados da Praça Sete. Tradicionalmente as manifestações concentram-se no quarteirão fechado entre a Praça Sete e a rua Rio de Janeiro/Tamóios. Era neste local que os manifestantes estavam concentrados no dia 26/01/ 2015.

²¹³ MOVE é o sistema Transporte Rápido por Ônibus implantado no município de Belo Horizonte. Constituído por uma rede de corredores exclusivos e estações de integração e de transferência ao longo das avenidas Antônio Carlos, Cristiano Machado, Paraná, Pedro I, Santos Dumont e Vilarinho, realizando uma conexão entre o hipercentro e o vetor norte do município e da região metropolitana. O sistema foi inaugurado em 8 de Março de 2014, com operação inicial apenas no corredor Cristiano Machado e central - composto pelas avenidas Santos Dumont e Paraná. Posteriormente, os demais corredores do sistema foram inaugurados. Atualmente, encontra-se em operação uma rede de 23 km de corredores de ônibus. Fonte: <https://goo.gl/aCdbmu> - Acesso em: 20/04/2017.

corredor de ônibus e escrever mensagens contra o aumento da tarifa no chão, em frente às estações, na lateral de uma delas e em uma banca de revistas, utilizando tinta guache, a mesma usada para a confecção dos cartazes levados para o ato. A manifestação naquela localidade durou cerca de 40 minutos.

Após a manifestação, os integrantes do movimento Tarifa Zero e outros participantes do ato decidiram, então, retornar para a Praça Sete e realizar uma reunião para avaliar o ato e conversar sobre o planejamento das ações futuras contra o aumento tarifário daquele ano. Pois bem, quando a reunião terminou e os ativistas começaram a se dispersar, perceberam que um dos manifestantes estava sendo abordado de maneira truculenta pela polícia militar. Rapidamente todos se dirigiram para a cena da violenta abordagem policial. Os policiais reagiram, procurando dispersar e inibir a presença dos manifestantes, que procuravam questionar e resistir. A polícia, então, agiu ainda com maior truculência, desferindo golpes nos manifestantes e prendendo quatro ativistas. Para os jornais a polícia declarou que prendeu os manifestantes por terem pintado as frases contra o aumento na estação de ônibus do MOVE.²¹⁴ O que pareceu muito estranho pois os policiais nada fizeram no momento em que os ativistas escreveram as frases, tendo esperado pela dispersão para realizar a abordagem de um ativista que se encontrava sozinho em uma outra localidade do centro. Por sinal, este primeiro jovem abordado era uma conhecida liderança do movimento estudantil no período.

Os quatro presos foram levados para a Central de Flagrantes (CEFLAN) e por lá permaneceram toda a noite, em uma cela junto a outros presos. Na manhã do dia seguinte os mesmos foram liberados após assinarem um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) por atos aos quais a polícia sumariamente a eles atribuiu. Posteriormente, os manifestantes responderam em liberdade a um processo por dano ao patrimônio público.

²¹⁴ Ver matérias: Jornal O Tempo, 27/01/2015: <https://goo.gl/Udi9IU> - Acesso em: 13/04/2017 e Jornal Hoje em Dia, <https://goo.gl/HVQRmi> - Acesso em 13/04/2017

Pois bem, a repressão e as violações de direitos sofrida pelo movimento Tarifa Zero nas ruas de Belo Horizonte pode ser compreendida em um contexto mais amplo de repressão e criminalização dos movimentos e lutas sociais no Brasil, especialmente após os grandes protestos de junho de 2013. Segundo o relatório *Protestos no Brasil 2013*, produzido pela Artigo 19²¹⁵ as forças de segurança, durante e após 2013, passaram a adotar um padrão de atuação nas manifestações e protestos com as seguintes características:

1) Falta de identificação dos policiais; 2) Detenções arbitrárias, como detenção para averiguação, prática extinta desde o fim da ditadura militar; 3) Criminalização da liberdade de expressão por meio do enquadramento de manifestantes em tipificações penais inadequadas às ações do “infrator”; 4) Censura prévia, por meio da proibição, legal ou não, de manifestantes usarem máscaras ou levarem vinagre para o protesto; 5) Uso de armas letais e abuso das armas menos letais; 6) Esquema de vigilantismo nas redes sociais montado pelas polícias locais, pela Abin e também pelo Exército; assim como as gravações realizadas pelos policiais durante os protestos; 7) Desproporcionalidade do efetivo disposto para o policiamento do protesto com o número de manifestantes; 8) Policiais infiltrados nas manifestações que, por vezes, causavam e incentivavam tumulto e violência; 9) Maior preocupação policial com a defesa do patrimônio do que com a segurança e integridade física dos manifestantes; 10) Ameaças e até mesmo sequestros foram relatados (*Artigo 19, Protestos no Brasil 2013*. p. 26-27)

E, ainda segundo um outro relatório, *Nas ruas, nas leis, nos tribunais: Violações ao direito de protesto no Brasil 2015-2016*²¹⁶, também produzido pela Artigo 19, desde 2013 as forças de segurança sofisticaram seus métodos e o Estado brasileiro, de modo geral, atuou na violação do direito ao protesto:

A repressão pura, simples e violenta de 2013 veio acompanhada, no ano seguinte, de uma estratégia coordenada de autoridades públicas para se contrapor aos protestos “indesejados”. Essa sofisticação da repressão pôde ser vista na compra de novos armamentos e no uso de novas táticas pela polícia nas ruas, pelo avanço de projetos de lei de cunho restritivo, e por decisões judiciais desfavoráveis que começaram

²¹⁵ Disponível em: [http://protestos.artigo19.org/Protestos no Brasil 2013.pdf](http://protestos.artigo19.org/Protestos%20no%20Brasil%202013.pdf) - Acesso em: 15/04/2017. Sobre a organização autora do relatório: “a ARTIGO 19 é uma organização não-governamental de direitos humanos nascida em 1987, em Londres, com a missão de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo o mundo. Seu nome tem origem no 19º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.” A Artigo 19 atua no Brasil desde 2007. Retirado do site da organização: artigo19.org

²¹⁶ Disponível em: <http://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2017/02/Nas-Ruas-Nas-Leis-Nos-Tribunais-viola%C3%A7%C3%B5es-ao-direito-de-protesto-no-Brasil-2015-2016-ARTIGO-191.pdf> – Acesso em: 15/04/2017

a criar bases para uma jurisprudência limitadora da liberdade de expressão. Ou seja, foram as três esferas do poder do Estado - o Executivo, o Legislativo e o Judiciário - agindo para criar um ambiente de criminalização de protestos. (Artigo 19, Nas ruas, nas leis, nos tribunais: Violações ao direito de protesto no Brasil 2015-2016, p.10-11)

Tal compreensão pode ser estendida, lembrando a reflexão de João Bernardo (2009) como um modo de gestão dos conflitos sociais que a própria sociedade capitalista produz, como reforça Paulo Arantes (2014):

O nome do pacote, como sugerido, é governo, ou um conjunto de técnicas cujo objetivo é a segurança (em todo seu espectro) e o alvo, uma população (mal) assentada num território, cuja matriz de percepção por analogia é um ambiente urbano saturado de conflitos [...] convergência paralela entre militarização e policialização, convergência paralela entre guerras de baixa intensidade e policiamento de alta intensidade, ambos os processos transcorrendo preferencialmente num teatro cada vez mais urbanizado, a ponto de caracterizar o que está sendo chamado de “urbanismo militar” [...] (ARANTES, 2014, p. 367-368)

Ou seja, temos que gestão dos conflitos sociais e governo são sinônimos em sociedades capitalistas que produzem, em escala industrial, conflitos, injustiças e desigualdades de toda sorte e ordem. Tudo com o uso, utilizando os devidos termos militares, progressivo e administrado da força. Um urbanismo militar, uma sociedade militarizada, é o governo possível -ou seria melhor, oferecido à população? - para administrar as contradições sociais nas sociedades contemporâneas? Ou vivemos o tempo “quando o Estado de exceção passa a ser um modo predominante de governo?” (ARANTES, 2014, p. 317).

Se as respostas a estas perguntas forem positivas, outras perguntas decorrem: o que se pode dizer das possibilidades e expectativas de atuação dos movimentos sociais neste cenário? Quais são os limites da contestação aceitáveis? Como conquistar um novo direito social, como a gratuidade universal dos transportes, em uma sociedade conformada pela gestão militar dos conflitos sociais? Estas são questões que compõe os destroços do presente, onde os sonhos diurnos dos jovens ativistas do movimento Tarifa Zero resistem e teimam em existir, a despeito dos pesadelos que os rondam.

2.2 Tarifa Zero e institucionalidade: tentativas de uma “política hacker” em meio aos limites da participação institucional.

Ao analisar o conjunto de desafios e problemas a respeito da participação institucional em nossa recente democracia, Dagnino (2002) destaca a partilha efetiva do poder, como uma das questões centrais. Segundo a autora, este é um foco de conflitos sobre concepções distintas acerca do que efetivamente significa a participação institucional:

[...] Estas diferentes concepções se manifestam, paradigmaticamente, de um lado, na resistência dos Executivos em compartilhar o seu poder exclusivo sobre decisões referentes às políticas públicas. De outro, na insistência daqueles setores da sociedade civil em participar efetivamente dessas decisões e concretizar o controle social sobre elas (DAGNINO, 2002, p. 282).

E, segundo a mesma autora, dentre os mecanismos que bloqueiam uma efetiva partilha de poder nos espaços participativos institucionais, a exigência de qualificação técnica e política para o exercício da participação:

Essa necessidade de uma qualificação técnica específica tem se revelado um desafio importante [...] em primeiro lugar, a aquisição dessa competência técnica por parte das lideranças dos setores subalternos tem exigido um considerável investimento de tempo e energia que muitas vezes, num quadro de disponibilidade limitada, acaba sendo roubado do tempo dedicado à manutenção dos vínculos com as bases representadas. [...] Uma segunda implicação é que a rotatividade da representação nesses espaços fica prejudicada: dadas as dificuldades da aquisição dessa competência, os seus eventuais portadores tendem a ser perpetuados enquanto representantes. Em terceiro lugar, a ausência desta qualificação [...] carrega para o interior desses espaços públicos uma desigualdade adicional que pode acabar reproduzindo exatamente o que eles tem como objetivo eliminar: o acesso privilegiado aos recursos do Estado que engendra desigualdade social mais ampla. (DAGNINO, 2002, p. 284)

Pois bem, a observação dos esforços de participação institucional por parte do movimento Tarifa Zero, em Belo Horizonte, podem indicar que não foi pela ausência de qualificação técnica específica que a partilha efetiva de poder na área das políticas públicas de transporte e mobilidade urbana ocorreu. Pelo contrário, esta qualificação técnica específica representou um dos polos de ação de maior investimento do movimento e, onde pude perceber de maneira mais nítida, de desenvolvimento e a aquisição de capacidades e habilidades políticas por parte dos participantes do Tarifa Zero.

Se nas ruas e no trabalho militante junto à população e aos trabalhadores, anotei as dificuldades do movimento na capacidade de mobilização e de construção de uma referência e enraizamento social, é nos terrenos da participação institucional que percebi o Tarifa Zero com maior desenvoltura.

Os participantes do movimento procuraram estar presentes em todos os espaços participativos possíveis, na esfera do poder municipal relacionados à questão dos transportes e mobilidade urbana: Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (COMURB), Conselho Regional de Transporte e Trânsito em algumas regionais da cidade (CRTTs)²¹⁷ e Observatório de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte. Além disto, procuraram estar presentes o máximo possível em todas as audiências públicas na câmara Municipal e na Assembleia Legislativa relacionadas à temática.²¹⁸

O investimento em formação e qualificação técnica para esta participação era alto. Percebi, no campo de pesquisa, uma dedicação e um entusiasmo por parte de muitos participantes do Tarifa Zero com esta dimensão. Eram horas dedicadas ao estudo, preparação e discussão. A alta escolaridade dos mesmos, conforme anotei na PARTE III desta tese, certamente contribuía para que isto ocorresse. Foi neste campo que percebi, também, os maiores aprendizados por parte dos participantes do movimento. O depoimento de uma participante é exemplar neste sentido:

Eu não quero atuar no direito. Eu não gostei. Estou formando e espero conseguir seguir minha vida na sociologia. Acho bom saber coisas do direito para poder ajudar o TZ e o TZ me ajuda a entender coisas do direito, de uma forma mais interessante do que a Faculdade me ensina, e isso tem sido um jeito de conciliar bem legal para mim. De ver que eu posso ser útil. Por que o que eu sei fazer na vida? Eu sei escrever e sei algumas leis mas, agora estou num momento de perceber onde que eu entrei... Agora sei falar muito mais sobre ônibus do que eu sabia antes. O que eu falo não é retórico. Eu aprendi muito direito pelo TZ. É uma motivação. Porque aqui na faculdade eu nunca tive motivação... Da parte formal do TZ, eu assumi a partir do PPAG. Aprendi a ver a lei

²¹⁷ “A eleição de representantes para as CRTTs ocorria por território de gestão compartilhada de cada regional, com cada território podendo ter até seis representantes. Uma vez eleitos os representantes da CRTT, estes, entre si, escolhiam o representante e seu suplente para o COMURB. O Movimento Tarifa Zero conseguiu apresentar candidatos e eleger representantes em 4 das 9 CRTTs (Nordeste, Leste, Noroeste e Centro-Sul) [...]” (VELOSO, 2015, p. 213).

²¹⁸ Para uma descrição pormenorizada da participação do movimento Tarifa Zero na esfera institucional ver VELOSO (2015) e DOMINGUES (2016). Para uma análise do movimento na esfera jurídica COELHO (2017) – dissertação de mestrado ainda em produção. Será defendida em agosto deste ano.

orçamentária. Aprendi toda a técnica de fazer a lei orçamentária. Era na mesma época que eu estava tendo aula de direito financeiro aqui na Faculdade, que ensina justamente isso. Então eu aprendi muito mais fazendo ementa do PPAG do que estando aqui na sala de aula. A gente fez uma denúncia para o Ministério Público. Que a gente não sabia que ia virar uma ação popular. Depois saiu o aumento, e a gente viu que era um argumento para fazer uma ação popular. Então a gente tinha que fazer nós mesmos uma ação porque senão não ia sair (HELENA, estudante de direito. Belo Horizonte, 09/04/2015).

Helena sinaliza para a importância do Tarifa Zero em sua formação, nos sentidos que a experiência no movimento deu ao curso de Direito que então realizava, na qualidade dos aprendizados práticos que adquiriu superiores, segundo ela, à própria formação universitária. Ademais, assinala a diversidade de conhecimentos e habilidades adquiridas relacionadas à questão do transporte público e mobilidade urbana. Para além destas questões pode-se perceber, no depoimento de Helena, uma característica fundamental da ação do movimento Tarifa Zero na esfera institucional - o embate e o conflito. Ao invés de se portar como meros expectadores qualificados nos espaços de poder, propondo pontualmente uma ou outra ação governamental ou sugerindo a resolução de um ou outro problema específico, a ação do movimento tinha um caráter amplo e sistêmico pois procurava tocar no funcionamento do sistema de transporte de maneira ampla e geral (TAB. 2)

Tabela 2 - Sistematização das ações institucionais do Tarifa Zero BH (jul/ 2013 a jan/ 2016)

Sistematização de Ações Institucionais do Tarifa Zero BH				
Número	Proposta	Data	Instância institucional para a qual a ação foi direcionada	Desdobramento
1	Denúncia de ilegalidades na isenção de ISS às empresas de ônibus	Julho de 2013	Ministério Público de Minas Gerais - Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público	Motivou investigação e ação de improbidade administrativa contra o prefeito Márcio Lacerda
2	Denúncia de ilegalidades na licitação e na execução contratual do sistema de transporte para o ônibus	Agosto de 2013	Ministério Público de Minas Gerais - Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público	Arquivamento
3	Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a implantação da tarifa zero no transporte por ônibus	Setembro de 2013	Câmara Municipal de Belo Horizonte	De 15 a 20 mil assinaturas coletadas de um total necessário de 95 mil
4	Emenda orçamentária para a implantação de tarifa zero em todos os domingos e feriados do ano	Outubro de 2013	Plano Plurianual de Ação Governamental - Câmara Municipal de Belo Horizonte	Rejeitada na comissão de orçamento e finanças da Câmara, alegação de "inconsistências técnicas"
5	Elaboração de estudo, em parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida, a respeito da verificação independente do equilíbrio econômico-financeiro das empresas de ônibus	Março de 2014	Ministério Público de Minas Gerais - Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público	Ensejou Ação Cautelar e Ação Civil Pública (ACP) com pedido liminar de cancelamento do aumento de tarifa de R\$2,65 para R\$2,85. Aceita na ação cautelar, a liminar vigorou por um mês, mas não teve sua continuidade concedida quando o MPMG entrou com a ação principal
6	Criação de Fundo municipal de melhoria da qualidade e subsídio ao transporte coletivo	Julho de 2014	IV Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte	Aprovada na plenária final e transformada em artigo do projeto de lei, aguarda tramitação na Câmara Municipal
7	Proposta de emenda orçamentária - tarifa zero aos últimos domingos de cada mês	Novembro de 2014	1ª Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - Câmara Municipal de Belo Horizonte	Rejeitada na comissão de orçamento e finanças da Câmara, alegação de "inconsistências técnicas"
8	Proposta de emenda orçamentária - tarifa zero no Dia Mundial Sem Carros	Novembro de 2014	1ª Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - Câmara Municipal de Belo Horizonte	Rejeitada na comissão de orçamento e finanças da Câmara, alegação de "inconsistências técnicas"
9	Proposta de emenda orçamentária - publicação dos índices de desempenho e qualidade do transporte no interior dos ônibus	Novembro de 2014	1ª Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - Câmara Municipal de Belo Horizonte	Rejeitada na comissão de orçamento e finanças da Câmara, sem justificativas

10	Elaboração de Ação Popular, em parceria com o Coletivo de Advocacia Popular Margarida Alves, contra as irregularidades do reajuste tarifário de dezembro de 2014	Dezembro de 2014	1ª Vara de Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte	Liminar aceita em 1ª instância, o Município corrigiu o vício da portaria que a invalidava. Aguarda julgamento na 1ª instância
11	Elaboração de Ação Civil Pública, em parceria com a Defensoria Pública, contra o pedido de revisão contratual e tarifária feito pelo SETRA-BH	Junho de 2015	4ª Vara de Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte	Liminar aceita em 1ª instância, mantida em Agravo de Instrumento na 2ª instância, posteriormente, suspensa pelo Presidente do TJMG. Aguarda julgamento de agravo contra decisão do presidente
12	Elaboração de Ação Cautelar Incidental, por dependência da ACP acima, em parceria com a Defensoria Pública, contra o reajuste tarifário de dezembro de 2015	Janeiro de 2016	4ª Vara de Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte	Aguarda manifestações dos réus a respeito de pedido liminar
13	Acompanhamento de conselhos de participação popular	Setembro de 2013 - janeiro de 2016	CRTTs, COMURB, ObsMob	Esfera de articulação e polo de informações. Mais relevante foi a discussão a respeito da revisão contratual e tarifária de junho de 2015 no COMURB

Fonte: DOMINGUES (2016) adaptação de VELOSO (2015).

Os dados presentes nesta tabela indicam a ação caracterizada pelo embate e as tentativas de atuação ampla do movimento Tarifa Zero no campo institucional. Indicam, também, que o movimento procurou manejar por dentro das instituições e espaços de poder os dispositivos políticos que constituíam a política de transporte na cidade. Podemos dizer que o Tarfia Zero pretendeu abrir a “caixa” dos documentos e elaborações técnicas relacionadas a política municipal dos transportes e retirar a “máscara” da suposta neutralidade do conhecimento técnico e científico, revelando os interesses e prioridades em jogo na disputa. Ou seja, o movimento procurou operar com seus instrumentos técnicos no interior dos espaços de poder para revelar sua dimensão não neutra mas política.

Do conjunto de dados que recolhi sobre esta questão no campo de pesquisa, seleciono um exemplo que oferece suporte para tal argumentação.²¹⁹ O mesmo se pode dizer quanto à tentativa do movimento Tarifa Zero em propor emendas orçamentárias na revisão das ações do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), o orçamento de médio prazo do município. No ano de 2013, ainda no calor dos protestos de junho, as propostas do movimento foram rejeitadas por alegação de não cumprimento dos requisitos técnicos para a apresentação. Ou seja, a Câmara Municipal, ao rejeitar a proposta emitindo um parecer de insuficiência técnica, indicava que não bastava possuir habilidades, conhecimentos e tempo disponível para elaborar as propostas. Era a questão do poder que efetivamente decidia o que seria ou não aprovado. Já na segunda tentativa, no ano posterior, o movimento buscou conhecer as filigranas técnicas que fizeram com que as propostas fossem rejeitadas, anteriormente, e se preparou de maneira ainda mais intensa para disputar o orçamento municipal. Novamente a questão dos interesses econômicos das empresas de ônibus e da lógica política de priorização do transporte individual definiram a rejeição das propostas. Conforme informa Veloso:

Isso ficou mais evidente no ano seguinte, quando já ciente das complexas regras de alocação orçamentária, o Movimento Tarifa Zero propôs três emendas orçamentárias ao PPAG: a gratuidade do transporte nos últimos domingos do mês (com impacto anual de R\$30 milhões), a gratuidade do transporte no Dia Mundial Sem Carros (com impacto anual de R\$2 milhões), e a publicação dos dados de qualidade do transporte por ônibus no interior dos veículos, a exemplo do quadro de horários, a mais modesta e factível entre as três apresentadas, com impacto de 200 mil reais por ano. Na ocasião, alegando “problemas técnicos” não esclarecidos, a comissão de orçamento da câmara municipal rejeitou as duas primeiras propostas. A terceira foi simplesmente rejeitada, sem que sequer uma justificativa fosse apresentada. Era o isolamento e o oportunismo da esfera estatal falando mais alto. (VELOSO, 2015, p. 212).

De todo modo o que gostaria de ressaltar, com este exemplo, além da constatação de que no jogo efetivo do poder não bastam as qualificações

²¹⁹ A disputa jurídica provocada pelo Tarifa Zero contra a prefeitura e empresas de ônibus é um exemplo ainda mais contundente da capacidade de ação do movimento na esfera institucional. Não possuo condições, no momento, de realizar tal análise. Nas referências amplamente citadas nesse tópico de estudos sobre o Tarifa Zero pode-se encontrar elementos a respeito. O fato é que, por meio do poder judiciário, o Tarifa Zero procurou também abrir a “caixa” da política de transportes e das planilhas de custo das empresas de ônibus, ousando demonstrar e provar ilegalidades

técnicas, é a característica do embate empreendido pelo movimento Tarifa Zero no interior das instituições, marcado pela disputa em torno da concepção de transporte público e da mobilidade urbana. Assim valendo-me, ainda, do exemplo acima, na proposta elaborada pelo Tarifa Zero para a revisão PPAG de 2014, os participantes estudaram a peça orçamentária em detalhes e transferiram recursos de políticas e programas que privilegiavam o transporte individual para o financiamento de suas propostas, beneficiando o fortalecimento do transporte público e do direito social ao transporte. Ou seja, o movimento entrou na “caixa orçamentária” e procurou alterar suas coordenadas técnicas em benefício do interesse público mais amplo.

Este tipo de atuação e participação política, que envolve alto grau de conhecimentos técnicos e científicos, é caracterizado por Castelfranchi como política hacker ou cidadania tecnocientífica:

Nesta perspectiva, grupos e movimentos que tentam ressignificar direitos, ou questionar a definição de eficiência, ou ainda, desmascarar os critérios políticos e morais incorporados tacitamente em algoritmos que calculam objetivamente riscos, rankings de qualidades, indicadores de desenvolvimento, não estão simplesmente negociando, ou resistindo. Estão operando na insistência de um *hacking epistemológico*: desmontando conceitos e definições que, uma vez remontadas, funcionam e significam diversamente. Quando esses grupos têm êxito, eles não estão tomando o poder, nem apenas resistindo ao poder. Estão recombinao a política, em seus critérios e suas normas tácitas (CASTELFRANCHI, 2013, p. 328).

A questão é que mesmo recombinao a política e trabalhando por dentro da caixa, a experiência de participação institucional do movimento Tarifa Zero mostra que, no fundo, o poder de decisão é o que conta e vale na trama política da luta pelo direito social ao transporte.

Não possuo elementos para analisar se a aposta em um possível revigorao dos espaços institucionais, impulsionado pela energia dos protestos de junho de 2013, ocorreu de fato. Pesquisas e estudos sobre as conferências e espaços participativos posteriormente àquele período podem revelar o cenário mas, suspeito que não houve. O ponto parece ter sido o de permanência ou retorno à situação anterior, ou seja, “jamais fomos tão participativos” (ARANTES, 2014, p. 430) como nas duas últimas décadas, como também nunca giramos tanto a roda de uma participação que pouco altera o quadro das estruturas sociais brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se trata de um cenário melodramático anunciando o fim dos tempos – nem de requestrar profecias regressivas -mas de constatar que, tecnicamente, pelo menos, ingressamos num regime de urgência: linearmente desenhado, o futuro se aproxima do presente explosivamente carregado de negações. Não basta anunciar que o futuro não é mais o mesmo, que ele perdeu seu caráter de evidência progressista. Foi-se o horizonte do não experimentado. Com isso o próprio campo de ação vai se encolhendo, e isso porque “já dispomos no presente de uma parte do futuro.” (Paulo Arantes, *O novo tempo do mundo*, 2014. p 96).

O que se sabe ou se pretende saber será sempre limitado pelas condicionantes da experiência temporal em um determinado período ou momento da história. Toda pesquisa possui um limite temporal delimitado, e por esta razão, as metáforas da fotografia ou do filme possam ser utilizadas para dar a ideia do alcance do entendimento que determinado trabalho investigativo possa oferecer - o alcance da captura do que se apresenta como imediato e circunscrito pelo cenário do tempo presente. Especialmente para as investigações que se dedicam a fenômenos e objetos de pesquisa que se encontram em constante movimento, os limites impostos pela condição temporal tornam-se ainda mais evidentes. Como bem alertava Benjamin, em sua obra *Passagens*²²⁰, em um trecho onde cita Turgot: “antes de compreendermos que as coisas se encontram em uma determinada situação, elas já mudaram várias vezes. Assim, sempre percebemos os acontecimentos tarde demais [...]” (Turgot, *Euvres*, v. II, Paris, 1844, p. 673 Apud BENJAMIM, 2006 p.520).

Neste sentido, esta pesquisa pode ser lida como uma espécie de filme sobre a experiência de determinado movimento, o movimento Tarifa Zero, em um determinado período da história brasileira que procurei caracterizar. Assim, as conclusões desta investigação devem ser lidas como provisórias, indicações

²²⁰ Uma das grandes referências historiográficas de nosso tempo, *Passagens*, foi escrita entre 1927 e 1940. Benjamin, na tentativa de fuga da França para a Espanha, em 1940, durante a segunda grande guerra, levou consigo uma cópia do manuscrito que nunca foi encontrado. O que se encontrou, bem mais tarde, foi uma cópia do manuscrito deixada em Paris e que havia sido escondida por George Bataille, amigo de Benjamin, na Bibliothèque Nationale de France. Recuperado depois da guerra, *Passagens* foi publicado apenas em 1982 em sua forma original, pela editora Suhrkamp, em alemão e com trechos em francês. A obra foi traduzida e publicada no Brasil, de maneira inédita, no ano de 2006 pela Editora UFMG. (KIRCHNER, 2007. p.40)

de possíveis interpretações sobre um objeto que continua em constante movimento.

Um primeiro ângulo interpretativo sobre os sentidos e significados políticos da ação do movimento Tarifa Zero, que anuncio nestas considerações finais, refere-se a uma espécie de configuração decrescente das expectativas alimentadas pelo movimento com o passar do tempo. Originado e impulsionado pela energia rebelde contida nos grandes protestos de 2013, pela janela de oportunidades de transformação aberta por aqueles acontecimentos, o movimento alimentou, inicialmente expectativas crescentes, embaladas pelo sonho diurno do transporte universal gratuito, do direito social ao transporte, de uma vida sem catracas. A partir do processo acelerado de mudanças conjunturais pós junho de 2013, de alteração do nível do “reservatório das energias utópicas”, a ação do movimento parece ter se inclinado para uma dimensão de reação às urgências contidas no deserto árido da realidade presente. Assim a luta constituída, por grandes expectativas - a luta pela tarifa zero com controle social popular nos transportes - aos poucos foi se transmutando na permanente luta, sem êxito concreto, contra os anuais aumentos de tarifa. Ou seja, a ação política delineada pelo sonho diurno da transformação do sistema de transportes na cidade, transmutou-se em uma ação de permanente redução de danos e minimização de consequências causadas pelo próprio sistema de transportes aos usuários de ônibus: a luta contra o permanente e potencial risco de exclusão do acesso ao transporte, por parte de um número cada vez maior de pessoas que não podem pagar pelos sucessivos e abusivos reajustes das tarifas.

Tendo reduzido o campo de expectativas da ação, da luta pela gratuidade universal aos esforços para barrar os aumentos de tarifa, o movimento Tarifa Zero enfrentou, ainda, dois grandes desafios nesta última empreitada. O primeiro, relacionado às dificuldades de mobilização da população para os protestos de rua. Uma hipótese aventada neste trabalho refere-se à percepção de uma certa ruptura geracional entre os sujeitos que protagonizam parte das lutas contemporâneas e os sujeitos que construíram a história dos movimentos sociais em nossa recente democracia. Constatamos que esta ruptura produz dificuldades e limites na ação política de uma parcela dos jovens ativistas

urbanos, como é o caso do movimento Tarifa Zero. Ou seja, elementos como o trabalho de base militante nos bairros, nos locais de trabalho, nas escolas e comunidades, o trabalho com as práticas da educação popular e o trabalho de mobilização e agitação política junto ao cotidiano da população, tão caros à história dos movimentos populares, parecem estar um tanto quanto distantes das experiências políticas de uma parcela das novas gerações ativistas. E este é um ponto importante para compreendermos a capacidade do movimento Tarifa Zero em mobilizar a população.

E, ainda, sobre das rupturas e continuidades presentes na recente história dos movimentos sociais urbanos, do período da redemocratização ao tempo presente, trata-se de um campo de investigações que demanda maiores desdobramentos. Pesquisas que se dediquem a investigar a transmissão e conexão de experiências, de conhecimentos e práticas entre parcelas das novas gerações ativistas e gerações militantes formadas nas décadas anteriores podem aprofundar o entendimento sobre esta questão. Além disto, podem lançar luz sobre o entendimento acerca dos possíveis conflitos geracionais, sobre os distintos processos de socialização para a militância que compõem o mosaico dos movimentos urbanos em nossa história democrática recente.

Um outro desdobramento relaciona-se à compreensão dos processos de socialização da militância das novas gerações, mediados pelas tecnologias da comunicação e da informação. Os limites e potências dos processos de transmissão e circulação de valores, ideias e imaginários políticos nos ambientes digitais compõem, igualmente, um campo profícuo amplo e cada vez mais atual para o estudo da militância e dos movimentos sociais na contemporaneidade.

Uma segunda dificuldade da luta nas ruas, percebida na experiência do movimento Tarifa Zero, refere-se aos obstáculos impostos pela gestão dos conflitos sociais na sociedade brasileira, calcado na repressão e criminalização dos movimentos sociais. A ação do Tarifa Zero nas ruas, a expressão da contestação social contra os constantes aumentos da tarifa teve, nestes momentos, um duro obstáculo a ser enfrentado. Não que esta questão seja uma novidade, pelo contrário, ela acompanha a história das esquerdas e das lutas sociais. Mas, há elementos que podem ser considerados novos nas formas de repressão e criminalização, um certo aprimoramento da gestão dos conflitos

sociais. Estudos e pesquisas que se dediquem a esta temática são igualmente importantes e necessários, podendo contribuir para uma melhor compreensão da relação entre forças de segurança do Estado e ativismo urbano, especialmente após os grandes protestos de junho de 2013, onde aquelas forças passaram por um processo de modernização tecnológica, Tais estudos devem contribuir, ainda, para uma análise sobre os riscos colocados no tempo presente para nossa frágil democracia.

Um outro aspecto anotado na pesquisa refere-se à experiência de participação institucional do movimento Tarifa Zero na esfera municipal – câmara municipal, CRTT's, Conselho de Mobilidade Urbana. O embate no interior das instituições municipais foi marcado pela disputa em torno da concepção de transporte público e de mobilidade urbana. E, neste ponto foi percebida a tensão entre as expectativas de alteração das lógicas dos espaços e mecanismos institucionais de participação e a retificação das estruturas de dominação e controle presentes nestes mesmos mecanismos e espaços. De um lado, anotei as tentativas dos jovens ativistas em “abrir a caixa” do orçamento municipal, da política dos transportes e das planilhas das empresas de ônibus e incidir sobre estes dispositivos, manipulando-os em favor do direito social ao transporte em detrimento dos privilégios oferecidos ao transporte individual. Tais tentativas de alteração da política de transporte no campo institucional representaram um forte investimento em preparação e qualificação técnica por parte dos jovens ativistas, que alimentavam a expectativa de transmutação do conhecimento técnico em poder decisório e político.

Foi percebida a reiteração destes espaços participativos como mecanismos de controle e administração do dissenso, simulacros de tomada de decisão esvaziados do efetivo poder decisório. Ou seja o que percebemos, a partir da experiência de participação do movimento Tarifa Zero nas instituições que constituem o poder municipal, é que parece não ser suficiente a qualificação e a preparação técnica que subsidie a disposição em desconstruir as lógicas e mecanismos da política de transportes a partir de seus próprios termos. Os conhecimentos técnicos e as tentativas de manipular e alterar os dispositivos e mecanismos intrínsecos à política de transportes por parte do movimento

esbarraram, portanto, na questão do poder efetivo, real e concreto, político e econômico, dos setores ligados aos transportes e à infraestrutura urbana.

Os obstáculos e barreiras enfrentados pelo movimento Tarifa Zero na luta pela garantia do direito social ao transporte explicitam a necessidade de reflexão sobre o atual momento de nossa democracia e as perspectivas das lutas sociais, de maneira geral. Os direitos sociais expressos na constituição de 1988 foram conquistas advindas do ciclo de lutas e mobilizações populares que durou uma década, de onde emergiu um conjunto de organizações que constituíram o corpo e a musculatura política da classe trabalhadora, como o PT, CUT, MST, dentre outros, conforme anotamos na PARTE I desta tese. A partir desta constatação seria razoável, então, situar a questão de que as conquistas por mais direitos, a perspectiva de transformar a cidade e de alargar as possibilidades de outra vida urbana, expressas na luta pela tarifa zero e outras lutas urbanas contemporâneas, exigiriam a abertura de um novo ciclo de lutas sociais.

Mas, o ponto que torna mais complexa esta questão está relacionado com as distinções entre as possibilidades políticas, expectativas sociais e aberturas para a transformação entre estes dois períodos. No período da redemocratização as lutas e movimentos sociais trouxeram, em sua constituição, o germe das expectativas de transformação, da abertura democrática como sinônimo de alteração estrutural da sociedade, da construção de uma nova institucionalidade e de um novo arranjo de poder e pacto social - de conquistas e direitos sociais que se materializaram na carta constitucional de 1988. Passadas quase três décadas desta nova constituição democrática, tal arranjo e pacto institucional indicam sinais de esgotamento e crise. Diferentemente da década de 80, o contexto contemporâneo não parece indicar, por enquanto, aberturas e expectativas de transformação ou para a construção do novo, de uma nova institucionalidade ou pacto social. A morfologia das lutas e movimentos sociais, hoje, parece indicar não mais o “salto progressista para o futuro” e sim “a urgência de apagar o incêndio geral que de qualquer modo os dominantes já atearam” (ARANTES, 2014. p, 97). É ponto de viragem e alteração das expectativas que durante a convivência com o Tarifa Zero pude perceber: da expectativa de transformação social à ação política voltada a “apagar o incêndio”, minimizar e reduzir os danos sociais. Em outras palavras, o que

distingue esses dois momentos de nossa história democrática recente não é um horizonte de futuro transformador em aberto, como no período da redemocratização mas que, em nosso tempo, vivenciamos expectativas de ação voltadas às urgências do presente. Este presente não aponta para a janela transformadora do futuro mas contém parte dos destroços que esse mesmo futuro encolhido anuncia. Investigações sobre os movimentos sociais urbanos contemporâneos podem contribuir para um entendimento profundo do nível destas alterações e viragens de perspectivas e expectativas

Certamente, esse conjunto de reflexões não pode ser considerado peremptório, definitivo ou como algo que esgote as possibilidades de interpretação da ação política e das lutas sociais em nosso tempo. Ou seja, reconhecer ou admitir uma alteração no regime das expectativas sociais de transformação não necessariamente deve esgotar as possibilidades de entendimento dos sentidos da ação dos movimentos sociais. Se o futuro, em nosso tempo, parece estar delineado por expectativas decrescentes, por incertezas e indeterminações pode-se, também, por outro ângulo, com uma carga menor de negações, interpretar as lutas sociais a partir do que ensejam no presente. De um outro ponto de vista interpretativo, a questão seria não a procura das possibilidades de abertura de horizontes de futuro que a experiência dos movimentos possam virtualmente carregar e construir. Talvez, seja necessário abandonar a ideia de expectativas, abandonar uma projeção temporal das ações e da própria política, e mergulhar na dimensão criadora, na dimensão das resistências e maquinações das lutas e movimentos sociais no presente e apenas nele. Por este outro ângulo, o da potência criadora do dissenso por parte dos jovens ativistas, algumas considerações devem ser apresentadas. Trata-se de um outra forma de olhar a experiência do Tarifa Zero pela expressão do potencial contestatório que a mesma carrega, a despeito dos constrangimentos estruturais, obstáculos e dificuldades.

Os jovens ativistas participantes do movimento Tarifa Zero indicam a emergência de novos sujeitos, portadores de uma subjetividade antagonista que procura, em meio aos destroços e obstáculos do presente, fazer deste mesmo antagonismo expressão pública do dissenso. Tais jovens compõem o conjunto

de sujeitos que garantem a visibilidade pública do debate sobre a questão urbana, especialmente do direito social ao transporte.

Percebi, também, que as críticas mais gerais sobre os rumos das transformações urbanas, especificamente sobre a política de transportes - julgada como injusta e produtora de uma cidade que privilegia o carro e o transporte individual - trazidas pelos jovens ativistas do Tarifa Zero, indicam o desenvolvimento de uma participação social que podemos definir como vigilante sobre a cidade e sobre o poder municipal. Esta vigilância atenta à política de transportes e as ações da prefeitura e empresas de ônibus, produziu um conjunto de informações que comunicava e dava visibilidade a um *ethos* do dissenso em Belo Horizonte, além da necessidade de uma outra vida na urbe, especialmente de uma vida urbana calcada no direito social ao deslocamento na cidade

O movimento Tarifa Zero constitui-se também, portanto, como um canal de comunicação das necessidades de transformação urbana sustentado por uma parcela de jovens ativistas. O que temos é a simbiose entre antigas e novas necessidades e entre questões específicas, pontuais e questões sistêmicas, na composição da dimensão da contestação social. Ou seja, no seio do Tarifa Zero convivem elementos contestatórios sobre questões estruturais que acompanham a história das lutas urbanas no Brasil e novas questões, expressões da experiência urbana das novas gerações: desejo de qualidade de vida na cidade, do livre usufruto dos espaços públicos, da mobilidade urbana digna e adequada, do livre fruir cultural na cidade - tanto da produção, quanto da recepção da cultura. Ademais, o desejo de uma cidade ambientalmente saudável em todas as dimensões, de uma cidade em que caibam todos e todas e que permita um viver digno, a luta contra a cidade-empresa, cidade-mercadoria, cidade do controle e a denúncia das injustiças - enfim , o direito amplo à cidade.

Nesse sentido, os significados do engajamento no interior do movimento Tarifa Zero podem ser definidos como a expressão do desejo de participar dos destinos da urbe, das tomadas de decisão, de influir nas questões públicas. Ou seja: o desejo de uma radicalização e aprofundamento da democracia na cidade compôs o rol de questões tornadas visíveis pelo movimento. Um processo educativo sobre a cidade e uma mudança de olhar e de perspectiva sobre a

temática urbana, fez do Tarifa Zero uma grande experiência de aprendizagem para os jovens. Esta dimensão da experiência e do aprendizado evidenciou-se em todos os depoimentos dos participantes que contribuíram com esse trabalho. Identificamos dois elementos centrais nos discursos dos entrevistados sobre a experiência de aprendizado: sobre a cidade e sobre o transporte público, ou seja, o alargamento da sensibilidade e do entendimento da problemática urbana, e o aprendizado da participação, do agir coletivo, do estar junto com outros realizando algo.

O Tarifa Zero revelou-nos, também, um potencial polifônico de criação de artefatos culturais do dissenso, no amálgama entre as ruas e as redes: voadores panfletos - os flyers, fotografias, imagens, vídeos, músicas, cartazes, faixas, “memes”, dentre outros. Os participantes da Praia da Estação trouxeram à tona de maneira crítica, contestatória, poética, desejante e afetiva a questão da cidade, do viver na cidade, do ser e estar na cidade. O que percebemos, através dos sujeitos da pesquisa, foi o desfilar de múltiplos sentidos, desejos e imaginários urbanos. Por meio das imagens, vídeos, textos, poesias, corpos políticos, palavras de ordem e composições musicais produzidas pelos jovens ativistas identificamos uma obra aberta sobre a Belo Horizonte contemporânea.

Espero que esse estudo contribua para o reconhecimento e o entendimento das movimentações sociais e agenciamentos coletivos contemporâneos, para a compreensão de suas principais tendências e dos conflitos sociais tornados visíveis por eles. Espero, ainda, que esse conhecimento de alguma forma sirva para a reflexão dos jovens ativistas. Nenhuma produção de conhecimento é neutra e desvinculada de alguma espécie de posicionamento. Esse trabalho nada tem a ver com a neutralidade, pelo contrário: é afirmação de uma tomada de posição que se quer emancipatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena. **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994
- AGRIKOLIANSKY, Eric. Carrières militantes, et vocation à la morale: les militants de la Ligue des droits d l'homme dans les années 1980. **Revue française de Science Politique**, 51e année, n. 1-2, p. 27-46, 2001
- ALBUQUERQUE, Carolina. **Ei, polícia, a praia é uma delícia!**: rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013
- ALQUATI, Romano. **Per fare conricerca**. Turim: Velleità Alternative, 1993
- ALVES, Giovani. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal - Precarização do trabalho e redundância salarial. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009
- ALVES, Murilo; FERNANDES, Adriana. Governo cortará R\$25 bi em gasto social. **Jornal Estadão**, 26/09/ 2015. Disponível em: <http://goo.gl/HfTOjH> - Acesso em: 12/11/2015.
- ANJOS, Maria. **Um ritual estudantil na cidade do Rio de Janeiro: a Escola Municipal Julia Kubitschek sai às ruas**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005
- _____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999
- ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único** - Desmanchando consensos. Petrópolis, Vozes, 2001
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014
- _____. **Crise e esgotamento**. São Paulo, II Feira de Opinião Antropofágica, 2015. TV Boitempo: Disponível em: <https://youtu.be/-np5Rz4qPNA>. Acesso em: 23/11/2015
- _____. **Conferência o Novo Tempo Brasileiro**. Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 22 de Junho de 2016. Disponível em: <https://goo.gl/TX2mW4> - Parte I e <https://goo.gl/IRXzxn> Parte II. Acesso em: 17/12/2016.
- _____. **Aula pública**: Em que tempo vivemos? São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/h7glEa>. Acesso em: 18/10/2016.
- _____. Epígrafe. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016

_____. **Série de Colóquios Municipalismos** (15/09/2016): Disponível em: goo.gl/UDQ6w4. Acesso em: acesso em 27/09/2016

ASSANGE, Julian *et al.* **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo, 2013

[BAQUERO, Marcello](#); BAQUERO, Rute; MORAIS, Jennifer. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educação & Sociedade** [online], vol.37, n.137, p. 989-1008, 2016

BAVA, Silvio. A volta das revoluções - *Dossiê 7. Le Monde Diplomatique*, 27/09/2011. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/dossie-7/>. Acesso em: 25/08/2016.

BECK, Ulrich; BECK, Elizabeth. **Generación global Global Generation**. Buenos Aires: Paidós, 2008

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009

BERQUÓ, Paula. **A “ocupação” e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BICALHO, Marcos. O pesadelo da imobilidade urbana: até quando?. **Revista Carta Capital**, 04/07/2012. Disponível em: <https://goo.gl/1mZrXg> - Acesso em: [01/02/2017](#).

BLOCK, Ernst. **O Princípio Esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, V.1, 2005

BOCCI, Carmem; CAMARGO, Ivani. **Os movimentos sociais por moradia durante o primeiro ano de gestão do PT na prefeitura de São Paulo**. Relatório de Pesquisa, USP, 1990

BOITO JR, Armando. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Crítica Marxista**, n.37, p.171-181, 2013

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (Orgs.). **Entre saias justas e jogos de cinturas: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente**. Porto Alegre, 2006

BOOKCHIM, Murray. **Anarquismo, crítica e autocrítica: primitivismo, individualismo, caos, misticismo, comunalismo, internacionalismo, antimilitarismo e democracia**. São Paulo: Hedra, 2010

BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos**. Buenos Aires: Ediciones Siap - Planteos, 1975

BRAGA, Ruy. O pacificador. **Blog Boitempo**, 28/03/2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/28/o-pacificador/>. Acesso em: 08/04/2016

_____. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria do *call center*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p. 25-52, 2014

_____. **Entrevista.** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 03/04/2013. Disponível em: <https://goo.gl/QtHNbn> - Acesso em: 10/09/2016

_____. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. **Cad. CRH** [online], vol.28, n.75, pp.529-544, 2015

BRAGA, Ruy *et al.* **A política do precariado. Debate.** TV Boitempo, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EdpMyriSIVs>. Acesso em: 03/09/2015.

BRANDÃO, Carlos (Org.). **Pesquisa Participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRENNER, Ana. **Militância de jovens em Partidos Políticos: um estudo de caso com universitários.** Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2011

CAIAFA, Janice. **Movimento Punk na cidade:** a invasão dos bandos sub. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989

CAIO, Simone. Democracia de base sem trabalho de base? **Site Passa Palavra,** 02/02/2015. Disponível em: <http://passapalavra.info/2015/02/102335> - Acesso em: 22/02/2017.

CAIRES, Luíza. **Quem faz a mídia no CMI Brasil:** jornalismo alternativo, ativista e colaborativo na internet. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2010

CAMPOS, Antônia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. **Escolas de Luta.** São Paulo: Veneta, 2016

CAMPOS, Rogério. **A luta dos trabalhadores pela escola.** São Paulo: Loyola, 1989.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais Urbanos e a constituição de novos atores políticos. In: ALMEIDA, Maria (Org.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARLA, CARIBÉ, LUAMORENA. Carta de desligamento do Tarifa Zero Salvador e do MPL. **Passa Palavra,** 31/05/2015. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2015/05/104551>. Acesso em: 27/11/2015

CARVALHO, José M. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das letras, 1987

CARRANO, Paulo. Estudantes universitários. In: SPOSITO, Marília (Org.). **Juventude e escolarização (1980-1998).** Brasília: INEP/MEC, 2002

CASTELFRANCHI, Yurij. Política Hacker -O desafio da cidadania tecnocientífica na democracia contemporânea. In: MENDONÇA, Ricardo; PEREIRA, Marcus; FILGUEIRAS, Fernando. **Democracia digital:** publicidade, instituições e confronto político. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016

CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

_____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

_____. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

CATINI, Carolina; MELLO, Gustavo. Escolas de luta, educação política. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 137, p.1177-1202, out.-dez.,2016

CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013**. São Paulo: Annablume, 2013

_____. A copesquisa militante no autonomismo operaísta. **Revista Lugar Comum**. n. 37-38, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/yTH1Gm> Acesso em: 10/11/2014.

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Orgs.) **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014

CEDENO, Alejandra. **Emancipação no cotidiano: iniciativas igualitárias em sociedades de controle**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2006

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: **Classes? Que Classes?** Ciclo de debates sobre classes sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação. **Portal Viomundo**. 27/06/2013. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/marilena-chau-i-o-inferno-urbano-e-a-politica-do-favor-clientela-tutela-e-cooptacao.html> - Acesso em: 03/02/2017.

CHOMSKY, Noam. **O império americano: hegemonia ou sobrevivência**. Rio de Janeiro: Campus, 2004

CHRISPINIANO, José. **A guerrilha surreal**. São Paulo: Conrad, 2002

CLARK, T. **Por uma esquerda sem futuro**. São Paulo: Editora 34, 2013

CORADINI, Odaci (Org). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2008

_____. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p. 181-203, jun. 2007

CORRÊA, Felipe. Balanço crítico da Ação Global dos Povos no Brasil. 2011. **Site Passa Palavra**. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2011/07/42773> Acesso em: 27/03/2015.

CORTI, Ana; CORROCHANO, Maria; SILVA, José. Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educ. Soc.** [online], v.37, n.137, p.1159-1176, 2016

CRESPO, Sílvio. Número de greves no país em 2012 é o maior em 16 anos, 23/05/2013. **Blog achados econômicos**. Disponível em: <http://goo.gl/VFlozy>
Acesso em: 03/04/2015.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002

DAVIS, Diane. The power of distance: re-theorizing social movements in Latin America. **Theory and Society**, vol. 28, nº 4, pp. 585-638, 1999

DEBORD, Guy. **I. S.** Paris, n. 3, dez, 959

DIAS, Paola. **Sob a “lente do espaço vivido”**: a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015

DIEGUEZ, Consuelo. O Ralo. **Revista Piauí**, n. 109, Out. 2015

_____.O estouro da boiada. **Revista Piauí**, n. 101, Fev. 2015

DOMINGUES, Letícia. **Tecendo Amanhãs**: Estado, Direito e Capitalismo aos olhos do Tarifa Zero – BH e Comitê Popular dos Atingidos pela Copa – BH. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

DRUMMOND, Carlos. Na era Temer, o desmanche iniciado por FHC se aprofunda. **Carta Capital**, 03/03/2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/941/na-era-temer-o-esmanche-iniciado-por-fhc-se-aprofunda> - Acesso em: 18/03/2017.

FATORELLI, Maria; ÁVILA, Rodrigo. **Os números da dívida**. Auditoria Cidadã da Dívida, 2013. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>. Acesso em: ????

FEDERAÇÃO do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP). **Radiografia do Endividamento das Famílias nas Capitais Brasileiras**, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/oJ8LF8>. Acesso em: 23/10/2016

FELICE, Massimo Di (Org.). **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Paulo: Difusão Editorial, 2008

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Unicamp, São Paulo, 2008

FERNANDES, Victor. **Black Blocs em Belo Horizonte**: história, política e teoria social. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016

FERREIRA, Bárbara. Resiste Izidora: 30 mil ameaçados de despejo em BH. **Carta Capital**, 06/07/2015. Disponível em: <http://goo.gl/hzk0An> - acesso em 07/01/2016.
Acesso em: ???????

FINAZZI, João. Não acredite em combustão espontânea. **Carta Maior**, 11 set. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/jTKoCA>. Acesso em: 13/04/2015

FIRMIANO, Frederico. **A formação cultural dos jovens do MST**: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP) [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009

FISCHER, Justin. Os limites da sociedade civil no regulamento da vida política. In: MENDONÇA, Ricardo; PEREIRA, Marcus; FILGUEIRAS, Fernando. **Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965

_____. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972

FORTES, Leandro. O feitiço de Sarney. **Carta Capital**, 14/06/2010. Disponível em: <https://goo.gl/ym0lwP> - Acesso em: 12/10/2016

FOUREAUX, Francisco. A cavalaria andou de ré. In: MORAES, Alana. **Junho**: Potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da resistência juvenil**: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010

GANDRA, Alana. Desemprego em 2016 será pior do que no ano passado, dizem economistas. **Agencia Brasil EBC**, 03/01/2016. Disponível em: <http://goo.gl/jRCzI4> - Acesso em: 21/01/2016.

GOHN, Maria . **A força da periferia**: A luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1985

GOHN, Maria .**História dos Movimentos e Lutas Sociais**. São Paulo: LOYOLA, v.1, 1995

_____. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014

_____. O Movimento das Sociedade Amigos de Bairros em São Paulo. **Revista PUC**, n.º XIX, 1979.

GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**. v. X (I), p. 161-173, 2006

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a marcha das vadias no Brasil. **Soc. estado**. [online], v.29, n.2, pp.433-447, 2014

GOMES, Maria. Participação: controle social ou cooptação? **Jornal Folha de São Paulo**, 29/06/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/936517-participacao-controle-social-ou-cooptacao.shtml>. Acesso em: 25/08/2015.

GOODMAN, Amy. Os 99% que ocuparam Wall Street. **Carta Maior**, 30/09/11. Disponível em: <http://goo.gl/MbmYRs> - Acesso em: 05/05/2015.

GORZ, André. A ideologia social do automóvel. In: LUDD, Ned (Org.). **Apocalipse Motorizado**: a tirania do automóvel em planeta poluído. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GREGORI, Lúcio. **Entrevista** no Programa Espaço Público, 26/01/2016. Disponível em: <https://goo.gl/mJ3C0n> Acesso em: 10/11/2016.

_____. Entrevista ao movimento Tarifa Zero, 04/11/2011. Disponível em: <https://goo.gl/nVYtGo> - Acesso em: 10/10/2017.

GROPPO, Luís. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000

GUDYNAS, Eduardo. **Transições Pós-Extrativistas**: superando o desenvolvimento e a exploração da natureza. Rio de Janeiro: IBASE, CLAES, FORD FOUNDATION, 2012

GUIMARÃES, Daniel. Deslocamento é lugar. **Revista Urbânia**, Pressa, n.4, 2010. Disponível em: <http://urbania4.org/2011/02/14/deslocamento-e-lugar/> - Acesso em: 17/01/2014.

HABER, Paul. Identity and political process: recent trends in the study of Latin American social movements. **LARR**, v. 31, n. 1, p. 171-188, 1996

HABERMAS, Jürgen. New social movements. **Telos**, n, 49,p. 33-37, 1981

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

_____. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Revista Novos Tempos CEBRAP**, n. 18, p. 103-113, 1987

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David; SADER, Emir; TELES, Edson. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012

HISSA, Cássio. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: UFMG, 2013

IANNI, Otavio. O jovem radical. In: BRITO, Sulamita. **Sociologia da juventude I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, p. 1968

ILLICH, Ivan. Energia e Equidade. In: LUDD, Ned (Org.). **Apocalipse Motorizado**: a tirania do automóvel em planeta poluído. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, p. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção social. Mobilidade Urbana, 2ª edição. Ipea, janeiro de 2012. Disponível em: <https://goo.gl/Dso1hJ> - Acesso em: 03/02/2017

_____. Comunicado N° 161 – indicadores de *mobilidade urbana* da PNAD 2012. Ipea, outubro de 2013. Disponível em: <https://goo.gl/92cxQm> - Acesso em 03/03/2017

JACOBI, Pedro. Movimentos populares, poder local e conquista da democracia. In: **Cidade Povo e Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 1982

JINKINS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 2016

JUDENSNAIDER, Elena *et al.* **Vinte Centavos**: a luta contra o aumento. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

KONDER, Leandro. A questão da cidadania na transição democrática. In: COVRE, Maria (Org). **A Cidadania que não temos**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, p. 1986

KOWARICK, Lúcio; SINGER, André. The “Works Party in São Paulo. In: **Social Struggles and the City**: the Case of Sao Paulo. New York: Monthly Review Press,p. 1994

KRISCHKE, Paulo. Movimentos sociais e transição política: contribuições da democracia de base. In: SCHERER-WARREN, ilse e KRISCHKE, Paulo. (Org.). **Uma Revolução no cotidiano**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

LAZZARINI, Sergio. **Capitalismo de laços** - Os donos do Brasil e suas conexões. São Paulo: Campus, 2011

LEGUME, Lucas. O movimento Passe Livre acabou? **Site Passa Palavra**, 04/08/2015. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2015/08/105592> - Acesso em: 27/11/2015

_____. Experiências de trabalho de base (I). **Site Passa Palavra**, 19/10/2012. Disponível em: <http://passapalavra.info/2012/10/66000> - Acesso em: 22/02/2017.

LEIRIA, Luís. O Brasil no fim do mundo? Como pode um governo tão debilitado como o de Temer desferir ataques tão devastadores? **Revista Anticapitalista**, #1 Jan/Fev 2017. Disponível em: <https://goo.gl/3LnQst>. Acesso em: 23/02/2017.

LEITE, Denise. **Aprendizagem e consciência social na universidade**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990

LEITE, Edmundo. Delírio da passagem grátis resultou num *impeachment*. **Jornal Estado de São Paulo**, 31/08/2016. Disponível em: <http://goo.gl/RLIXjU>. Acesso em: 06/06/2016

LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O Desmonte Da Nação** - Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Editora Vozes, 2000

LIBERATO, Leo. **Expressões Contemporâneas de Rebeldia**: poder e fazer da juventude autonomista. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2006.

LOBATO, Paulo. Cai número de passageiros de ônibus em Belo Horizonte. **Jornal Estado de Minas**, 15/03/2016. Disponível em: <https://goo.gl/Yo7olQ> - Acesso em: 12/02/2017.

LOJKINE, Jean. O papel do Estado na urbanização capitalista. In: FORTI, Reginaldo (Org). **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, p. 1979

_____. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997

_____. A propósito dos "movimentos sociais urbanos". **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, v.16/17, n.1/2, 1985/1986

LOSURDO, Domenico; SINGER, André, BRAGA, Ruy. **Seminário Cidades Rebeldes**. Lutas de classes hoje. TV Boitempo, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f1mZ6xf9Eo>. Acesso em: 07/11/2015.

_____. **Luta de Classes: sindicalismo, partidos e movimentos sociais**. TV Boitempo, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0_uDo2X5KRg. Acesso em: 27/11/2015

LÜCHMANN, Lígia; SOUSA, Janice. Geração, democracia e globalização: faces e interfaces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXVI, n. 84, p. ??? nov. 2005

LUDD, Ned (Org.). **Apocalipse Motorizado: a tirania do automóvel em planeta poluído**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonauts of Western Pacific**. London: George Allen & Unwin, 1922.

MALLMANN, Maria. **Os ganhos da década perdida**. Democracia e diplomacia regional na América Latina. Porto Alegre: Edipucrs, 2008

MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982

MANOLO. Transporte coletivo urbano e luta de classes: um panorama da questão. **Cadernos do CEAS**, n. 226, abr/jun, 2007

_____. A "geração Seattle" e a "geração de acampantes". **Site Passa Palavra**, 04/11/2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=48007>. Acesso em: 12/11/2011

_____. A ressaca de junho ou: como não debater tática e estratégia. **Site Passa Palavra**, 22/02/2017. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110737>. Acesso em: 18/02/2017

_____. Teses sobre a revolta do Buzu. **Site Passa Palavra**, 25/09/2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/2011/09/46384> - Acesso em: 12/01/2017.

MANSO, Bruno. A guerra. **Revista Piauí**, n. 125, p. fev. 2017

MARCUSE, Herbert. Introdução. In: MARX, *Karl*. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013

_____. Nunca fomos tão participativos. **Carta Maior**, 26/11/ 2007. Disponível em: <https://goo.gl/iyJzz2> - Acesso em: 18/10/2015

MARTINS, Caio; CORDEIRO, Leonardo. Revolta popular: o limite da tática. **Site Passa palavra**, 27/05/2014. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2014/05/95701>. Acesso em: 27/11/2015

MARTINS, Francisco. **Vivendo e aprendendo a jogar: dimensão formativa de experiências de ação coletiva e militância em uma ocupação urbana**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016

MARTINS, Suely. Movimentos sociais e educação do campo: a experiência dos jovens do MST no Paraná. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 209-231, mar. / jun. 2013

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011

MAYER, Joviano. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MELO, Karine. Congresso promulga emenda que inclui transporte na lista dos direitos sociais. **Agência Brasil**, 15/09/2015. Disponível em: <https://goo.gl/sxkEhV> - Acesso em: 12/02/2017.

MELO, Thálita. **Praia da Estação: carnavalização e performatividade**. Dissertação (Mestrado em Belas Artes) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MELUCCI, Alberto. The new social movements: a theoretical approach. **Social Science Information**, v. 19, no 2, p. 199-226, 1980

MENDES, Alessandra; SALES, Gabriela. Transporte público em BH gerou ao menos duas reclamações por hora em 2016. **Jornal Hoje em Dia**, 17/01/2017 – Disponível em: <https://goo.gl/51jGi0> - Acesso em: 10/02/2017.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. Ciudad de México: Centro de Estudios Sociológicos, 1999

MOISÉS, José. As contradições urbanas e movimentos sociais. In: MOISÉS *et al.* **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

_____. **Greve de massas e crise política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo 1953-54**. São Paulo: Polis, 1978

MOISÉS, José *et al.* **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

MORAES, Carmen; XIMENES, Salomão. Políticas educacionais e a resistência estudantil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 137, p.1079-1087, out.-dez., 2016

MORENO, Camila. **O Brasil made in china**: para repensar as configurações do capitalismo contemporâneo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015

MORENO, Rosângela; ALMEIDA, Ana. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan./abr. p. 2009.

MOTORYN, Paulo. Ué, o MPL não tinha morrido? **Site Passa Palavra**, 15/01/2016. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2016/01/107276>. Acesso em: 20/01/2016

MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, p. 2013

NAKAMURA, Danilo. Crescimento econômico de desintegração social: as raízes do mal estar brasileiro reveladas nas “jornadas de junho.” **Marxismo21**. 5 jul. 2013. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/07/Danilo-Nakamura.pdf>. Acesso em: 10/03/2016

NEGRI, Antonio. Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole. **Revista Lugar Comum**, n 25-26, p. 202-208, 2010

NERI, Marcelo. **A nova classe média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010

NOGUEIRA, Marco. **As ruas e a democracia**: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013

NUNES, Edison. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. **Revista de Cultura e Política Lua Nova**, n. 17, p. 67-93, jun/1989

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: Francisco de Oliveira; Ruy Braga; Cibele Rizek. (Org.). **Hegemonia às avessas**: Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010

_____. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003

OLIVEIRA, Igor. **Uma Praia nas alterosas, uma antena parabólica ativista**: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

OLIVEIRA, Laís. **Ativismo e a cidade**: redes de resistência na produção do urbano. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

OLIVEIRA, Wilson. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. **Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. UFSC, Florianópolis, 2007.

_____. Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 51. n. 3, p. 751-777, 2008

_____. Engajamento Político, Competência e Elites Dirigentes do Movimento Ambientalista. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16. p. 167-186, 2008a.

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. **Vinte Centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Editora Veneta, p. 2013

_____. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos em 18/05/2016. Disponível em: <http://goo.gl/BIVMUU>. Acesso em: 06/09/2016

ORTELLADO, Pablo; RYOKI, André. **Estamos vencendo: resistência global no Brasil**. São Paulo: Conrad, 2004

PACHANE, Graziela. **A universidade vivida: a experiência universitária e sua contribuição ao desenvolvimento pessoal a partir da participação do aluno**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1998

PAMPLONA, Nicola. Desemprego bate no recorde e já atinge 13 milhões de pessoas no Brasil. **Folha de São Paulo**, 31 de março de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/N11vwa> - Acesso em: 02/02/2017.

PASSETTI, Edson. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003

PEREIRA, Guilherme. **As representações políticas do jovem estudante numa cidade média do nordeste: investigação realizada com estudantes do segundo grau da cidade de Maceió, AL**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1986

PEREIRA, Merval. **O lulismo no poder**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010

PESCUMA, Derna. **O grêmio estudantil: uma realidade a ser conquistada**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990

PETRARCA, Fernanda. **O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012

POCHMANN, Marcio; BORGES, Altamiro. **Era FHC - A Regressão do Trabalho**. São Paulo: CES, 2002

QUAQUÁ, Washington. Tarifa zero é um direito possível. In: ALMEIDA, Evaristo (Org.). **Mobilidade Urbana no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 2016

RAMIREZ, Jussara. **A participação do aluno no conselho de escola na rede municipal de ensino em São Paulo e a formação da cidadania**. Dissertação

(mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998

REIS, Juliana. **Transversalidade nos modos de socialização e individuação: experiências juvenis em rede**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014

RENA, Natacha & LEMOZ, Rene. **Cartografia do comum**: experiência de uma prática curatorial colaborativa entre universidade, movimentos sociais e coletivos. Disponível em: <http://goo.gl/uAMWAC> . Acesso em: 13/05/2015.

RIBEIRO JR, Amaury. **A privatária tucana**. São Paulo: Geração editorial, 2011

RICCI, Rudá. **Lulismo**. Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Brasília: Editora Contraponto, 2014

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014

RODRIGUES, José. **O movimento Hip Hop e o Duelo de MC's em Belo Horizonte**: conexões de saberes dos rappers através da disputa rimática. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ROGGERO, Gigi. Breves notas sobre o método. Produção de saber e copesquisa. **Revista Lugar Comum**, n. 39, p, 91-96, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/ShFqTG> acesso em 23/10/2015.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988

SAFATLE, Vladimir. Um fascista mora ao lado. **Folha de São Paulo**, 03/03/2017. Disponível em: <https://goo.gl/zh7z3r>. Acesso em: 12/10/2016.

SALVADOR, Evilásio. **Perfil da desigualdade e da injustiça tributária com base nos declarantes do Imposto de Renda no Brasil 2007-2013**. Brasília, Inesc, 2016 Disponível em: <https://goo.gl/6FwmLy> Acesso em: 25/02/2017.

SAMPAIO, Fátima. **Participação do estudante na vida universitária**: uma reflexão acerca de suas determinações. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1995

SEIDL, Ernesto. Entrando no mundo da Igreja: o Estudo de Elites Eclesiásticas. In: CORADINI, Odaci (Org.). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2008

_____. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Pro-Posições**, v.20, n.2 (59), Campinas Maio/Ago, 2009

_____. Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. **Política & Sociedade** [Online], v. 13, p. 63, 2014.

SHERER- WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v.21, n. 1, p. Brasília, Jan./Apr., 2006

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (Org.). **Uma Revolução no cotidiano**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

SILVA, Éder. **O movimento nacional pela reforma urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - São Carlos, UFSCar, 2003.

SIMÕES, Renato. Duas agendas: na crise, de duas, uma. **Site PT**, 23 maio 2009, Disponível em: www.pt.org.br. Acesso em: 25/08/2009

SINGER, André. A recessão desnecessária. **Folha de São Paulo**, 1998. Disponível em: <http://cosif.com.br/publica.asp?arquivo=paulsingeroutros>. Acesso em: ???

_____. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos estudos CEBRAP**, n.88, p. 89-111, 2010

_____. **Os Sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

_____. **A Ascensão Conservadora** Debate: Marilena Chauí, André Singer e Vladimir Safatle. Agosto de 2012. Disponível em: https://youtu.be/2DsAn_98zuY. Acesso em: 23/11/2014.

_____. O lulismo nas cordas. **Revista Piauí**, n.111, dez, 2015

SOMARRIBA, Maria; VALADARES, Maria; AFONSO, Maria. **Lutas Urbanas em Belo Horizonte**. Petrópolis: Vozes, 1984

SOUSA, Janice. **Reinvenções da Utopia**: A militância política de jovens nos 90. São Paulo: Hacker Editores, 1999

_____. Os jovens anticapitalistas e a resignificação das lutas coletivas. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 451-470, jul/dez. 2004

SOUSA, Janice (Org.). **A experiência contemporânea da política entre jovens brasileiros**. Florianópolis: Em debate/UFSC, 2015.

SOUZA, Jessé. **Entrevista**. Revista IHU-On-line, 07/09/2016. Disponível em: <http://goo.gl/bpQ5eZ>. Acesso em: 17/05/2017

SOUZA, Regina. **O discurso do protagonismo juvenil**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, letras e Ciências humanas, USP, 2006.

SOUZA, Sandro. Movimentos sociais e coletivos libertários: reflexões sobre a autogestão. **Anais ANPED**, 30ª reunião, Caxambu. GT: Movimentos Sociais e Educação. 2007

SPOSITO, Marília. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Revista Tempo Social**, vol. 5, números 1 e 2, São Paulo Departamento de sociologia, FFLCH/USP, 1994

_____. Série estado do conhecimento, n. 7. **Juventude e Escolarização** (1980-1998). Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002

SPOSITO, Marília (Coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999 – 2006). v.1 e 2. Belo Horizonte: Argumentum, 2009

TEIXEIRA, Ana. **Para além do voto**: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010). Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas da Unicamp, 2013.

TELLES, Vera. Lutas urbanas e o Novo Caráter do conflito de classes no Brasil pós-64. Mimeo, 1981

_____. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER, Ilse; KHRISCHKE, Paulo (Org.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987

TOMIZAKI, Kimi. **Da militância ao estudo do militantismo**: a trajetória de um politólogo. Entrevista com Bernard Pudal. **Pro-Posições**, v.20, n.2 (59) Campinas Maio/Ago., 2009

[TOMIZAKI, Kimi](#); CARVALHO-SILVA, Hamilton; SILVA, Maria. Socialização política e politização entre famílias do movimento dos trabalhadores sem teto. **Educ. Soc.** [online], vol.37, n.137, pp.935-954, 2016

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. **Revista de Cultura e Política Lua Nova**, n. 17, p. 5- 18, jun/1989

_____. **Movimientos sociales de hoy**. Actores y analistas. Barcelona: Editorial Hacer, 1990

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão popular, 2005

VELOSO, André. **O ônibus, a cidade e a luta**: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

VIANA, Gilney. O pt e o lulismo. Site do PT, 31/10/ 2007. Disponível em: www.pt.org.br. Acesso em: 25/08/2009.

VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988

VIGEVANI, Tullo. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. **Revista de Cultura e Política Lua Nova**, n. 17, p. 93-110, jun/1989

VINICIUS, Leo. **Antes de Junho**: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2014.

WACQUANT, Loic. **Corpo e Alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas**. Porto Alegre: Ed. L&PM Pocket, 2002

ZINET, Caio. Corte no orçamento na educação em 2016 será superior ao deste ano. **Centro de Referência em Educação Integral**, 05/09/2015 Disponível em: <http://goo.gl/mHr1jz> . Acesso em: 05/01/2016.

ZIMMERMANN, Clóvis; SILVA, Marina. O princípio da desmercantilização nas políticas sociais. **Cad. CRH**, vol.22, n.56 Salvador, p. 345-358, Maio/Ago, 2009

Documentários

A revolta do Buzu de 2003. Direção: Carlos Pronzato. Salvador, La mestiza Produções, 2013 (1:06 min). Disponível em: <https://goo.gl/1MY6iU>. Acesso em: 12/05/2017.

Acabou a paz, isso aqui vai virar o Chile. Direção: Carlos Pronzato, La mestiza Audiovisual, 2016, (1h). Disponível em: <https://goo.gl/JzaWpF>. Acesso em: 6/06/2016.

Escolas Ocupadas: A verdadeira reorganização. Direção: Jimmy Bro. Jimmy Bro Video, 2016 (22 min). Disponível em: <https://goo.gl/RMlvxG> - Acesso em: 6/06/2016.

Legislação consultada

Lei nº 12.587/12 institui diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: <https://goo.gl/LEvQd> - Acesso em 14/03/2017.

Documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico

Blogs

Bike Anjo BH - <https://bikeanjobh.wordpress.com/>

Ação Global dos Povos - <http://www.nadir.org>

Anonymus BH - <https://goo.gl/cevZAw>

Boitempo - <http://goo.gl/UAlZSF>

Coletivo Conjunto Vazio - <https://conjuntovazio.wordpress.com>

Comitê Popular dos Atingidos pela Copa -
<https://atingidoscopa2014.wordpress.com/about/>.

Diário do transporte - <https://goo.gl/ZbzsUf>

Frente Prisional das Brigadas Populares de Minas Gerais e Santa Catarina –
<http://antiprisonalsc.blogspot.com.br/>

Juventude do PSTU - <http://juventudepstubh.blogspot.com.br>

Ocupa BH - <https://ocupabh.wordpress.com/about/>

Ocupação Rosa Leão - <http://ocupacaorosaleao.blogspot.com.br/>

Páginas rede social Facebook

Assembleia Popular Horizontal-

https://www.facebook.com/events/466132046852522/?active_tab=posts

Assembleias Populares - Rio de Janeiro -
<https://www.facebook.com/events/227470977448415>

Coletivo Cidade que Queremos -
<https://www.facebook.com/pg/cidadequequeremosbh>

[Espaço Comum Luiz Estrela](https://www.facebook.com/espacoluizestrela) - <https://www.facebook.com/espacoluizestrela>

Família de Rua - <https://www.facebook.com/familiadrua/>

MOVINHO - <https://www.facebook.com/movinho/>

Real da rua - <https://www.facebook.com/RealdaRua>

Resiste Izidora - <https://www.facebook.com/resisteizidora/>

Tarifa Zero - <https://www.facebook.com/tarifazerobh/>

Sites

Anonymus Brasil - <http://www.anonymousbrasil.com/>

A Nossa BH - <http://nossabh.org.br/quem-somos/historia-missao/>

Agenda da Juventude Brasil - <https://goo.gl/VtGDbw>

Assembleias Populares - Rio de Janeiro -
<https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=zbdZ8cPbzDPs.kfp-qs7OnFKM>

Auditoria Cidadã da Dívida - <http://www.auditoriacidada.org.br>

BH em Ciclo - <https://bhemciclo.org/>

Brasil 247 - <http://www.brasil247.com>

Campanha Eu pareço suspeito?- São Paulo -
<http://www.ciranda.net/Campanha-Eu-Pareco-Suspeito?lang=fr>

Campanha Juventudes contra a Violência -
<http://juventudescontraviolencia.org.br>

Campanha Juventude Marcada para Viver - <http://goo.gl/OfNSNz>

Campanha Reaja ou seja morto - <http://goo.gl/TLvzjT>.

Coletivo DataAnalysis - 15M - Disponível em:
<https://datanalysis15m.wordpress.com/author/15mdata/>

Coletivo Editorial Piseagrama - <http://piseagrama.org/sobre/>

Coletivo Isegoria - <https://goo.gl/YSCCDv>

Coletivo Margarida Alves - <http://www.coletivomargaridaalves.org/>

Dataluta - <https://goo.gl/ixdwUK>

Diário Liberdade - <https://goo.gl/qpm0x>

Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER -
MG) - <https://goo.gl/eOJx4L>

Dieese - <http://goo.gl/MSTkHv>

Fórum das Juventudes da Região Metropolitana de Belo Horizonte -
<http://forumdasjuventudes.org.br/quem-somos>

Fórum Nacional pela democratização da comunicação - <http://www.fndc.org.br>

Fundação Perseu Abramo - <http://www.fpabramo.org.br/>

G1 - <http://g1.globo.com/>

Instituto de estudos, formação e assessoria em políticas sociais (polis) - www.polis.org.br/

Jornal Hoje em Dia - <https://goo.gl/HVQRmi>

Jornal O Tempo - <https://goo.gl/Udi9IU>

Ministério da Justiça e segurança pública - <https://goo.gl/eWNlxs>

Mobilidade Brasil - <http://mobilidadebrasil.org/>

Movimento Cansei - goo.gl/HlvGMd

Movimento Passe Livre - <http://tarifazero.org/mpl/>

Oucbh. indisciplinar - <http://oucbh.indisciplinar.com/>

Passa palavra - <http://www.passapalavra.info/2014/07/97354>

Poder 360 - <http://www.poder360.com.br/>

Polícia Militar de Minas Gerais - <https://goo.gl/KxH016>

Prefeitura de Maricá - <https://goo.gl/EHVxoS>

Rede Brasil Atual - <https://goo.gl/ljXLlx>

Sindute MG - <http://goo.gl/Pi9W1K>

Tarifa Zero – <http://tarifazero.org>

Universidade Nômade - <http://uninomade.net/quem-somos/>

Youtube - <https://www.youtube.com/watch?v=PPrPn9P7lms>

Último Segundo - <http://goo.gl/nvzUb9>

Outros

Wiki da Assembleia Popular Horizontal - <http://aph-bh.wikidot.com>

ANEXOS

ANEXO I

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ENTREVISTADOS

PARTICIPANTES	ESCOLARIZAÇÃO	TRABALHO	EXPERIÊNCIA PREVIA DE PARTICIPAÇÃO	ENTRADA NO MOVIMENTO TARIFA ZERO
Helena, 22 anos, mora com a família.	Estudou em escola particular. Graduanda do curso de direito na UFMG.	Bolsista - projeto de educação jurídica na Faculdade de direito/UFMG.	Diretoria de extensão do curso de direito. Centro Acadêmico Afonso Pena (Associação de representação dos discentes do curso de direito da UFMG). Coletivo Margarida Alves. Equipe que apresentou a reforma curricular do curso de direito. Ocupação da Câmara Municipal em 2013 Mobilizações de 2013 e na Assembleia Popular Horizontal. Participação no COPAC.	Entrou no movimento em 2014. Já conhecia o Tarifa Zero a partir da participação nos protestos de 2013.
Zé, 30 anos, mora sozinho.	Estudou em escola pública. Graduado em ciências da computação na Unicor/ Três Corações – MG	Programador de sistemas da COPASA	Grupo de jovens da igreja católica em Heliodora/MG. Mobilizações contra o reitor da Unicor/Três Corações. Candidato a Deputado Estadual pelo PTN em 2012.	Entrou no movimento em 2014, depois de pesquisar os movimentos de BH pela internet. Entrou na página de Facebook do Tarifa Zero e descobriu uma reunião. Foi, gostou e continua até hoje.

	Pós-graduado em engenharia web / Universidade Federal de Itajubá.		Manifestações de junho de 2013 em Varginha.	
Dandara, 20 anos, mora com a mãe.	<p>Estudou em escola pública.</p> <p>Participou do Projeto Valores de Minas/Governo de MG</p> <p>Aluna do curso profissionalizante de Teatro - Centro de Formação Artística e Tecnológica (CEFAR)/ Fundação Clovis Salgado.</p>		<p>Tarifa Zero é a primeira experiência significativa de participação</p> <p>Mobilizações de 2013 e na Assembleia Popular Horizontal</p>	<p>Entrou no movimento em 2014. Tinha conhecimento dos protestos contra aumento das tarifas e se interessou pela questão.</p> <p>A mobilidade urbana é um assunto com o qual se identifica por morar em uma região distante do centro e ser afetada pelo preço e qualidade do transporte público.</p>
Marcelo, 38 anos, mora com amigos numa República.	<p>Estudou em escola particular.</p> <p>Graduado em engenharia de computação pela Unicamp.</p>	Assistente social da Prefeitura de Belo Horizonte	<p>Diretório Acadêmico da PUC</p> <p>Acampamento pela democracia real -15 O – em Belo Horizonte</p> <p>Ocupação da Câmara Municipal em 2013</p>	Entrou no movimento em 2013, quando foi criado o GT de mobilidade urbana da APH. Conheceu de maneira mais profunda a pauta da mobilidade urbana neste mesmo espaço.

	Graduado em Serviço Social pela PUC/Minas		Mobilizações de 2013 e na Assembleia Popular Horizontal.	
Beline, 26 anos, mora com amigos.	Estudou em escola particular. Fez o ensino médio no Cefet. Graduado em economia pela UFMG. Mestrando em geografia na UFMG.	Trabalha como Bike – Boy e em um projeto de pesquisa e extensão na UFMG.	Grêmio Cefet – mobilizações contra o aumento de tarifa de ônibus em 2005 Diretório Acadêmico da Face/UFMG. Membro do PSOL- Coletivo Isegoria Candidato a vereador pelo PSOL em 2012 Mobilizações de 2013 e na Assembleia Popular Horizontal.	Participa desde o início do movimento Tarifa Zero. Participou em 2013 do GT de mobilidade urbana da APH. A pauta da mobilidade urbana já era questão central em sua candidatura para vereador e de militância. Desde 2007, a questão da mobilidade urbana começou a ser uma questão muito importante em sua trajetória de engajamento. Acompanhou o surgimento do Movimento Passe Livre.
Maria, 20 anos, mora com uma amiga.	Estudou em escola particular. Fez o ensino médio em escola Pública. Graduanda do curso de Belas Artes na UFMG.	Freelance como designer gráfica	Tarifa Zero é a primeira experiência significativa de participação	Entrou no movimento em 2014, conheceu o TZ através do primo que já participava das reuniões. Começou a acompanhar o movimento pela internet. Sentia vergonha de ir nas reuniões pois não conhecia nada sobre a pauta da mobilidade urbana
Luciano, 28 anos, mora com a mãe.	Estudou em escola particular.	Professor de História em uma	Diretório Acadêmico da Fafich. Membro do PSOL – Coletivo Isegoria	Participa do Tarifa Zero desde seu início. Participou do GT de mobilidade urbana da APH

	Graduado em história pela UFMG. Mestrado em história na UFMG.	escola particular. Freelance como tradutor.	Mobilizações de 2013 e na Assembleia Popular Horizontal	Desde 2006, acompanhava a discussão no Movimento Passe Livre.
Virgínia, 25 anos, mora com uma amiga.	Estudou em escola particular Graduada em economia na UFMG. Mestrado em arquitetura na UFMG.	Bolsa de projeto de pesquisa e extensão na UFMG.	GT de Reforma urbana e de Mobilidade Urbana da APH	Entrou no movimento em 2014. Conheceu o TZ por meio de outros amigos ativistas da APH e do GT de Reforma Urbana.
Sabotage, 20 anos, mora com a família.	Estudou em escola pública. Graduando em Ciências do Estado na UFMG.	Freelance como cantor de rapper e aplicador de provas.	Movimento Hip-Hop Ocupação da Câmara Municipal em 2013 Membro do PSOL – Coletivo Isegoria Mobilizações de 2013 e na Assembleia Popular Horizontal	Entrou no movimento em 2014. Conheceu o Tarifa Zero por meio de uma reunião que estava acontecendo na faculdade de arquitetura. Participou, se interessou e gostou do movimento.
Brigite, 26 anos, mora com a família.	Estudou em escola particular. Graduada em comunicação social na UFMG.	Freelancer na área de comunicação e jornalismo.	Participou da Assembleia Popular Horizontal	Entrou no movimento em 2013. Conheceu o Tarifa Zero através de um convite de um amigo ativista. O mesmo disse que o movimento precisava de uma assessoria de

	Mestrado em escrita criativa na Espanha.			imprensa. Foi na primeira reunião e começou a participar das reuniões de comunicação do movimento.
Antônio, 24, mora com o irmão e um amigo.	Estudou em escola particular. Graduando em música na UFMG.	Aulas particulares de música.	Fora Lacerda GT de Reforma Urbana da Assembleia Popular Horizontal	Entrou no movimento em 2015. Conheceu o TZ por meio de uma amiga que já participava do movimento.

ANEXO II

CRONOLOGIA DO MOVIMENTO TARIFA ZERO BH – JUNHO DE 2013 A JUNHO DE 2014

Período anterior ao início da pesquisa.

JUNHO DE 2013	
15	1ª manifestação contra o aumento da tarifa e em solidariedade aos manifestantes de São Paulo reúne 8 mil pessoas na Praça da Savassi.
17	2ª grande manifestação reúne 60 mil pessoas que marcham da praça sete em direção ao Mineirão. Há confronto com a polícia.
18	1ª sessão da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte (APH), embaixo do viaduto Santa Tereza, reúne cerca de 3 mil pessoas.
20	3ª grande manifestação, na praça sete, reúne cerca de 50 mil pessoas.
22	4ª grande manifestação da praça sete em direção ao Mineirão, reúne cerca de 80 mil pessoas. Há confronto com a polícia.
23	2ª sessão da APH. Criação do Grupo de Trabalho de Mobilidade Urbana da APH, e desta lista de e-mails especificamente, como deliberação de organização da assembleia por Grupos de Trabalho (GT). Uma das primeiras demandas do grupo era discutir a redução da tarifa de ônibus, que ainda não tinha ocorrido. Outras demandas como metrô e região metropolitana também estavam aparentes
26	Dia de Brasil x Uruguai, feriado decretado em Belo Horizonte. Pela parte da manhã, vereadores, em sessão extraordinária, aprovam em 1º turno projeto de lei, enviado pelo prefeito, que reduz a tarifa em apenas 5 centavos, via isenção do ISS. (A proposta é que outros 5 centavos saíssem da extinção da taxa de Custo de Gerenciamento Operacional, paga à BHTRANS diretamente na tarifa). 5ª grande manifestação, e a maior do período, reúne 100 mil pessoas em direção ao Mineirão. Há conflito com a polícia.
27	3ª sessão da APH. Mobilização para protestar contra a provável aprovação do PL, no sábado seguinte, e para a aprovação das emendas que pediam maior redução e abertura das planilhas das empresas concessionárias de transporte público.
29	Sessão extraordinária da Câmara. O PL é aprovado e as emendas são rejeitadas. Metade dos manifestantes é impedida de entrar no plenário, há conflito com a guarda municipal. Começa a ocupação da Câmara.
JULHO	
2	Reunião dos ocupantes com o ministério público, promotor Eduardo Nepomuceno, para tratar da proposta de redução da tarifa. A denúncia realizada pela Auditoria Cidadã da Dívida sobre a ilegalidade da isenção de impostos gerará, no ano seguinte, um pedido de cassação do prefeito.
3	Depois de 4 dias de ocupação e de várias manobras da prefeitura, ocorre a reunião entre o prefeito Márcio Lacerda, seu secretariado, e

	<p>uma comissão de delegados da ocupação. Na pauta, as reivindicações que foram formuladas nas reuniões do GT durante a ocupação (veja a nota com as reivindicações e a resposta do prefeito http://goo.gl/KTSAVO e clipping feito pelo Fora Lacerda http://fora_wp.falasocial.com/?p=9052):</p> <ul style="list-style-type: none"> - revogação do aumento da passagem - incorporação da isenção do PIS/COFINS e INSS na redução da tarifa - auditoria cidadã das empresas de ônibus - passe livre estudantil
5	<p>Ato pela redução da tarifa (http://goo.gl/LWo58H). Prefeitura anuncia redução de 15 centavos na tarifa, 5 centavos por meio da isenção do ISS e 10 centavos pela isenção do PIS/COFINS. A extinção da CGO é cancelada.</p>
7	<p>Desocupação da Câmara Municipal.</p>
9	<p>Reunião de representantes da APH com o governador Antônio Anastasia. Na questão de mobilidade, são apresentadas reivindicações para a integração tarifária metropolitana, a criação de conselho de mobilidade, implantação do metrô e criação de passe livre estudantil. Começo das reuniões do GT de mobilidade urbana na Escola de Arquitetura da UFMG, sempre às terças, às 19h. Nessa primeira reunião houve apresentação de vários aspectos relacionados à ideia de Tarifa Zero.</p>
16	<p>Decisão da criação de um projeto lei de iniciativa popular de Tarifa Zero.</p>
AGOSTO	
1	<p>2ª ocupação da câmara. Não teve participação orgânica do GT de Mobilidade, mas os ocupantes pediam a publicação da planilha das empresas de ônibus. 2ª ocupação da câmara. Não teve participação orgânica do GT de Mobilidade, mas os ocupantes pediam a publicação da planilha das empresas de ônibus.</p>
5	<p>Publicação de texto em resposta ao prefeito: http://aph-bh.wikidot.com/caixapreta-pintada-de-rosa.</p>
16	<p>Publicação de carta aberta sobre o sistema de transporte, preâmbulo das denúncias entregues ao Ministério Público: http://goo.gl/lgcg0i</p>
20	<p>Entrega de documento ao Ministério Público com cerca de 15 denúncias sobre a licitação e concessão do sistema de transporte público por ônibus de BH: http://goo.gl/upX3hp Reportagens sobre a entrega - http://goo.gl/VLrBq3 (O tempo) - http://goo.gl/NRYoQm (Globo, MGTV) - http://goo.gl/n71cCb (Rádio UFMG)</p>
26	<p>Audiência pública sobre mobilidade urbana na câmara dos vereadores, conquistada pela segunda ocupação da câmara. Houve muita pressão por uma CPI dos transportes. http://goo.gl/Yzj8h3 (Hoje em Dia), http://goo.gl/QihBxB (BHAZ), http://goo.gl/wsUXzi e http://goo.gl/iNVQag (Estado de Minas), http://goo.gl/hKPsIb (O Tempo), http://goo.gl/RUjyp (G1), http://goo.gl/RpRv0S (TV Alterosa), http://goo.gl/UByKX8 (Globo, MGTV)</p>
SETEMBRO	

1	Criação da página "Tarifa Zero BH" no facebook.
2	Decreto 15.317, que regulamenta e institui o plano de mobilidade urbana de Belo Horizonte (http://goo.gl/NSq71e) Decreto 15.318, que cria o conselho municipal de mobilidade urbana de Belo Horizonte - http://goo.gl/TJJwZJ
10	Lançamento, da página do facebook e do site www.tarifazerobh.org Começo da campanha virtual com os cartazes "mais saúde, mais riqueza, mais justo, mais econômico, mais seguro, mais rápido".
17	Vídeo da Mídia Ninja, músicas do Tião Duá com o tema do Tarifa Zero: http://www.youtube.com/watch?v=_6U0jbp5nzM https://www.youtube.com/watch?v=fPtW0jT420U e https://www.youtube.com/watch?v=s5BdRi6FF6k
18	Começo das intervenções na cidade. Colagem performática de cartazes nos pontos de ônibus.
19	Colagem dos cartazes por toda a cidade.
20	Participação do Tarifa Zero no Painel "Transporte coletivo: Tarifas, Gratuidade e Transparência" na Assembleia Legislativa. Reportagem da TV ALMG: http://goo.gl/6Ot5pM
21	Lançamento do projeto de lei de iniciativa popular. Com aula do Lúcio Gregori e de integrante do Movimento Passe Livre – São Paulo na escadaria da prefeitura! Pulão e ação direta na câmara de vereadores. Vídeo do Roberto Andrés falando sobre o lançamento do projeto: https://www.youtube.com/watch?v=4bMnDgTRAvG
22	Ocupação Cultural Tarifa Zero na praça da estação, Aarão Reis e viaduto Santa Tereza. Mais de 20 bandas, atividades e performances. Vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=y14v15fNTdE , Fotos: http://on.dq-pb.com.br/aocupacao- Obs.: a partir do lançamento do projeto de lei, houve a criação de pontos de coleta, falas públicas e mutirões de coleta de assinatura.
OUTUBRO	
3	Debate no Instituto Libertas.
5	Debate com João Luiz (ex-presidente da BHTRANS) sobre Tarifa Zero no espaço TIM UFMG.
8	Decisão de se propor uma emenda orçamentária popular pedindo Tarifa Zero aos domingos e feriados.
11	Debate Tarifa Zero na Faculdade de Direito da UFMG.
18	Audiência Pública sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental da PBH, eixo Mobilidade. Apresentação da emenda orçamentária TZ aos domingos e feriados. (Evento no fb: http://goo.gl/0dttR9 ; matéria Hoje em Dia: http://goo.gl/pdHcSR ; fotos do Thiago: http://goo.gl/0eu6Q3)
25	Manifestação - Dia nacional de luta pela tarifa zero. Foi o 1º ato chamado pelo Tarifa Zero, e compareceram cerca de 200 a 300 pessoas. (Evento no fb: http://goo.gl/P5F7Qw ; clipping: Hoje em dia -

	http://goo.gl/mHrncP ; Jornal Nacional - http://goo.gl/0UHdmF ; G1 - http://goo.gl/4cH5gD)
31	Participação na Audiência Pública sobre a PEC 90 na ALMG, com a comissão parlamentar especial para a PEC (Luiza Erundina, Nilmário Miranda e Marçal Filho).
NOVEMBRO	
3	Duelo de MCs, edição temática especial Tarifa Zero.
4	Reunião da comissão de orçamento e finanças da câmara. Rejeição da emenda orçamentária de Tarifa Zero aos domingos e feriados. http://goo.gl/XPqCqI ; reportagem da CMBH e parecer do vereador Pastor Henrique Braga: http://goo.gl/HcZlr8)
5	Começo das eleições para as comissões regionais de transporte e trânsito (CRTT).
8	Coleta de assinaturas na virada cultural da UFMG. coleta de assinaturas na virada cultural da UFMG.
11	Visita à escola pública do bairro Capitão Eduardo. Início de tentativa de trabalho de base em uma escola.
13	Eleição CRTT Leste. Mayra e Francisco eleitos membros da Conselho Regional de Transporte e Trânsito. Tarifa Zero participa de maneira efetiva dessa comissão.
18	Nova visita à escola pública do bairro Capitão Eduardo
19	Eleição CRTT Nordeste. Braian e mais dois membros do Tarifa Zero eleitos membros da Comissão.
20	Aprovada a PEC 90 – que institui o transporte como direito fundamental – na câmara dos deputados (http://goo.gl/7AWW3E).Eleição CRTT Venda Nova
24	Publicação de mais uma carta aberta exigindo transparência da prefeitura - http://goo.gl/jY0H1V
25	Eleição CRTT Noroeste. Um membro do TZ é eleito representante do CRTT. Um membro do TZ é eleito representante titular do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana.
27	Eleição CRTT Centro-Sul. 4 membros do TZ são eleitos representantes do CRTT. Um membro do TZ é eleito conselheiro suplente do COMURB.
29	Começo da campanha "Se a tarifa aumentar, a cidade vai parar!" - álbuns de fotos: http://goo.gl/8ulqQpe http://goo.gl/EEmVe0 e http://goo.gl/4eW3Cu e http://goo.gl/ZUQE2 n. Clipping - O Tempo: http://goo.gl/b3HVnY e http://goo.gl/NtbAsB
DEZEMBRO	
8	Participação no 4º encontro dos moradores sem casa do bairro cardoso e região.
9	Prefeito anuncia que não haverá reajuste tarifário no fim do ano: http://goo.gl/cgHdpQ (jornal O Tempo).
10	IPEA publica nota técnica recomendando gratuidade no transporte para 7,5 milhões de brasileiros: http://goo.gl/2rH5aj
12	Ato Resiste BH! Fechando a Antônio Carlos às 6h da manhã. Ida ao Ministério Público, termo de audiência com Eduardo Nepomuceno.

14	Coleta de assinaturas para a campanha do Tarifa Zero no evento "A Ocupação Barreiro."
17	Última reunião do GT no Ano. Cine Tarifa Zero (The Yes Men fix the world)
19	Posse do conselho municipal de mobilidade urbana.
20	Publicação no facebook "Trago seu amor de graça" - http://on.fb.me/1p0kJzS - tem 126.144 pessoas alcançadas, 643 curtidas, 1.258 compartilhamentos e 19 comentários.
JANEIRO DE 2014	
7	Primeira reunião do Tarifa Zero no ano. Tirada proposta de calendário
16	Lançada a marchinha de carnaval Pula Catraca! Para o concurso de marchinhas Mestre Jonas no youtube https://www.youtube.com/watch?v=AsSPuN5KdZQ
22	Publicado decreto que extingue a taxa de custo de gerenciamento operacional (CGO) sem diminuir a tarifa: http://goo.gl/yE44GZ
26	Começo dos ensaios do bloco de carnaval do Tarifa Zero "Pula Catraca!"
27	Protocolada carta na BHTRANS solicitando o planejamento conjunto do transporte público durante o carnaval, a restrição de carros no Santa Tereza e Tarifa Zero durante todo o feriado: http://goo.gl/64fsVe
30	1º ato "Abaixou o custo, abaixa a tarifa!" com cerca de 400 pessoas na praça sete. Clipping: G1 - http://goo.gl/4fmoHJ ; Estado de Minas http://goo.gl/lwe1OU ; R7 - http://goo.gl/f50kEd ; CBN - http://goo.gl/rVGcpj ;Hoje em Dia - http://goo.gl/1DGG6e ; O Tempo - http://goo.gl/qUuLKB ; Estado de Minas - http://goo.gl/1yVva8 ; Rádio Itatiaia - http://goo.gl/KM905U ; Portal Minas Livre - - http://goo.gl/omD6ga ; Portal BHAZ - http://goo.gl/2QhKog ;Portal BHAZ - http://goo.gl/kQ3zEE .
FEVEREIRO	
6	2º ato "Abaixou o custo, abaixa a tarifa!" - com cerca de 300 pessoas na praça sete. Clipping: G1 - http://goo.gl/AAg0I2 ; Globo, MGTV 2a ed- http://goo.gl/dJimZY ; Globo, MGTV 1ªed. http://goo.gl/ZUYqOe ; Record http://goo.gl/dzpd0Y ; O Tempo - http://goo.gl/B0uOal ; Estado de Minas - http://goo.gl/EwdloS ; Hoje em dia - http://goo.gl/EiJcwe
14	Concurso de Marchinhas do Mestre Jonas - Marchinha Pula Catraca! ganha 2º lugar.
15	Intervenção no evento de inauguração do Move. Inauguração irônica do BRT na praça da estação. HTTP://bit.ly/Wis7x1 (Estado de Minas) e http://bit.ly/1nFbyAl (Hoje em dia).
20	3º ato "Abaixou o custo, abaixa a tarifa!" - com cerca de 50 pessoas na praça sete.
23	Dia do bloco de carnaval do Tarifa Zero "Pula Catraca!" que percorre o bairro Santa Efigênia, terminando o bloco com um !catracaço" (pular a catraca) em uma linha de ônibus no mesmo bairro.
24	Reunião do COMURB para divulgar parcialmente o resultado da verificação independente.
25	Publicação de duas notas sobre a conjuntura: 1 - sobre a greve dos

	<p>rodoviários - http://goo.gl/RNu9CW 2 - sobre a publicação da auditoria - http://goo.gl/vfDtKD.</p> <p>Plenária do setor técnico da IV Conferência de Política Urbana elege um delegado representante do movimento Tarifa Zero.</p>
26	<p>Anunciada a Busona-Sem-Catracas para o carnaval! O Tarifa Zero promoveu um ônibus gratuito que circulou transportando pessoas entre alguns blocos de carnaval na cidade (dentre eles o Bloco Filhos de Cha Cha na ocupação urbana da região do Izidora). A publicação no facebook sobre a Busona teve 138.560 visualizações, 1.748 curtidas, 1.435 compartilhamentos e 198 comentários. Clipping: http://bit.ly/1kvyvq3 e http://bit.ly/1r3UnP2 (O Tempo), http://bit.ly/1hzqsb0 (Hoje em Dia), http://glo.bo/1nw4x5f (Portal G1) http://bit.ly/1jPIblQ (Portal R7) http://bit.ly/Wacqb3 (SouBH) http://bit.ly/1qGJ2T3 (TudoBH) , http://goo.gl/W4Qgml (Agência Intelog - interessante atentar que é uma agência de notícias para o empresariado de concessionárias e fornecedores de veículos) e http://bit.ly/1eFVr1z (site da UNE).</p>
MARÇO	
1	<p>Início da Operação da Busona-sem-catracas no carnaval (1 – 4 de março). Trajeto semi-circular no centro - dois ônibus em operação</p>
2	Trajeto bairro Salgado Filho - bairro Serra trajeto bairro Salgado Filho - bairro Serra
3	Trajeto centro- ocupações da Mata do Izidora.
4	<p>Trajeto semi-circular no centro. Reportagens a respeito: http://bit.ly/1nlu0gy (Carta Capital - "os protestos do Brasil dialogam com as revoltas globais ") e http://bit.ly/1nltGi2 (Revista Fórum - marchinhas de carnaval ironizam cenário político do Brasil) texto de opinião do Tarifa Zero - http://bit.ly/1kXhgT0 ("Carnaval sem Catracas").</p>
18	Protocolado 1º relatório da auditoria cidadã da dívida sobre o estudo da ernst & Young http://bit.ly/UfCrEq (Hoje em Dia).
24	O Promotor do Ministério Público, Eduardo Nepomuceno, afirma que a PBH tem intenção de reajustar a tarifa para R\$2,85 no dia 1º de abril.
28	Divulgada última parte da "verificação independente" da Ernst & Young.
ABRIL	
2	Participação da frente feminista antitarifária no debate "O vagão rosa é a solução?" organizado pela PósTV.
3	<p>Publicada portaria que autoriza o aumento da tarifa em BH.</p> <p>1º ato "Se a tarifa aumentar, a cidade vai parar" - Manifestação contra o aumento da passagem com cerca de 400 pessoas - http://bit.ly/1i5dSPr (Hoje em dia) http://bit.ly/Wi4mFc(jornal O Tempo) 4 de abril</p>

	<p>Publicação da nota de posicionamento do Tarifa Zero, a partir de sua "Frente feminista antitarifária" da nota de posicionamento sobre o projeto de lei do vagão segregado no metrô de BH.</p> <p>MP entra com pedido liminar contra o aumento da passagem. Justiça concede a liminar e o aumento é suspenso - http://bit.ly/WhYQ5o (notícia do MPMG);</p>
6	ignorando a liminar, as empresas cobram o reajuste da mesma maneira, e arrecadam cerca de 50 mil reais de maneira ilícita. Tarifa Zero convoca a população a não pagar. (http://bit.ly/1sxBSoe - Hoje em Dia)
7	2º ato "se a tarifa aumentar, a cidade vai parar" - com cerca de 700 pessoas é realizada no centro da cidade. O trajeto incluiu a sede do SETRA-BH, sindicato das empresas de ônibus da cidade.
9	Empresas de ônibus ameaçam retirar ônibus das ruas caso a tarifa não seja reajustada. Um caso claro de lockout. Ministério Público ameaça cancelar o contrato de concessão caso isso ocorra (http://bit.ly/1bZqat - Estado de Minas). Na prática, as empresas já estavam retirando veículos e atrasando viagens, conforme inúmeras denúncias recebidas na página do tarifa zero.
11	Ato na praça da estação "O transporte é público mas o corpo da mulher não" contra o projeto de lei de vagão segregado no metrô e o assédio cotidiano no transporte público
18	Governo estadual reajusta a tarifa do ônibus metropolitano em 6,57% - http://bit.ly/1tZKp59 (jornal O Tempo).
24	<p>Protocolado no Ministério Público uma carta aberta contra o aumento da tarifa metropolitana - http://wp.me/p3VvY7-4u e o 2º relatório da auditoria cidadã sobre o estudo da Ernst & Young que recomenda à PBH um aumento da tarifa para R\$2,85 O documento também servirá de subsídio para os peritos do Ministério Público possam decidir por invalidar a "verificação independente" da Ernst & Young. Íntegra do documento - http://goo.gl/XRrdeE</p> <p>TJMG nega recurso contra liminar em 2ª instância e tarifa permanece congelada - (http://bit.ly/1n69RPJ site TJMG)</p>
26	<p>Participação do Tarifa Zero no TEDx Belo Horizonte.</p> <p>Protesto/panfletagem contra o aumento da tarifa do ônibus metropolitano em frente ao DER.</p>
28	Protesto/panfletagem contra o aumento da tarifa do ônibus metropolitano em frente ao DER.
MAIO	
2	Ministério Público entra com pedido de cassação do prefeito Márcio Lacerda por improbidade administrativa. A acusação é de que, ao isentar as empresas de ônibus do ISS, o prefeito não teria especificado os recursos para cobrir o corte orçamentário (http://bit.ly/1n69RPJ - Hoje em Dia)
5	Ministério Público entra com ação principal contra a prefeitura e as empresas de ônibus, pedindo cancelamento definitivo do aumento da

	tarifa, realização imediata de auditoria e abertura das contas das empresas. (http://bit.ly/1g3xTpy - Hoje em dia)
9	Justiça revoga a liminar que barrava o aumento da passagem de ônibus. (http://bit.ly/RrP91U - Hoje em dia)
10	Tarifa municipal é reajustada para R\$2,85
12	3º ato contra o aumento da tarifa - intitulado "Se a tarifa não baixar, a elite vai pagar!", com cerca de 300 pessoas, fecha a Av. Nossa Senhora do Carmo durante três horas, causando um grande engarrafamento na cidade. Clipping: http://glo.bo/1n0RcGk (portal G1); http://bit.ly/1tdOCOr (O Tempo); http://bit.ly/1nSXc4B (Portal R7)
14	Desembargador mantém, em 2 instância a rescisão da liminar do MP. Tarifa se mantém em R\$2,85.
15	Audiência pública na câmara dos vereadores para discutir o reajuste tarifário (notícia da CMBH - http://bit.ly/1mnGTYn). 15M - Ato unificado com outras pautas dos movimentos populares mobiliza cerca de 3 mil pessoas. http://bit.ly/1niNbhY - (Estado de Minas); http://bit.ly/UfdsAP (Hoje em Dia) http://bit.ly/1wDZ8P4 (O Tempo)
18	Ônibus Tarifa Zero (Busona) faz o circuito das ocupações urbanas de Belo Horizonte em parceria com as Brigadas Populares.
20	5º Ato "se a tarifa não baixar, a cidade vai parar" - realizado no cruzamento da Av. do Contorno com a Av. Prudente de Moraes termina no trajeto em frente à casa do presidente da BHTRANS, cerca de 200 pessoas participaram do ato. http://glo.bo/1mnY4Js (Portal G1) http://bit.ly/TrF9qC (Hoje em dia)
22	Ato em apoio à ocupação dos professores em frente a Prefeitura de Belo Horizonte, cerca de 30 participantes - http://bit.ly/1gnZ6sx (Hoje em Dia) e http://bit.ly/WhSHGx (O Tempo)
24	Marcha das Vadias BH - ônibus Tarifa Zero (Busona) liga a Marcha à Ocupação cultural da ocupação urbana Guarani Kaiowá.
JUNHO	
2	Entrega pelo sindicato dos professores da rede municipal mais de 15 mil assinaturas em apoio ao pedido de cassação do prefeito Márcio Lacerda, feito em função da isenção fiscal concedida às empresas de ônibus
5	Ato contra o aumento dos ônibus metropolitanos e municipais de Contagem, com participação do Tarifa Zero, em frente ao Itaú Power Shopping.
6	Manifesta Junina na Av. Nsa. Sra. do Carmo, com cerca de 500 pessoas, fecha a avenida por mais de 8 horas. http://bit.ly/1kCGtOh (O Tempo) http://bit.ly/1rwDbkA (TV Globo).
12	Começo da copa do mundo no Brasil. Ato contra a copa em Belo Horizonte reúne cerca de 700 pessoas e termina em confronto com a polícia
14	Segundo ato contra a copa, com cerca de 400 pessoas sofre cerco policial e é impedido de sair da praça sete.

17	Terceiro ato contra a copa, realizado na praça da Savassi, com cerca de 200 pessoas sofre cerco policial e é impedido de sair. O cerco é enfrentado com performances artísticas
22	Ocupação "o futebol é do povo" na praça da estação, em protesto contra a repressão policial.
28	Ato contra a copa na praça sete. Novamente performance é realizada contra o cerco da política militar.
JULHO	
3	Abertura da exposição "Cartografias do comum" (sobre os movimentos sociais de Belo Horizonte) da qual o Tarifa Zero participou da montagem

ANEXO III

CAMPANHA PELA TARIFA ZERO NOS ÔNIBUS DE BELO HORIZONTE

Para ver o texto completo da lei e obter mais informações acesse: WWW.TARIFAZERO.ORG
Envie as folhas de assinatura para os centros de coleta listados no site acima.

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR PARA IMPLEMENTAR A TARIFA ZERO NOS ÔNIBUS MUNICIPAIS DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

No uso do direito assegurado pelos artigos 1º; 14, III; 29, XIII da Constituição Federal e de acordo com o artigo 86, inciso III §1º, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, e por meio das associações subscritas no texto da proposta de lei, que se responsabilizam pela idoneidade das assinaturas, subscrevemos o projeto de emenda à Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte que institui a gratuidade dos serviços de transporte público no município de Belo Horizonte. Este é um projeto que visa assegurar o direito à cidade e, conseqüentemente, direitos sociais como educação, saúde e lazer para todos.

<p>Proposta de Alteração da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte</p> <p>Artigo 1º - O parágrafo 1º do artigo 193 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte passa a constar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 193 § 1º. Os serviços a que se refere o artigo, incluído o de transporte escolar das escolas públicas, serão prestados de maneira gratuita para o usuário, diretamente ou mediante delegação, nos termos da lei."</p> <p>Artigo 2º - O parágrafo 1º do artigo 195 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte passa a constar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 195 § 1º É assegurado o direito ao transporte coletivo gratuito a todos os usuários do Município, cabendo ao poder público tomar as medidas necessárias para garantir linha regular em todos os bairros, vilas e favelas."</p> <p>Artigo 3º - Revoga-se o parágrafo 4º do artigo 195 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte</p> <p>Artigo 4º - O artigo 196 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte passa a constar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 196 V - gratuidade das tarifas."</p> <p>"Parágrafo único - O Município, ao traçar as diretrizes de ordenamento dos transportes, estabelecerá metas prioritárias de circulação de coletivos urbanos e modais não-motorizados, que terão preferência em relação às demais modalidades de transporte"</p> <p>Artigo 5º - O caput do artigo 197 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte passa a constar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 197 - As tarifas de taxi e de estacionamento público serão fixadas pelo poder executivo, conforme dispuser a lei."</p>	<p>Artigo 6º - Revoga-se o artigo 198 e seus incisos e parágrafos da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.</p> <p>Artigo 7º - Acrescente-se o seguinte artigo nas disposições gerais da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte:</p> <p>"Art. 230-A - A gratuidade de tarifas de transporte público coletivo será garantida pelo Fundo Municipal de Mobilidade Urbana, mantido por:</p> <p>I - dotações consignadas no orçamento municipal;</p> <p>II - auxílios, subvenções e contribuições, transferências e participações em acordos e convênios;</p> <p>III - doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais;</p> <p>IV - rendimentos provenientes das aplicações de seus próprios recursos;</p> <p>V - o produto das operações de crédito realizadas pelo Município de Belo Horizonte, destinadas a esse fim específico;</p> <p>VI - recursos provenientes do vale-transporte pago pelas empresas para custeio do deslocamento de seus trabalhadores;</p> <p>VII - receitas advindas da exploração da publicidade dos equipamentos relacionados ao transporte público;</p> <p>VIII - quaisquer outros recursos e rendas que lhe sejam destinados.</p> <p>Parágrafo único - O Fundo Municipal de Mobilidade Urbana será gerido por um Conselho, de caráter deliberativo e com participação majoritária da sociedade civil, a ser criado por lei."</p> <p>Artigo 8º - Acrescente-se o seguinte artigo nas disposições transitórias da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte:</p> <p>31-C - O chefe do executivo municipal terá o prazo de 180 dias a contar da publicação desta emenda para enviar à Câmara Municipal a proposta de regulamentação do Conselho a que se refere o artigo 230-A da Lei Orgânica do Município.</p> <p>Parágrafo Único - O Conselho a que se refere o caput deste artigo terá um prazo de 180 dias a contar a partir de sua criação para convocar conferências regionais de mobilidade urbana que estabelecerão as diretrizes gerais para a regulamentação da gratuidade do transporte público e do código de desempenho de mobilidade urbana."</p> <p>Associação dos Usuários de Transporte Coletivo da Grande BH - AUTC</p>
<p>COMO É A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL</p> <p>"CAPÍTULO XII DO TRANSPORTE PÚBLICO E SISTEMA VIÁRIO</p> <p>Art. 193 - Incumbe ao Município, respeitadas as legislações federal e estadual, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário municipal.</p> <p>§ 1º - Os serviços a que se refere o artigo, incluído o de transporte escolar, serão prestados diretamente ou mediante delegação, nos termos da lei.</p> <p>§ 2º - A entidade da administração indireta, que será criada pelo Poder Público, caberão as atribuições, entre as referidas no artigo, fixadas em lei.</p> <p>§ 3º - A exploração do serviço de transporte coletivo que o Poder Público seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, será empreendida por entidade da administração indireta.</p> <p>§ 4º - A implantação e a conservação de infra-estrutura viária são de competência de órgão ou entidade da administração pública, incumbindo-lhe a elaboração de programa gerencial das obras respectivas.</p> <p>Art. 194 - As diretrizes, objetivos e metas da administração pública nas atividades setoriais de transporte coletivo serão estabelecidos em lei que instituir o plano plurianual, de forma compatível com a política de desenvolvimento urbano, definida no plano diretor do Município, e com a de desenvolvimento metropolitano.</p> <p>Art. 195 - A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo, escolar e de táxi, devendo fixar diretrizes de caracterização precisa e proteção eficaz do interesse público e dos direitos dos usuários.</p> <p>§ 1º - É assegurado o direito ao transporte coletivo a todos os habitantes do Município, cabendo ao Poder Público tomar as medidas necessárias para garantir linha regular em todos os bairros, vilas e favelas.</p> <p>§ 2º - É obrigatória a manutenção de linhas noturnas de transporte coletivo em toda a área do Município.</p> <p>§ 3º - O Poder Público promoverá permanente vistoria nas unidades de transporte coletivo, determinando a retirada de circulação dos veículos não-apropriados ao uso e sua imediata substituição.</p> <p>§ 4º - O sistema de transporte coletivo fornecerá, para aquisição antecipada pelo usuário, bilhete-transporte.</p> <p>Art. 196 - O planejamento dos serviços de transporte coletivo deve ser feito com observância dos seguintes princípios:</p> <p>I - compatibilização entre transporte e uso do solo;</p> <p>II - integração física, operacional e tarifária entre as diversas modalidades de transporte;</p> <p>III - racionalização dos serviços;</p> <p>IV - análise de alternativas mais eficientes ao sistema;</p> <p>V - progressiva unificação das tarifas;</p> <p>VI - participação da sociedade civil.</p> <p>Parágrafo único - O Município, ao traçar as diretrizes de ordenamento dos transportes, estabelecerá metas prioritárias de circulação de coletivos urbanos, que terão preferência em relação às demais modalidades de transporte.</p> <p>Art. 197 - As tarifas de serviços de transporte coletivo, de táxi e de estacionamento público serão fixadas pelo Poder Executivo, conforme dispuser a lei.</p> <p>§ 1º - O Poder Executivo deverá proceder ao cálculo da remuneração do serviço de transporte de passageiros às empresas operadoras, com base em planilha de custos, contendo metodologia de cálculo, parâmetros e coeficientes técnicos em função das peculiaridades do sistema de transporte urbano municipal.</p> <p>§ 2º - As planilhas de custos serão atualizadas quando houver alteração no preço de componentes da estrutura de custos de transporte necessários à operação do serviço.</p> <p>§ 3º - É assegurado a entidades representativas da sociedade civil, à Câmara e à Defensoria do Povo o acesso aos dados informadores da planilha de custos, a elementos da metodologia de cálculo, parâmetros e coeficientes técnicos, bem como às informações relativas às fases de operação do sistema de transporte.</p> <p>Art. 198 - O equilíbrio econômico-financeiro dos serviços de transporte coletivo será assegurado por uma ou mais das seguintes condições, conforme dispuser a lei:</p> <p>I - tarifa justa e sua revisão periódica;</p> <p>II - subsídio aos serviços;</p> <p>III - compensação entre a receita auferida e o custo total do sistema.</p> <p>§ 1º - O cálculo das tarifas abrange o custo da produção do serviço definido pela planilha de custos e o custo de gerenciamento das delegações do serviço e do controle de tráfego, levando-se em consideração a expansão do serviço, a manutenção de padrões mínimos de conforto, segurança e rapidez e a justa remuneração dos investimentos.</p> <p>§ 2º - A fixação de qualquer tipo de gratuidade no transporte coletivo urbano só poderá ser feita mediante lei que indique a fonte de recursos para custeá-la."</p>	<p>COMO FICARÁ (as alterações estão em negrito):</p> <p>"CAPÍTULO XII DO TRANSPORTE PÚBLICO E SISTEMA VIÁRIO</p> <p>Art. 193 - Incumbe ao Município, respeitadas as legislações federal e estadual, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário municipal.</p> <p>§ 1º - Os serviços a que se refere o artigo, incluído o de transporte escolar, serão prestados de maneira gratuita para o usuário, diretamente ou mediante delegação, nos termos da lei.</p> <p>§ 2º - A entidade da administração indireta, que será criada pelo Poder Público, caberão as atribuições, entre as referidas no artigo, fixadas em lei.</p> <p>§ 3º - A exploração do serviço de transporte coletivo que o Poder Público seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, será empreendida por entidade da administração indireta.</p> <p>§ 4º - A implantação e a conservação de infra-estrutura viária são de competência de órgão ou entidade da administração pública, incumbindo-lhe a elaboração de programa gerencial das obras respectivas.</p> <p>Art. 194 - As diretrizes, objetivos e metas da administração pública nas atividades setoriais de transporte coletivo serão estabelecidos em lei que instituir o plano plurianual, de forma compatível com a política de desenvolvimento urbano, definida no plano diretor do Município, e com a de desenvolvimento metropolitano.</p> <p>Art. 195 - A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo, escolar e de táxi, devendo fixar diretrizes de caracterização precisa e proteção eficaz do interesse público e dos direitos dos usuários.</p> <p>§ 1º - É assegurado o direito ao transporte coletivo gratuito a todos os habitantes do Município, cabendo ao Poder Público tomar as medidas necessárias para garantir linha regular em todos os bairros, vilas e favelas.</p> <p>§ 2º - É obrigatória a manutenção de linhas noturnas de transporte coletivo em toda a área do Município.</p> <p>§ 3º - O Poder Público promoverá permanente vistoria nas unidades de transporte coletivo, determinando a retirada de circulação dos veículos não-apropriados ao uso e sua imediata substituição.</p> <p>§ 4º - (REVOGADO)</p> <p>Art. 196 - O planejamento dos serviços de transporte coletivo deve ser feito com observância dos seguintes princípios:</p> <p>I - compatibilização entre transporte e uso do solo;</p> <p>II - integração física, operacional e tarifária entre as diversas modalidades de transporte;</p> <p>III - racionalização dos serviços;</p> <p>IV - análise de alternativas mais eficientes ao sistema;</p> <p>V - gratuidade das tarifas;</p> <p>VI - participação da sociedade civil.</p> <p>Parágrafo único - O Município, ao traçar as diretrizes de ordenamento dos transportes, estabelecerá metas prioritárias de circulação de coletivos urbanos e modais não-motorizados, que terão preferência em relação às demais modalidades de transporte.</p> <p>Art. 197 (ALTERADO) - As tarifas de taxi e de estacionamento público serão fixadas pelo Poder Executivo, conforme dispuser a lei.</p> <p>§ 1º - O Poder Executivo deverá proceder ao cálculo da remuneração do serviço de transporte de passageiros às empresas operadoras, com base em planilha de custos, contendo metodologia de cálculo, parâmetros e coeficientes técnicos em função das peculiaridades do sistema de transporte urbano municipal.</p> <p>§ 2º - As planilhas de custos serão atualizadas quando houver alteração no preço de componentes da estrutura de custos de transporte necessários à operação do serviço.</p> <p>§ 3º - É assegurado a entidades representativas da sociedade civil, à Câmara e à Defensoria do Povo o acesso aos dados informadores da planilha de custos, a elementos da metodologia de cálculo, parâmetros e coeficientes técnicos, bem como às informações relativas às fases de operação do sistema de transporte.</p> <p>Art. 198 - (REVOGADO)</p> <p>+ artigo 230-A: "Art. 230-A - A gratuidade de tarifas de transporte público coletivo será garantida pelo Fundo Municipal de Mobilidade Urbana, mantido por:</p> <p>I - dotações consignadas no orçamento municipal;</p> <p>II - auxílios, subvenções e contribuições, transferências e participações em acordos e convênios;</p> <p>III - doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais;</p> <p>IV - rendimentos provenientes das aplicações de seus próprios recursos;</p> <p>V - o produto das operações de crédito realizadas pelo Município de Belo Horizonte, destinadas a esse fim específico;</p> <p>VI - recursos provenientes do vale-transporte pago pelas empresas para custeio do deslocamento de seus trabalhadores;</p> <p>VII - receitas advindas da exploração da publicidade dos equipamentos relacionados ao transporte público;</p> <p>VIII - quaisquer outros recursos e rendas que lhe sejam destinados.</p> <p>Parágrafo único - O Fundo Municipal de Mobilidade Urbana será gerido por um Conselho, de caráter deliberativo e com participação majoritária da sociedade civil, a ser criado por lei."</p> <p>+ Artigo 31-C das disposições transitórias "Art. 31-C - O chefe do executivo municipal terá o prazo de 180 dias a contar da publicação desta emenda para enviar à Câmara Municipal a proposta de regulamentação do Conselho a que se refere o artigo 230-A da Lei Orgânica do Município.</p> <p>Parágrafo Único - O Conselho a que se refere o caput deste artigo terá um prazo de 180 dias a contar a partir de sua criação para convocar conferências regionais de mobilidade urbana que estabelecerão as diretrizes gerais para a regulamentação da gratuidade do transporte público e do código de desempenho de mobilidade urbana."</p>

ANEXO IV

PROPOSTA DE POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA

As manifestações de junho acenderam o tema da mobilidade urbana e do subsídio da tarifa no Brasil. Mas não nos enganemos: de lá para cá, quem está ganhando a disputa são os empresários do transporte. Políticas de subsídios e desonerações fiscais sem efetiva transparência, além da falta de recursos para políticas públicas, servem apenas para aumentar a margem de lucro das empresas que prestam serviços precários, ineficientes e caros.

Por outro lado, a dificuldade dos municípios e das regiões metropolitanas em arcarem com a gestão de transportes coletivos de boa qualidade e com os subsídios que os tornem acessíveis a toda população, coloca a urgência da discussão de um conjunto de ações em nível nacional em prol da mobilidade urbana. Acreditamos que o período eleitoral – no qual ideias para o país deveriam estar sendo debatidas – é um momento importante para cobrarmos dos candidatos compromissos com as propostas aqui apresentadas.

Mobilidade urbana se tornou palavra obrigatória em propostas eleitorais e em debates. Falta, no entanto, uma visão que constitui uma efetiva política nacional, que vai muito além do subsídio em si e abarca a gestão, a participação popular, a qualidade dos veículos, o desempenho do sistema de transportes e uma política industrial para o setor.

A proposta que se lê abaixo complementa a **Política Nacional de Mobilidade Urbana** preconizada na Lei 12.587, dando-lhe efetividade através de um programa nacional de financiamento do transporte coletivo urbano. Esse programa prevê participação popular e uma gestão pública e cidadã, condicionadas a parâmetros de desempenho, e apoiadas por uma política industrial que garanta a qualidade – inclusive ambiental – dos veículos do transporte coletivo. Além disso, a proposta também prevê a redução da dependência da política industrial nacional à produção automobilística.

Propomos um caminho concreto, sem palavras vazias, rumo a cidades mais justas, acessíveis, saudáveis e de baixo impacto ambiental.

Conheça a proposta e ajude a divulgar.

[Compartilhe](#) e cobre de seus candidatos.

TRANSPORTE É DIREITO SOCIAL	
1. Mudança constitucional: Transporte é direito social	A primeira providência a ser tomada é a APROVAÇÃO IMEDIATA DA PEC 74 , que dará um passo constitucional importante ao incluir o transporte no rol dos direitos sociais previstos na constituição brasileira. Entretanto, a sua efetiva implementação depende de uma política abrangente, contundente e de longo prazo, que garanta cidades mais justas, acessíveis, saudáveis e de baixo impacto ambiental.
GARANTIR O INVESTIMENTO EFETIVO EM MELHORIA DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO	
2. Fundos nacional, estadual e local de mobilidade urbana	<p>Criar um fundo nacional de financiamento para a produção do transporte coletivo urbano, reduzindo a participação das tarifas cobradas dos usuários, e para investimentos em projetos de mobilidade. No fundo, devem estar contidos recursos fiscais vinculados aos três entes federativos, em quantidade suficiente para garantir o investimento efetivo em melhoria dos sistemas de transporte coletivo nas cidades e o subsídio das tarifas em todas as cidades grandes e médias que conformam as regiões metropolitanas do país.</p> <p>Os Estados criarão Fundos Estaduais para estimular a integração dos serviços de transportes urbanos em regiões metropolitanas, ou em aglomerados urbanos. Os Municípios, isoladamente ou consorciados em regiões metropolitanas ou aglomerados urbanos, criarão os Fundos Locais, ou Regionais, de Mobilidade Urbana, para recepcionarem seus recursos fiscais vinculados, e as contribuições dos Fundos Nacional e Estadual de Mobilidade aos seus projetos.</p>
2. 1 fontes de recursos	<p>É inevitável, para que novos recursos sejam gerados, que sejam promovidas mudanças tributárias com justiça e progressividade. Há várias opções de fonte de recursos para este fundo, que poderão ser compostos para garantir o montante necessário para a política apresentada. Dentre elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Unificação e redistribuição dos impostos sobre combustíveis, com divisão adequada dos recursos entre Município (60%), Estado (30%) e União (10%), conforme estudo da Fundação João Pinheiro. - Alteração da lei do Vale Transporte, destinando os recursos dos empregadores para o fundo e garantindo aos empregados acesso aos sistemas de transporte mediante cartão eletrônico. - Regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, previsto na constituição de 1988. Já existe um projeto em tramitação no Senado e sua aprovação permitiria, uma

	<p>maior justiça social através do comprometimento direto da parcela mais rica da sociedade na melhoria das cidades para todos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicação do IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, cuja cobrança hoje é restrita aos automóveis, veículos de carga e transporte e motos, para itens de luxo, como helicópteros, aviões particulares e iates, que hoje tem isenção de impostos e poderiam gerar mais de R\$ 8 bilhões / ano em tributos.
<p>2. 2 destinação dos recursos</p>	<p>O propósito primeiro do Fundo Nacional de Mobilidade Urbana é o financiamento do transporte público, reduzindo a participação das tarifas cobradas dos usuários. Esse é o primeiro passo para que o transporte público seja financiado por toda a sociedade e não apenas pelos usuários do transporte. O repasse dos recursos do fundo nacional aos fundos de mobilidade das cidades que desejem subsidiar seu transporte estará vinculado ao cumprimento de requisitos de gestão e controle popular, especificados no ponto 2 deste documento.</p> <p>Além disso, os recursos do Fundo Nacional de Mobilidade Urbana poderão ser investidos em projetos de qualificação de sistemas de transporte coletivo ou de mobilidade não motorizada, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corredores exclusivos e faixas exclusivas para o transporte coletivo; - Melhorias no acesso de pedestres a estações de transporte coletivo; - Alargamento de calçadas e arborização; - Construção e melhorias de pontos e abrigos de espera do transporte coletivo; - Construção de ciclovias, bicicletários e implementação de sistemas de bicicletas compartilhadas; - Implementação de projetos inovadores relativos aos sistemas de sinalização, informação, cartografia e design do transporte coletivo e demais modais não motorizados. <p>Os recursos do Fundo não poderão, em hipótese alguma, financiar obras que privilegiem o transporte individual motorizado, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção de viadutos, trincheiras, túneis ou elevados; - Alargamento de vias para automóveis; - Equipamentos ou redesenhos do traçado viário que se destinem à ampliação da quantidade de vagas de estacionamento. - Redução de calçadas.
<p>2. 3 condições de acesso</p>	<p>O acesso aos recursos do fundo se dará somente pelos municípios que cumpram os seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementação do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, deliberativo e com ampla participação popular; - Gestão pública do sistema de transporte;

	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento ao Código Nacional de Desempenho do Transporte Coletivo Urbano. - Integração tarifária (quando couber) e do planejamento e gestão do sistema de transporte na esfera metropolitana.
GARANTIA DO INTERESSE COLETIVO E TRANSPARÊNCIA NO SERVIÇO OFERTADO	
3. gestão pública e participativa do sistema de transporte	<p>A efetiva gestão pública do sistema de transporte coletivo urbano é fundamental para garantir interesse coletivo e transparência no serviço ofertado. O órgão de trânsito e transportes de cada município e região metropolitana deverá atuar junto a um conselho deliberativo de composição majoritariamente da sociedade civil, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Executar o planejamento do sistema de transportes; - Especificar linhas, itinerários, horários e pontos; - Recolher e gerir o dinheiro advindo da tarifa (quando houver); - Especificar padrões para os veículos, equipamentos e sistemas informacionais, segundo o Código de Desempenho do Transporte Coletivo Urbano. - Contratar as concessionárias (públicas ou particulares) pelo serviço prestado, não havendo nenhuma relação entre valor da tarifa paga pelo usuário (quando houver) e o valor pago às empresas de ônibus, conforme prevê o artigo 9º da Lei Nacional de Mobilidade Urbana. <p>Os conselhos deliberativos terão o papel de fiscalizar e de gerir os recursos do fundo de mobilidade, prevendo a contratação por serviço prestado, levando adiante o princípio de pré-requisitos colocado pelo PL nº310/2009 que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano (REITUP).</p>
GARANTIA DA QUALIDADE DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO	
4. código de desempenho do Transporte Coletivo Urbano	<p>Código a ser aprovado complementarmente à Lei Nacional de Mobilidade Urbana. O código deve oferecer parâmetros claros e autoaplicáveis de desempenho, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Faixa exclusiva obrigatória, eventualmente reversível, em vias públicas por onde trafegue um número estabelecido de veículos de transporte coletivo; - Número máximo de passageiros por metro quadrado; - Especificação adequada de veículos, sendo obrigatório itens como: cambio automático, piso baixo, suspensão a ar, chassi monobloco e motor traseiro; - Tempo máximo de espera nos pontos; - Níveis máximos de ruído interno e externo, provocado pelos veículos;

	<ul style="list-style-type: none"> - Valor máximo da tarifa cobrada do usuário de um percentual do salário mínimo ou do salário médio no município; - Obrigatoriedade de padronização dos pontos do transporte coletivo da cidade, com bancos, coberturas, informações das linhas que passam ali, mapas e horários. - Integração do planejamento e da tarifação do transporte em nível regional ou metropolitano, quando for o caso. <p>Somente os municípios que atenderem aos itens do Código de Desempenho terão acesso aos recursos do Fundo Nacional.</p>
INDÚSTRIA NACIONAL VOLTADA PARA O TRANSPORTE COLETIVO URBANO	
5. política Industrial, ambiental e de acessibilidade	<p>Implementar uma política industrial com financiamento do BNDES e apoio da FINEP, para o desenvolvimento de pesquisa e implantação de indústria nacional voltada para o transporte coletivo urbano, que possa impulsionar a melhoria e a redução de custo de veículos e equipamentos, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ônibus urbano de alta qualidade e baixo impacto ambiental, padronizando a frota com ônibus elétricos híbridos (que prescindam de alavanca captadora), com geradores a diesel, biodiesel, gasolina, etanol, gás, células de combustível ou acumuladores recarregáveis por indução eletromagnética nos pontos de parada, ou painéis fotovoltaicos e que usam energia solar, adotando-se as tecnologias de maior eficiência e economicidade; - Metrô, Trens urbanos, Monotrilhos e Veículos Leves sobre Trilhos; - Bicycletas e bicycletas elétricas; - Estações e tecnologias de compartilhamento de bicycletas; - Sistemas inovadores de sinalização, informação, cartografia e design do transporte coletivo e demais modais não motorizados.
QUEM PROPÕE	
<p>Esta proposta foi elaborada pelo Coletivo Tarifa Zero BH, em parceria com o engenheiro Lucio Gregori (ex-secretário de transportes de SP e mentor do Tarifa Zero no Brasil) e o economista João Luiz da Silva Dias (ex-presidente da BHTRANS).</p>	

Fonte: <http://mobilidadebrasil.org/#proposta>

